GUALTER MENDES Q. CUNHA

DIALÉCTICAS DO PODER

A Representação do Individualismo em *Robinson Crusoe*

PORTO
1 9 8 6

GUALTER MENDES Q. CUNHA
ASSISTENTE DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
EX-BOLSEIRO DO INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

DIALÉCTICAS DO PODER

A Representação do Individualismo em *Robinson Crusoe*

Dissertação para doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PORTO
1 9 8 6

PREFÁCIO

O meu interesse pelo período da literatura inglesa em que se localiza *Robinson Crusoe* surgiu, um tanto fortuitamente, quando no ano lectivo de 1973-74 fui encarregado de leccionar, na qualidade de monitor, as aulas práticas de duas turmas de Literatura Inglesa I na Faculdade de Letras de Lisboa — o programa da disciplina abrangia então o século XVIII.

Voltada assim a minha atenção para o romance inglês deste período foi-me então possível começar a suspeitar que nele podiam ser detectados sinais de uma afirmação jovial e autêntica da liberdade e autonomia humanas, visíveis apesar da insensibilidade, da mesquinhez, ou do conformismo que por outro lado pareciam caracterizar figuras como Robinson Crusoe, Pamela, ou Tom Jones. Evidentemente que esta minha busca de representações da liberdade não era casual: propiciavam-na as condições políticas que então se viviam, perante as quais a descoberta da afirmação de autonomia no Outro, ainda que fictício, era ao menos uma consolação, e podia mesmo ser uma esperança; e orientavam-na alguns princípios fornecidos por uma formação teórica e metodológica marxista que, em termos muito incipientes e lacunares, nos últimos anos eu vinha tentando obter.

Não direi que a dissertação que agora apresento seja o resultado do trabalho de todos estes anos desde então passados, embora o seja de uma boa parte deles. Mas, embora a minha atenção à literatura, e à cultura em geral, se tenha por várias vezes desviado do século XVIII —— mau seria se tal não acontecesse ——, o certo é que continuei a sentir o apelo desse período, não só do seu romance como também da sua poesia, da sua filosofia, enfim, da sua cultura.

Este trabalho é assim, de certo modo, e no âmbito de um romance particular, uma tentativa de resposta a questões, de verificação de suspeitas, desde há muito sentidas: respostas discutíveis, e verificações provisórias, sem dúvida —— mau seria, também, se o não fossem.

*
* *

Os parâmetros dentro dos quais se move o presente trabalho são sucintamente apresentados na Introdução. Por um lado, trata-se de localizar globalmente, e com a aproximação que um vasto fenómeno de transformação histórico-cultural permite, o contexto e o sentido da mudança pela qual a burguesia europeia surge como sujeito de uma nova acção, de novos valores, e de um novo saber; por outro lado, procura-se apresentar o percurso crítico e a perspectivação teórica em que este trabalho se tenta inserir.

As três partes em que o corpo central da dissertação se divide correspondem a outras tantas partes em que a obra que é objecto de análise foi, por razões metodológicas, dividida, e ainda, simultaneamente, a três tónicas temáticas diferenciadas. Cada uma das duas primeiras partes é globalmente subordinada a uma contradição por que passa o percurso de Crusoe a caminho da sua afirmação como sujeito individual autónomo: na Parte I, a contradição entre o velho e o novo, entre uma ordem do mundo ainda com configuração pré-capitalista e a afirmação do poder burguês; na Parte II, a contradição entre a utopia e a realidade desse mesmo poder. Na Parte III tenta-se dar conta de como a superação destes conflitos conduz à afirmação final do poder individualista pleno representado em Crusoe.

Finalmente, na Conclusão, é apontado o sentido da via aberta por Defoe no domínio da representação da autonomia individual.

*
* *

A um trabalho que, como o que agora se apresenta, se realiza ao longo de cerca de seis anos, ficam necessariamente ligados momentos de cargas emocionais diversas: às vezes de desânimo, mesmo de desencanto, mas também de esperança e de satisfação. De entre todos esses momentos que para mim fazem parte desta dissertação há um que se destaca, e que aqui recordo.

Foi pela Páscoa de 1982, quando entreguei a primeira versão da Parte I deste trabalho ao Professor que então desempenhava as funções de orientador da minha dissertação de doutoramento. Era a primeira vez que, ao fim de cerca de dois anos de investigação, eu lhe apresentava do meu trabalho um resultado relativamente extenso e de algum modo acabado. Sem que eu o esperasse, aquele Professor resolveu proceder de imediato, na minha presença, a uma leitura rápida das cerca de 50 páginas dactilografadas que eu acabava de lhe entregar. No fim da leitura, cuja duração não consigo calcular, colocou o maço de folhas sobre a mesa, sorriu-me, e disse: —— Está interessante.

Poderia enunciar aqui várias instâncias do muito que este meu trabalho deve ao apoio que sob diferentes formas me foi prestado pelo Professor Doutor Fernando de Mello Moser. Mas basta recordar apenas aquele sorriso e aquelas palavras: na sua memória cabem todos os incentivos e toda a confiança com que o Professor Moser sempre me animou. Sem esses incentivos e sem essa confiança não sei se o presente trabalho teria sido possível.

*

* *

Desejo exarar aqui a minha gratidão ao Professor Doutor João Almeida Flor por, após a morte do Professor Doutor Fernando de Mello Moser, ter aceitado a tarefa, de algum modo ingrata, de assumir a orientação de um trabalho que não só estava já organizado nas suas linhas gerais, como também em boa parte elaborado. A idoneidade científica manifestada no seu respeito pela acção do orientador que o antecedeu, assim como o cuidado posto desde então no acompanhamento do meu trabalho, através da análise atenta

e da apresentação de sugestões que me foram permitindo superar diversos obstáculos, não podem deixar de merecer o meu apreço e o meu reconhecimento.

Gostaria ainda de agradecer a algumas pessoas e entidades o apoio que me prestaram na elaboração deste trabalho:

— À Drª Margarida Losa e ao Dr. Lourenço Chaves de Almeida, que leram partes desta dissertação e me ajudaram com as suas críticas e sugestões;

— Ao Instituto Nacional de Investigação Científica, pela concessão da equiparação a bolseiro entre 1980 e 1983, assim como pela concessão, dentro desse mesmo período, de três bolsas de curta duração que me permitiram recolher valioso material de trabalho na Biblioteca Britânica e na Biblioteca da Universidade de Londres;

— Ainda ao Instituto Nacional de Investigação Científica, pela concessão do subsídio para a execução gráfica desta dissertação e dos restantes textos elaborados para a prestação das provas de doutoramento.

Finalmente, seria ingratidão não mencionar aqui o apoio que sempre me foi prestado por minha mulher. Mas, porque ela viveu comigo as dificuldades e as contrariedades, como as soluções e os momentos de satisfação por que passou a feitura deste trabalho, mais exacto serei se disser que também em nome dela devo afinal agradecer a todos aqueles que de algum modo contribuíram para o resultado final.

INTRODUÇÃO

> The world, I say, is nothing to us but as it is more or less to our relish. All reflection is carried home, and our dear self is, in one respect , the end of living.
>
> *Serious Reflections . . . of Robinson Crusoe*[1]

(1)

No princípio era a transcendência. Por detrás dos sinais outros sinais havia, e, no emaranhado de relações que assim se elaborava, através da complexa rede em que cada significante remetia sempre para um sentido que lhe era anterior e superior, um significado primeiro e último sempre emergia: Deus, princípio e fim do tempo, das coisas, e dos homens. Neste percurso, em que o particular se subsumia no universal e em que o mundo material era a mera mediação de uma necessidade que o transcendia, o sujeito,

---

[1] Daniel Defoe, *Serious Reflections During the Life and Surprising Adventures of Robinson Crusoe. With his Vision of the Angelick World* (1720), in *Romances and Narratives by Daniel Defoe*, ed. George A. Aitken, Vol. III, London, 1895, p.2. *Sempre que a edição consultada não for a original indicar-se-á a data desta entre parêntesis, imediatamente após o título. O mesmo processo será usado para fornecer a data das versões originais de traduções citadas.*

enquanto ser individualizado, perdia-se. Ou, mais precisamente, nunca se chegava a encontrar.

É sobre, e contra, este pano de fundo, que o mundo moderno se constrói. A criação e a afirmação de novos modelos da acção e do saber institui-se num processo lento e gradual, inicialmente instalado nos interstícios do sistema onde alguma margem de autonomia era não só possível como necessária (o comércio, a produção artesanal) e dentro das próprias formas de consciência tradicionais, depois em aberta contravenção da ordem do mundo que o sistema medieval impunha. Ao longo desse processo novas formas de relacionamento dos homens entre si e com as coisas se vão constituindo, novos modelos de representação do mundo vão aparecendo.

A acção e o saber passam a orientar-se no sentido da realidade entendida naquilo que a diferencia e autonomiza, que permite identificá-la e manipulá-la. Os homens e as coisas ganham contornos próprios, aparecem com vidas autónomas, enquanto deixam de ser os simples mapas que, embora por caminhos diversos, indicavam sempre o mesmo ponto de partida e de chegada, a todos comum. A transcendência começa então a ser deslocada.

A deslocação da transcendência, operada pela gradual autonomização do real, verifica-se em dois sentidos: ou reflui para a origem, transformando-se num poder inicial, demiurgo de um mundo que, pelo mesmo acto de criação, passou a existir por si próprio e a reger-se pelas suas próprias leis, ou influi para o interior do sujeito que a pensa, conferindo à sua acção uma tutela divina e ao mundo uma ordem estabelecida em função desse mesmo sujeito. A primeira direcção, culturalmente mais difusa, consumou-se na imagem deísta do "Deus-relojoeiro"; a segunda, formalmente mais ligada à herança comum, encontrou a sua expressão mais acabada em Calvino e no puritanismo do séc. XVII.

No primeiro caso esta deslocação deixou um vazio. Com a remoção de Deus para o lugar de simples início, o mundo abre-se a uma nova leitura. Já não se trata de ver em cada fenómeno um significado que está para além da sua própria natureza, mas sim o princípio regulador que, embora originalmente ditado por Deus (e aí o sentido transcendente mantém-se), faz com que o mundo se or

dene em função de si próprio: a transcendência dá assim lugar à imanência. O conhecimento manifesta-se então como meio de poder. Conhecidas as leis universais que regem a existência das coisas o funcionamento destas passa a ser dominado no seu próprio cerne, oferecendo-se deste modo à acção transformadora dos homens.

No que à sociedade diz respeito, esta nova orientação da acção e do saber envolve uma profunda reformulação. Ao ser remetido para a origem, Deus aparece como o criador do homem, e, quando muito, por implicação, de uma hipotética sociedade decorrente da própria natureza humana inicialmente estabelecida[2]. Mas tudo o que desde então se verificou, com as diferentes formas que as relações entre os homens assumiram, passa a ser considerado como da exclusiva responsabilidade dos próprios homens. A sociedade medieval, com os seus estratos e a sua hierarquia, deixa deste modo de ser a imagem do plano de Deus para as relações entre os homens, e começa a ser vista como fruto da tirania, da utilização da ignorância e do obscurantismo em proveito de alguns. As formas de governo perdem o carácter de instituição divina e são consideradas como resultado de relações estabelecidas pelos próprios homens. Desaparecidos assim os laços comunitários que a ordem transcendente conferia à sociedade humana, os homens aparecem aos seus próprios olhos como seres autónomos, determinados por princípios de comportamento (a razão, as paixões) que lhes são imanentes, e de cuja orientação depende o relacionamento de cada um com os outros e com a natureza.

O segundo dos sentidos acima referidos para a deslocação da transcendência, e que corresponde à sua interiorização, acaba por levar, ainda que por vias diferentes, a uma formulação do relacionamento dos homens entre si e com a natureza formalmente

---

[2] Não discuto aqui a problemática envolvida pela doutrina do pecado original, em virtude do carácter geral desta introdução. Refira-se apenas que as teorias da sociedade formuladas nos séculos XVII e XVIII ou fazem tábua rasa desta doutrina ou são com ela dificilmente conciliáveis, a não ser quando a tomam por premissa, como se verifica com o calvinismo.

análoga à resultante no caso anterior. Como foi demonstrado particularmente pelos estudos levados a cabo nesse domínio por Max Weber e R.H. Tawney, a interiorização de Deus efectuada pelo calvinismo e pelo puritanismo que dele descende leva a que os homens actuem e se pensem, cada um na sua individualidade, como o centro dos seus próprios valores.

Em toda esta ampla movimentação histórica há assim uma imagem que ganha contornos cada vez mais nítidos, ao mesmo tempo que gradualmente se impõe como o novo centro irradiador de sentidos: o indivíduo. Desde o crescimento dos burgos medievais até ao estabelecimento de mercados nacionais livres, desde as lutas contra as prerrogativas feudais até à proclamação do *Bill of Rights* e à formação dos estados constitucionais, desde William of Ockham ou Leonardo da Vinci até Locke ou Newton, é esta a reivindicação central das acções e das ideias: o direito de cada indivíduo de dispor de si próprio (e, por implicação, da sua propriedade), a afirmação do indivíduo como centro do conhecimento e dos valores. Concebido em função dos interesses próprios tomados como características naturais, o indivíduo aparece como razão de ser da acção e do saber, entidade autónoma num mundo que, despro vido de valores transcendentes, se oferece docilmente à sua capacidade transformadora e à sua ânsia de poder.

A revolução que instaura os tempos modernos transforma assim o homem de súbdito em indivíduo. Destruindo a hierarquia universal que integrava todos os seres numa cadeia de submissão a valores sempre superiores que culminavam nos desígnios divinos, os homens criam para si os ideais de liberdade e de autonomia . Só que, por este mesmo movimento que os liberta, uma nova forma de dominação é instituída. Na ausência de quaisquer laços que os unam em função de valores de algum modo comuns, os homens como que se transformam num conjunto de átomos em que cada um é o juiz supremo da sua própria acção. Como bem o compreenderam, talvez melhor que ninguém, Maquiavel e Hobbes (que foram renegados porque mostraram a realidade em termos excessivamente claros) , esta nova forma de estar no mundo conduz necessariamente à justificação do domínio de uns homens por outros com base em critérios éticos que

encontram a sua fundamentação última nos interesses exclusivamente individuais.

Iguais e livres num momento inicial, que tende a ser concebido mais como mítico do que histórico, os homens iniciam então uma caminhada em que cada um luta por impor, aos outros e às coisas, a vontade e os objectivos que decorrem dos seus interesses próprios. O indivíduo encontra-se só, perante um mundo com o qual apenas se pode relacionar através da afirmação dos seus valores e do seu saber, isto é, através de uma acção fundamentada no interior de si próprio.

Nesta submissão da natureza e dos outros às categorias da acção e do saber originadas no sujeito, neste estabelecimento da relação de apropriação como meio de contacto entre cada um e o que lhe é exterior, nesta afirmação, enfim, do indivíduo como centro da acção, dos valores, e do saber, eis em que consiste o novo relacionamento do homem com o mundo que está no cerne mesmo da nossa história moderna: o individualismo[3].

*
* *

(2)

A emergência do individualismo pode ser assinalada, e tem-no sido, nos mais diversos sectores da cultura ocidental onde é possível localizar, ou tão-só pressentir, a ruptura com a tradição medieval que viria a conduzir à instituição do mundo moderno, com as suas concepções do homem, da sociedade, e da natureza de que somos, ainda hoje, os herdeiros. Nos rumos que na religião, na filosofia, na literatura e na arte em geral vão sendo assumidos a par das transformações económicas, sociais, e políticas, que assinalam o fim da Idade Média, tem sido possível deter

---

[3] No decurso desta trabalho o conceito de "individualismo" será tomado, de um modo geral, neste sentido lato, e não nos sentidos limitados que ele pode assumir (como o de "individualismo económico" ou "individualismo religioso", que serão pontualmente analisados), e que são, de algum modo, deduzíveis daquele. Para uma delimitação, conceptual e histórica, dos diversos "individualismos regionais", veja-se: Steven Lukes, *Individualism*, Oxford, 1973.

minar como a imagem do indivíduo autónomo começa a configurar-se, tornando-se gradualmente no centro do mundo em função do qual tudo é feito, tudo é julgado, tudo é pensado.

Não se pode afirmar que haja um ponto particular de apogeu para este percurso do individualismo desde o seu nascimento até à sua afirmação plena. O puritanismo foi-o, à sua maneira, no campo religioso, assim como de algum modo o foram também, na filosofia, as obras de Descartes, de Hobbes, e de Locke, ou, na pintura, a individualização da figura humana por Holbein o Novo ou por Velásquez. Quanto à literatura, Erich Auerbach assinala Dante como o primeiro momento em que a centralidade do indivíduo se manifesta com uma força nunca antes verificada em toda a cultura ocidental, embora sejam detectados antecedentes dentro da tradição popular dos séculos XII e XIII[4]. A partir de então, o indivíduo foi cada vez mais conquistando importância e autonomia na representação literária, ao longo de uma via que até ao séc. XVIII conduzirá à sua afirmação, que no século seguinte o revelará como problemático, e que depois o parece ter levado a uma destruição sobre cujos escombros a literatura europeia das últimas décadas tem tentado construir o que pode.

O presente trabalho, ao tomar *Robinson Crusoe* como objecto, tem por fim o estudo de um momento das referidas fases, aquela em que a autonomia individual conquista a representação literária. A literatura ocidental do período em questão (digamos, genericamente, do séc. XIV ao séc. XVIII) oferece, obviamente, múltiplas instâncias desta tendência da representação, que , dentro do espaço cutural inglês, pode ser localizada no âmbito dos próprios géneros literários herdados do passado, como o drama , que em Shakespeare dá voz à problemática da interioridade do sujeito, ou a epopeia, adaptada por Milton à particularização individual das figuras que compõem o mito bíblico da origem. Mas é principalmente na narrativa em prosa que o individualismo vai encontrar o

---

[4] Erich Auerbach, *Mimesis* (1946), Trad. de Willard R. Trask,Princeton, 1953. Ver, em particular, o Cap. 8, pp. 174-202.

seu lugar literário de eleição, sendo a própria necessidade de representação da autonomia individual que, em grande parte, determina a configuração da nova forma instituída pela Idade Moderna: o romance.

Com efeito, no domínio da narrativa em prosa, a fundamentação do comportamento em interesses e valores exclusivamente individuais é já bem nítida desde o séc. XVI na narrativa picaresca, onde contudo esses interesses e valores aparecem ainda descentrados relativamente às determinantes da acção que resultam de uma ordem (ou desordem) social da qual o indivíduo é pouco mais do que um simples joguete. Tornava-se então necessário encontrar uma fundamentação ética para a acção individual que permitisse validar uma centralidade que o pícaro, economica e socialmente marginal (e em consequência moralmente desautorizado) não poderia ter. A transformação das concepções religiosas operada na sequência da Reforma viria contribuir decisivamente para que tal fundamentação pudesse surgir, e o herói que no séc. XVII Bunyan nos vai propor no seu *Pilgrim's Progress* é um indivíduo que, mercê da interiorização dos valores transcendentes da tradição ético-religiosa cristã, ocupa já o centro do mundo.

Esta obtenção da centralidade para o indivíduo através da integração nele de valores que conferem ao seu comportamento uma validade universal arrasta contudo como contrapartida a sua figuração como personagem emblemática , onde a particularidade individual, que já caracteriza o pícaro, é dissolvida num carácter esquemático e geral que remete para a dimensão comunitária da representação alegórica medieval. Em termos figurados dir-se-ia que, uma vez elevado o indivíduo à esfera dos valores universais, era necessário trazê-lo de novo à terra, ao quotidiano, mas particularizando-o desta vez em torno da necessidade ética que os seus interesses e a sua acção haviam adquirido na sua viagem ao transcendente.

A tarefa de transformar Christian num Prometeu bem sucedido veio a caber ao romance do séc. XVIII. As grandes figuras do romance do período são em geral personagens particularizadas que se caracterizam pela afirmação dos interesses e valores que

as configuram, e que, numa validação dos fundamentos éticos que as movem, são frequentemente bem sucedidas. Há, é certo , excepções: Manon Lescaut, Clarissa Harlowe, ou, mais lá para o fim do período, Werther, são exemplos de personagens que sucumbem a forças poderosas que impedem a sua afirmação, nisso fazendo antever a natureza do tipo de conflito que será dominante no romance do século seguinte, enquanto Gil Blas ou Roderick Random prolongam a a figura do pícaro que vem dos dois séculos anteriores. Mesmo entre aquelas que vencem, e que mais profusamente se encontram no romance inglês, há as que apenas o conseguem à custa de uma certa adaptação dos seus impulsos a uma ordem do mundo que contudo não se mostra no essencial contraditória com aqueles, como é o caso de Tom Jones, ou o da maioria das personagens da galeria de Defoe, como Captain Singleton, Moll Flanders e Colonel Jack, que encontram a sua realização numa reforma de vida que, embora renegando o passado, não implica uma modificação substancial dos seus padrões éticos.

Mas a centralidade plena do indivíduo realiza-se naquelas personagens que vêem o mundo ordenar-se inteiramente em função dos valores de que elas são portadoras: é o que acontece com Robinson Crusoe, com Pamela, ou, em menor grau porque aí há um forte sentido comunitário nos valores da personagem, com Dr.Primrose, o vigário de Wakefield. A grande diferença, dentro desta perspectiva, entre as duas primeiras personagens, consiste em que, enquanto em Robinson Crusoe encontramos uma autonomia individual que se constrói no próprio romance em toda a sua plenitude epistemológica, axiológica, e praxeológica, em Pamela estamos perante uma afirmação do indivíduo que decorre fundamentalmente de um conteúdo ético que informa a personagem desde o princípio da acção.

Em conclusão, penso ter apontado a razão de ser da escolha que conduziu à elaboração deste trabalho. Com efeito, é minha opinião que, como procurarei aqui demonstrar, em *Robinson Crusoe* é representada a formação e a afirmação plena da autonomia individual com uma complexidade e uma coerência não igualadas na história da literatura inglesa, e que creio não terem equivalente no resto da literatura europeia.

*

* *

(3)

O estabelecimento de uma relação entre *Robinson Crusoe* e o individualismo, tomado este na acepção mais vasta que confere ao sujeito individual uma relevância fundamental na sociedade e no mundo, não é uma ideia nova. Pelo contrário, pode afirmar-se que tal ideia percorre a história da crítica da obra praticamente desde os seus inícios. As sucessivas interpretações que de algum modo têm dado conta desta relação variam, contudo, em função de dois factores fundamentais: os conteúdos específicos, explicitados ou não, que integram o conceito de individualismo presente em cada uma das várias perspectivas, e o modo, ou o grau, de aproximação, estabelecido entre os conteúdos do conceito e a narrativa ou a sua personagem central. Dado que este segundo factor, que adquire maior relevância apenas no contexto da crítica das últimas décadas, será referido no decurso da análise da obra, a propósito de cada um dos seus principais momentos, a breve panorâmica que se segue será principalmente estabelecida em função do primeiro dos referidos factores[5].

No percurso da crítica que conduz à concepção generalizada de Robinson Crusoe como uma representação por excelência da confiança do indivíduo nas suas capacidades e na sua acção autónomas o primeiro passo é dado, provavelmente, por John Forster, escritor mais conhecido pelas suas biografias de Charles Dickens e de alguns autores do século XVIII como Goldsmith e Swift. Numa obra sobre Defoe, também de carácter biográfico, publicado em 1855, Forster compara *Robinson Crusoe* com a *Ilíada* e a *Odisseia* , para afirmar que nenhum dos poemas homéricos conseguiu, como a obra de Defoe, "incitar tantos à iniciativa ou à confiança nos seus poderes e capacidades". Considerando *Robinson Crusoe* como "o romance da solidão e da auto-suficiência", este autor fornece assim duas das tónicas que hão-de ser dominantes a partir de então na apre-

---

[5] Procurar-se-á, na panorâmica que se segue, apresentar as ideias relevantes para o tema em causa da forma mais sucinta. Algumas delas, ou outras dos mesmos autores, serão, quando tal se justifique, retomadas e eventualmente aprofundadas posteriormente.

ciação da obra[6].

Quase simultaneamente com a obra de Forster é publicado um artigo, de autor anónimo, na *National Review*, onde a centralidade do indivíduo, sendo também assinalada como um elemento fundamental dos romances de Defoe, é contudo perspectivada naquilo que ela tem de socialmente negativo: o egoísmo. Embora esta perspectiva acabe por deslocar a sua atenção de Crusoe para Moll Flanders, Roxana, Colonel Jack, e Captain Singleton, o mais significativo consiste no facto de ela implicar uma apreciação do individualismo patente em todas estas personagens que apenas será retomada bastante mais tarde. Notável ainda a outros títulos, como numa capacidade analítica pouco vulgar nos estudos literários da época, este artigo vem chamar a atenção para a "outra face" da autonomia individual representada em geral nas personagens de Defoe e, por inclusão, em Crusoe: o desinteresse pelo bem estar dos outros, a ingratidão, a desonestidade[7].

Mas os ventos então dominantes não sopravam no sentido da desmontagem dos valores que sustentavam a defesa da livre iniciativa e a glorificação do empreendimento individual, pelo que a perspectiva lançada nas páginas da *National Review* teria de esperar cerca de um século para ser aprofundada. Em contrapartida, a segunda metade do séc. XIX apreciará fundamentalmente aquilo que em Crusoe enaltece a energia e a acção individuais, vendo nele o grande modelo das capacidades e das virtudes colonizadoras que se pensa serem as do homem britânico. O individualismo de Crusoe é deste modo considerado como a expressão acabada de um pragmatismo em que assenta a possibilidade de transformação e de domínio do mundo, ainda que para tal alguns valores tradicionais tenham

---

[6] John Forster, *De Foe and [Charles] Churchill*, London, 1855, I, p. 139.

[7] "De Foe as Novelist", *National Review*, 3 (1856), pp. 380 - 410. Recentemente, este artigo foi atribuído por Pat Rogers a Walter Bagehot, um dos editores da *National Review*. Ver Pat Rogers, *Robinson Crusoe*, London, 1979, p. 145.

que sucumbir à decisão e à firmeza que tal pragmatismo impõe. A imagem do autor de *Robinson Crusoe* é construída como a de um modelo de integridade e de patriotismo, defensor das liberdades e arauto do livre empreendimento, e criador de um herói que é o grande símbolo dos fautores do Império. Mesmo fora de Inglaterra são estes os contornos da apreciação de Crusoe, como o documentam as considerações de Taine na sua *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863), e embora a reputação de Defoe seja bastante ensombrada pelas revelações sobre a sua integridade política (ou falta de la) feitas em 1869 por William Lee, a sua personagem continua a ser encarada como a representação típica do colonialismo britânico, do que são exemplos marcantes os comentários de Leslie Stephen, ao mesmo tempo paternalistas e orgulhosos, publicados em 1875[8].

Esta imagem vitoriana de Robinson Crusoe viria a ser objectivada e perspectivada historicamente já em inícios do nosso século. Quem o fez foi James Joyce, numa comunicação proferida na Universidade Popular de Trieste em 1912, mas só publicada em 1964. Articulando a obra de Defoe com o início da história moderna de Inglaterra, o qual localiza em fins do séc. XVII (subida ao trono de William III), Joyce considera o autor de *Robinson Crusoe* como "o primeiro autor inglês . . . a infundir nas suas criaturas um verdadeiro espírito nacional". Dentro desta perspectiva Crusoe aparece como "o verdadeiro protótipo do colono britânico", ao mesmo tempo que representa "a totalidade do espírito anglo-saxão". Embora ainda próximo do enaltecimento imperialista do século anterior, Joyce denota já um esforço de distanciação que lhe permite determinar razões históricas para a configuração da autonomia individual representada por Crusoe[9].

---

[8] Hippolyte Taine, *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863), tradução inglesa de H. Van Laun, Edinburgh , 1873 , transcrita em *Defoe: The Critical Heritage*, ed. Pat Rogers, London, 1972, pp. 160-6; William Lee, *Daniel Defoe: His Life and Recently Discovered Writings* , London, 1869 (3 vols); Leslie Stephen, *Hours in a Library* (1875), London, 1892, I, pp. 1-46.

[9] James Joyce, "Daniel Defoe", editado a partir de manuscritos em italiano e traduzido por Joseph Prescott, *Buffalo Studies*, I, No 1 (1964), pp. 7 e 24.

As dúvidas que se começam a apresentar ao modelo económico da livre iniciativa durante o período que medeia entre a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais, e o enfraquecimento do poder imperialista britânico que então se verifica, terão contribuído decisivamente para uma mudança de rumo na crítica de *Robinson Crusoe*. Dir-se-ia que, nesta época, os ingleses não sabem como encontrar um valor significativo no encómio das energias individuais e no poder destas resultante que a obra tão claramente tinha patenteado aos seus antepassados, pelo que se voltam preferencialmente para outros aspectos, como a religião de Crusoe ou o realismo de Defoe. Significativamente, é fora de Inglaterra que vão agora começar a aparecer novas contribuições para uma avaliação do individualismo representado por Crusoe.

A primeira contribuição relevante para os novos rumos da apreciação da obra aparece dentro do contexto da sociologia alemã das primeiras décadas do século e é dada por Gustav Hübener em 1920. Naquela que é porventura a primeira análise sociológica da obra, Hübener considera Robinson Crusoe como expressão da ordem social dos inícios do capitalismo, numa representação em que o espírito empreendedor do novo sistema económico coexiste ainda com aspirações típicas da fase pré-capitalista, como o ideal de estabilidade que Werner Sombart designa por *Rentnerideal*, o qual pressupõe uma supremacia do valor de uso sobre o valor de troca nas relações entre o sujeito e o mundo. Deste modo, Hübener aparece como o iniciador de uma das vias de análise da obra mais desenvolvidas pela crítica moderna: aquela que formará uma imagem de Crusoe coincidente com a representação por excelência do individualismo económico[10].

Outro dos novos percursos críticos é, em certa medida, aberto por um investigador francês: Paul Dottin. Digo "em certa medida" porque, embora Dottin formule a questão do egocentrismo de Crusoe em termos novos, dá-lhe contudo um simples carácter marginal no contexto do seu extenso trabalho, não se preocupando se

---

[10] Gustav Hübener, "Der Kaufmann Robinson Crusoe", *Englische Studien*, 54 (1920), pp. 367-398.

quer em encontrar uma resposta convincente. Concretamente, o que este autor faz consiste apenas em notar a quase ausência de afectividade em Crusoe e em estranhar o facto de este se considerar o centro do mundo. Longe da perspectiva historicista de Hübener, Dottin apresenta o problema em termos que proporcionarão mais tarde uma resposta num plano abstracto e universal, o que levará então o egocentrismo de Crusoe a ser considerado como a representação de um individualismo ontológico[11] .

Antes, porém, de referir o momento em que este tipo de resposta começará a ser dado, e para completar o panorama dos novos pontos de vista que, na primeira metade do século, passam a reger a apreciação de *Robinson Crusoe*, importará assinalar uma terceira perspectiva de análise da obra, da qual um dos primeiros defensores mais relevantes é Hans Häusermann. Trata-se da descoberta de uma relação íntima entre, por um lado, o isolamento e a solidão de Crusoe, e, por outro, a concepção calvinista do homem e das suas relações com os outros e com Deus. Embora o tema da religião em *Robinson Crusoe* tivesse sido já anteriormente aflorado, do que é principal exemplo um artigo de James Moffat publicado em 1919, pode contudo afirmar-se que o tratamento específico do individualismo da personagem como representando um traço cardinal do calvinismo é iniciado por Häusermann, em 1935. Segundo este autor, quer a auto-complacência e o egoísmo de Crusoe, quer o seu carácter racional e metódico, seriam explicados pela concepção calvinista do homem como um ser que, perante a questão central da sua existência, a salvação, se encontra só perante Deus, o que confere à sua relação com o próximo um carácter impessoal e à sua acção sobre o mundo uma racionalidade que é o teste mesmo dessa salvação. Logo no ano seguinte ao do aparecimento do artigo de Häusermann, esta temática viria a ser de novo tratada, agora por Rudolf Stamm, mas centrada desta vez na formação de Defoe, considerado em religião calvinista e em filosofia racionalista, e

---

[11] Paul Dottin, *Daniel de Foe et ses Romans*, Paris, 1924 (3 vols), II, pp. 462 e 466.

na expressão desta duplicidade ao longo de toda a obra do autor[12].

Poder-se-á assim dizer que, durante as décadas de 20 e de 30, se encontram lançadas as linhas fundamentais por que desde então é conduzida a análise da autonomia individual representada em *Robinson Crusoe*. Individualismo económico, individualismo ontológico, e individualismo religioso (pela ordem cronológica da sua apresentação), eis os modelos explicativos que, de um modo ou de outro, passarão a dar conta das várias facetas assumidas pela centralidade do sujeito expressa por Crusoe. Será curioso reflectir, de passagem, no facto de, como acima foi referido e como a resenha que acaba de ser feita documenta, a abertura destas vias de análise da obra ter sido predominantemente levada a cabo por investigadores não ingleses. Talvez se possa afirmar, como razão para esta circunstância, que as modalidades então dominantes nos estudos literários ingleses, tutelados no essencial pelos modelos críticos de T. S. Eliot e de F. R. Leavis, não propiciavam um entendimento e uma avaliação de fenómeno literário em função de modelos explicativos históricos, os quais são por sua vez implicados pelas vias de análise referidas, particularmente pelas que detectam na obra uma representação do individualismo económico ou do individualismo religioso. Mas talvez seja possível aventar uma outra razão, pelo menos complementar da anterior, e que residiria no facto de a situação dos investigadores estrangeiros relativamente à história e à cultura inglesas lhes proporcionar um grau de distanciamento e objectividade difíceis de atingir por quem vivia ainda muito próximo (ou muito dentro) das realidades históricas concretas que se haviam constituído na base desse mesmo individualismo que Crusoe representa. Com efeito, embora na sua forma mais geral o individualismo, como a ordem económica e social que lhe dá expressão, não seja um fenómeno exclusivamente

---

[12] James Moffat, "The Religion of Robinson Crusoe", *The Contemporary Review*, 115 (1919), pp. 664-9; Hans Häusermann, "Aspects of Life and Thought in *Robinson Crusoe*", *Review of English Studies*, 11 (1935), pp. 299-312 e 439-56; Rudolf G. Stamm, "Daniel Defoe: An Artist in the Puritan Tradition", *Philological Quarterly*, 15 (1936), pp. 225-46; Rudolf G. Stamm, *Der Aufgeklärte Puritanismus Daniel Defoes*, Zürich und Leipzig, 1936.

inglês, a verdade é que, tal como se tentará demonstrar no trabalho que se segue, a sua configuração específica representada em *Robinson Crusoe* encontra-se intimamente ligada a particularidades próprias assumidas pela história e pela cultura inglesas.

Seja como for, o certo é que os investigadores ingleses só reassumirão alguma importância neste âmbito do estudo de *Robinson Crusoe* depois dos inícios da segunda metade do século, e mesmo então para, frequentemente, ocuparem um lugar secundário perante a crítica norte-americana, por vezes mais erudita e, principalmente, mais criativa. De resto, desde os citados trabalhos de Rudolf Stamm, em 1936, até à década de cinquenta, são raras as contribuições com algum significado no domínio de análise em questão. Destacam-se, neste período, apenas dois estudos que aprofundam o tema desenvolvido por Häusermann e, principalmente, a problemática formulada por Stamm.

O primeiro é um artigo de Hans Andersen publicado em 1941, onde o autor, reformulando o tema da duplicidade assinalada por R. Stamm, detecta a existência na obra de Defoe de um conflito latente entre individualismo económico e ética religiosa, conflito que, quando assume a forma de colisão explícita, é resolvido a favor do primeiro dos seus polos. Trata-se da localização na obra de Defoe da imagem de um pragmatismo económico que aceita as formas ético-religiosas tradicionais até ao momento em que esta conciliação deixa de ser possível: uma temática que será posteriormente retomada sobre outras formas[13].

O segundo dos referidos trabalhos é da autoria de Jonathan Bishop e data já de 1952. Não se centrando propriamente no individualismo em *Robinson Crusoe*, o autor acaba por o perspectivar quando considera a construção das personagens por Defoe como uma ilustração da epistemologia de Locke, naquilo em que esta estabelece o indivíduo como centro do conhecimento e a experiência como único meio de constituição do sujeito. Articulando a comparação assim estabelecida com uma análise das estruturas narrati-

---

[13] Hans H. Andersen, "The Paradox of Trade and Morality in Defoe", *Modern Philology*, 39 (1941), pp. 23-46

vas dos romances de Defoe em função do paradigma estabelecido pela teologia calvinista para a vida do homem (inocência-culpa-arrependimento-salvação), J. Bishop aprofunda a problemática abordada por Stamm e Andersen, coroando-a com a noção de um modelo orgânico que ordenaria cada um daqueles romances e que integraria "a dupla contradição entre racionalismo, economia, e moralidade puritana". Construindo-se a partir do zero (da "tábua rasa") em função de si próprio, isto é, pelo seu conhecimento e pela sua acção, o herói de Defoe acabaria por se submeter a um juízo moral que o leva ao arrependimento[14].

Mas a grande reformulação moderna do tema do individualismo tinha já começado a ser elaborada num artigo publicado poucos meses antes do de Jonathan Bishop, e que este, aparentemente, desconhecia. O seu autor, dotado de um conhecimento profundo de Karl Marx, Max Weber, e R.H. Tawney, entre outros, dispunha de um arsenal teórico que lhe permitia proceder a uma avaliação dos significados históricos de *Robinson Crusoe* em termos que apenas haviam tido um precedente já longínquo em Gustav Hübener: tratava-se de Ian Watt. Nesse seu artigo de 1951, intitulado "*Robinson Crusoe* as a Myth", Ian Watt propõe-se analisar as razões que teriam transformado a figura de Crusoe num mito do triunfo da capacidade e do empreendimento humano e num exemplo dos processos elementares da economia política. Desmontando os temas em que tal mito se fundamentaria, Watt descobre que por detrás dos ideais de "regresso à natureza", "dignidade de trabalho", e "homem económico", se encontram realidades históricas precisas, como a exploração capitalista dos recursos naturais, a concepção burguesa do trabalho, e a afirmação dos interesses económicos individuais sobre todos os valores não-económicos[15].

---

[14] Jonathan Bishop, "Knowledge, Action, and Interpretation in Defoe's Novels", *Journal of the History of Ideas*, 13 (1952), pp. 3-16

[15] Ian Watt, "*Robinson Crusoe* as a Myth", *Essays in Criticism*, 1 (1951), pp. 95-119 (Incluído em *Eighteenth Century English Literature - Modern Essays in Criticism*, ed. James L. Clifford, London, 1959, pp. 158-79). O relacionamento de *Robinson Crusoe* com a

Seis anos mais tarde Ian Watt retomaria o tema na obra que se tornou num ponto de referência obrigatório para qualquer estudante do romance inglês do séc. XVIII: *The Rise of the Novel*. Mantendo, no essencial, os termos da análise de 1951, o autor acentua contudo a perspectivação da obra em função do individualismo económico e da secularização do indivíduo religioso (puritano) que nela se expressam, ao mesmo tempo que articula (e isto fá-lo agora pela primeira vez) esta representação do individualismo com a própria natureza formal do romance enquanto categoria literária[16].

Esta contribuição de Ian Watt para o estudo de *Robinson Crusoe* foi fundamental na determinação dos cursos de toda a crítica da obra que se lhe seguiu. Pat Rogers, que é talvez actualmente o principal estudioso inglês da obra de Defoe, afirma que tal se verificou porque Watt estabeleceu "uma versão de Crusoe" que "forneceu o herói mais coerente e credível para os *nossos* tempos"[17]. Talvez esta seja uma razão possível, mas penso que não terá sido menos importante no impacto de Ian Watt o facto de a sua perspectivação ter abalado profundamente não só os modelos de análise que nas últimas décadas eram aplicados pela crítica anglo-saxónica ao estudo do romance (e que relegavam *Robinson Crusoe* para um plano muito secundário), mas também aqueles mesmos fundamentos da cultura ocidental que encontravam em Crusoe uma figuração mítica.

Talvez a atestar a validade destas últimas razões invocadas para a importância assumida pelos trabalhos de Ian Watt está o facto de as contribuições para o estudo do tema que se lhes seguem aparecerem mais como tentativas de refutação do que como

---

ascenção do individualismo moderno tinha já sido feito por Ian Watt noutro artigo, publicado em 1949. Só que nessa altura se tratava apenas do estudo de um pormenor, e não da obra na sua globalidade. Veja-se Ian Watt, "The Naming of Characters in Defoe, Richardson, and Fielding", *Review of English Studies*, 25 (1949), pp. 322-38

16 Ian Watt, *The Rise of the Novel* (1957), Harmondsworth, 1972.

17 Pat Rogers, *Robinson Crusoe*, p. 150.

aprofundamentos daqueles trabalhos. A primeira delas, da autoria de Alan Dugald McKillop, surge ainda no ano anterior ao da publicação de *The Rise of the Novel*, havendo contudo razões para crer que McKillop já então conhecia este texto[18]. Embora reconhecendo o motivo do lucro como subjacente às personagens de Defoe, o autor nega contudo que ele se possa identificar com a ideia do pecado original (o que é afirmado por Watt a propósito da referência de Crusoe ao seu pecado original), considerando, em contrapartida, que tal motivo de lucro é inerente à própria natureza humana. Dir-se-ia que, curiosamente, McKillop procede assim à mitificação daquilo que Ian Watt desmitificava. O resultado, é a opção pelo individualismo ontológico como fundamento da representação em *Robinson Crusoe*: a resposta, finalmente, à questão aberta por Paul Dottin trinta anos antes, dentro dos parâmetros em que este a formulara. Se esta resposta tem um certo sabor a lugar-comum (que é precisamente o lugar onde a ideologia funciona mais "à vontade"), a contribuição de McKillop consegue, por outro lado, reformular numa base nova o tema do conflito entre interesses individuais e valores ético-religiosos, que tinha sido tratado na linha crítica de Stamm-Andersen-Bishop.

Esta contraposição de um indivíduálismo ontológico ao individualismo económico detectado na obra de Defoe por Ian Watt será frequentemente retomada, dentro de uma perspectiva crítica em que merecem destaque os nomes de Diana Spearman e James Sutherland.

A importância de Diana Spearman releva do facto de esta autora criticar a tese de Ian Watt em termos aparentemente imbatíveis, ao considerar que não faria sentido que Defoe escolhesse a história de um homem isolado da sociedade para ilustrar uma teoria da troca de bens e serviços. Esta crítica, se bem que al-

---

[18] Com efeito, no Prefácio de *The Rise of the Novel*, datado de 1956, Ian Watt nomeia McKillop entre aqueles que leram e criticaram os esboços que conduziram à elaboração final da obra. Alan Dugald McKillop, *The Early Masters of English Fiction* (1956), Lawrence, Kansas, 1962.

tamente reducionista do modo como Ian Watt apresenta o problema, tem contudo o mérito de mostrar que este autor não assinala com o rigor que seria necessário a distinção entre o plano da formalização conceptual e o plano da representação do real em termos concretos e sensíveis. Com efeito, só tomando por ponto de partida esta distinção teórica é possível conceber que Defoe tenha representado na sua obra o individualismo económico sem que deste, enquanto sistematização de ideias e de valores, tivesse necessariamente consciência. A discussão da perspectiva de Watt serve porém a Diana Spearman , não para abordar a existência ou não de uma fundamentação teórica no trabalho daquele autor, mas principalmente para concluir que *Robinson Crusoe* é, no essencial, uma história do homem contra a natureza[19] .

Quanto a James Sutherland, a sua crítica de Ian Watt apresenta-se em termos análogos aos de Diana Spearman, embora de um modo mais subtil, quando considera que a obtenção do lucro não é um objectivo consciente que determine a globalidade do comportamento de Crusoe. Assim, ao mesmo tempo que repete a objecção de McKillop à ideia de que o motivo do lucro permite caracterizar Crusoe como representação do individualismo económico, Sutherland transfere para o plano da personagem a argumentação que Diana Spearman usara no plano do autor. Aquilo que realmente faz mover Crusoe, conclui Sutherland, consiste em "uma espécie de impulso e uma febre interior" que o levam a "vaguear livremente pelo mundo"[20].

Mas a principal, porque mais profunda e mais documentada, das críticas à perspectiva de Ian Watt, veio daquele que se pode considerar como o maior especialista de entre os que presentemente de dedicam ao estudo de Defoe e da sua obra: Maximillian Novak. Embora os trabalhos em que este autor põe em causa a interpretação de Ian Watt sejam anteriores aos de Spearman e Sutherland acima referidos, a sua apresentação posteriormente àqueles

---

[19] Diana Spearman, *The Novel and Society*, London, 1966 (ver , em particular, pp. 166-8).

[20] James Sutherland, *Daniel Defoe - A Critical Study*, Cambridge, Mass. 1971 , p. 137.

justifica-se pelo facto de Novak ir muito mais longe do que qualquer um deles na análise sistemática da obra de Defoe em geral e de *Robinson Crusoe* em particular.

Partindo de uma caracterização de alguns traços fundamentais do pensamento económico do séc. XVII , assim como de uma análise das concepções de Defoe sobre economia e sociedade evidenciadas nas suas obras, Novak acaba por considerar este autor como plenamente inserido dentro da tradição das doutrinas mercantilistas que, longe de privilegiarem o livre-empreendimento que viria a caracterizar a economia liberal, defendem pelo contrário a ideia de um corpo económico colectivo dominado por um poder de Estado regulador e intervencionista. Pode-se afirmar que neste domínio, ou seja, no que respeita à avaliação das concepções económicas de Defoe, Novak procede assim a uma autêntica revolução copperniciana: aquele que tradicionalmente era visto como um arauto do *laissez-faire* aparece agora como um mercantilista conservador.

Mas no que respeita à interpretação de *Robinson Crusoe* a mudança de perspectiva operada por Novak não é menor. Tendo por fundo a relação estabelecida por Ian Watt entre o "pecado original" de Crusoe e a dinâmica económica do capitalismo, Novak contrapõe a ideia de que tal "pecado" não exprime outra coisa senão a desobediência filial de Crusoe ao recusar a vocação que o pai para ele escolhera. A estada de Crusoe na ilha é literalmente interpretada como um castigo por essa desobediência, o que, finalmente, leva a que a obra apareça como a ilustração de um "ataque aos comportamentos económicos de uma sociedade que abandonava os ideais comerciais do mercantilismo em nome dos ideais do *laissez-faire* e do individualismo económico". Em suma, de herói do individualismo económico Crusoe torna-se, na interpretação de Novak, na imagem de uma conservadora condenação desse mesmo individualismo[21] .

Para além de significar aquela que é até hoje, na minha opinião, a mais fundamentada alternativa à tese de Watt, a

---

[21] Maximillian E. Novak, *Economics and the Fiction of Daniel Defoe*, English Studies No 24, Berkeley and Los Angeles, 1962, p. 49.

obra de M. Novak abriu ainda o caminho a novas vias de interpretação de *Robinson Crusoe*. Uma delas, que será principalmente desenvolvida por George Starr e J. Paul Hunter, faz assentar a personagem e a estruturação da narrativa nos valores ético-religiosos da tradição puritana que em última instância justificam a concepção da estada de Crusoe na ilha como um castigo ou uma condenação. Trata-se, porém, de uma perspectiva cujo desenvolvimento não cabe no contexto da presente panorâmica, dado que nela a consideração de Crusoe como representando uma forma de autonomia individual se dilui, ou se generaliza, nos modelos de acção determinados pelo esquema pecado-expiação-salvação[22].

Outra das vias para cujo desenvolvimento os trabalhos de Novak tiveram um papel relevante consiste no estabelecimento de uma relação entre *Robinson Crusoe* e as teorias da sociedade formuladas no séc. XVII. Foi em 1963, um ano após o aparecimento da sua obra acima referida, que Maximillian Novak publicou *Defoe and the Nature of Man*, onde, no que respeita a *Robinson Crusoe*, tratou de estudar a acção da personagem, particularmente durante o período da ilha, à luz de ideias sobre a sociedade natural e a formação da sociedade civil elaboradas por Grocio, Hobbes, Puffendorf e Locke. O isolamento de Crusoe e a sua caminhada para o poder sobre a natureza e os outros surge então como uma ilustração, um tanto ecléctica, de uma teoria em que a autonomização do indivíduo aparece mais como uma necessidade do que como uma vocação[23].

Esta aproximação do individualismo em Crusoe através da filosofia do séc. XVII tornou-se, desde então, frequente, quer para o considerar na base de um materialismo próximo de Hobbes que contudo manipula cinicamente as próprias concepções deste sobre a formação da sociedade civil (Thomas Schrock), quer para interpretar a acção da narrativa como expressão de uma estrutura

---

[22] George A. Starr, *Defoe and Spiritual Autobiography*, Princeton, 1965; J. Paul Hunter, *The Reluctant Pilgrim - Defoe's Emblematic Method and Quest for Form in Robinson Crusoe*, Baltimore, 1966.

[23] Maximillian E. Novak, *Defoe and the Nature of Man*, Oxford, 1963.

eu-outro fundamentada no egocentrismo radical atribuído por Hobbes ao indivíduo no estado de natureza (Homer Brown), quer ainda para, a partir da psicologia da identidade formulada por Locke, considerar que a centralidade do indivíduo figurada por Crusoe expressa uma necessidade de criação/ordenação da identidade pessoal a partir da realidade múltipla e caótica que constitui o mundo e o próprio sujeito (Everett Zimmerman)[24].

Mas apesar da importância assumida por Maximillian Novak, e, depois, por outros críticos, que procuraram, de um modo ou outro, formular alternativas à tese de Ian Watt, esta não deixou porém de ser continuada por alguns investigadores, que a aprofundaram e reformularam. De entre estes destaca-se o nome de John Richetti, a quem, na minha opinião, a crítica mais recente não tem prestado a atenção que ele merece.

A primeira contribuição de John Richetti para o estudo de *Robinson Crusoe*, datada de 1969, consiste, de certo modo, numa reposição da temática desenvolvida já algumas décadas antes por R. Stamm e H. Andersen, mas perspectivada agora à luz das conclusões de Ian Watt. Assim, a obra de Defoe é considerada como expressão do conflito entre os valores religiosos tradicionais, como a atribuição da ordem dos acontecimentos à acção da Providência, e aquilo que Richetti designa por "uma contra-ideologia do individualismo secular", que nega, objectivamente, o domínio providencial sobre a ordem humana e natural. Mas é numa obra posterior, publicada em 1975, que Richetti aprofunda, e em certa medida reformula, a sua perspectiva, considerando os romances de Defoe como "dramatizações do dilema individualista", o qual repartiria o sujeito entre a sua liberdade e as realidades sociais e ideológicas que o restringem. No caso de Crusoe estaríamos perante a afirmação da liberdade e autonomia do sujeito contra as diversas formas que a ideologia assume ao longo da narrativa, afirmação essa que se manifesta como superação de um conflito em cujo ful-

---

[24] Thomas S.Schrock, "Considering Crusoe", *Interpretation: A Journal of Political Philosophy*, No 1(Summer 1970), pp.76-106(Part I), e No 2(Winter 1970), pp.169-232(Part II); Homer O.Brown, "The Displaced Self in the Novels of Daniel Defoe", *ELH*, 38 (1971), pp. 562-90; Everett Zimmerman, *Defoe and the Novel*, Berkeley and Los Angeles, 1975.

cro se opõem acção e consciência[25].

Um outro autor que, em termos muito gerais, se pode incluir dentro desta linha de análise da obra em que o individualismo de Crusoe é entendido como superação de um conflito entre o sujeito e o mundo, mas que orienta a sua perspectiva num sentido diferente dos anteriormente referidos, é E. Anthony James. Partindo de um modelo de análise de base estilística, este autor conclui que a afirmação do poder de Crusoe não é mais do que o resultado de uma dialéctica entre racionalizações fantasiosas do real, motivadas pelo estado de isolamento da personagem, e a própria realidade. O que quer dizer que a afirmação da autonomia individual, aparecendo como consequência de uma necessidade psicológica (a racionalização escapista do real), deixa de ter o carácter ideológico apontado por Watt ou por Richetti, para reassumir contornos universais e a-históricos[26].

Mas ainda na esteira da interpretação de Watt, embora apresentando conclusões que dele se distanciam, há lugar à referência a mais dois ou três autores. Dentro de uma ordem cronológica, o primeiro trabalho deste tipo que se nos depara é um artigo de Stephen Hymer publicado em 1971, onde o autor, tentando aplicar à análise da obra algumas categorias fundamentais do pensamento marxista, estabelece uma analogia rigorosa entre a história de Crusoe e o período da história do capitalismo designado por Marx como fase de acumulação primitiva do capital. Para além de constituir uma achega significativa à tese de Ian Watt, o trabalho de Hymer é ainda importante pelo paralelo que estabelece entre a relação de Crusoe e Friday e os processos da colonização capitalista, esclarecendo assim um momento da afirmação do poder representada na obra a que os críticos anteriores, incluindo Watt,

---

[25] John J. Richetti, *Popular Fiction Before Richardson — Narrative Patterns 1700 - 1739*, Oxford, 1969, p. 15; John J. Richetti, *Defoe's Narratives — Situations and Structures*, Oxford, 1975, p. 17.

[26] E. Anthony James, *Daniel Defoe's Many Voices*, Amsterdam, 1972.

tinham prestado pouca atenção[27] .

Por sua vez, uma obra de uma autora italiana, Paola Colaiacomo, publicada em 1975, procura esclarecer a relação individualista de Crusoe com o mundo através da temática da alienação. Transformando o seu mundo numa reprodução tautológica de si próprio, Crusoe apareceria assim como uma instância da alienação do sujeito típica do poder instituído pelas relações de produção capitalistas. Embora partindo de uma aproximação histórica afim da de Ian Watt, esta interpretação adquire porém alguma originalidade ao transpor a análise da obra para uma formalização teórica de mecanismos ideológicos específicos[28] .

Já mais afastada destas é a perspectiva que vê em Crusoe não a expressão de valores que estabelecem a sociedade capitalista, mas uma ânsia de libertação dos limites que essa mesma sociedade impõe. Esta é a ideia que se encontra num comentador francês, Jean Ducrocq, quando considera que Crusoe representa a "inquietude" ("le malaise") do indivíduo que foge a uma sociedade burguesa para a reencontrar — uma avaliação da obra que me parece distorcer o seu significado ao integrá-la em modelos próprios do romance dos séculos XIX e XX[29] .

Finalmente, merecem referência duas interpretações da obra que caracterizam o individualismo nela representado em termos completamente distintos dos até agora enunciados. Uma delas, proposta por William Stein, justifica a menção, quanto mais não

---

[27] Stephen Hymer, "Robinson Crusoe and the Secret of Primitive Accumulation", *Monthly Review*, 23 (September 1971), pp. 11-36. O significado colonialista, mesmo racista, da relação Crusoe-Friday, é também estudado, dois anos depois, por Abby A. Johnson, mas sem o aprofundamento levado a cabo por Hymer ("Old Bones Uncovered: A Reconsideration of *Robinson Crusoe*", *College Language Association Journal*, 17 [1973], pp. 271-8)

[28] Paola Colaiacomo, *Biografia del personaggio nei romanzi di Daniel Defoe*, Roma, 1975.

[29] Jean Ducrocq, e outros, *Roman et Société en Angleterre au XVIII^e siècle*, n.p. (Presses Universitaires de France), 1978.

seja, pela sua heterodoxia. Segundo este autor, o comportamento de Crusoe caracteriza-se pela cobardia e pela falta de inteligência, por uma avareza e uma hipocrisia postas ao serviço da ânsia de poder, enquanto que o mundo que ele constrói na ilha não é mais do que um universo de fantasia narcisista, de enaltecimento do eu. Tudo isto teria sido ostensivamente criado por Defoe para satisfazer os desejos e acalmar os temores da burguesia de então. Para além de pressupor na obra uma ironia cuja existência é muito discutível, a tese de William Stein tem o seu grande ponto fraco, quanto a mim, nesta atribuição a Defoe de uma consciência como que meta-histórica, ou pelo menos historicamente deslocada[30].

A segunda destas interpretações corresponde a uma perspectiva psicanalítica, e é da autoria de Marthe Robert. Embora outros autores tenham tentado aplicar a alguns aspectos da obra teorias e modelos intepretativos do âmbito da psicanálise, o trabalho de Marthe Robert é o único estudo deste tipo que consegue dar conta dos grandes momentos por que passa, ao longo da narrativa, a representação do isolamento e da autonomia individual. Partindo de um modelo ficcional estabelecido por Freud e por ele designado por "romance familiar", a autora procede a um estudo de *Robinson Crusoe* em que esta obra surge como instância típica do momento limite de uma variante daquele modelo arquétipo, e em que o individualismo representa uma recusa da origem em nome de uma utopia narcisista onde o sujeito assume o poder absoluto. Embora considerando que esta forma de representação do mito só pôde surgir nas condições históricas criadas pela ascensão da burguesia, Marthe Robert acaba por, na verdade, remeter o seu significado para o plano a-histórico dos arquétipos psíquicos[31].

---

[30] William B. Stein, "Robinson Crusoe: The Trickster Tricked", *The Centennial Review*, 9 (1965), pp. 271-88.

[31] Marthe Robert, *Roman des origines et origines du roman* (1972), n.p. (Gallimard), 1976. Numa relação análoga entre mundo histórico e mundo psíquico, um outro autor, E. Pearlman, vê em Crusoe uma representação da"base neurótica"do individualismo e do colonialismo ("Robinson Crusoe and the Cannibals", *MOSAIC* , 10 (1976) , pp. 39-55).

*

* *

(4)

Apesar de,conforme acaba de ser visto,a quantidade e a qualidade dos trabalhos existentes consubstanciar já um vasto e valioso esclarecimento das significações individualistas patentes em *Robinson Crusoe* julgo haver ainda lugar ao aprofundamento do tema que no presente estudo me proponho levar a cabo. Com efeito, a generalidade destes trabalhos, ao tomar como preocupação central a ilustração em *Robinson Crusoe* de diversas dimensões do individualismo, acaba por ignorar, ou pelo menos por menosprezar, a análise e avaliação da obra enquanto texto literário, ou seja, no caso do romance, enquanto universo imaginário cujo valor estético assenta na interligação orgânica das suas diferentes partes e na tensão entre a multiplicidade e a coerência global do seu todo. Tomando antes a obra como um conjunto de significações cuja localização estrutural é acessória, a quase totalidade dos autores acima referidos acaba por não procurar uma análise contrastiva dos diferentes momentos da narrativa, e acima de tudo não presta atenção ao encadeamento dos vários episódios que se sucedem e aos significados para que esse encadeamento remete. Tudo isto conduz a que o romance acabe por ser estudado mais em função do seu valor documental do que do seu valor estético[32] .

Embora sem ignorar essa importância documental da obra, à qual, de resto, se aludirá sempre que for julgado oportuno, o presente estudo procurará mostrar que a autonomia individual, no seu processo formativo como na sua idealização utópica e nas suas dimensões reais, tem em *Robinson Crusoe* uma representação global que é indissociável do valor do romance de Defoe como obra de

---

[32] Entre os autores atrás referidos John Richetti pode ser considerado como excepção, mas mesmo assim relativa, já que se desinteressa pela parte da narrativa posterior à saída de Crusoe da ilha, ignorando por isso a coerência global da obra. Deve-se notar que, em oposição à tentativa de determinar uma unidade na obra, alguns críticos têm procurado mesmo sistematizar o que consideram uma ausência de coerência formal que caracterizaria *Robinson Crusoe*. É exemplo desta perspectiva —— — Michael Boardman, *Defoe and the Uses of Narrative* , New Brunswick, New Jersey, 1983, pp. 25-65.

arte literária.

O espólio crítico que se insere no âmbito do tema deste trabalho será pois, fundamentalmente, um ponto de partida, quer, umas vezes, pelo que nele será tomado como esclarecedor do que se pretende demonstrar, quer, outras vezes, pelo que nele julgo ser discutível ou mesmo contestável. Em qualquer dos casos, os autores atrás referidos constituem uma parte fundamental dos pontos de apoio para o presente trabalho. Os seus estudos abriram perspectivas, formularam ideias, criaram imagens, que não podem ser ignoradas numa investigação que, de algum modo, se insere na sua sequência.

Não devo ainda deixar em claro que outros autores há, cujas obras, não tendo por objecto específico o tema deste trabalho, lhe fornecem contudo os suportes e os contornos conceptuais que o possibilitam e o caracterizam. Assim, para o entendimento da história e, em particular, dos significados que nela assume a criação cultural, as obras de Karl Marx e Friedrich Engels, Georg Lukács, e Lucien Goldmann (ou, mais precisamente, aquilo que nelas fui capaz de apreender) estão presentes neste trabalho com uma ubiquidade que as ocasionais referências a elas feitas não podem, só por si, indicar.

Quanto aos dois primeiros destes autores, é a sua obra que fornece os parâmetros conceptuais que em última instância tornam possível pensar este trabalho, no seu tema como na sua realização. A imanência do sentido da história, a relação de determinação entre a existência social dos homens e a sua consciência, a noção de classe estabelecida em função do sistema produtivo, são concepções elaboradas por Marx e Engels que estão na base do que aqui se escreve, assim como o são o modo como é pensada a sociedade capitalista e o significado que nela o individualismo assume.

Sendo Lukács e Goldmann autores que se integram na tradição do pensamento marxista, as suas ideias têm por ponto de referência último a obra de Marx e Engels, sendo portanto também configuradas pelas acima referidas concepções de história, de sociedade, e de homem. A sua importância advem-lhes, contudo, do mo

do como conseguiram aprofundar o pensamento marxista em domínios específicos, como o da determinação das condições, natureza, e limites das consciências colectivas, e o da relação entre estas e a criação cultural. É particularmente nestes domínios que se inscreve o débito do presente trabalho para com estes autores.

Assim, de Lukács vem a noção de consciência de classe estabelecida em função da categoria da possibilidade objectiva , noção a partir da qual Goldmann elabora a concepção de consciência possível diferenciada da consciência real. Estas ideias, assim como a de visão do mundo, concebida por Goldmann como a consciência possível dos grupos sociais em condições históricas de serem sujeitos de criação cultural, são o suporte de toda a relação que ao longo deste trabalho se procurará estabelecer entre uma situação histórica determinada da burguesia inglesa e a representação do individualismo em *Robinson Crusoe*. Refiro ainda a importância da teoria do romance desenvolvida por Lukács e por Goldmann, a qual fundamenta o entendimento da forma aqui evidenciado.

Esta é, contudo, uma apresentação sucinta de algumas das ideias destes autores que com maior relevância suportam e balizam o estudo que agora se introduz. Na verdade, poderei afirmar que as suas obras informam globalmente as concepções aqui patenteadas sobre a história, a sociedade, o homem e a cultura, com uma extensão e uma intensidade que uma simples súmula, ainda que mais minuciosa, não poderia esgotar.

Finalmente, não devo deixar de referir a importância dos autores em cujas obras me foi possível basear, em grande parte, a apreciação que neste trabalho se faz do panorama mental que caracteriza a formação da Idade Moderna. Embora, neste domínio, a base teórica constitua um espectro mais difuso, merecem contudo menção alguns estudos fulcrais, como: a relação estabelecida por R. H. Tawney entre o individualismo religioso e a formação do capitalismo; a análise das ideias de plenitude e de ordem do mundo no pensamento ocidental levada a cabo por Arthur Lovejoy; a analogia, esclarecida por C. B. Macpherson, entre a estrutura do mercado e as categorias mentais da filosofia inglesa do séc. XVII ;

e a determinação, por Michel Foucault, das bases epistemológicas do saber moderno[33] .

Foi, em grande parte, a partir de perspectivas , métodos, ou conclusões de todos os autores referidos nesta introdução que o presente trabalho se tornou, no essencial, possível. O que não implica que eventuais erros ou deficiências nele encontrados lhes sejam imputáveis: aí, a responsabilidade é inteiramente minha.

---

[33] R.H. Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism* (1926),Harmondsworth, 1938; Arthur O. Lovejoy, *The Great Chain of Being* (1936), Cambridge, Massachussets, 1964; C.B. Macpherson, *The Political Theory of Possessive Individualism* (1962), Oxford , 1964 ; Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas* (1966), trad. de Antônio Ramos Rosa, Lisboa, 1968.

PARTE I

O CONFLITO

> Ce que les hommes sont réelement, en vertu de leur être, cela ne peut être figuré que dans et par une action.
>
> Georg Lukács[1]

Imperativo formal do romance, a necessidade da figuração do ser pela acção talvez nunca tenha encontrado, ao longo da história deste género literário, uma manifestação tão pura como em *Robinson Crusoe*. Ainda sem a complexidade formal que o realismo analítico posterior virá a impor à personagem romanesca, dir-se-ia que esta surge, naquele que é por vezes considerado como o primeiro romance moderno, no seu "estado natural", isto é, como a mais límpida figuração da realidade ontológica de que, em última instância, depende esta forma literária.

O lugar fundamental conferido à acção no processo constitutivo das personagens de Defoe tem sido, de resto, frequentemente assinalado. Trate-se de Robinson Crusoe ou de Captain Single

---

[1] Georg Lukács, "Rapport sur le roman", in *Écrits de Moscou*, trad. Claude Prévost, Paris, 1974, p.66.

ton, de Moll Flanders, de Colonel Jack, ou de Roxana, estamos sempre perante personagens que se revelam, a nós, e, muitas vezes, a elas próprias, através das suas acções. Lançados num mundo que, à partida, lhes é desconhecido, e onde não têm um estatuto determinado, estes protagonistas dos romances de Defoe sobrevivem e afirmam-se agindo primeiro sobre uma realidade que lhes é estranha e, frequentemente, inóspita, só depois se detendo (quando podem) para reflectir sobre as suas acções passadas, as avaliar, e delas tirar conclusões. Jonathan Bishop caracteriza de modo bem conseguido esta configuração comum aos romances do autor de *Robinson Crusoe*, quando afirma que "um herói de Defoe só existe quando tem uma acção para realizar, ou uma reflexão a fazer sobre uma acção realizada"[2].

Em *Robinson Crusoe*, porém, a acção revela-se, pelo menos no início da narrativa, como algo mais do que o modo essencial de expressão e caracterização da personagem. Com efeito, no conflito que se institui à partida como motor da narrativa, do qual um dos termos consiste na racionalidade estaticizante do real representada pelo pai de Crusoe, a acção surge com um estatuto funcional específico: ela é o outro termo do conflito.

*
* *

Iniciando-se com os escassos dados minimamente necessários à apresentação da personagem (data do nascimento, origem familiar e nome), a narrativa passa de imediato, logo no terceiro parágrafo, à explicitação do conflito. Revelado pela oposição entre a vontade do pai, que pretende que Crusoe siga a carreira das

---

[2] "A Defoe hero only exists when he has an action to perform, or a reflection to make on a completed action". Jonathan Bishop, "Knowledge, Action, and Interpretation in Defoe's Novels", p.8. Penso que esta afirmação não deve ser, contudo, excessivamente generalizada. Senda válida, de um modo geral, para as personagens acima referidas, já não me parece aplicável ao protagonista de *A Journal of the Plague Year*, podendo mesmo ser discutível no que se refere a *The Farther Adventures of Robinson Crusoe*.

leis, e a inclinação que este sente de ir para o mar, o conflito manifesta-se como uma contradição cujos termos são, por um lado, uma razão social autoritária, representada pelo pai e coadjuvada pela afectividade persuasiva da mãe, e, por outro lado, um impulso interior designado por Crusoe como "that Propension of Nature", e no qual ele sente que há algo de fatal[3]. Os termos pelos quais estas relações são expressas são bem significativos da sua natureza: à imposição ("Will", "Commands"), e à persuasão ("Entreaties", "Perswations"), opõe-se um impulso não racionalizado ("Inclination", "Propension of Nature").

Se quiséssemos estabelecer uma divisão da narrativa em função da história de Crusoe que nela é contada facilmente se determinaria uma primeira parte, anterior ao início das "aventuras" do protagonista, ou seja, à sua acção propriamente dita. Numa espécie de prólogo da acção de Crusoe, as poucas páginas que vão do início até à narração do embarque para a primeira viagem são dominadas pelo discurso em que o pai lhe apresenta as vantagens que adviriam da aceitação do futuro que lhe propõe, assim como as desvantagens em recusá-lo. Expressão de uma visão do mundo caracterizada pelas ideias de ordem e de equilíbrio, o discurso do pai acentua o carácter de imobilidade do modelo social que lhe corresponde.

Desde logo indicada pela própria situação física em que o pai se encontra ("He call'd me one Morning into his Chamber, where he was confined by the Gout" — p.4), a imobilidade decorre do próprio estatuto social que é defendido e proposto: "the middle State, or what might be called the upper Station of *Low Life*, which he had found by long Experience was the best State in

---

[3] "There seem'd to be something fatal in that Propension of Nature". *The Life and Strange Surprizing Adventures of Robinson Crusoe . . .* (1719), ed. J. Donald Crowley, London, 1972, p.3. Todas as restantes referências à obra são relativas a esta edição, sendo indicada a respectiva localização no corpo do texto. Não existindo ainda uma edição crítica de *Robinson Crusoe* que possa ser considerada definitiva, a escolha da edição de Crowley deve-se ao facto de esta ser, de entre as edições disponíveis, a mais fiel ao texto original.

the World" (p.4). Receando os perigos dos estatutos inferiores na hierarquia social, assim como os riscos implicados na vida de riqueza e opulência, o velho Crusoe faz a apologia do tipo de existência da classe média, apontando-a como a única via para uma vida virtuosa e feliz: "the middle Station of Life was calculated for all kind of Vertues and all kinds of Enjoyments" (p.5).

De um ponto de vista meramente económico, a perspectiva aqui representada pelo pai de Crusoe é a dos sectores da burguesia inglesa que, tendo conquistado ao longo do século XVII um estatuto social desafogado e estável, receiam agora (i.e., ao tempo de *Robinson Crusoe* — princípios do séc.XVIII) quaisquer mudanças sociais que possam pôr em risco a sua localização intermédia na escala hierárquica da sociedade. O compromisso de classes que tinha dado corpo à Glorious Revolution possibilitara a instituição de uma estabilidade social e política na qual a classe média encontrava agora as condições para a sua prosperidade e felicidade[4]. Mas, se bem que a argumentação do pai de Crusoe seja, como o aponta Ian Watt, de base económica[5] (logo no início do seu discurso o pai afirma que, na situação que lhe propõe, Crusoe"had a Prospect of raising [his] Fortunes by Application and Industry" — p.4), ela não se limita a expor apenas este tipo de vantagens.

---

[4] Numa sociedade em que o desenvolvimento e a afirmação de novas forças produtivas coexiste com elementos estruturais arcaicos, como é a do período em questão, torna-se difícil a definição de classe média. Por outro lado, a tradição empirista, que, de um ou outro modo, modela toda a cultura inglesa, contribui também para que, nestes casos, à definição seja predominantemente preferida a descrição. Assim, como modelo operatório de descrição da classe média pode-se adoptar o de Michael Shinagel , que a considera como a parte da população composta por "the trading, merchandizing, manufacturing and shop-keeping elements" (*Daniel Defoe and Middle-Class Gentility*, Cambr., Mass., 1968, p. 113) . Sobre a estrutura da sociedade inglesa da época ver, entre outros: J. H. Plumb, *England in the Eighteenth Century*, Harmondsworth, 1950, pp. 14-17; T.S. Ashton, *An Economic History of England - - The 18th Century*, London, 1955, pp. 17-23 et passim; Dorothy Marshall, *Eighteenth Century England*, London, 1962, pp. 29 - 37 e 484-7; Peter Earle, *The World of Defoe*, London, 1976,pp.158--201.

[5] Ian Watt, *The Rise of The Novel*, p. 72.

Mais do que um mero projecto de estabilidade económica, o que o pai propõe é uma vida de virtude e felicidade:"that Temperance, Moderation,Quietness, Health, Society, all agreeable Diversions, and all desirable Pleasures, were the Blessings attending the middle Station of Life" (p.5). Neste quadro global da existência feliz que é posto perante os olhos de Crusoe, é o próprio ideal neoclássico de vida que lhe é apresentado[6].

O neoclassicismo que se desenvolve em Inglaterra a partir da Restauração consubstancia o conjunto das perspectivas,sentimentos e aspirações da burguesia que ascende ao poder, de modo definitivo e estável, em 1688, encarando o futuro em termos optimistas e o mundo como um todo construído por Deus à luz da sua própria racionalidade de classe. Assim, se 1688 é o culminar de uma longa luta pelo poder que atingira os seus momentos mais violentos em meados do séc. XVII, e cujos inícios são visíveis , no plano político, pelo menos desde o séc. XV, também o neoclassicismo, enquanto visão do mundo, é o ponto de confluência das linhas de pensametno que ao longo deste processo a burguesia cria como meios de apreender e transformar o mundo adequados às necessidades históricas da sua situação de classe. Ao surgir na sequência do novo saber que no séc. XVII é sistematizado por Bacon,Descartes, Hobbes, e Locke, o pensamento neoclássico é ao mesmo tempo herdeiro da tradição humanista cristã cujas origens remontam aos séculos XI-XII, aquando do aparecimento dos primeiros traços

---

[6] O neoclassicismo é entendido aqui, e no resto deste trabalho, como o conjunto das representações do homem, da sociedade, e do mundo em geral, dominantes da cultura europeia durante a segunda metade do séc. XVII e a primeira do do séc. XVIII, para as quais se pode encontrar uma fundamentação última nas categorias do equilíbrio, da harmonia, e da ordem. Podendo ser tomado como uma derivação da ideia de "época clássica" tal como a entende Michel Foucault, este conceito pretende contudo corresponder a uma mais rigorosa delimitação e localização históricas do saber e dos seus agentes. A aposição do prefixo "neo" ao termo "classicismo", tradicionalmente mais usada para referir apenas uma visão estética associada a este período, tem aqui a finalidade principal de evitar qualquer eventual confusão com a Antiguidade Clássica.

marcantes da cultura burguesa na Europa, e que viria a atingir o seu apogeu com o Humanismo e o Renascimento[7].

Se encararmos o discurso do pai de Crusoe dentro deste quadro cultural, poderemos facilmente ver que, mais do que um projecto económico consubstanciado na escolha de uma profissão adequada, é toda a racionalidade do mundo burguês de então que é colocada perante Crusoe. Se a questão aqui levantada se resumisse a uma mera escolha de profissão, teria razão o primeiro crítico de Defoe, Charles Gildon, ao considerar que em *Robinson Crusoe* o autor desencoraja, de forma irracional, a opção daqueles que se dedicam à vida do mar, e sem os quais a sociedade não poderia beneficiar das vantagens que advêm do seu trabalho[8]. Além disso, seria pelo menos estranho que Defoe, para quem a actividade comercial é a mola real do desenvolvimento da sociedade, condenasse a escolha de uma profissão que era o sustentáculo dessa mesma actividade.

De resto, Defoe apresentará em *Memoirs of a Cavalier*, obra publicada cerca de umano após *Robinson Crusoe*, um conflito de conteúdo relativamente análogo, mas com solução diferente. Quando o futuro "Cavalier" se opõe aos projectos que o pai lhe apresenta para a sua vida, declarando que prefere viajar e que gostaria de fazê-lo na qualidade de soldado, não encontra a oposição irredutível que o pai de Crusoe coloca à vontade de viajar do seu filho. Pelo contrário, diz-nos o narrador: "my Father perceiving my Inclinations very forward to go abroad, gave me Leave to Travel, upon Condition I would promise to return in two Years at farthest,

---

[7] Ver, a este respeito, Philippe Wolff, *L'Éveil intellectuel de l'Europe*, 1968 (tradução de António G. Matoso, *O Despertar da Europa*, Lisboa, 1973).

[8] Charles Gildon, *The Life and Strange Surprizing Adventures of Mr. D... de F..., of London, Hosier . . .*, London, 1719. Editado por Paul Dottin com o título de: *Robinson Crusoe Examin'd and Criticis'd*, London, 1923. Este texto passará a ser referido neste trabalho pelo título da edição de P. Dottin.

marcantes da cultura burguesa na Europa, e que viria a atingir o seu apogeu com o Humanismo e o Renascimento[7].

Se encararmos o discurso do pai de Crusoe dentro deste quadro cultural, poderemos facilmente ver que, mais do que um projecto económico consubstanciado na escolha de uma profissão adequada, é toda a racionalidade do mundo burguês de então que é colocada perante Crusoe. Se a questão aqui levantada se resumisse a uma mera escolha de profissão, teria razão o primeiro crítico de Defoe, Charles Gildon, ao considerar que em *Robinson Crusoe* o autor desencoraja, de forma irracional, a opção daqueles que se dedicam à vida do mar, e sem os quais a sociedade não poderia beneficiar das vantagens que advêm do seu trabalho[8]. Além disso, seria pelo menos estranho que Defoe, para quem a actividade comercial é a mola real do desenvolvimento da sociedade, condenasse a escolha de uma profissão que era o sustentáculo dessa mesma actividade.

De resto, Defoe apresentará em *Memoirs of a Cavalier*, obra publicada cerca de umano após *Robinson Crusoe*, um conflito de conteúdo relativamente análogo, mas com solução diferente. Quando o futuro "Cavalier" se opõe aos projectos que o pai lhe apresenta para a sua vida, declarando que prefere viajar e que gostaria de fazê-lo na qualidade de soldado, não encontra a oposição irredutível que o pai de Crusoe coloca à vontade de viajar do seu filho. Pelo contrário, diz-nos o narrador: "my Father perceiving my Inclinations very forward to go abroad, gave me Leave to Travel, upon Condition I would promise to return in two Years at farthest,

---

[7] Ver, a este respeito, Philippe Wolff, *L'Éveil intellectuel de l'Europe*, 1968 (tradução de António G. Matoso, *O Despertar da Europa*, Lisboa, 1973).

[8] Charles Gildon, *The Life and Strange Surprizing Adventures of Mr. D... de F..., of London, Hosier . . .*, London, 1719. Editado por Paul Dottin com o título de: *Robinson Crusoe Examin'd and Criticis'd*, London, 1923. Este texto passará a ser referido neste trabalho pelo título da edição de P. Dottin.

or sooner if he sent for me" [9]. Repare-se que Crusoe oferece garantias análogas, através da mãe: "if she would speak to my Father to let me go but one Voyage abroad, if I came home again and did not like it, I would go no more, and I would promise by a double Diligence to recover that Time I had lost" (p.6). Para reforçar a analogia, convém notar que o "Cavalier" não é perseguido pelo destino fatal que cabe ao irmão mais velho de Crusoe, que abandonara o lar paterno também por ter escolhido a carreira das armas: "[my Father] told me I had my elder Brother for an Example, to whom he had used the same earnest Perswations to keep him from going into the Low Country Wars, but could not prevail , his young Desires prompting him to run into the Army where he was killed" (pp. 5-6).

Poder-se-ia objectar a esta comparação o facto de que a diferença de estatuto social entre a família de Crusoe e a do "Cavalier" justifica a diferença no tratamento do conflito, a qual seria explicada pelas próprias palavras do pai de Crusoe: o "Cavalier" pertenceria àquela "upper Part of Mankind", cujos membros podiam dedicar-se às aventuras: "to rise by Enterprize, and make themselves famous in Undertakings of a Nature out of the common Road" (p.4). Não penso, porém, que tal explicação seja aceitável, e fundamentalmente por duas razões. Por um lado, também ao "Cavalier" é oferecida pelo pai uma situação de estabilidade: "he . . . proposed a very advantageous Match for me with a young Lady of very extraordinary Fortune and Merit, and offered to make a Settlement of 2000 l. per Annum on me" [10]. O pai não destina nem aconselha ao "Cavalier" o futuro de aventura que este escolhe, propondo antes uma integração do filho na ordem social formalmente análoga à escolhida para Crusoe por seu pai. Por outro lado, não viremos a encontrar a personagem mergulhada nas situações que o

---

[9] *Memoirs of a Cavalier* (1720), ed. James Boulton, Oxford, 1978, p.10.

[10] *Memoirs of a Cavalier*, p.9.

pai de Crusoe prevê para os membros das classes poderosas: "embarrass'd with the Pride, Luxury, Ambition and Envy of the upper Part of Mankind" (p.4). Ora se Defoe fizesse decorrer a diferença no tratamento do conflito da diferença entre os estatutos sociais das personagens, assumindo assim como sua a voz do pai de Crusoe, seria pelo menos lógico que o"Cavalier" exemplificasse o destino que aquele atribui aos membros das classes superiores.

Esta mesma comparação com *Memoirs of a Cavalier* permite também pôr em causa uma outra explicação do conflito, e que importa referir, quanto mais não seja, porque provém de uma das maiores autoridades contemporâneas nos estudos da obra de Defoe, Maximillian Novak. Este autor, após considerar (e a justo título) como insuficientes as razões que a crítica tem aduzido para o significado que em *Robinson Crusoe* assume a rejeição da vontade paterna (refere-se às perspectivas de Gildon, Dottin e Watt, entre outros), aponta como principal explicação o facto de o comportamento de Crusoe envolver um pecado contra uma doutrina religiosa-económica específica: a doutrina da vocação[11].

Esta doutrina é apontada por Max Weber como tendo origem no conceito que Lutero formula de "Beruf", o qual traduz uma posição ética em que é sentido como dever moral o cumprimento da tarefa profissional. Ainda segundo Weber, a perspectiva do tradicionalismo económico de Lutero integra nesta doutrina a imposição da obediência à autoridade e a conformação com o estatuto determinado para cada um na vida. Só com o calvinismo, e outras seitas protestantes, se viria a encontrar a dimensão ética da ideia de profissão que permite ligá-la ao desenvolvimento do capitalis

---

[11] Maximillian Novak, "Robinson Crusoe's'Original Sin'", *Studies in English Literature*, 1, No 3 (1961), pp.19-29. Este artigo veio depois a ser incorporado em *Economics and the Fiction of Daniel Defoe*. Traduz-se aqui por "vocação" o termo"calling", o qual,do mesmo modo que o termo alemão equivalente (Beruf), refere um conceito de escolha e dever profissional que é específico das tradições reformadas e, posteriormente, puritanas.

mo[12]. Depois de Max Weber, este tema é retomado por R.H. Tawney, que estuda a importância desta doutrina na formação do individualismo económico[13]. Porém, e contrariamente ao significado económico atribuído por estes autores à referida doutrina, M. Novak considera que "tudo o que em *Robinson Crusoe* se relaciona com a vocação constitui um ataque ao individualismo económico"[14]. Ou seja, o conceito de vocação, que, para Novak, poderemos encontrar subjacente a *Robinson Crusoe*, decorre da sua formulação luterana e não do significado calvinista que lhe sucedeu. Isso explicaria que, sendo a imposição da vocação uma escolha de Deus, ela fosse veiculada ao indivíduo através de uma ordem que lhe é pré-existente: a sociedade ou, no caso de *Robinson Crusoe*, o pai, representante daquela. Assim se poderia entender que a rejeição da autoridade paterna constituísse um pecado. Se, por outro lado, a doutrina fosse entendida no sentido puritano, de tradição calvinista, a voz divina far-se-ia ouvir não por interposta pessoa, mas directamente no íntimo do indivíduo.

Atentemos agora no paralelo estabelecido anteriormente entre *Robinson Crusoe* e *Memoirs of a Cavalier* e encontraremos, à primeira vista, uma situação paradoxal: enquanto no primeiro caso a vocação é determinada do exterior (a sociedade, o pai), no segundo ela corresponde ao impulso interior do próprio indivíduo, neste caso mesmo contra o que estava determinado pelo pai. Penso, porém, que o paradoxo só existe em função de uma generalização abusiva, que consiste em estender a visão do mundo expressa no discurso do pai de Crusoe a *toda* a obra, como se a unidade desta tivesse de ser determinada pela necessidade de coerência daquela. É certo que Novak exemplifica a sua interpretação com passos que não se referem directamente à fala do pai. Concretamente aponta

---

[12] Max Weber, *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme* (1901), trad. de Jacques Chavy, Paris, 1967.

[13] R. H. Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism*.

[14] "everything in *Robinson Crusoe* related to the calling constitutes an attack upon economic individualism". Maximillian Novak, "Robinson Crusoe's 'Original Sin'", p.24.

o momento em que o Comandante do navio em que Crusoe embarca pela primeira vez, após terem escapado ao naufrágio, o aconselha a não voltar ao mar, e à pergunta de Crusoe "Why, Sir, said I, will you go to Sea no more?", lhe responde: *"That is another Case, said he, it is my Calling, and therefore my Duty; but as you made this Voyage for a Trial, you see what a Taste Heaven has given you of what you are to expect if you persist"* (p.15). Aparentemente, este passo confirma a tese de Novak: ele ecoa a determinação paterna da vocação e a condenação da sua recusa. Só que a fala do Comandante não é outra coisa além disso mesmo: um eco da fala do pai.

A visão do mundo expressa no discurso do pai é, na verdade, apenas um dos polos entre os quais Crusoe se debate: o outro é o impulso que o orienta no sentido da acção. Como tal, essa visão é retomada permanentemente ao longo da obra, muitas vezes expressa pelo próprio Crusoe ("Certainly nothing but some such decreed unavoidable Misery attending, and which it was impossible for me to escape, could have push'd me forward against the calm Reasonings and Perswations of my most retired Thoughts" — p.14), e, no passo referido, pela voz do Comandante. Daqui decorre, desde logo, que a unidade da obra não pode ser dada pelo discurso do pai, na medida em que ele não abarca as contradições com que se debate a personagem.

Também aqui podemos ver, para completar a comparação, a diferença fundamental que determina os tratamentos divergentes do conflito pai-filho em *Robinson Crusoe* e *Memoirs of a Cavalier*. Neste último, a fala do pai não representa nada além de si mesma: ela pode quando muito ser característica (do pai que deseja um futuro feliz para o seu filho), mas não é típica, no sentido de ser expressão de determinantes essenciais da estrutura social, como o é a do pai de Crusoe. Por isso se pode dizer desta última que expressa uma visão do mundo, o que não acontece com a outra. Quando o "Cavalier" rejeita o que o pai lhe destinara, não faz mais do que apresentar uma alternativa que é afinal e apenas a sua vontade, a sua vocação, e que o pai aceita. Mas quando Crusoe recusa o destino que o pai lhe procura impor, então essa recusa é destruidora, mesmo

subversiva. Porque não se trata apenas de uma opinião, de uma alternativa: Crusoe não rejeita apenas um modo de vida em nome de outro. O que ele recusa é uma visão do mundo, é afinal uma sociedade no seu todo, em nome de um impulso que é, que só pode ser, irracional, na medida em que a linguagem do pai, que é a linguagem da razão e da sociedade (da razão social), não o conhece, não tem termo com que o nomear. Por isso Crusoe também não o tem, uma vez que a linguagem que aprendeu foi a do pai: "My Father . . . had given me a competent Share of Learning, as far as House-Education, and a Country Free-School generally goes" (p.3). Os termos que utiliza para designar o que sente como destino são , por esse motivo, sempre vagos e imprecisos: "Inclination","Propension of Nature". A sua razão é pois a mesma razão social do pai , daí que o polo que este representa seja interiorizado, como se vê num passo já anteriormente citado: "against the calm Reasonings and Perswations of my most retired Thoughts" (p.14).

Por tudo isto, a acção de Crusoe não é apenas nem a recusa da vocação veiculada pelo pai, nem a alternativa de uma vocação interiormente sentida, mas é, à partida, ambas as coisas simultaneamente. Se quiséssemos voltar aos dois conceitos alternativos de vocação (luterano e calvinista) referidos por Weber e Tawney, poderíamos dizer que eles aqui se confrontam, com tudo o que este confronto implica: diferentes ideias de Deus e do lugar do homem na sociedade e no mundo. Retomando a frase de Maximillian Novak anteriormente citada, e que penso ser válida apenas em parte, poderia completá-la dizendo que "tudo o que em *Robinson Crusoe* se relaciona com a vocação constitui um ataque ao individualismo económico"... excepto o próprio Robinson Crusoe.

Acabamos de ver como, em função do próprio significado estrutural do conflito pai-filho, este adquire uma dimensão que ultrapassa em muito os limites de uma mera oposição de perspectivas quanto a um destino individual. O que está em jogo é um modo global de entender as relações dos homens entre si e com a natureza, posto em causa por uma irracionalidade incontrolável por essa visão do mundo, e que é objectivada na personagem de Crusoe. Foi já referido que essa visão do mundo é a do neoclassicismo,nos

termos em que este foi caracterizado. Vejamos agora porquê, ou seja, em que termos a fala do pai de Crusoe é a expressão das concepções neoclássicas.

Analisando o discurso do pai podemos verificar que ele se articula sobre três eixos fundamentais de argumentação: justificação do projecto de vida proposto, apologia do estatuto intermédio, e defesa de um modelo de vida.

O projecto de vida é justificado, desde logo, por razões económicas. Se Crusoe aceitasse a proposta do pai teria diante dele o que designa por: "a Prospect of raising my Fortunes". Mas, é importante acentuá-lo, esse objectivo económico da existência é apontado dentro de condições muito específicas:"by Application and Industry, with a Life of Ease and Pleasure" (p.4). Por um lado, a realização económica do indivíduo implica a integração na ordem económica estabelecida: os termos " Application and Industry" referem a actividade numa profissão previamente determinada e que se exerce numa sociedade na qual o indivíduo é integrado ("my native Country, where I might be well introduced" -- p.4). Por outro lado, conta também o modo como essa realização económica se atinge: "with a Life of Ease and Pleasure". Nesta caracterização da vida cabe todo o ideal neoclássico da existência vivida em função da felicidade individual. É o próprio Alexander Pope, cujo obra é porventura a mais completa expressão do ideário neoclássico inglês, quem estabelece a equivalência entre o conceito de felicidade e os termos aqui usados por Defoe("Ease and Pleasure"): "Oh Happiness! our being's end and aim!/ Good, Pleasure, Ease, Content! whate'er thy name"[15] .

O estabelecimento de uma ética fundada em valores individuais verificara-se em Inglaterra no séc. XVII, fundamentalmente com Hobbes e Locke[16] . Para trás ficava uma escala de valores

---

[15] Alexander Pope, *An Essay on Man* (1733-4), Epistle IV, vv. 1-2 (*The Poems of Alexander Pope*, ed. John Butt, London, 1963).

[16] "what has an aptness to produce pleasure in us is that we call *good*, and what is apt to produce pain in us we call *evil*; for no other reason but for its aptness to produce pleasure and pain in us, wherein consists our happiness and misery " . John Locke, *An Essay Concerning Human Understanding* (1690), ed. A. C. Fraser, New York, 1959, Vol. I, p.340 (II, XXI, 43).

de fundamentação transcendente, que a Idade Média elaborara e instituíra, e à luz da qual o caminho da felicidade futura estava pejado de dificuldades, sofrimentos e dores. Agora o indivíduo é a medida de todas as coisas, e a felicidade não é uma vaga promessa de futuro mas uma conquista no presente concreto. É essa vivência de felicidade que o pai propõe a Crusoe: "that this Way Men went silently and smoothly thro' the World, and comfortably out of it . . . sensibly tasting the Sweets of living, without the bitter, feeling that they are happy, and learning by every Day's Experience to know it more sensibly" (p.5). Assinale-se, neste contexto, que não há no discurso do pai qualquer referência a valores de ordem transcendente, excepto na parte final, quando a desobediência ao pai é transformada em desobediência a Deus: "he would venture to say to me, that if I did take this foolish Step, God would not bless me" (p.6) (ainda que antes deste passo se encontre uma alusão bíblica, quando o pai se refere ao "wise Man" [p.4], ela não implica valores divinos, mas apenas um exemplo tradicional de sabedoria — Salomão). Equacionando, por este processo, a sua vontade com a vontade de Deus, o pai não faz mais do que sancionar a sua perspectiva sobre a existência com a determinação divina — um traço necessário ao optimismo que caracteriza o mundo neoclássico.

Mas a ética evidenciada no discurso não é apenas a expressão de uma escala de valores centrada nos interesses do indivíduo. Como antes foi referido, o neoclassicismo comporta uma tradição do pensamento ocidental que, embora não contraditória com o individualismo empirista de Hobbes e de Locke, o condiciona, determinando-lhe limites que impedem a sua radicalização. Trata-se da tradição humanista cristã, cuja importância é assinalada por Martin Battestin num dos mais importantes estudos da cultura neoclássica publicada nos últimos anos[17]. Nesta tradição, o mundo é considerado como um todo harmonioso, simétrico, e equilibrado, onde a alteração do estatuto de qualquer dos seus elementos põe em

---

[17] Martin C. Battestin, *The Providence of Wit*, Oxford, 1974.

risco a estabilidade do conjunto. Esta ideia de uma harmonia universal recebera em fins do séc. XVII a confirmação científica através da obra de Newton. Ao mesmo tempo, o mundo era pensado como plenamente preenchido, isto é, como um imenso quadriculado onde, ordenados em função das suas semelhanças e diferenças, todos os seres encontravam o seu lugar sem que fossem deixados quaisquer espaços em branco[18]. A formulação mais aprofundada destas concepções que encontramos durante a época neoclássica é provavelmente a de Leibniz, na sua teoria dos compossíveis: no acto inicial da Criação Deus teria de, entre todas as possibilidades lógicas que se lhe ofereciam, criar um mundo onde todas as essências passíveis de coexistência lógica deveriam ser realizadas. Formulações análogas encontram-se, porém, noutros importantes sistemas filosóficos da época, como em Espinoza e, no caso inglês, em Locke, embora a perspectiva empirista deste último não o pudesse levar a atribuir um carácter de necessidade lógica à ideia, considerando-a apenas como uma probabilidade aceitável à luz da observação dos factos[19].

A importância e a divulgação destas concepções são de resto comprovadas pela defesa que delas faz Addison nas páginas do *Spectator*. O próprio Defoe, embora sem encarar estes problemas nas suas implicações filosóficas, explica a necessidade do comércio em função da ordem do mundo criada por Deus, o qual adaptou o "mundo vegetativo e sensitivo" a essa necessidade[20]. Em suma, o mundo é um espaço totalmente preenchido por uma infinidade de elementos intimamente relacionados entre si por uma ordem que

---

[18] O mais completo estudo da evolução e significado destas ideias na história da cultura ocidental é ainda a obra de A. Lovejoy, *The Great Chain of Being*. Numa perspectiva bastante diferente, mas com conclusões por vezes muito semelhantes, estas ideias são analisadas, no quadro geral da epistemologia neoclássica, por Michel Foucault, em *As Palavras e as Coisas*.

[19] Cf. John Locke, *An Essay Concerning Human Understanding*, III, VI, 12.

[20] *The Review*, vol. I [IX], No 54, February 3, 1713, incluído em *The Best of Defoe's Review*, ed. William L. Payne, New York, 1951, pp.107-11.

a todos abarca, atribuindo a cada um deles o seu lugar próprio, que lhe está destinado desde o princípio dos tempos: é esta a concepção global que o neoclassicismo recebe de uma linha de pensamento que, de acordo com a história traçada por Lovejoy, remonta a Platão e Aristóteles, atravessando toda a filosofia medieval.

No espaço cultural inglês da primeira metade do séc. XVIII podemos encontrar em Pope e em Bolingbroke exemplos adequados da aplicação ao entendimento da estrutura social do modelo conceptual que esta ideia implica. Nesses termos a sociedade é entendida como um conjunto de indivíduos organizados entre si por uma ordem que a cada um atribui o seu lugar específico dentro do todo social, dependendo a felicidade de cada um em particular e de todos em geral da obediência aos limites que essa ordem impõe. A obra onde se encontra o tratamento, simultaneamente mais amplo e mais genérico, deste tema, é o já citado *An Essay on Man* , de Pope, um poema escrito sob forma de epístolas significativamente dirigidas a Bolingbroke. Aí se expõe a ideia de que a felicidade só é possível dentro do respeito pelas hierarquias sociais, ditadas, em última análise, pela vontade de Deus (que , na teologia deísta que informa o texto, se identifica com a razão absoluta): "ORDER is Heav'n's first law; and this confest, / Some are , and must be, greater than the rest, / More rich, more wise; but who infers from hence / That such are happier, shocks all common sense". Quanto a Bolingbroke, para além da sua provável contribuição para as ideias explanadas em *An Essay on Man*, é ainda de referir o seu papel na elaboração e defesa de uma teoria política que ilustra os mesmos princípios neoclássicos de equilíbrio, harmonia, e ordem[21] .

Ao mesmo tempo que aplica à sociedade o modelo conceptual da harmonia do mundo, Pope desenvolve a ideia, também ela recebida dentro da mesma tradição, de que, na escala hierárquica dos

---

[21] A. Pope, *An Essay on Man*, IV, vv.49-52. Sobre o neoclassicismo político representado por, entre outros, Bolingbroke, veja-se J. G. A. Pocock, "Machiavelli, Harrington, and English Political Ideologies in the Eighteenth Century", *The William and Mary Quarterly*, 22 (1965), pp.549-83.

seres,o homem ocupa o lugar intermédio. Entre os dois grandes blocos que compõem essa escala, o espiritual e o material, o homem é o único ser na criação que partilha dos dois: afinal, um modo simples de expressar o dualismo cartesiano por recurso à filosofia do senso comum: "Plac'd on this isthmus of a middle state,/ A being darkly wise, and rudely great: / With too much knowledge for the Sceptic side,/ With too much weakness for de Stoic's pride , / He hangs between;. . .[22] . Este modelo, porém, não é completamente aplicado por Pope à sociedade. Embora por vezes se depreenda do texto de *An Essay on Man* a ideia de que aqueles que se encontram colocados num local intermédio estão menos sujeitos ao vício que a riqueza facilita, tal concepção não é nunca integrada no sistema conceptual proposto. Não que este o não permitisse facilmente, mas porque aqui o objectivo de Pope não é o de tratar situações concretas, mas sim o de elaborar uma sistematização global do mundo e do lugar do homem neste. Para tal, o autor tem de se apresentar numa situação exterior à sociedade, quando fala dela; tem de a tratar em função de valores gerais, e não relativos a este ou àquele grupo que a compõe. De resto, toda a obra de Pope evidencia um ideal de compromisso que não lhe permitiria tomar partido nos termos em que o faz o pai de Crusoe. Mas, à parte esta diferença, vemos que, afinal, o discurso deste e o de Pope são extremamente aparentados.

A apologia do estatuto social intermédio feita pelo pai de Crusoe decorre claramente do pensamento neoclássico, assim como a defesa da ordem social nos termos em que o faz . À diferença de Pope, no discurso do pai a atribuição de um lugar priviligiado ao estádio intermédio é resultante da experiência: "[He told me] that mine was the middle State . . .which he had found by long Experience was the best State in the World, the most suited to human Happiness"(p.4). Sendo a sociedade um encadeamento hierárquico de estados,o intermédio não só é providencialmente poupado às dificuldades da existência ("the Calamities of Life were shared among the upper and lower Part of Mankind" — p.4), como é ainda adaptado à

---

[22] *An Essay on Man*, II, vv. 3-7

vida de felicidade: "the middle Station of Life was calculated for all kind of Vertues and all kinds of Enjoyments" (p.5). As condições de vida propiciadas por este estatuto social são resumidas pelo pai em duas palavras que consubstanciam todas as aspirações de uma burguesia que, com alegria e receio, vê ficarem para trás os tempos de carências e de guerras civis: "Peace and Plenty" ("that Peace and Plenty were the Hand-maids of a middle Fortune" — p.5). É significativo que estas mesmas palavras tivessem servido a Pope para caracterizar, em *Windsor Forest*, o reinado de Ana: "Rich Industry sits smiling on the Plains, / And Peace and Plenty tell, a STUART reigns."[23]. Na verdade, como o acentua Leslie Stephen, o periodo do neoclassicismo em Inglaterra corresponde, por excelência, a este reinado[24]. A partir de 1714 o olhar neoclássico aparece cada vez mais nostálgico, particularmente quando se volta para a vida social e política, onde a estratificação, a hierarquia, a ordem, e a estabilidade sonhadas não parecem suportar o devir histórico. Por outras palavras, a realidade começa e demonstrar que a vontade do pai de Robinson Crusoe, com todos os seus ideais de vida e de sociedade, não resiste ao impulso transformador do filho.

Finalmente, o discurso do pai propõe um modelo de vida, o qual encontramos caracterizado particularmente quando ele afirma: "that Temperance, Moderation, Quietness, Health, Society, all agreeable Diversions, and all desirable Pleasures, were the Blessings attending the middle Station of Life" (p.5). Também aqui é evidente a expressão do ideal neoclássico da existência humana. No centro da visão do mundo do neoclassicismo, para onde quer que esta se oriente na sua actividade de apreensão e de atribuição de sentidos ao real, encontramos sempre uma ideia estruturante desses sentidos, e da qual, em última instância, depende a coerência interna deste saber: a ideia de equilíbrio. Expressão directa de uma situação histórica que, como já foi referido, se caracteriza por um compromisso de classes, a ideia de equilíbrio tem aqui uma função categorial: a partir dela é possível pensar o mundo, a sociedade, e o indi

---

[23] A. Pope, *Windsor Forest* (1713), vv. 41-42

[24] Leslie Stephen, *English Literature and Society in the 18th Century*, London, 1904.

víduo como diferentes instâncias de um modelo que subsiste em virtude do equilíbrio perfeito entre as partes constituintes. Esta categoria constitui assim o cerne epistemológico do saber neoclássico. Se tomarmos como exemplo a obra teórica de Pope, constituída no essencial pelos seus dois ensaios, *An Essay on Criticism* e *An Essay on Man*, verificamos que toda ela pode ser entendida como a formulação de um saber em função desta categoria. Ora o que encontramos na descrição do modelo de vida feita pelo pai de Crusoe não é mais do que a expressão do equilíbrio nas instâncias da vida individual e da sociabilidade. Relegando todos os excessos para os extremos da hierarquia social, o modelo de existência feliz resolve-se numa contenção de tendências opostas na qual reside o segredo de uma vida saudável, dos pontos de vista físico, mental e social. Uma lição análoga à do pai de Crusoe é também dada por Pope, em termos semelhantes: "Know, all the good that individuals find,/ Or God and nature meant to mere Mankind;/ Reason's whole pleasure, all the joys of Sense,/ Lie in Three words, Health, Peace, and Competence./ But Health consists with Temperance alone,/ And Peace, oh virtue ! Peace is all thy own"[25].

Por tudo o que atrás fica dito podemos ver como o discurso do pai adquire, desde o início, uma função central na estrutura da narrativa[26]. Perante o seu significado, o abandono de casa por Crusoe não é uma mera desobediência filial: é a recusa de um mundo, de toda a sua ordem, as suas concepções, e os seus valores. E entre estes contam-se também, com uma importância não inferior à dos outros, os valores religiosos. A visão do mundo neoclássica reserva a estes um lugar singular: tendencialmente deísta (o próprio Pope, sendo católico, apresenta uma perspectiva religiosa em *An*

---

[25] *An Essay on Man*, IV, vv. 77-82

[26] A esta parte da obra, embora frequentemente referida e por vezes analisada, não tem sido reconhecida a relevância estrutural que possui. Q.D. Leavis, por exemplo, afirma que o trecho de 500 palavras (o cômputo é da autora) com que abre *Robinson Crusoe* é introduzido "solely to flatter the middle-class reader". Q. D. Leavis, *Fiction and the Reading Public*, (1932), London, 1968, p.103.

Essay on Man que, nas suas linhas gerais, pode ser considerada como deísta), encara Deus como Ser Supremo pelo qual a ordem racional do mundo se justifica, mas cuja acção se limita à instauração dessa ordem. Após o acto criador, o mundo como que se basta a si próprio, funcionando através de leis imutáveis que são a expressão da perfeita racionalidade do criador. Isto é, Deus está simultaneamente presente no mundo e dele ausente. Presente, na medida em que tudo o que acontece tem um carácter de racionalidade que lhe é conferido pela razão divina, por natureza perfeita e absoluta. Ausente, porque os factos podem sempre ser explicados à luz da razão humana, excluindo qualquer recurso ao sobrenatural ou ao irracional.

Deste modo se explica a localização da referência a Deus no discurso do pai. É só após ter esgotado toda a racionalidade da sua argumentação que ele recorre à ameaça do castigo divino. A simultânea ausência e presença de Deus no mundo neoclássico encontra assim expressão no plano do seu discurso. Todas as razões invocadas para demover Crusoe do seu objectivo são de ordem material. A necessidae da aceitação da ordem justifica-se por si, pela sua própria racionalidade: este mundo é o melhor dos mundos possíveis, a sua recusa é um acto irracional. Mas, ao encerrar a sua argumentação("And to close all, he told me . . . " — p.5), é-lhe necessário lembrar que essa ordem cujas leis ele expôs é afinal a própria ordem divina, pelo que a sua infracção é uma desobediência a Deus: "and tho' he said he would not cease to pray for me, yet he would venture to say to me, that if I did take this foolish Step, God would not bless me" (p.6). Neste momento o que o pai diz é que o seu discurso é afinal o discurso de Deus: o castigo pela desobediência será implacável e irrevogável. Aqui surge um motivo que será central a todo o ulterior desenvolvimento da narrativa: a identificação do pai com Deus.

Ao mesmo tempo que este é um momento importante na organização da narrativa, é-o também ao nível da análise, na medida em que mostra o funcionamento interno da ideologia que ordena o discurso desmascarando a sua pretensa inocência. Não, evidentemente, aos olhos da própria ideologia: vistas de dentro todas as ideologias são coerentes. Mas ao cristalizar-se no discurso (todas as ideo

logias se cristalizam nos seus discursos) ela torna-se vulnerável, denunciando os processos da sua própria constituição. Ao pretender mostrar os fundamentos religiosos da "sua" sociedade, o pai acaba por apontar os fundamentos sociais da "sua" religião. Ao recusar a sua anuência aos projectos de Crusoe, a sociedade sanciona a sua ordem própria com a ordem divina, ao mesmo tempo que nega a eventual consolação que ele pudesse encontrar em Deus. Por este acto, ela mostra (denuncia) como a vontade de Deus foi secularizada pela ideologia.

Pouco tempo depois, após a tentativa infrutífera de Crusoe para que a mãe intercedesse a seu favor, o pai teria respondido: "That Boy might be happy if he would stay at home, but if he goes abroad he will be the miserablest Wretch that was ever born: I can give no Consent to it" (p.7). O destino de Crusoe está traçado, desta vez já nem sequer sendo necessária a invocação do nome de Deus: o pai substituiu-se-lhe [27]. Na sua vida futura Crusoe identificará a figura do pai com Deus, o que é já antecipado quando toma finalmente a decisão de partir: "without asking God's Blessing, or my Father's" (p.7). A sua desobediência tornar-se-á, por isso, no seu "pecado original", como ele a há-de denominar um dia. Ao partir, é o mundo neoclássico que ele deixa para trás, com a sua ordem e o seu Deus: fica isolado. "On the first *September* 1651 I went on Board a Ship bound for *London*" (pp. 7-8): os dados estão lançados. Em certo sentido, o tempo da ilha começa aqui.

*

* *

---

[27] Esta identificação do pai com Deus tem sido frequentemente explicada por recurso ao significado arquétipo da autoridade que a figura do pai adquire nas crenças puritanas. É esta a ideia que, formulada de um ou outro modo, encontramos nos estudos que pretendem interpretar a obra à luz de formas narrativas da tradição puritana do séc. XVII (J.P. Hunter e George A.Starr). Penso que, ainda que válidas em si, estas interpretações não conseguem explicar de forma satisfatória a importância que este romance adquiriu na nossa cultura.

A partir deste momento Crusoe será sujeito a sucessivas provações ao longo das quais a irracionalidade do seu impulso será confrontada pelas forças poderosas que o mundo por ele renegado desencadeia. A sua vontade ir-se-á confrontar com a Ordem, nas suas diversas manifestações: natural, humana e divina. Ao longo desse processo Crusoe terá o ensejo de, por vezes, ainda que como em breves lampejos, tomar consciência de algumas razões do impulso que o faz mover. Contudo, enquanto durar esse confronto, a sua vontade será sempre primordialmente, um impulso para a acção, como tal nunca totalmente racionalizável. Em cada uma dessas provações a Ordem obriga-lo-á a voltar atrás e a reconsiderar: chamá-lo-á à Razão. É nesses momentos de razão que mais se lhe torna difícil entender o porquê da sua acção: no mundo dos valores instituídos ela não tem razão de ser. Mas o movimento de Crusoe é centrífugo. Passado o momento crítico ele retoma o seu percurso: o inverso do percurso de Ulisses.

Os indícios de tempestade na primeira viagem fazem-no reconsiderar a sua situação: "in this Agony of Mind, I made many Vows and Resolutions, that if it would please God here to spare my Life this one Voyage, if ever I got once my Foot upon dry Land again, I would go directly home to my Father, and never set it into a Ship again while I liv'd" (p.8). Trata-se da primeira provação, e como tal do primeiro momento crítico. Significativamente, é este o momento em que a decisão de regressar assume um carácter mais positivo. Se bem que este sentimento esteja presente, de um modo ou de outro, em todos os momentos de crise, ele nunca virá a comportar uma resolução de desistência em termos tão categóricos. Na medida em que Crusoe se vai afastando de casa, quer literal quer metaforicamente, a consciência do regresso como solução irá decrescendo na razão inversa da intensificação do sentimento de culpa e de desespero, o que expressa o rigor com que Defoe trata a constituição psicológica da personagem.

No dia seguinte ao da tempestade Crusoe está já em condições de retomar o seu percurso e, poucos dias depois, a sua decisão é de novo inabalável: "and I had in five or six Days got as compleat a Victory over Conscience as any young Fellow that resolved

not to be troubled with it, could desire" (p.10). Deve-se contudo assinalar que o espaço psicológico de Crusoe nunca se apresenta em termos simplistas: os seus arrependimentos e as suas decisões são sempre o resultado de um conflito que, a cada momento, se resolve em função das condições exteriores. Isto é, os valores do mundo que ele rejeita não são para ele uma mera exterioridade: pelo contrário, encontram-se interiorizados, tornando-se poderosos quando o mundo exterior vem em seu apoio. É o que se verifica de novo com a segunda tempestade, ao largo de Yarmouth. Com a primeira, apenas Crusoe, desconhecedor da vida do mar, tinha sido afectado (a propósito dela, diz-lhe o seu companheiro: "A *Storm, you Fool you,* replies he, *do you call that a Storm, why it was nothing at all*"-p.9). Mas agora surge redobrada a fúria dos elementos, mostrando-lhe que a sua persistência arrastará consigo na condenação todos os que o acompanharem. De resto, é isso que o comandante lhe faz ver, prolongando, como já foi referido, o discurso do pai, e identificando este com a providência divina:

> *Perhaps this is all befallen us on your Account, like* Jonah *in the Ship* of Tarshish . . . *And young Man,* said he, *depend upon it, if you do not go back, where-ever you go, you will meet with nothing but Disasters and Disappointments till your Father's Words are fulfilled upon you* (p.15).

Mais uma vez a adversidade o faz reconsiderar a sua acção, e mais uma vez o impulso inominável vence os valores da razão: " and tho' I had several times loud Calls from my Reason and my more composed Judgement to go home, yet I had no Power to do it. I know not what to call this"(p.14)[28]. Pode-se aplicar a este passo as palavras

---

[28] Este conflito interno de Crusoe pode ser entendido, no plano psicológico, como o conflito entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Embora considere que a análise psicanalítica não se mostra capaz de esclarecer cabalmente o significado da obra na sua globalidade, não se pode deixar de reconhecer que alguns trabalhos elaborados nessa perspectiva permitiram determinar certos sentidos em *Robinson Crusoe* que, ainda que parcelares, são significativos. Cf. particularmente Marthe Robert, *Romans des origines et origines du roman*, pp.131-180 e, embora menos importante, Eric Berne, "The Psycological Structure of Space with some Remarks on *Robinson Crusoe*", *Psychoanalytic Quarterly*, 25 (1956), pp.549-57 (Parcialmente transcrito em *Twentieth Cen*

de John Richetti a propósito do relato da anterior recusa dos conselhos do pai por parte de Crusoe, segundo as quais "Crusoe nota a irrelevância do discurso moral perante o desejo irracional; na verdade, ele subentende na sua qualidade de relator neutro o primado do misterioso impulso interno" [29]. Só que aqui o conflito decorre da complexidade da personagem e já não da situação: o "discurso moral" do pai encontra-se interiorizado, transformado no que Crusoe designa por "loud Calls from my Reason and my more composed Judgement".

A complexidade da figura de Crusoe evidenciada neste passo assim como noutros momentos da obra, tem sido frequentemente ignorada. A sua redução a um dos termos que a constituem tem levado alguns autores a atribuir ao romance significados antagónicos, consoante optam pela sobrevalorização de um ou de outro desses termos. Exemplos disto são os trabalhos de Ian Watt e de Maximillian Novak (que, para além disso, são porventura as análises mais brilhantes e eruditas da obra de Defoe). Assim, enquanto o primeiro afirma que em *Robinson Crusoe* Defoe propõe um modelo de individualismo económico bem sucedido, considerando que "Crusoe na verdade acaba por tirar proveito de seu 'pecado original', tornando-se mais rico do que era seu pai", M. Novak, ao tentar rebater as teses de Ian Watt, contrapõe que, "ao chamar a atenção do seu auditório para o fracasso de Crusoe ao recusar a sua vocação, Defoe atacava directamente os costumes económicos de uma sociedade que estava a abandonar os ideais de comércio do mercantilismo em favor do *laissez-faire* e do individualismo económico" [30].

---

tury Interpretations of Robinson Crusoe, ed. Frank Ellis, Englewood Cliffs, N. J., 1969, pp. 94-7).

[29] " Crusoe notes the irrelevance of moral discourse in the face of irrational desire; in fact, he implies in his capacity as neutral recorder the primacy of misterious internal impulse". John Richetti, *Defoe's Narratives - Situations and Stuctures*, p.27.

[30] "And, of course, Crusoe actually gains by his 'original sin', and becomes richer than his father was" (Ian Watt, *The Rise of the Novel*, p. 72)."By reminding his audience of Crusoe's failure to follow his calling, Defoe was directly attacking the economic mores of a society that was abandoning the trade ideals of mercantilism for those of laissez-faire and economic individualism " (M.Novak, *Economics and the Fiction of Daniel Defoe*, p.49).

Na verdade cada uma das interpretações é resultado da neutralização daquilo que na obra aponta no sentido da interpretação oposta. Mas estas interpretações divergentes têm a grande virtude de nos indicar as duas grandes forças históricas que, no contexto da sociedade inglesa de inícios do séc. XVIII, determinam a natureza do conflito que se expressa na obra: por um lado, o peso de uma estrutura social ordenada e estratificada que decorre, em grande parte, da organização económica mercantilista (mas não só: o modelo hierárquico da sociedade e a representação do mundo que lhe corresponde são em parte de raiz medieval, tanto quanto o são o Humanismo e o Renascimento); por outro lado, uma tendência dinâmica orientada no sentido da sociedade liberal e do individualismo económico que se lhe adequa[31]. É esta a contradição fundamental da época histórica em que *Robinson Crusoe* é escrito, e que a obra representa. Ao fazer de Crusoe o lugar de confronto entre as forças que sentia fazerem mover o mundo em que vivia, Defoe fez dele a figuração do conflito que atravessou toda a época moderna e que moldou a contemporânea. Reduzi-lo a um dos seus aspectos é pois, além de tudo, deformar o seu significado histórico.

*

* *

Temos visto, até agora, como se caracteriza um dos polos do conflito. Quanto ao outro, não pudemos classificá-lo melhor do

---

[31] John Richetti analisa a personagem de Crusoe em termos análogos: "Crusoe is. . . realized as a character in the conflict in him between two historical factors: the expansive ideology of capitalism and the conservative moral and religious ideology which is its logical opposite". Nesta formulação, seria apenas de apontar que a oposição não é "lógica", mas sim sociológica. Porém, na conclusão que se segue penso que Richetti ultrapassa os limites do texto: "This position as a consciousness aware of the claims of those ideologies liberates him from them" (*Defoe's Narratives*, pp. 14-15). Na verdade, a universalidade da representação mítica é um elemento interior, constitutivo do próprio mito (e portanto desmitificável): o facto histórico não se pode libertar da história.

que como um impulso. No plano do discurso, Crusoe dá-nos poucos elementos para a sua caracterização: de início designa-o por "Inclination" ou "Propension of Nature", mais tarde dá-lhe já conotações negativas, falando de "ill Fate" (p.14) e de "evil Influence" (p.16). Isto significa que, quando tenta conhecer melhor as suas motivações (e, para o pensamento neoclássico, conhecer é nomear), apenas o pode fazer dentro dos quadros mentais herdados, o que equivale a dizer que elas são designadas necessariamente na perspectiva do pai. A primeira vez, no decurso da narrativa, em que Crusoe consegue ter consciência, se não dessas motivações na sua globalidade, pelo menos de um dos seus aspectos, é após a primeira viagem, quando refere "that evil Influence which carryed me first away from my Father's House, that hurried me into the wild and indigested Notion of raising my Fortune" (p.16). Este passo, frequentemente citado como documentando o carácter económico do impulso de Crusoe, é na verdade um dos raros momentos em que ele encontra uma forma de nomear as razões que o impelem a rejeitar o mundo paterno, ou seja, uma forma de racionalizar a sua acção. Porém, se nos ativermos exclusivamente ao discurso de Crusoe na tentativa de explicar todo o seu comportamento e, portanto, a personagem, correremos o risco de ignorar, ou pelo menos de interpretar erradamente, aquela que é, afinal, a sua componente essencial: a acção. Como já vimos, o conflito interno de Crusoe verifica-se na sua incapacidade em coordenar a razão e a acção. À luz da razão os argumentos do pai são para ele incontestáveis, o que leva a definir o seu impulso para a acção como irracional. Daí que, se queremos entender o autêntico significado da acção de Crusoe, tal não será possível através de uma racionalidade que, por definição, não a entende[32]. Isto quer dizer que um

---

[32] A definição da acção pela racionalidade da ordem leva a conclusões que são bem exemplificadas em J. Sutherland ao tentar rebater a tese de I. Watt: "Unless we are to say — and we have no right to say it — that Crusoe did not know himself, profit hardly seems to have been his 'only vocation'. Instead, we are presented with a man who was driven . . . by a kind of compulsion . . and a fever in the blood . . . to wander footloose about the world" (*Daniel Defoe, A Critical Study*, Cambr. Mass., 1971, p.137). Sutherland experimenta afinal tantas dificuldades em entender Crusoe como ... o pai deste. Além disso, a nossa distanciação histórica dá-nos de facto o direito de dizer que Crusoe não se conhecia completamente.

dos níveis onde poderemos analisar aquilo que atrás foi definido como a contradição fundamental de que a obra é expressão, será precisamente o da inadequação do discurso e da acção, pelo menos até ao momento em que esta leve Crusoe a descobrir uma nova racionalidade do mundo.

A segunda viagem dár-nos-á bem conta da complexidade das forças em confronto no interior de Crusoe. Desta vez não teremos já quaisquer juízos valorativos procedentes do exterior da personagem, como acontecera anteriormente com as intervenções do pai ou do comandante. É agora a vez de ele próprio avaliar a sua acção. E, ao fazê-lo, os seus juízos são, como não podia deixar de acontecer, contraditórios. Assim, ao apresentar a viagem, afirma: "I say the same Influence [i.e.: that evil Influence], whatever it was, presented the most unfortunate of all Enterprises to my View; and I went on board a Vessel bound to the Coast of *Africa*" (p.16). Porém a viagem decorre sem incidentes, trazendo mesmo vantagens económicas, o que o leva a valorizá-la:"this was the only Voyage which I may say was successful in all my Adventures" (p.17). Mas, logo de seguida, é a vez de lamentar as consequências provocadas pelo vultuoso lucro obtido: "and this fill'd me with those aspiring Thoughts which have since so compleated my Ruin" (p.17).

Este passo da narrativa surge com uma dupla função: por um lado, trata-se de um recurso técnico pelo qual Defoe leva a cabo uma fase na educação de Crusoe, que lhe permite o ulterior desenvolvimento da acção("in a Word, this Voyage made me both a Sailor and a Merchant" — p.17); por outro lado, mostra como é exclusivamente pela acção que ele pode tomar consciência do sentido da sua vontade, tornando-se este no único processo da sua formação psicológica. A importância deste segundo aspecto na caracterização do conflito merece que nos detenhamos um pouco neste episódio.

Quando Crusoe decide embarcar nesta viagem, o seu objectivo não é a obtenção de lucro. O comandante do barco convida-o a acompanhá-lo após ele ter manifestado o seu interesse em "ver o mundo"("I had a mind to see the World" — p.17), o que po

de ser considerado como uma variante de uma outra expressão usada logo no início da narrativa: "going to Sea" (p.3). Aliás, mesmo no seu comentário retrospectivo, Crusoe lamenta não ter embarcado como marinheiro, o que lhe permitiria chegar eventualmente a comandante: uma perspectiva, afinal, bem enquadrada dentro da ordem social vigente ("It was my great Misfortune that in all these Adventures I did not ship myself as a Sailor; . . . and in time might have quallified myself for a Mate or Lieutenant, if not for a Master" — p.16). O que quer dizer que nem sequer quando retrospectivamente analisa o seu passado Crusoe tem consciência de que o motivo da sua acção fosse a perseguição do lucro. A sua afirmação anterior, portanto, segundo a qual o impulso que sentia era ditado pela ideia de, nas suas palavras, "raising my Fortune", deve ser entendida, não como uma consciência dos seus objectivos que ele tenha adquirido, mas apenas como mais uma expressão da racionalidade que na obra se opõe à acção. De resto, já em termos análogos o pai tinha dado voz a essa ideia, quando afirmara que, para enriquecer, ele não necessitaria de abandonar a sua situação social: "He ask'd me what Reasons . . . I had for leaving my Father's House . . . where I . . . had a Prospect of raising my Fortunes by Application and Industry, with a Life of Ease and Pleasure" (p.4). Só esta razão nos permite entender por que, mesmo tendo em conta as vantagens económicas resultantes desta viagem (ou precisamente por causa delas), ele a considera uma má escolha: "But as it was always my Fate to choose for the worse, so I did here" (p.16).

Mas, ao mesmo tempo que a análise da consciência de Crusoe nos leva sempre a constatar uma razão que não abrange as razões da acção, algo de novo nos surge neste momento. Trata-se da relação que ele descobre entre a sua acção e o impulso que sente, e que estabelece quando afirma: "I brought home L. 5.9 *Ounces* of Gold Dust for my Adventure, which yielded me in *London* at my Return, almost 300 *l.*, and this fill'd me with those aspiring Thoughts which have since so compleated my Ruin" (p. 17). Neste passo expressam-se os dois termos do conflito, a dois níveis de objectividade distintos: o dos juízos de facto e o dos juízos de valor. No primeiro

nível, e é aí que algo de novo se verifica, Crusoe constata que o lucro é motor do seu impulso ("and this fill'd me with those aspiring Thoughts"). Trata-se aqui da mera constatação, por parte de Crusoe, de uma relação objectiva: ela o conduzirá à acção que imediatamente se segue. No segundo nível, o juízo de valor tem a função córica na qual a reflexão de Crusoe substitui o discurso do pai (" . . . which have since so compleated my Ruin"). De um ao outro vai a distância que separa uma prática de uma teoria que se lhe não adequa.

Na verdade, a perspectiva teórica (a racionalidade) que emite o juízo de valor não compreende a relação causal estabelecida pelo juízo de facto. Como veremos na continuação da análise da obra, o objectivo de Crusoe não é o de atingir um determinado grau de riqueza. Se o fosse, o risco corrido nunca seria compensatório e o coro poderia, no fim, dizer como M. Novak na sua contestação de Ian Watt: "Ian Watt afirmou que a verdadeira moral assenta no sucesso de Crusoe no mundo, mas não há qualquer razão para acreditar que ele não se tornaria igualmente rico se não tivesse abandonado York"[33]. Nesta perspectiva, o que se efectua é uma inversão da ordem dos factores, na qual o lucro é tomado como um meio, quando em Crusoe o lucro é, simultanea e permanentemente, um princípio e um fim: o meio é a acção. No passo em análise, a descoberta de que a acção resulta em lucro leva à intensificação do impulso para a acção. O lucro surge como uma forma que explica a acção de Crusoe, e cujo carácter essencial na constituição da personagem foi expresso na já célebre formulação de Ian Watt segundo a qual o "pecado original" de Crusoe " é na verdade a tendência dinâmica do próprio capitalismo, cujo objectivo consiste em nunca se limitar a manter o status quo, mas em transformá-lo incessantemente"[34].

---

[33] "Ian Watt has argued that the real moral turns on Crusoe's success in the world, but there is no reason to believe tnat he would not have been as rich if he had not left York". M. Novak, " Robinson Crusoe's'original sin'", p.27.

[34] "Crusoe's 'original sin' is really the dynamic tendency of capitalism itself, whose aim is never merely to mantain the status quo, but to transform it incessantly". I. Watt, *The Rise of the Novel*, p.72.

Encarados sob esta perspectiva, os elementos do conflito assemelhan-se significativamente às fórmulas estabelecidas por Marx para a relação Mercadoria — Dinheiro. Na perspectiva que tem sido classificada como a do pai de Crusoe, a relação entre o lucro[35] e uma determinada situação social poderia ser formulada nos seguintes termos: situação social — lucro — situação social. Nesta fórmula, o lucro é entendido como um meio de passar de uma situação social a outra, tal como na circulação simples, característica das formações pré-capitalistas, a relação Mercadoria — — Dinheiro obedece à fórmula M-D-M, na qual o dinheiro é um meio de trocar uma mercadoria por outra. Por sua vez, o outro termo do conflito, localizado em Crusoe (na sua acção) é resumível a uma relação lucro-situação social - lucro, onde a situação social (que aqui deve ser entendida como um momento num todo social dinâmico e não como um estrato de uma sociedade estável, como na fórmula anterior) é o ponto de apoio para a obtenção de mais lucro, o qual por sua vez levará o ciclo a renovar-se indefinidamente. Este esquema é paralelo à formula D-M-D, pela qual a mercadoria é apenas um meio para a reprodução do dinheiro, e que Marx aponta como a fórmula geral do capital[36]. Verificamos assim a existência de uma homologia entre, por um lado, as estruturas de troca das sociedades pré-capitalista e capitalista e, por outro, as estruturas mentais expressas nos polos do conflito que temos vindo a analisar. Claro que a homologia vale o que vale. No momento actual da análise, penso que ela pode ser considerada significativa no que respeita à sua primeira parte, na medida em que apenas nos vem confirmar a existência de uma relação directa entre o modelo social anterior ao capitalismo liberal[37], herdeiro, como vimos, de estruturas mentais pré-capitalistas, e a visão do

---

[35] O termo lucro é aqui utilizado no sentido genérico de vantagens económicas e não no sentido económico restrito da quantificação da mais-valia.

[36] Karl Marx, *Le Capital*, Livre Premier (1867), trad. de Joseph Roy, revista pelo autor, Paris, 1975, Vol. I, pp. 104-159.

[37] Em termos de história económica, este período corresponde à fase de acumulação primitiva de capital.

mundo neoclássica expressa no termo do conflito de que o discurso do pai de Crusoe é exemplo mais saliente. Quanto à segunda parte, ainda que a homologia se enquadre no significado global de Crusoe que a análise tem evidenciado, devemos contudo aguardar que os resultados posteriores no-la confirmem ou não.

Finalmente, e para completar a análise deste trecho referente à segunda viagem, resta apontar o facto de que, apesar do sucesso do empreendimento, Defoe não resiste a encontrar algum castigo "natural" para a acção de Crusoe. Num último parágrafo, já depois de tudo narrado, como que "à última hora", Crusoe diz-nos que passou a viagem doente ("Yet even in this Voyage I had my Misfortunes too; . . ." — p.17). Embora salve o equilíbrio da acção (o herói tinha de sentir o castigo), a doença não impede em nada a actividade comercial de Crusoe.

*

* *

A esta viagem segue-se o mais longo episódio, ou aventura, dos que antecedem a chegada de Crusoe à ilha, e que o levará da Inglaterra ao Brasil, passando por África. Pela primeira vez vamos agora encontrar Crusoe a embarcar para uma viagem com fins exclusivamente comerciais ("I was now set up for a *Guiney* Trader" — p.18), o que desde já nos aponta o sentido do desenvolvimento da personagem: num processo gradual de formação, à primeira viagem, ditada apenas pelo impulso de "ir para o mar", sucedera-se a segunda, que motivada pelo desejo então formulado como de "ver o mundo", trouxera como resultado a obtenção de lucro. Poder-se-à dizer que, agora, o impulso se encontra orientado: o seu resultado será a terceira viagem.

A oposição mundo — indivíduo, que desde o início estrutura o conflito, e que apenas fora parcialmente suspensa na viagem anterior, reaparece: o barco é perseguido por piratas e Crusoe, juntamente com os restantes tripulantes, é feito prisioneiro. Em vários aspectos este episódio antecipa os acontecimentos na ilha[38],

---

[38] John Richetti considera esta antecipação como relevante para a dimensão mítica da história de Crusoe: "Such repetition and elaboration of pattern are signs of the story's affinities with myth so often remarked upon" (*Defoe's Narratives*, p.33). Para tal, baseia-se na teoria de Levi-Strauss sobre a função da repetição na estrutura do mito.

o que é desde logo exemplificado pelo tratamento único dado a Crusoe: enquanto todos os seus companheiros são levados para a corte do imperador, ele fica como escravo do capitão do barco pirata, em condições que lhe virão a possibilitar a fuga. Esta é, de resto, uma tónica de toda a acção — dir-se-ia que a ordem do mundo não é nunca suficientemente poderosa para conter Crusoe. Além disso, a nova situação introduz um tema novo, que passará a ser frequentemente retomado: a escravatura[39].

Nos inícios do séc. XVIII a escravatura é aceite como um facto social natural e necessário[40]. Para além da justificação bíblica que tradicionalmente lhe era dada pelas autoridades eclesiásticas[41], outras razoes justificavam a necessidade desta forma de exploração: o desenvolvimento económico da Inglaterra, como de uma grande parte dos países europeus, dependia então do trabalho escravo. No caso inglês ele era necessário à exploração das colónias americanas, como o próprio Defoe o reconhece[42]. Em *Colonel Jack* uma longa secção da obra tenta mostrar como um tratamento humanitário dos escravos conduz a um aumento de produtividade. Porém a função dos escravos estava destinada aos negros, "a vile accursed

---

[39] Considerando a linha central da acção de *Robinson Crusoe* como manifestação de um ritmo em que prisão e libertação alternam, David Blewett afirma: "The motif of slavery is part of the larger theme of imprisonment, later to develop into one of the chief sources of imagery in the island section; it links Crusoe's enslavement in Salee, his escape with the slave boy Xury (who foreshadows Friday), his need for slaves in Brazil, and the subsequent African slaving trip on which he is shipwrecked for the last time". D. Blewett, *Defoe's Art of Fiction*, Toronto, 1979, p.32.

[40] Isto apesar da forma violenta como Charles Gildon ataca a actividade esclavagista de Crusoe classificando-a como: "That infamous Trade of buying and selling of Men for Slaves", *Robinson Crusoe Examin'd and Criticis'd*, p.94). É de crer que no seu afã de encontrar pontos criticáveis na obra de Defoe, Gildon tenha dado voz a uma opinião que, na época, não era muito representativa.

[41] Genesis, 9, 20-28

[42] Cf. *The Review*, ed. A.W. Secord, New York, 1938 (22 vols), VI, 47 (July 21.1709), p.186, onde Defoe se refere à absoluta necessidade do trabalho escravo na produção do açúcar.

race", como Defoe os designa[43], e não aos brancos; e ainda muito menos a um inglês originário da classe média, como era o caso de Defoe. A situação em que ele é obrigado a passar cerca de dois anos surge assim como uma das grandes provações a que o mundo o submete, e que ele considera então como o consubstanciar da condenação paterna : "and now I looked back upon my Father's prophetick Discourse to me, that I should be miserable , and have none to relieve me, which I thought was now so effectually brought to pass, that it could not be worse" (p.19). Mas não é este o momento final, como de resto nunca o será. Ao escapar à escravatura Crusoe afirma, pela acção, que nenhuma forma de constrangimento social o impedirá de continuar o seu percurso.

Significativamente, a fuga de Crusoe à escravatura prolonga, fisicamente, a sua fuga de casa. Ao contrário do que, nas suas próprias palavras, seria de esperar, ele não se dirige para norte, em direcção à Europa: " . . . that they might think me gone towards the Straits-mouth (as indeed any one that had been in their Wits must ha' been supposed to do)" (p.23). Em vez disso, segue no sentido inverso, ao longo da costa africana, dirigindo-se assim para os limites do mundo, para além da civilização, da cultura, e da ordem, para lá onde a sobrevivência do indivíduo é altamente improvável. Crusoe antevê esse percurso , formulando , talvez pela primeira vez na história da literatura, uma concepção da África negra como lugar mítico que está para além dos limites de sobrevivência do homem branco, isto é, dos seus valores e da sua cultura, concepção essa que, atravessando as narrativas das incursões africanas do séc. XIX (e alimentando-se delas), como as de Livingstone e de Stanley, ou de Serpa Pinto e de Capelo e Ivens [44], adquire a sua grande formulação literária moderna em

---

[43] Daniel Defoe, *Atlas Maritimus & Commercialis* (1728), p.237, citado por Peter Earle, *The World of Defoe*, p.68

[44] É significativo que Defoe nos apresente como que uma antecipação destas narrativas no episódio da travessia de África em *Captain Singleton* (1720).

Heart of Darkness [45]. A importância deste passo justifica a sua transcrição:

> for who would ha' suppos'd we were saild on to the south ward to the truly *Barbarian* Coast, where whole Nations of Negroes were sure to surround us with their Canoes, and destroy us; where we could ne'er once go on shoar but we should be devour'd by savage Beasts, or more merciless Savages of humane kind (p.23).

É para este local que, no seu percurso centrífugo, Crusoe se dirige.

Mas os limites do mundo não serão os limites do seu poder: pelo contrário, e também aqui numa antecipação do período da ilha, ele encontra formas de sobrevivência e mesmo de domínio. Ao longo de uma terra inóspita, que de noite é povoada por estranhas criaturas de pesadelo ("it is impossible to describe the horrible Noises, and hideous Cryes and Howlings, that were raised as well upon the Edge of the Shoar, as higher within the Country"- p.25), e de dia se apresenta sem vida ("we saw nothing but a wast uninhabited Country, by Day" — p.27), Crusoe consegue não só retirar dela os alimentos de que necessita para a sua sobrevivência (p.26), como também dominá-la.

Ao abater um leão e retirar-lhe a pele (p.28), Crusoe obtém o primeiro troféu da sua conquista: trata-se de um momento de elevada carga simbólica. Pela primeira vez na sua história ele fala-nos das suas sensações de prazer: "and tho' he began to move off [I] fir'd again, and shot him into the Head, and had the Pleasure to see him drop, and make but little Noise, but lay struggling for Life" (p.28). O que Crusoe deste modo sente é o prazer do primeiro acto de domínio: o rei da selva, daquele lugar que está para além da ordem humana, é subjugado pelo indivíduo isolado, que

---

[45] A associação à África interior e ocidental da ideia do desconhecido é, evidentemente, muito anterior, podendo ser localizada desde a Antiguidade até à mais recente imagem das viagens de Ulisses dada por Dante (*Inferno*, Canto XXVI). Trata-se aqui, porém, da reformulação moderna dessa associação mítica, elaborada a partir dos Descobrimentos e das primeiras tentativas de colonização da África pelos europeus, e que introduz agora como tema fundamental a distinção/oposição rácica entre África negra e homem branco.

o faz tombar e que o faz calar-se (o seu "little Noise" contrasta com os "horrible Noises" que desde início haviam sido apontados como a mais assustadora manifestação dos animais selvagens). A consciência da autoridade do seu acto fá-lo mesmo deixar a Xury a tarefa menor de desferir o tiro de misericórdia .

O jovem mouro surge aqui com uma função contrapontística. Além de representar a subalternidade relativamente ao poder absoluto de Crusoe , ele simboliza essa subalternidade também no plano do saber: após acabar com o leão, num gesto típico de quem não conhece o valor das coisas, Xury pretende cortar-lhe a cabeça, mas nem isso conseguindo, limita-se, ridiculamente, a trazer para bordo uma pata do animal [46] . Mas Crusoe, após reflexão, conclui que a única coisa com valor que pode retirar ao leão é a sua pele: "I bethought myself however, that perhaps the Skin of him might one way or other be of some Value to us" (p.28). Ao apresentar-se como centro da acção, Crusoe torna-se no centro do poder e do saber.

Após este acto pelo qual mostra (e descobre) o seu domínio sobre a natureza, esta começa a manifestar os sinais da sua subordinação. Os negros que aparecem na costa, cujo "estado natural" é acentuado pela ausência de roupas, isto é, de marcas civilizacionais ("The Women were as stark Naked as the Men" — p.31), trazem-lhe alimentos em obediência aos seus sinais (p.29). Mostrando ter atrás de si um saber e uma técnica acumulados ao longo de uma civilização, Crusoe utiliza os seus recursos para o exercício do poder: tal como fará mais tarde, na ilha, com os selvagens e particularmente com Friday, usa a arma de fogo para atestar a sua superioridade (pp.30-1). Este objecto tem a vantagem de surgir aos olhos dos negros como encarnando dois atributos essenciais do poder: é misterioso e é mortífero ("the *Negroes* held up their Hands with Admiration to think what it was ,I had kill'd him with" — p.31).

---

[46] Defoe aponta frequentemente a inferioridade dos negros como consistindo na sua incapacidade para reconhecer o valor, o que os leva a trocar o ouro e o marfim pelas bugigangas que os europeus lhes levam. Esta ignorância é particularmente apresentada em *Captain Singleton*.

Será neste momento de referir que a linguagem de Crusoe começa agora a manifestar uma nova atenção ao real. Referindo-se ao período da narrativa que se segue à fuga de Salee, John Richetti assinala que "é apenas neste ponto da história que Defoe começa a apresentar-nos com alguma abundância os pormenores fascinantes que o tornaram famoso". Em termos gerais, penso que a explicação que o próprio Richetti dá para o facto é adequada, quando considera que tal precisão de pormenor é "a mais óbvia manifestação ao nível da linguagem do impulso para o poder que informa a obra". Porém este autor cai, quanto a mim, num erro teórico que não permite tirar desta formulação as devidas conclusões, ao afirmar que o espaço da acção, uma vez preenchido por mouros e monstros, pode agora ser "dominado e elaborado pela linguagem de Defoe e pelos actos de Crusoe"[47]. Com efeito, neste estabelecimento de uma diferença entre a linguagem de Defoe e os actos de Crusoe, Richetti confunde dois planos de análise distintos: a interioridade e a exterioridade (ou, se se preferir, a imanência e a transcendência) da obra. No primeiro plano, quer a linguagem quer os actos são de Crusoe; no segundo, ambos são criação de Defoe. Ora, se considerarmos o facto referido no plano em que esta análise tem vindo a ser feita, atribuindo à personagem a linguagem, tal como os actos, verificamos que a modificação notada por Richetti evidencia algo mais do que aquilo que o autor assinala: ela denota que Crusoe começa também a ter uma linguagem capaz de apreender o real na sua multiplicidade. Não se trata aqui de analisar o realismo de pormenor como marca distintiva do estilo de Defoe, o que será deixado para outra parte deste trabalho, mas sim de verificar como, à linguagem esquemática, redutora e por isso dogmática, do neoclassicismo (vimos como o pai de Crusoe reduzira a sociedade e o mundo a um esquema incontestável, dogmático),

---

[47] "it is only at this point in the story that Defoe begins to place before us in any abundance the fascinating details for which he is famous. That precision is the most obvious manifestation at the level of language of the will to power that informs the book. The environment is handed over to Moors and monsters and can therefore safely be dominated and elaborated by Defoe's language and Crusoe's acts". John Richetti, *Defoe's Narratives*, p.31.

se opõe agora a linguagem profusa, pormenorizada, e por isso crítica, de Crusoe. Deste modo, também a linguagem participa do conflito. Ao mesmo tempo que poder e saber se realizam na acção (o saber é um saber-para-a-acção), também se realizam numa linguagem que é conhecimento. O impulso para a acção que perante a razão neoclássica era irracional começa afinal a encontrar a sua própria racionalidade.

O espaço físico de que Crusoe dispõe é, porém, muito limitado. Ainda que por mais de uma vez ele se mostre capaz de dominar a natureza selvagem, esta constitui contudo um perigo objectivo que obriga Crusoe a um permanente estado de alerta. Os animais perigosos são muitos e perante os negros ele é, apesar de tudo, um intruso, não conseguindo ir além do estabelecimento de relações de cooperação com eles. Mesmo no barco, onde o seu domínio se exerce de forma mais concreta (é do barco que ele abate os animais e comunica com os negros — quem se aproxima destes é Xury), ele encontra-se sujeito à fúria do mar e do vento, sempre iminente, o que o impede de se dirigir para o que julga serem as Canárias ou Cabo Verde. Todas estas circunstâncias objectivas impedem o desencadear de qualquer processo que leve a um pleno desenvolvimento e realização da personagem, tal como aquele que mais tarde encontraremos na ilha, onde as circunstâncias serão as inversas das actuais. A aventura está pois esgotada, o seu fim é uma necessidade orgânica da narrativa. Mas o fim da aventura não será um retorno: só no fim do romance Crusoe regressará a Inglaterra. Ainda que reintegrado no mundo a sua localização é já periférica. Significativamente, é também o navio de uma nação europeia periférica (Portugal) que o recolhe e o conduz no seu movimento centrífugo: de África dirige-se para a América do Sul , na continuação de um percurso que o vai afastando gradualmente da origem. Na periferia do mundo os valores deste não se fazem já sentir com todo o seu vigor, como que se esbatem.

O carácter degenerado dos portugueses á particularmente assinalado por Captain Singleton, na obra homónima de Defoe: "In short, I learnt several material Things in this Voyage among the Portuguese: I learnt particularly to be an errant Thief and

a bad Sailor; and I think I may say they are the best Masters for Teaching both these, of any Nation in the World"[48]. No seu *Atlas Maritimus & Commercialis* Defoe considera que os portugueses se haviam tornado em:"the poorest in trade, the most degenerate in their navigation skill"[49]. Ora é precisamente num capitão português que Crusoe vai encontrar, pela primeira vez,um interlocutor à sua altura: respeitando integralmente a sua autonomia, e consequentemente a sua propriedade, o capitão instala-o num espaço onde a relação contratual se apresenta na sua forma mais pura.

Logo no início do seu discurso o capitão como que enuncia um dos princípios básicos do materialismo individualista de Hobbes, ao dizer: "*I have sav'd your Life on no other Terms than I would be glad to be saved my self, and it may one time or other be my Lot to be taken up in the same Condition*" (p.33). Por sua vez, Hobbes faz depender a possibilidade do contrato, e consequentemente da sociedade, daquilo que designa como a segunda lei da natureza, a qual considera consubstanciada no preceito bíblico segundo o qual "*Whatsoever you require that others should do to you, that do ye to them*" [50]. A caridade do capitão é assim o resultado da sua aceitação de Crusoe como um igual: a dimensão mítica dos valores individuais começa a desenhar-se. Se compararmos o discurso do capitão português com o discurso do capitão do barco em que Crusoe fez a sua primeira viagem, aperceber-nos-emos de como a diferença entre os dois é bem significativa. Enquanto o outro discurso era ditado por valores que em tudo transcendiam o indivíduo (o Céu, a Providência, o Pai), e que impunham a Crusoe a sua aceitação passiva, os valores que orientam agora a fala do capitão português são meramente individuais, levando Crusoe a assumir-se como pleno senhor de si próprio e da sua

---

[48] Daniel Defoe, *Captain Singleton* (1720), London,1963(Everyman), p.6.

[49] Citado por Peter Earle, *The World of Defoe*, p.80

[50] Thomas Hobbes, *Leviathan* (1651), London, 1914 (Everyman),p.67 (I,XIV).

propriedade. Daí, portanto, que entre ele e o capitão não haja qualquer conflito. A relação humana transformou-se numa relação contratual, cujos valores são determinados em função dos interes ses individuais. Assim esclarecido este contexto, podemos então compreender o significado do momento que neste episódio mais tem suscitado a atenção dos críticos de *Robinson Crusoe*: a venda de Xury.

O facto de Crusoe vender o jovem mouro ao capitão portu guês, depois de lhe ter prometido "fazer dele um grande homem" (p. 23) se ele lhe fosse fiel (o que se vem a verificar), e depois de Xury se ter oferecido para sacrificar a sua vida por ele, costuma ser apontado como o grande exemplo que a obra nos dá do egoís mo de Crusoe. Ian Watt, que fornece à critica posterior a tónica desta interpretação, considera este aspecto do episódio como exem plificativo da "desvalorização de factores não-económicos" que se verifica na figura de Crusoe, reforçando esta perspectiva ao acen tuar o modo fácil como este vence os seus escrúpulos, vindo apenas a sentir de facto a falta de Xury quando no Brasil se vê a braços com uma carência de mão de obra[51]. A tese de Watt tem sido perfilhada por toda a linha crítica moderna que, de um ou outro modo, tem tentado ver em Crusoe a representação do individualismo burguês[52]. Sem pretender contestar a análise de Watt no sentido geral que ela determina para esta parte do episódio, penso que, em termos mais precisos, se pode ver aqui não propriamente uma con

---

[51] I. Watt, *The Rise of the Novel*, p.76

[52] Entre outros, Alick West, "Daniel Defoe" (1958), in *Crisis and Criticism and Literary Essays*, London, 1975 (neste ensaio, pu blicado um ano depois de *The Rise of the Novel*, o autor pare ce desconhecer ainda a obra de I. Watt) e William Stein, "Robinson Crusoe: The Trickster Tricked", *The Centennial Review*, 9 (1965), pp. 271-288, apresentam uma leitura do episódio aná loga à de Watt. Por vezes, se essa leitura não está explícita, pode considerar-se implícita na perspectiva adoptada, como é o caso de John Richetti em *Defoe's Narratives*, e, em geral, da crítica de orientação marxista, de que são exemplos Irving Howe, "*Robinson Crusoe* : Epic of the Middle-Class", *Tomorrow*, 8 (June 1949), pp. 51-4, Brian Fitzgerald, *Daniel Defoe: A Study in Conflict*, London, 1954 e Arnold Kettle, *An Introduction to the English Novel*, vol. I (1951), London, 1967, entre outros.

tradição no comportamento de Crusoe, a qual revelaria um oportunismo que seria próprio da sua visão individualista do mundo, mas sim uma fase do próprio processo formativo dessa visão do mundo, o que é bastante diferente, pelo menos na perspectiva da coerência interna e da riqueza da personagem e da obra. Se integrarmos a venda de Xury no contexto das relações que se estabelecem entre Crusoe e o capitão, tal como foi acima caracterizado , vemos que ela surge como o resultado "natural" de uma situação que, para Crusoe, é nova, e na qual ele aprende um novo valor: o da autonomia individual que é implicada pela relação contratual.

O facto de que, para Crusoe, se trata de um momento de aprendizagem, está bem patente no texto: quem conduz todo o processo é o capitão. Após apontar a Crusoe a situação de igualdade em que ambos se encontram (todos estão sujeitos às mesmas condições — também aqui o discurso do pai está em causa), é ele quem elabora o inventário da propriedade de Crusoe (a célebre peocupação de Crusoe com os inventários talvez, afinal , ele a aprenda aqui) . Em seguida, é ele quem, exclusivamente, atribui um preço às mercadorias: "I told him he had been so generous to me in every thing, that I could not offer to make any Price of the Boat, but left it entirely to him" (p.33). Finalmente, é ele quem atribui um preço a Xury e insiste com Crusoe para que lho venda, garantindo, por contrato escrito (outra preocupação frequentemente notada em Crusoe), libertá-lo ao fim de dez anos: "that he would give the Boy an Obligation to set him free in ten Years, if he turn'd Christian" (p.34). É, afinal, tudo isto que, na tentativa de aplicar a toda a obra as relações formais que se verificam apenas durante o período da ilha, a crítica de *Robinson Crusoe* tem sistematicamente ignorado.

Na verdade, Robinson Crusoe não sai de York como Atena do cérebro de Zeus. O abandono de casa, já o vimos, é feito em nome de um impulso só vagamente nomeável. Que esse impulso o orienta no sentido do individualismo, estamos a vê-lo à medida que progredimos na análise da obra, mas a aquisição das categorias mentais estruturadoras dessa visão do mundo, como é aqui o caso do contrato, apenas se verifica como resultado da experiência, isto

é, da prática[53]. Neste momento, e no que se refere à venda de Xury, Crusoe aprende do capitão que a autonomia individual implicada pelo contrato exige a total instrumentalização quantificadora do mundo: quando a única relação entre os homens é a relação de troca, todo o mundo se transforma em mercadoria.

Entendendo o episódio neste sentido, poder-se-á "reabilitar" o remorso passageiro de Crusoe: não se trata de uma espécie de relutância retórica, como o dá a entender Ian Watt, mas mas sim algo mais. A insistência do capitão leva Crusoe a romper um dos últimos laços, neste caso de ordem afectiva, que ainda o ligavam a valores transindividuais: "but I was very loath to sell the poor Boy's Liberty, who had assisted me so faithfully in procuring my own." (p.34)[54]. A facilidade com que aceita a ruptura apenas confirma que era nesse preciso sentido que o seu impulso o orientava. Penso que Ian Watt vai mal quando, a propósito do posterior lamento de Crusoe, no Brasil, por se ter separado de Xury, afirma (talvez ironicamente, mas não há aqui lugar para a ironia) que o remorso reaparece[55]. Nesse momento, o remorso, com a dimensão afectiva que este sentimento implica, já não existe, li

---

[53] "C'est que l'on y trouve, esquissée et sans doute purement intuitive de la part du romancier, la conscience d'une évolution, non plus spirituelle, mais psychologique. *Robinson Crusoe* est donc avant la lettre un Bildungsroman: par lá encore il se ratache à la modernité". Pierre Nordon, Robinson Crusoe: *unité et contradictions*, Archives des Lettres Modernes, nº 80, Paris, 1967, p.32. Nesta afirmação, penso que apenas o considerar a consciência da evolução como "sem dúvida puramente intuitiva" merece reparo: Nordon parece perfilhar a tese tradicional que considera Defoe uma espécie de "esteta inocente", que consegue escrever um grande romance sem saber como.

[54] Na linha daqueles que vasculham as entrelinhas de *Robinson Crusoe* em busca de alusões bíblicas, como parece ser uma preocupação de alguma crítica norte-americana, poder-se-ia ver neste passo uma analogia com as tentações do demónio a Cristo (Mateus, 4, 1-11). Só que aqui a tentação é bem sucedida, como acontece aliás, de um modo geral, nas representações do individualismo nas suas várias formas: é o caso do *Fausto* de Marlowe e até certo ponto do de Goethe.

[55] I. Watt, *The Rise of the Novel*, p.76.

mitando-se tão-somente Crusoe a constatar o que lhe surge como um erro em função dos valores que então conscientemente norteiam a sua acção[56] . Na verdade, Crusoe é mais coerente do que pode parecer.

Chegado ao Brasil, é ainda o capitão que o introduz numa actividade altamente rendível("and seeing how well the Planters liv'd,and how they grew rich suddenly . . ." - p.34), e o incita a prossegui-la(p.36). Mais ainda, orienta-o nessa actividade: ". . . and he brought them all safe to me to the *Brasils*, among which , without my Direction (for I was too young in my Business to think of them) he had taken Care to have all Sorts of Tools, Iron-Work and Utensils necessary for my Plantation" (p. 37).

A estada no Brasil (o último episódio antes da ilha) surge neste momento da obra com uma dupla função: ao mesmo tempo que nos apresenta uma nova fase da vida da personagem, procede como que a uma recapitulação do conflito, cuja interiorização é acentuadamente repetida, de modo a que os acontecimentos que se lhe seguem apareçam claramente como o seu resultado. Analisemos estes dois aspectos, de resto complementares.

Depois de se ter iniciado na actividade comercial,como vimos anteriormente, Crusoe ingressa desta vez no outro sector essencial da actividade económica: a produção[57] . Durante dois anos vê-se obrigado a produzir os seus próprios meios de subsistência (p.35), após o que desenvolve a produção de tal modo que, pouco depois, a sua plantação é já infinitamente superior à do vizinho que tinha iniciado a mesma actividade ao mesmo tempo que ele [58].

---

[56] "and now I found more than before, I had done wrong in parting with my Boy Xury" (p.35).

[57] Os termos "produção" e "produtivo" são aqui utilizados, por razões de clareza estilística, num sentido geral. Em sentido económico restrito a actividade comercial é também produtora de valor, pelo que, em rigor, se deveria dizer que a actividade de Crusoe se desloca no sector secundário para o sector primário da produção.

[58] "[I] was now infinitely beyond my poor Neighbour , I mean in the Advancement of my Plantation" (p.37). A função desta personagem (o vizinho português) é aqui meramente contrastiva:destina-se a mostrar como Crusoe progride rapidamente na sua actividade.

O carácter específicamente produtivo da sua actividade é, de resto, por ele próprio assinalado: "[I] had no Work to be done , but by the Labour of my Hands" (p.35). Por este processo Crusoe ascende à situação económica que o seu pai lhe propusera ("I was coming into the very Middle Station, or upper Degree of low Life, which my Father advised me to before" — p.35), para tal lhe bastando o seu trabalho e a ajuda do capitão português.

Encontramo-nos aqui perante o que se pode considerar um verdadeiro golpe de mestre por parte de Defoe, e que , estranhamente, nunca foi assinalado pela crítica. Ao urdir este episódio nestes termos Defoe introduz, de uma só vez, dois factores que eram necessários à coerência e à representatividade da narrativa. Enquanto confere a Crusoe a autoridade moral para recusar a proposta do pai, que lhe advêm de mostrar que, por si só, é capaz de atingir aquilo que aquele lhe oferecia, o autor garante, por outro lado, a adesão à personagem de um importante sector da sociedade inglesa, ao fazê-la representar uma ideia central da visão do mundo da burguesia na sua fase mais empreendedora, e que se pode resumir como que numa máxima: na base do respeito sagrado pela propriedade privada (é esta ideia que o capitão português tem por função representar) qualquer indivíduo pode enriquecer pelos seus próprios meios. O primeiro factor cria as condições para que o acto seguinte de Crusoe adquira a dimensão de um gesto de recusa definitivo: que o mundo do pai o não satisfaz , ele prova-o, construindo-o por suas mãos para o abandonar depois. O segundo factor, por sua vez, contribui decisivamente para que a personagem possa adquirir a dimensão mítica que nela encontraremos mais tarde.

Ao mesmo tempo que Crusoe completa assim a sua aprendizagem económica, assiste-se neste episódio a uma acentuada intensificação do conflito, sentida particularmente nas reflexões que adquirem agora uma dimensão sem precedentes na narrativa.Por mais de uma vez é feita a comparação entre a situação actual e a que se verificava antes do abandono da casa paterna , a qual leva Crusoe a considerar a sua actividade no Brasil como: "an Employment quite remote to my Genius, and directly contrary to the Life

I delighted in , and for which I forsook my Father's House"(p. 35). Nesta constatação é toda a amplitude do conflito que é evocada: consciente de que a sua actividade em não mais consiste do que em reconstituir o mundo paterno, nos mesmos termos, afinal, em que a sociedade colonial do séc. XVIII reconstitui, num espaço novo, as relações económicas e sociais do Velho Mundo, Crusoe é dilacerado pela oposição entre essas condições e a energia transformadora que desde o início o faz mover. Aquilo que era, a princípio, uma oposição de ordem exterior, entre a vontade do pai e a vontade do filho, interioriza-se ao longo do processo de formação da personagem, tornando-se finalmente num conflito interior consciente.

Dir-se-ia que esta é a última possibilidade dada a Crusoe para se reconciliar. Colocado, como atrás foi referido, num local periférico do mundo civilizado, isto é, de um mundo ordenado e submetido por uma escala de valores determinada, Crusoe tem condições para nele se instalar através de uma actividade onde o exercício da sua autonomia se poderia efectivar de um modo muito mais amplo do que nos estreitos limites de York.Por outras palavras, o individualismo de Crusoe poderia dar largas à sua capacidade empreendedora como fazendeiro nas colónias de um modo que não se poderia verificar na carreira das leis em Inglaterra. Porém, o sucesso económico da sua actividade, ao contrário de o levar a uma aceitação dos valores que o possibilitam, funciona antes como mais um incentivo para a ultrapassagem destes: "and now increasing in Business and in Wealth, my Head began to be full of Projects and Undertakings beyond my Reach" (pp. 37-8) . A recusa adquire a dimensão de um protesto ontológico contra o mundo , na ordenação tripartida que o neoclassicismo lhe dava: a ordem natural, a ordem divina, e a ordem humana; a natureza, a providência, e o dever:". . . that Inclination,in contradiction to the clearest Views of doing my self good in a fair and plain pursuit of those Prospects and those measures of Life, which Nature and Providence concurred to present me with, and to make my Duty" (p. 38).

Ao negar-se assim aos próprios valores racionais da época, a acção de Crusoe torna-se incompreensível para ele mesmo,

quando a tenta analisar retrospectivamente. As reflexões retrospectivas tornam-se num constante acentuar do conflito, ao assinalarem a irracionalidade do impulso: "But I that was born to be my own Destroyer, could no more resist the Offer . . .", e mais adiante, "But I was hurried on, and obey'd blindly the Dictates of my Fancy rather than my Reason" (p.40). Esta diferença entre acção e reflexão constitui de resto uma das peculiaridades da obra, responsável pela sua ambiguidade significativa, e que levará, como veremos, a que a ilha seja simultaneamente lugar de libertação e de castigo[59].

De modo análogo ao que se tinha verificado no episódio anterior, também aqui os acontecimentos da ilha são em certa medida antecipados. Porém, enquanto antes essa antecipação era visível ao nível das próprias circunstâncias, agora ela existe principalmente no espírito de Crusoe: "and I used to say, I liv'd just like a Man cast away upon some desolate Island, that had no body there but himself" (p.35). A saturação do conflito que se verifica no plano objectivo encontra aqui o seu correlato subjectivo. A ruptura que se desenha, e que só poderá levar à separação definitiva de Crusoe e do mundo, leva também a que essa situação seja desde já entrevista pela sua consciência. O isolamento torna-se uma necessidade e um receio[60].

Com o fim da estada no Brasil há um ciclo que se fecha. Pode-se dizer que este ciclo corresponde à primeira fase da aprendizagem de Crusoe, ao longo da qual o conflito se interiorizou e se enriqueceu. Durante o período de tempo que medeia entre o abandono da casa paterna e a saída do Brasil Crusoe tentou actuar na sociedade seguindo um impulso que o levava a recusá-la, e descobriu que essa acção estava condenada a ser sempre absorvida pela

---

[59] Esta ambiguidade explica, em grande parte, as divergências, já referidas, nas interpretações que têm sido dadas à obra e ao período da ilha.

[60] No plano meramente lógico a ruptura poderia levar também ao aniquilamento de Crusoe, mas a simples existência da narrativa anula essa possibilidade.

ordem tentacular a que fugia. Na tentativa de afirmação da sua autonomia, procurou construir por si só um estatuto próprio, para descobrir que esse era afinal o estatuto que o pai lhe propusera. Aparentemente um retorno à origem, e sendo-o parcialmente, o resultado deste processo é muito mais do que isso: embora os trabalhos de Crusoe tenham sido análogos aos de Sísifo, ele aprendeu alguma coisa enquanto empurrava o rochedo. Antes de tudo, aprendeu as normas de uma conduta ditada exclusivamente por valores de ordem individual, enquanto descobria a capacidade de domínio que a acção lhe conferia.

Tudo isto, ao mesmo tempo que tornava mais poderosos ambos os polos do conflito, levava a que este se interiorizasse. Crusoe assinala a coincidência da data em que deixa o Brasil com a data em que ele abandonara a casa dos pais (p.40), o que reforça a analogia das duas situações. A grande diferença entre estas, e que confere o significado global do ciclo que agora se fecha, consiste em que agora não é já ao pai, e à ordem por ele representada, que Crusoe foge, mas sim a si próprio.

Por duas vezes, durante a viagem que o levará à ilha, o conflito reassumirá o carácter de confronto entre Crusoe e a natureza. Neste confronto, como em momentos anteriores, a manifestação das forças da natureza escolhida é a tempestade, fenómeno cujo conhecimento pormenorizado parece ter sido preocupação de Defoe, e no qual se via tradicionalmente uma forma de manifestação divina[61]. Após a primeira tempestade, que causa duas vítimas, o capitão do barco propõe o regresso ao Brasil. Mas Crusoe insiste na continuação da viagem, e a segunda tempestade leva-os "out of the very way of all humane Commerce" (p.42): finalmente, os limites do mundo são ultrapassados. Nas páginas que se seguem temos um

---

[61] Na sequência da grande tempestade que assolou a Inglaterra em 1703 (24 de Novembro - 1 de Dezembro) Defoe coligiu e publicou (em 1704) um conjunto de relatos do acontecimento. O título da obra, *The Storm; or, A Collection of the most Remarkable Casualties and Disasters which happened in the late dreadful Tempest both by Sea and Land*, é acompanhado pela seguinte citação bíblica: "The Lord hath his way in the Whirlwind, and in the Storm, and the Clouds are the dust of his Feet".

dos mais conseguidos quadros literários de uma luta sem tréguas entre o indivíduo e a natureza. Com aqueles que ousam ultrapassar os limites que lhes foram impostos a natureza é implacável. Lá, já nem sequer a vista de terra é fonte de esperança, tornando-se pelo contrário, e paradoxalmente, em mais um sinal de morte: " as we made nearer and nearer the Shore, the Land Look 'd more frightful than the Sea" (p. 44).

Na sua fúria demolidora os elementos destroem, um a um, todos os sinais da civilização intrometida: o navio, o bote, os companheiros de Crusoe vão sendo aniquilados, até que já nada mais resta do que o indivíduo só, com o qual o mar se dedica a um estranho jogo do gato e do rato. Neste jogo se revela em toda a sua plenitude a já referida duplicidade de sentido que se manifesta ao longo da obra. À luz da racionalidade que o condena a vida de Crusoe é um percurso falta-punição-expiação: ao jogar com ele, lançando-o finalmente à praia, a natureza-Deus dá mostras da sua omnipotência ao mesmo tempo que o condena a uma reclusão da qual só se poderá salvar pela expiação do seu pecado. É esta, de resto, a condenação proferida pelo pai. Mas o salvamento de Crusoe não é apenas isso. Por várias vezes as ondas o lançam à praia, que por sua vez o rejeita de novo para o mar: "and twice more I was lifted up by the Waves, and carried forward as before, the Shore being very flat" (p.45). Jogado entre Cila e Caribdes, ele é grande de mais para que qualquer deles o destrua. Finalmente, recorrendo às suas forças, Crusoe escapa àquele jogo que é simultaneamente diabólico e impotente. Como Cila arrebatara os marinheiros de Ulisses, também todos os companheiros de Crusoe ficam para trás: nem um só corpo é arrojado à praia("as for them,I never saw them afterwards, or any Sign of them, except three of their Hats, one Cap, and two Shoes that were not Fellows" - p.46). Se, num sentido, o salvamento de Crusoe é punição, ele é também prova de que as forças do indivíduo são capazes de vencer a natureza[62].

---

[62] A dissociação destes dois sentidos da obra levou à formação de duas importantes perspectivas modernas da interpretação do período da ilha: a ilha como local de punição-expiação (J. Paul Hunter, George Starr) e a ilha como metáfora da autonomia individual (Ian Watt). Qualquer uma destas perspectivas neutraliza necessariamente uma parte do texto.

Além disso, no mesmo movimento pelo qual todos os outros são eliminados, Crusoe é deixado só no mundo. Ao insistir na continuação da viagem, ele arrastara inelutavelmente todos os seus companheiros para a morte, num gesto que resulta na primeira grande vitória do seu impulso: a sociedade, no plano objectivo, é destruída.

*
* *

Com a chegada à ilha inicia-se o movimento central da narrativa. Pela primeira vez Crusoe encontra-se só no mundo, ou melhor, fora do mundo. Como decorre da análise de toda a parte anterior do texto, o isolamento é o resultado necessário de um percurso que desde o início se institui como recusa da ordem estabelecida e dos valores que ela implica. O isolamento é portanto, e também,a conclusão do primeiro movimento da narrativa.

Neste sentido, poder-se-ia talvez concluir que, pelo menos aparentemente, o conflito que até agora temos vindo a seguir chega a uma resolução, na medida em que um dos seus polos é removido. Tal é, por exemplo, a conclusão de Ian Watt, ao afirmar que "na sua ilha Crusoe também desfruta da absoluta libertação das restrições sociais a que aspirava Rousseau — não há laços familiares ou autoridades civis que interfiram com a sua autonomia individual"[63]. Penso, porém, que tal conclusão resulta de uma perspectiva reducionista da sociedade e da obra. Na realidade as coisas não se passam de uma forma tão simples. Considerar que a ausência de restrições sociais se verifica, automaticamente, no momento em que os laços familiares e as autoridades civis são abolidas, é descurar o efeito que essas e outras instituições têm, como aparelhos ideológicos, na formação da consciência individual.

---

63 "On his island Crusoe also enjoys the absolute freedom from social restrictions for which Rousseau yearned — there are no falily ties or civil authorities to interfere with his individual autonomy". Ian Watt, *The Rise of the Novel*, p. 96.

Ian Watt não ignora, evidentemente, este princípio básico de qualquer reflexão no campo das ciências sociais, mas minimiza-o,ao reduzi-lo a uma "objecção psicológica" ao modelo de acção que a obra propõe, ao mesmo tempo que considera que Defoe não só não dá conta dessa objecção, como ainda a controverte, abandonando a probabilidade psicológica "com o fim de redimir a sua imagem da inexorável solidão do homem"[64] . Na verdade a questão aqui levantada não se pode limitar ao problema da fidelidade ao real na construção de um modelo psicológico. O seu âmbito é mais vasto, e refere-se ao próprio realismo da representação romanesca. Se Defoe não fosse capaz de dar conta, no romance, da ligação existente, no real, entre a sociedade e a consciência individual que nela se forma, a sua obra teria necessariamente que se saldar por um fracasso estético[65] . Neste caso concreto, o fracasso verificar-se-ia se encontrássemos Crusoe, após a chegada à ilha, possuído por um qualquer sentimento de autonomia e liberdade que o levasse desde logo a esquecer a sociedade e os valores que deixara para trás. Isso não significaria apenas uma improbabilidade psicológica, mas uma quebra de coerência, quer interna, quer externa. Isto é, a personagem transformar-se-ia numa mera figuração alegórica de um conceito, ao mesmo tempo que se perderia a sua significação histórica. Mas, como referi, as coisas não se passam assim.

O desaparecimento da sociedade no plano objectivo não leva a que, automaticamente, os seus valores desapareçam também no plano subjectivo. Como anteriormente vimos, tais valores encontram-se já, neste momento, interiorizados: o conflito não será pois resolvido, sendo apenas transferido, e agora de modo ex-

---

64 "Defoe departs from psychological probability in order to redeem his picture of man's inexorable solitariness". I. Watt, *The Rise of the Novel*, p.98.

65 Como já atrás referi, a crítica da obra de Defoe raramente levou a cabo uma análise de *Robinson Crusoe* do ponto de vista da sua coerência interna, tendo-se limitado a discutir aspectos estilísticos, como o realismo do pormenor, ou parcelares, como o período da ilha tomado isoladamente. Também Ian Watt não foge a esta regra.

clusivo, para o interior da personagem.As primeiras reacções de Crusoe quando chega à ilha são,por isso mesmo,de insegurança e de sespero.Após um primeiro momento em que a alegria por se salvar é expressa no agradecimento a Deus (p.46),o medo de não sobreviver surge-lhe de imediato ao encarar a perspectiva de morrer à fome ou devorado por animais selvagens(p.47).Para já,a ilha é o desconhecido, a exclusão do mundo.Para nela poder sobreviver,Crusoe terá de a transformar,de a adaptar a si próprio:antes disso, ela é uma fonte de perigos potenciais.Como diz Maximillian Novak, a ilha não é "a do-it-yourself utopia"[66].Colocado no desconhecido , no irreconhecível,Crusoe vê-se obrigado a passar a primeira noite refugiado em cima de uma árvore.

Naversão do relato do primeiro dia que apresenta mais tarde como sendo aquela que melhor expressaria o conteúdo do vivido nesse momento, Crusoe dá bem a medida do seu terror:

> After I got to Shore and had escap'd drowning, instead of being thankful to God for my Deliverance , . . . I ran about the Shore , wringing my Hands and beating my Head and Face, exclaming at my Misery, and crying out, I was undone, undone, till tyr'd and faint I was forc'd to lye down on the Ground to repose, but durst not sleep for fear of being devour'd (p.69)[67] .

Quando, no segundo dia, acorda, a primeira coisa que vê é o navio naufragado em que viajara, descobrindo pouco depois o bote em que ele e os seus companheiros tinham tentado salvar-se. Neste passo surge bem claro o carácter desconhecido do mundo em que se encontra, não conseguindo ver mais nada senão o que lhe é familiar: "When I came down from the Appartment in the Tree, I look'd about

---

66 M. Novak, "Robinson Crusoe's'Original Sin'", p.27.

67 Nas diferenças entre esta versão do 1º dia e as outras duas (pp.46-7 e p.70) está bem expressa a concepção de Defoe da diferença entre o conteúdo do vivido e a forma da sua representação romanesca. Para uma análise destas três versões numa perspectiva da relação entre a experiência e a imaginação ordenadora, ver Patricia Meyer Spacks, "The Soul's Imaginings: Daniel Defoe, William Cowper", *PMLA*, 91 (1976), pp. 420 - 35. Também Paola Colaiacomo estuda esta relação, numa análise, de base linguística, das duas primeiras versões do relato (*Biografia del personaggio nei romanzi di Daniel Defoe*).

me again, and the first Thing I found was the Boat" (p.48).

Durante muito tempo Crusoe experimentará sérias dificuldades em nomear aquilo que vê na ilha, o que desde logo se verifica a propósito da árvore em que dorme ("a thick bushy Tree like a Firr, but thorny" - p.47). Dificuldades análogas encontrará pouco depois para referir os animais: "As for the Creature I kill'd, I took it to be a kind of a Hawk, its Colour and Beak resembling it,but had no Talons or Claws more than common" (p.53); "there sat a Creature like a wild Cat"(p.54).Tudo isto documenta a forma não-reconhecível que a ilha assume aos seus olhos; nela, tudo é novo e estranho. A única coisa que ele pode (re)conhecer resume-se aos elementos que o ligam ao mundo perdido: o bote e o navio naufragado. Daí que no início da sua vida na ilha seja o navio(dado que o bote se encontra inacessível)o seu único meio de subsistência. Ao longo de sucessivas viagens trará para terra tudo o que nele encontra, recuperando não só as provisões, providencialmente intactas, mas também todos os objectos que pensa poderem ser-lhe úteis.

Depois de ter como que saqueado completamente o navio, começa a destruí-lo,para retirar as peças que pode trazer para terra:"in which Time I had brought away all that one Pair of Hands could well be suppos'd capable to bring,tho' I believe verily,had the calm Weather held, I should have brought away the whole Ship Piece by Piece" (pp. 56 - 7). A sua acção transformadora não se inicia assim sobre a nova realidade em que se encontra , mas sobre a antiga: com os destroços do mundo que recusara constrói as bases da sua nova existência[68] . Neste processo Crusoe procede a uma desfuncionalização dos objectos, para os integrar na nova ordem que constrói. As velas, as tábuas, as peças de ferro do barco, são utilizadas agora para fins completamente distintos dos originais: os seus valores são neutralizados, para serem investidos de significados que decorrem das meras necessidades individuais de Crusoe.

---

[68] A propriedade dos meios de produção assim obtida define, para Ian Watt, a natureza de classe da personagem: "The basis for Robinson Crusoe's prosperity, of course, is the original stock of tools which he loots from the shipwreck . . . So Defoe's hero is not really a primitive nor a proletarian but a capitalist". *The Rise of the Novel*, p. 97.

Neste momento da narrativa sente-se já o limiar de um mundo novo.

Ao mesmo tempo que a acção de Crusoe se exerce proficuamente na transformação da realidade antiga, reordenando-a em função de si próprio, as suas relações com a ilha processam-se de diferente modo. Incapaz, no início, de o conhecer, permanentemente receoso do seu eventual carácter inóspito, as suas primeiras tentativas de actuar sobre o mundo virgem em que se encontra resultam em fracasso: o primeiro animal que abate não serve para comer (p.53), tenta domesticar uma cabra e não o consegue (p. 62). O primeiro momento em que, de algum modo, estabelece relações de entendimento com o mundo que o cerca, verifica-se quando, chegado de uma das suas viagens ao barco naufragado, encontra um gato selvagem e lhe dá de comer (pp. 54-5). Este passo documenta, ao mesmo tempo, o desconhecimento mútuo entre ele e a ilha: a sua primeira reacção consiste em apontar a arma ao animal, mas este não se assusta. Só mais tarde a arma aparecerá na ilha como instrumento de dominação e, também, de morte[69].

Será apenas gradualmente que Crusoe aprenderá a transformar o novo real. A completa segurança e o domínio total estão ainda longe, mas os seus primeiros sinais vão-se fazendo sentir, como fruto de uma experiência que começa a ser meticulosamente narrada. O modo pormenorizado como nos conta as experiências que o levam a aprender a caçar (p.61) ou a longa tarefa de construção da habitação, não reflecte apenas o célebre realismo de pormenor de Defoe pelo qual ele pretende criar uma ilusão de real. No plano da obra esse realismo obedece a uma funcionalidade muito específica: surgindo particularmente na apresentação das acções de Crusoe, a meticulosidade narrativa de Defoe permite a expressão do carácter árduo e complexo da experiência, da aprendizagem, em suma, da acção da personagem. Talvez que a grande razão pela qual este modo realista do estilo de Defoe sobressai mais em *Robinson*

---

[69] No essencial, este passo resume a primeira fase das relações entre Crusoe e a ilha. É significativo que E.M.W. Tillyard o tenha seleccionado como exemplar da capacidade artística de Defoe (*The Epic Strain in the English Novel*, London, 1958, pp. 44-5).

Crusoe do que em qualquer dos outros romances resida precisamente nisto: só nesta obra ele encontrou a sua plena funcionalidade (voltarei a este tema mais adiante).

O navio e a ilha surgem assim como os elementos que, durante a primeira fase do isolamento de Crusoe, que podemos designar como fase de adaptação, objectivam os dois polos do conflito. Entre o lugar da ordem e da sociedade, agora tornado passivo, e o espaço da liberdade e do indivíduo, que se abre gradualmente à sua acção, ele efectua uma transferência afanosa e metódica. É curioso que fosse precisamente em 1659, ou seja, no mesmo ano em que a burguesia inglesa iniciava a construção de uma nova sociedade a partir dos destroços em que os seus sectores mais radicais haviam transformado o velho mundo feudal, que Robinson Crusoe, numa ilha perdida do Atlântico, salvava o que podia do barco que o seu impulso conduzira ao naufrágio, iniciando com os despojos a construção de um mundo à medida das suas necessidades[70]. Esta utilização do barco e do que ele contém apenas atinge o fim, ou, talvez melhor, o seu ponto de ruptura, quando Crusoe pensa em transferir para a ilha o único elemento cuja funcionalidade não pode ser alterada sem que se anule a sua própria razão de ser: o dinheiro. Simples meio de troca, o dinheiro pressupõe relações inexistentes na ilha, ao mesmo tempo que tem nele a marca da sociedade que Crusoe recusa; ao transportá-lo para a ilha, é a esperança do regresso que ele leva consigo.

A fuga da casa paterna e o arrependimento por tal acto, a recusa da sociedade e o desejo, agora tornado esperança, de a ela regressar ("I was not willing to be driven too high up the

---

[70] Uma interpretação, diferente desta, de coincidência entre as datas da obra e as datas históricas é dada num artigo de Michael Seidel: "Crusoe in Exile", *PMLA*, 96 (1981), pp. 363-74. Penso que a explicação desta obra em termos analógicos, deste ou doutro tipo, não esgota a sua significação nem permite determinar o seu grau de coerência. Porém, é legítimo assinalar nela certos significados parciais recorrendo à analogia ou à tipologia. Neste, como noutros aspectos, *Robinson Crusoe* é uma obra simultaneamente muito distante e muito próxima de *Pilgrim's Progress*. (Para a importância da tipologia da narrativa de tradição puritana, ver J. Paul Hunter, *The Reluctant Pilgrim*, cap. V).

River,hoping in time to see some Ship at Sea" - p.52), estão consubstanciados no passo em que Crusoe hesita em levar o dinheiro para terra, acabando por se decidir pela afirmativa (p.57).

Sendo este um dos momentos da narrativa mais citados e comentados, a sua celebridade deve-se fundamentalmente ao elogio feito por Coleridge, que considerou digno de Shakespeare o modo como Defoe apresenta e resolve a hesitação da personagem. Ainda que o comentário de Coleridge se refira, em parte, a um sinal gráfico (;) que afinal não existia no texto original, a verdade é que o dilema aqui patenteado tem muito de shakespeariano[71]. Hesitando entre levar ou não o dinheiro para terra, Crusoe debate-se entre os dois polos do conflito que atravessa e molda toda a narrativa. Na apóstrofe que dirige ao dinheiro este é animizado, como que transformado num elemento da criação original, ao mesmo tempo que é encarado como objecto de repulsa: "I have no Manner of use for thee, e'en remain where thou art, and go to the Bottom as a Creature whose Life is not worth saving". Mas, enquanto que a sua primeira reacção é de recusa, a decisão que se lhe segue é de aceitação: "However, upon Second Thoughts, I took it away"(p.57). Mais uma vez o conflito se manifesta na consciência de Crusoe pela oposição entre o impulso e a reflexão[72]: após reflectir("upon

---

[71] No fim da frase "However, upon Second Thoughts, I took it away", (p.57), que na edição por ele usada tinha um ponto e vírgula a seguir a "away", em lugar da vírgula que se encontra na edição original, Coleridge colocou um asterisco, comentando à margem : "* Worthy of Shakespeare; and yet the simple semi-colon after it, the instant passing on without the least pause of reflex consciousness is more exquisite and masterlike than the touch itself. A mean writer, a Marmontel, would have put an "!" after "away", and have commenced a new paragraph". (*Coleridge's Miscellaneous Criticism*, ed. T.M. Raysor, London, 1936, p. 294). A discrepância entre o texto original e o da edição usada por Coleridge seria assinalada e comentada por I. Watt (*The Rise of the Novel*, p. 134).

[72] William Halewood considera este passo crucial porque: "it concentrates in a little space the central irony of Crusoe's inconsistent character"("Religion and Invention in *Robinson Crusoe*, *Essays in Criticism*, 14 [1964], transcrito em *Twentieth Century Interpretations of* Robinson Crusoe, p.89). À parte a designação, discutível, do conflito como ironia, resultante da ideia, tomada como ponto central da análise, de que existe um

Second Thoughts") decide-se a levar o dinheiro consigo, introduzindo na ilha, por este acto, aquilo que é ao mesmo tempo o símbolo da alienação e do poder. Também aqui o texto se desenrola como inversão do mito: ao contrário de Prometeu, Crusoe rouba (no sentido literal e simbólico) aos homens o fogo do seu poder.

Como que numa narrativa mitológica, tal acto desencadeia a acção das forças elementares: o céu cobre-se de nuvens , o vento levanta-se e começa a soprar na direcção oposta àquela que Crusoe tinha de seguir para regressar à ilha, e em breve se desencadeia uma tempestade. A ligação desta fúria dos elementos com a decisão de levar o dinheiro é bem evidente na articulação do texto, ainda que, estranhamente, nenhum dos diversos comentários sobre este passo de que tenho conhecimento de tal se dê conta, pelo que vale a pena transcrevê-lo:

> However, upon Second Thoughts, I took it away, and wrapping all this in a Piece of Canvas, I began to think of making another Raft, but while I was preparing this, I found the Sky over-cast, and the Wind began to rise, and in a Quarter of an Hour it blew a fresh Gale from the Shore (p. 57).

Talvez que, por ironia, Coleridge não tenha notado esta ligação precisamente porque a sua edição tinha um ponto e vírgula após "away", em vez de uma vírgula, o que o impediu de ver toda a articulação sintáctica.

Apesar da oposição que a natureza mais uma vez coloca à sua acção, Crusoe consegue chegar a terra, onde guarda " a sua riqueza" em segurança: "But I was gotten Home to my little Tent,

---

distanciamento irónico entre Defoe e a sua personagem, a importância dada por Halewood a este passo parece-me pertinente, embora depois o autor venha a apontar a "inconsistência" de Crusoe como dando à personagem um carácter universal, numa extrapolação que elimina a significação histórica do conflito. Uma interpretação pontualmente mais precisa parece-me ser a de Everett Zimmerman, que aponta este momento como exemplo de:"a conflict between Crusoe's abstractions and his actions"(*Defoe and the Novel*, p. 28). Zimmerman não considera, porém , este conflito na centralidade motriz que ele tem na narrativa, vendo, aqui, a sua resolução apenas como uma manifestação de um sentido apropriativo, e mesmo coleccionador, de Crusoe.

where I lay with all my Wealth about me very secure" (p.57). Mas esta foi a última viagem ao navio naufragado : " in the Morning when I look'd out, behold no more Ship was to be seen" (p.57). O navio naufragado assume-se na narrativa como símbolo da sociedade moribunda, que Crusoe vai despojando até à exaustão, e da qual o dinheiro é como que uma alma que lhe permite, apesar de tudo, sobreviver. Uma vez destituído do seu suporte anímico sucumbe finalmente aos elementos: talvez só a partir de agora se possa dizer que Crusoe está verdadeiramente só. Por isso, uma vez utilizados todos os recursos que o navio lhe forneceu, a sua actividade volta-se para a construção das suas novas condições de vida.

*

* *

Nas últimas páginas que antecedem o início do diário, após o relato das primeiras fases de adaptação ao novo meio, durante as quais não só inicia a construção da habitação como também começa a habituar-se a agir em função das condições existentes (distribuição da pólvora por vários locais por causa da trovoada [pp. 60-1]; aprendizagem da caça [p.61]), Crusoe apresenta-nos as suas reflexões sobre a situação em que se encontra.O primeiro pensamento que lhe ocorre enquadra-se perfeitamente dentro do curso das suas reflexões tal como as temos encontrado até aqui: "I had great Reason to consider it as a Determination of Heaven, that in this desolate Place, and in this desolate Manner I should end my Life" (p.62). Considerando a sua situação como resultado do castigo de Deus, a sua consciência não é mais do que o veículo da maldição paterna. Porém, ao desespero que acompanha estas considerações sucede-se a reflexão inversa: pela primeira vez Crusoe encara a sua situação não como a de um condenado mas como a de um eleito. É o momento em que o impulso se torna razão:

> But something always return'd swift upon me to check these Thoughts, and to reprove me; and particularly one Day walking with my Gun in my Hand by the Sea-side, I was very pensive upon the Subject of my present Condition, when Reason as it were expostulated with me t'other Way, thus: . . .(p.62).

De modo rápido, sem preparação prévia, Crusoe relata-nos assim a primeira das grandes transformações internas por que passa a sua consciência durante a estada na ilha[73]. Na primeira frase, é ainda do impulso que se trata, contrariando a razão ("some thing always return'd swift upon me to check these Thoughts"), para logo de seguida apresentar a situação na qual o impulso lhe surge à consciência como uma outra racionalidade ("when Reason as it were expostulated with me t'other Way"). Por sua vez, a situação em que isto se verifica é também significativa: Crusoe passeia-se pela praia numa postura que é a afirmação do seu poder ("walking with my Gun in my Hand by the Sea-side"). A arma de fogo surge no romance como motivo simbolizador do poder: verificámo-lo já no episódio da costa africana assim como aquando da sua primeira relação com um elemento vivo da ilha (o gato selvagem, ao qual aponta a arma). Também o momento em que dispara o primeiro tiro é sentido como o acto original da afirmação do poder: " I believe it was the first Gun that had been fir'd there since the Creation of the World" (p.53). Esta função simbólica da arma de fogo será retomada, como veremos, noutros momentos cruciais da narrativa.

A racionalização do impulso leva-o a considerar-se, como antes referi, não como um condenado mas como um eleito. Reflectindo sobre as circunstâncias em que se salvou, enquanto todos os seus companheiros morriam (pp. 62-3), assim como sobre a possibilidade providencial que teve de utilizar o navio naufragado ("and what would have been my Case if it had not happen'd, *which was an Hundred Thousand to one*, that the Ship floated from the Place were she first struck . . . " p.63), acaba por concluir que se encontra em condições de auto-suficiência: "so that I had a tollerable View of subsisting without any Want as long as I liv'd" (p. 63). É na base desta transformação que se opera no espírito de Crusoe que surge o célebre balanço em que ele perspectiva a sua

---

[73] Esta é uma marca estilística de Defoe. Compare-se o modo semelhante como é narrada a descoberta da pegada, momento central da narrativa: "It happened one Day about Noon going towards my Boat, I was exceedingly surpriz'd with the Print of a Man's naked Foot on the Shore" (p.153).

situação em termos de Deve-Haver (p.66).

Frequentemente apontada como exemplo de uma mentalidade calculista e comercial que seria dominante na configuração psicológica de Crusoe, a "folha de balanço" parece representar algo mais do que uma mera ordenação e catalogação das circunstâncias e perspectivas da personagem. Um crítico de Defoe, Homer Brown, chamou a atenção para um aspecto deste"Deve-Haver" que, sendo evidente, não fora até então referenciado como tendo qualquer carácter significativo: trata-se da verificação de que, de ambos os lados da folha, é sempre o mesmo facto que é registado , e não um facto "mau" contra um facto "bom": cada lado apenas interpreta o facto de modo diferente[74] .

Desenvolvendo o apontamento de Homer Brown num sentido que não é o estudado pelo autor, podemos ver neste balanço, se o integrarmos no contexto em que surge, caracterizado por uma relativa estabilidade da personagem, a representação de um estado de equilíbrio a que, neste momento, chega o conflito. Os dois lados da página apresentam-nos as duas perspectivas que até agora temos visto em confronto. Só neste momento, porém, é possível traçar um quadro da sua oposição, porque só uma vez racionalizado o impulso de Crusoe pode ser conceptualizado, adquirindo o carácter de uma visão do mundo que se opõe à perspectiva atrás designada por "racionalidade do pai". Deste modo se poderá desde já afirmar que o percurso de Crusoe é, afinal, o percurso de uma génese. Começando por se manifestar como a mera recusa de uma de-

---

[74] Homer O. Brown, "The Displaced Self in the Novels of Daniel Defoe", pp. 562-590. O autor interpreta esta duplicidade de perspectiva como manifestação da ausência de um critério exterior de verdade, o que leva a personagem a uma permanente fuga a si própria. Tal seria, para H. Brown, a característica dominante das personagens de Defoe: "The Defoe self in isolation is the self of Hobbesian sensationalism. The order revealed one moment is obliterated by the new sensations crowding in the next" (p.587). Pat Rogers, na sua resenha sobre a história da crítica de *Robinson Crusoe*, considera este texto de H. Brown como "provavelmente o mais importante estudo geral", de entre os artigos publicados sobre a obra de Defoe nos últimos decénios (Pat Rogers, *Robinson Crusoe*, p.151).

terminada racionalidade, o impulso vai-se, pouco a pouco, revelando, ao longo de uma praxis decorrente do próprio conflito que a gera, como resposta capaz de engendrar a sua própria visão do mundo alternativa. Recuando ligeiramente na análise, verificamos como, no espaço narrativo que medeia entre o momento da racionalização do impulso e a apresentação da folha de balanço[75], Crusoe nos dá conta, predominantemente, do modo como impõe uma ordem nova ao mundo em que vive, o que é expresso, quer no plano espacial, ao determinar a localização geográfica da ilha, quer no plano temporal, ao construir um calendário, quer finalmente no plano da sua própria existência, ao assinalar que tinha trazido do barco papel, penas e tinta, o que lhe irá permitir a elaboração do seu diário (pp. 63-4). A ordenação que agora se segue é a consequência lógica deste processo de racionalização. Ao fazer Crusoe separar na página aquilo que são, afinal, duas visões do mundo, Defoe não só apresenta os dois termos do conflito na sua expressão conceptual mais simples, como consegue obter uma representação gráfica do estado de equilíbrio interior da personagem, estado esse que é confirmado dois parágrafos depois[76]: "Having now brought my Mind a little to relish my Condition, and given over looking out to Sea to see if I could spy a Ship" (p. 67). Isto é, a estabilidade de momento leva-o mesmo a negligenciar a possibilidade de regresso.

O percurso de Crusoe é o percurso de uma génese. Géne-

---

[75] O espaço narrativo existente entre estes dois momentos não corresponde necessariamente a um tempo cronológico determinado ou determinável. Nas páginas que antecedem o início do diário a ordem cronológica torna-se extremamente confusa e, em geral, incontrolável, levando a crer que Defoe escreveu o texto por "saltos" em que o aparecimento de uma ideia o levava a um desenvolvimento antes imprevisto. Voltarei a este tema. De momento, referirei apenas que, para efeitos de análise, apenas tenho em conta neste momento a ordem da narrativa e não a ordem cronológica.

[76] Estudando a obra de Defoe numa perspectiva da sua recepção, Paul Alkon considera, a propósito das colunas gráficas, que: "By slowing the tempo of [Crusoe's] narrative they stress the importance of the incident and its moral" (*Defoe and Fictional Time*, Athens, Georgia, 1979, p.188).

se de quê, podemos vê-lo na segunda coluna da página. Enquanto que na primeira coluna é enunciada a condenação social que decorre das palavras iniciais do pai, sendo elemento central do castigo a ausência de sociedade, a resposta dada na segunda coluna, invertendo completamente aquela perspectiva, resulta numa afirmação de autonomia e auto-suficiência individual pelas quais o castigo se transforma em eleição.

O que deste modo é afirmado aqui pela primeira vez são os valores de um individualismo que se define pela contraposição, ponto por ponto, à visão do mundo neoclássica. Nascido da irracionalidade reprimida pela ordem dogmática (e como tal incapaz de apreender o mundo como transformação) representada no discurso do pai, o individualismo encontra na ausência de valores transindividuais que é a ilha o espaço possível para a sua formação como sistema de valores. Ao figurar assim o processo de nascimento e formação da visão do mundo individualista, Defoe fornece-nos uma representação artística da transformação epistemológica que está na base de toda a cultura moderna.

Ainda que depois deste passo Crusoe venha por vezes a considerar o seu isolamento como castigo de Deus, a tentativa de elaborar aqui um quadro objectivo da sua situação leva-o, significativamente, a colocar a acção divina apenas na segunda coluna, apresentando-a não como causadora de castigo, mas antes como propiciadora da libertação: "*he that miraculously sav'd me from Death, can deliver me from this Condition*"; "*But God wonderfully sent the Ship in near enough to the Shore*" (p.66). Como veremos na sequência da análise, o equilíbrio neste momento expresso é apenas momentâneo: não se pode esquecer que as duas perspectivas aqui representadas constituem dois polos de um conflito que é, ainda, interior a Crusoe.

O quadro axiológico do séc. XVIII é herdeiro de categorias mentais formadas ao longo de séculos pelas quais a possibilidade de todo e qualquer sistema de valores é necessariamente determinada pela existência de um beneplácito divino. A história mais recente dos séculos XVI e XVII tornara claro que qualquer perspectiva de transformação da realidade só era socialmente pos

sível na medida em que encontrasse a sua justificação última na vontade de Deus. É portanto natural, isto é, necessário, que, sendo Crusoe a figuração do lugar do conflito entre duas visões do mundo, o suporte divino oscile entre elas em função da supremacia de cada uma na configuração psicológica da personagem. A colocação, neste momento, do apoio divino do lado do indivíduo corresponde assim a uma fase do processo de transformação de Crusoe que irá fornecer a possibilidade de a sua acção se orientar no sentido de uma existência individual autónoma. Considerando globalmente o modo como a função de Deus se desloca ao longo da narrativa, John Richetti conclui que "o que acontece é a conversão de Deus, por Crusoe, de um antagonista num aliado", numa formulação que, não dando conta da complexidade realista com que o processo se desenrola, permite enquadrar este passo como momento de uma linha de força que atravessa toda a narrativa[77].

A situação de estabilidade atingida pelo conflito traduz-se numa nova atenção prestada por Crusoe à sua própria actividade, tal como é relatado logo após a apresentação do balanço (num passo já antes parcialmente transcrito): "Having now brought my Mind a little to relish my Condition . . . I began to apply my self to accomodate my way of Living, and to make things as easy to me as I could" (p.67). Absorvido no trabalho, Crusoe dá-se conta, pela primeira vez, das potencialidades transformadoras da sua acção: "So I went to work; and here I must needs observe, that as Reason is the Substance and Original of Mathematics, so by stating and squaring every thing by Reason, and by making the most rational Judgement of things, every Man may be in time Master of every mechanick Art" (p.68).

---

[77] "what happens in Crusoe's conversion of God from an antagonist into an ally". J. Richetti, *Defoe's Narratives*, p.42 .É certo que Richetti procura traçar um quadro dessa transformaçao, mas recorrendo a uma mistura tal de explicações psicológicas (Deus é necessário a Crusoe para evitar a esquizofrenia), razões de lógica da narrativa, e figuras conceptuais hegelianas que me parece perder de vista os processos formais pelos quais a transformação se realiza efectivamente na obra.

As forças agora libertadas de uma estrutura social que impedia a sua realização mostram-se capazes de construir um mundo novo, segundo uma ordem que se estabelece em função de valores que procedem exclusivamente dos interesses individuais. Do mesmo modo como antes Crusoe se manifestara no seu acto de poder, aquando do abate do leão nas costas de África, assim agora é também com prazer que contempla a ordem imposta ao real pela sua acção: "So that had my Cave been to be seen, it look'd like a general Magazine of all Necessary things, and I had every thing so ready at my Hand, that it was a great Pleasure to me to see all my Goods in such Order" (pp.68-9). Uma vez o mundo espacial ordenado, estão criadas as condições para que Crusoe possa também ordenar a acção na sua temporalidade, o que fará recorrendo a um modelo narrativo em que o tempo é estruturado em função da existência individual: o diário ("And now it was when I began to keep a Journal of every Day's Employment" - p.69).

*

* *

A parte inicial do diário repete, na generalidade, os acontecimentos já anteriormente narrados, mas agora sob uma forma mais resumida e ordenada. Alguns (poucos) dados são acrescentados, como os que se referem às condições meteorológicas, o que parece traduzir uma preocupação de Defoe em acrescentar elementos que permitam a integração de Crusoe num ciclo natural das estações diferente do que ele conhecia, o que o levará, mais tarde, a poder ordenar a exploração agrícola da ilha[78]. Ao mesmo tempo,

---

[78] Por outro lado, alguns elementos mínimos de conteúdo são alterados, a atestar que o realismo de pormenor de Defoe não se refere tanto a um primário instinto de verosimilhança como a um sentido do valor desse pormenor na representação narrativa perante o qual a coerência dos conteúdos aparece mesmo por vezes negligenciada. São exemplos flagrantes: a tempestade que acaba de destruir o barco verifica-se no 25º dia da estada (p. 71) enquanto antes se verificava no 13º (p.56); o diâmetro da fortificação que era de 20 jardas (p.59) passa a ser de 8 jardas (p.76).

é acentuada a imposição de uma ordem racional à actividade: "*Nov.* 4. This Morning I began to order my times of Work, of going out with my Gun, time of Sleep, and time of Diversion" (p.72).

Sendo à primeira vista uma repetição, ainda que resumida, do que já antes fora apresentado, as primeiras páginas do diário poderiam parecer uma parte pouco significativa do romance, encarado este na perspectiva da sua economia. Tal não é, porém, o que se passa, como podemos verificar se atentarmos na diferença de perspectiva que o diário institui e na sua significação. Primeiro que tudo, importa acentuar que quer a narração dos acontecimentos anterior ao diário, quer a parte deste que se reporta à generalidade dos mesmos acontecimentos, correspondem a uma perspectivação retrospectiva, residindo a sua diferença no facto de que se referem a dois momentos de enunciação distintos. Assim, enquanto a parte anterior ao diário é apresentada por um narrador omnisciente, numa retrospectiva global (Crusoe narra as suas aventuras no fim da sua vida, depois de as ter vivido todas), as primeiras páginas do diário correspondem a uma perspectiva parcial, em que os primeiros tempos de estada na ilha são vistos a partir de um determinado momento dessa estada, muito mais próximo dos acontecimentos[79].

Se, perante esta diferença, retomarmos a comparação entre as duas partes, vemos como uma distância significativa se institui entre elas, e que respeita à atenção dada por Crusoe à sua actividade. Enquanto na primeira destas partes a narrativa se distribui pelos dois grandes focos da acção, o navio naufragado e a adaptação e transformação do meio, no diário, por sua vez, é dado predominante relevo a este último, sendo as incursões ao navio resumidas em escassas linhas (pp. 70-1). No momento em que começa a escrever o diário, Crusoe volta-se fundamentalmente para

---

[79] Este momento não é, porém, pontualmente determinável, uma vez que, no diário, Crusoe não nos diz quando o começou, enquanto que a confusão cronológica das páginas que o antecedem torna indiscernível qualquer localização temporal precisa. Embora fosse possível aventar hipóteses, penso que tal resultaria apenas numa meticulosidade gratuita.

a ilha, ou melhor, para a sua actividade sobre a ilha , enquanto que o navio é rapidamente removido dos seus pensamentos, dir-se-ia que numa tentativa de esquecer aquele símbolo do mundo recusado e perdido. Esquecimento ilusório, dado que, como veremos dentro em pouco, não elimina o conflito, ele resulta contudo temporariamente, permitindo a Crusoe dedicar-se à produção das suas condições de existência como se do nada tivesse partido.

Ao acentuar a sua actividade como trabalho sobre o novo real em que se encontra inserido, referindo não só os resultados como também os processos pelos quais estes são atingidos,com os seus momentos de dificuldade e de aprendizagem, Crusoe revela a dimensão fundamental que caracterizará a sua consciência ao longo de uma grande parte da estada na ilha: a acção individual como meio de apreensão e transformação do real. Por vezes de um modo mesmo um tanto exagerado, como quando relata as grandes dificuldades que tem em fazer uma mesa e uma cadeira (p.72), depois de nos ter dito que trouxera do barco todos os materiais para tal necessários [80] , a tónica dada à produção de bens materiais confere a esta parte do romance uma feição que foi posta em relevo por Pierre Macherey ao afirmar que "*Robinson Crusoe* é, antes de mais, um romance sobre o trabalho, e mesmo o primeiro romance do trabalho"[81] .

---

[80] Na sua desconcertante e discutível interpretação da obra William Stein aponta este exagero como exemplo do carácter altamente irónico dado por Defoe às capacidades técnicasde Crusoe, aqui através da ridicularização da inteligência prática da personagem. Para Stein, Defoe lançaria assim mão de processos estilísticos e formais que mostram que "[Defoe]is not a mere journeyman of fiction, though to be sure tne prostitutor of a great talent". W.Stein, "Robinson Crusoe: The Trickster Tricked" p. 288.

[81] Pierre Macherey, *Para uma teoria da produção literária*(1966), trad. Ana Maria Alves, Lisboa, 1971, p. 235 . Quase quarenta anos antes de Macherey, Ernst A. Baker afirmara já algo de semelhante: "*Robinson Crusoe* is the epic of work" (*The History of the English Novel*, vol. III, London, 1929, p.169).

Na sequência da orientação dos esforços individuais no sentido da produção não é só uma aprendizagem da técnica que se verifica, mas também o aparecimento dos primeiros sinais de espírito inventivo, como quando ele produz uma espécie de vela com gordura, na falta de material adequado (p.77). Marco significativo do seu progressivo domínio da natureza é também a primeira domesticação de um animal selvagem (p.75), após a tentativa anteriormente relatada, e que fracassara.

Ao mesmo tempo que, pela confluência de todos estes processos, se começa a estabelecer um novo tipo de relações formais entre o sujeito e o mundo, a herança do passado como que se esbate gradualmente na consciência de Crusoe: a par da já referida remoção para plano secundário do navio naufragado, também no plano dos hábitos instituídos essa transformação se verifica , como o ilustra o esquecimento dos domingos (p.72), quando antes fora afirmado que uma das razões que o levaram à elaboração de um calendário fora precisamente a distinção dos "Sabbath Days from the working Days" (p.64). Diga-se, de passagem, que o processo encontrado por Defoe para dar conta desta transformação é, contrariamente ao habitual, pouco imaginativo. Com efeito, uma vez que no início Crusoe marcara os domingos no calendário, bastar-lhe-ia a partir daí contar as marcas diárias para, de sete em sete, encontrar aquele dia da semana, tal como, de resto, virá a fazer mais tarde.

Marcado desde o início pela tentativa , por parte de Crusoe, de eliminar da sua consciência tudo o que pudesse, de algum modo, perturbar o seu novo relacionamento com o mundo, o diário pareceria surgir como um processo formal pelo qual se anularia o conflito que determina a acção de toda a parte anterior da narrativa . É mesmo possível que tenha sido essa a intenção de Defoe ao introduzir o diário, pelo qual a construção de um novo mundo pelo seu herói poderia ser feita a partir de uma perspectiva que, eliminando os juízos e as relações estabelecidas *a posteriori* pela visão retrospectiva global, daria conta da afirmação gradual do saber e do poder de Crusoe sobre a nova realidade.Se assim foi, desde cedo o autor se deve ter dado conta da impossibilidade or-

gânica de tal projecto, o que se pode comprovar pelo facto de a estrutura do diário ser quebrada pouco depois do seu início, precisamente para que a narrativa possa comportar o desenvolvimento do conflito (pp. 76-79).

Se recapitularmos tudo o que a presente análise tem evidenciado, constatamos que o conflito, nos termos em que tem sido determinado, é, até agora, *o único elemento da narrativa que lhe confere uma unidade formal*. Por outro lado, verificamos já que ele é caracterizável como figurando a contradição fundamental de uma das fases cruciais do desenvolvimento histórico do Ocidente, e que se pode resumir como a contradição entre as formas pré-capitalistas[82] e as necessidades do individualismo nascente. Se, neste momento, Defoe eliminasse pura e simplesmente um dos polos do conflito, fazendo-o desaparecer da consciência da personagem que o objectiva, sem para isso introduzir algum processo formal que possibilitasse a sua superação orgânica, teríamos o período da ilha separado, tematica e formalmente, do resto da história, e o romance transformado numa simples narrativa de aventuras.

É este o risco que Defoe consegue evitar, ao interromper a estrutura do diário, para fazer reaparecer o conflito à superfície do texto, no episódio em que a germinação da cevada e do arroz leva Crusoe a acreditar numa intervenção divina, para depois descobrir que se tratava de um resultado da sua própria acção. Ao mesmo tempo, este episódio introduz um espaço temático que até agora apenas fora aflorado em raros momentos, e que adquire uma dimensão importante na sequência da narrativa: a relação de Crusoe com Deus.

*

* *

---

[82] Entende-se como tais todas as formas desta fase histórica que abrangem a totalidade das relações dos homens entre si e com a natureza, ou seja, quer as formas mediatizadas pela sociedade (económicas, políticas, culturais, etc.) quer as objectivadas no indivíduo (afectivas, emocionais, etc.).

Educado na crença da identificação de Deus com a autoridade que em última instância justifica a ordem do mundo, tal como transparece do discurso inicial do pai, a recusa dessa ordem desde cedo lhe surge como desobediência a Deus, pelo que os seus sucessivos desastres vão sendo concebidos como castigo divino. Uma vez na ilha, porém, assiste-se como que a uma oscilação de Deus entre os dois polos do conflito: quando elabora o seu balanço, Crusoe coloca-o já do lado do indivíduo, como garante da sua autonomia, para depois o eliminar do diário, do mesmo modo que elimina as lembranças do passado. Só no momento em que, estupefacto, vê nascer junto à sua habitação alguns cereais que ele sabe que não poderiam lá aparecer naturalmente ("in a Climate which I know was not proper for Corn" - p.78), a ideia de intervenção divina irrompe violentamente na consciência de Crusoe, provocando-lhe mesmo um choque emocional ("This touch'd my Heart a little, and brought Tears out of my Eyes" - p.78).

A referida oscilação de Deus revela-se aqui à consciência de Crusoe com todo o seu poder e toda a sua ambiguidade. Afastada do seu pensamento desde o início do diário, o que se expressa no facto de, até este momento, nele não se encontrar sequer uma só referência a Deus, a ideia de intervenção divina surge significativamente aliada ao primeiro indício de intromissão na ilha de um elemento que traz consigo a marca do mundo que Crusoe abandonara, marca que é mesmo repetidamente assinalada: "I saw about ten or twelve Ears come out, which were perfect green Barley of the same Kind as our *European*, nay, as our *English* Barley" (p.78). A consequência desta intromissão, constituindo um profundo abalo na consciência de Crusoe, vem introduzir um factor de desequilíbrio na relação sujeito-mundo que se começava a estabelecer, conduzindo assim ao reaparecimento do conflito.

A ordem que Crusoe sentia impor ao real ("and now I began to be in some Order within Doors"; "this Time I spent in putting all my Things in Order within Doors" - p.75) é agora posta em causa por uma ordem superior que lhe faz aparecer, à porta da sua própria casa, uma recordação da Europa, da Inglaterra mesmo, símbolo da omnipresença de um mundo de que ele se pensava radi-

calmente separado ("I had hitherto acted . . . without so much as enquiring into the End of Providence in these Things, or his Order in governing Events in the World" - p.78). Reconduzidos ao primeiro plano do pensamento de Crusoe, através do poderoso aliado que é o poder divino, os valores do velho mundo evocam de novo a ideia da ilha como local de castigo, como " that wild miserable Place" (p.78).

Mas, sendo poderosa, a acção divina é também profundamente ambígua: ao mesmo tempo que lhe assinala a dependência de uma ordem superior à sua, proporciona-lhe os meios de subsistência para que a sua vida isolada e autónoma se possa manter: "and I began to suggest, that God had miraculously caus'd this Grain to grow without any Help of Seed sown and that it was so directed purely for my Sustenance, on that wild miserable Place" (p. 78). Ao enquadrar a acção divina nesta perspectiva, Crusoe confere a Deus o papel de suporte do indivíduo, tal como fizera na sua folha de balanço. Este momento aparece assim como uma etapa decisiva daquele processo que Richetti designa como a transformação de Deus de oponente em aliado[83].

A sequência do episódio confirma esta sua dupla significação, ao mesmo tempo que intensifica a confiança de Crusoe na acção, ao fazê-lo descobrir as suas virtualidades. Ao concluir que o aparecimento dos cereais fora a consequência natural, ainda que imprevista, de um acto seu, ele elimina a intromissão exterior anteriormente suposta, reaparecendo-lhe a ilha à consciência como espaço onde a sua acção é exclusiva: "and I must confess, my religious Thankfulness to God's Providence began to abate too upon the Discovering that all this was nothing but what was common" (p. 78). Deste modo, o fantasma do poder exterior é, pelo menos tem-

---

[83] Ver atrás. p.89. Na sua obra publicada alguns anos antes da aqui referida, Richetti perspectivava o conflito em *Robinson Crusoe* como a oposição entre o moralismo tradicional e uma contra-ideologia do individualismo secular que, insistindo nas implicações da ciência moderna, nega o domínio providencial sobre a ordem humana e natural (*Popular Fiction Before Richardson — Narrative Patterns 1700 - 1739*). O episódio agora focado poderia ser apontado como instância (talvez mesmo a mais evidente) dessa oposição.

porariamente, eliminado. Por outro lado, Crusoe reflecte na possibilidade de encarar o poder divino como um aliado efectivo, e directamente interveniente, da sua autonomia, afirmando contudo que tal ideia não lhe ocorre de imediato: "tho' I ought to have been as thankful for so strange and unforseen Providence, as if it had been miraculous; for it was really the Work of Providence as to me . . . " (pp. 78-9).

O efeito deste episódio, e consequentemente a sua função estrutural, é o de, após uma primeira fase de adaptação, traduzida num momentâneo equilíbrio formal nas relações sujeito-mundo, relançar o conflito num novo movimento que, pondo agora em causa a sobrevivência de Crusoe no próprio mundo que ele cria, conduzirá a narrativa ao seu primeiro grande clímax.

Como já foi referido, a apresentação deste episódio exigiu de Defoe a destruição da estrutura do diário, cujo espartilho cronológico impediria a perspectivação global que confere ao encadeamento de factos e de estados de espírito a sua dimensão simbólica. A dificuldade em conciliar a narração de acontecimentos cujo significado, só apreensível à distância, transcende a sua mera debitação pontual, com os limites do diário, está de resto bem patente no modo como Defoe se debate entre a utilização das duas perspectivas, quando, por duas vezes, no fim deste episódio, Crusoe assinala a consciência de ter transgredido o diário: "Of which in its Place", e, no parágrafo seguinte, "But to return to my Journal" (p. 79). Ora é precisamente nos momentos em que a estrutura do diário é ultrapassada que se encontram os segmentos da narrativa onde o conflito se manifesta de forma mais aguda à superfície do texto. Isto explica a razão por que aos períodos de esbatimento ou de agudização do conflito correspondem respectivamente momentos da narrativa em que a forma do diário é mantida ou destruída.

*

* *

Ao retomar o diário Crusoe relata-nos um acontecimento

durante o qual o seu mundo, e a sua própria sobrevivência, são ameaçados de completa extinção: o terramoto. À hipótese antes vislumbrada de uma intervenção exterior à acção individual sucede-se a efectiva intromissão de um poder superior que abala, literal e simbolicamente, os alicerces em que assenta toda a obra de Crusoe: a ameaça converte-se em realidade.

Manifestação de forças que transcendem o poder humano, o terramoto vem lembrar a Crusoe as limitações ontológicas do seu poder, isto é, vem-lhe mostrar que a contingência demarca o espaço da acção. Mas neste plano a catástrofe natural não é manifestação de um conflito, mas tão somente de um limite. Como tal, ela marca apenas uma fase do processo de aprendizagem de Crusoe, pela qual ele descobre a necessidade de adaptar a sua autonomia às condições naturais, deste modo reduzindo o transcendente ao contingente: "but my Mind being more compos'd, I began to think of what I had best do, concluding that if the Island was subject to these Earthquakes, there would be no living for me in a Cave, but I must consider of building me some little Hut in an open Place" (p. 81-82).

Num outro plano este acontecimento é porém expressão do conflito: paradoxalmente, no plano da sua própria ausência. Ostensivamente, Crusoe recusa-se a ver no terramoto a manifestação daquela ordem do mundo que desde o princípio se identifica com o poder divino-paterno, ao contrário do que fará algum tempo depois, quando considerar este acontecimento como determinado pelo que designa por "The invisible Power which alone directs such Things" (p.90). Ignorando este significado do tremor de terra, Crusoe revela-se insensível a qualquer transcendência: "All this while I had not the least serious religious Thought, nothing but the common, *Lord ha' Mercy upon me*; and when it was over, that went away too" (p.81)[84]. E quando lhe surgir a escolha entre o interior ou o exterior da sua habitação, não terá dúvidas em optar

---

[84] Note-se como este passo exemplifica a quebra da estrutura do diário. A reprovação nele implícita só seria possível a partir de uma perspectiva localizada num momento bastante posterior.

pela ordem e segurança que o mundo por ele criado lhe garante: "but still when I look'd about and saw how every thing was put in order, how pleasantly conceal'd I was, and how safe from Danger, it made me very loath to remove" (p.82)[85].

No modo como responde a esta situação Crusoe dá mais um decisivo passo no processo constitutivo da sua visão do mundo individualista: ignorando o transcendente, reduz as manifestações deste a problemas práticos cuja superação depende da capacidade individual para os encarar e resolver. Mas a opção radical pela autonomia individual implica, aos olhos da cultura europeia de inícios do séc. XVIII, e em particular da inglesa, uma falta grave, pela qual Crusoe terá de pagar:a recusa de Deus. Ao afirmar os interesses do indivíduo como valores supremos, o individualismo tem necessariamente de passar, numa fase do seu processo de formação, pela negação de tudo o que de comunitário, e por isso transindividual, se consubstanciou, ao longo da tradição cultural europeia, nos valores religiosos. Ao recusar-se a ver no terramoto uma ordem de Deus que lhe é dirigida, Crusoe, ao mesmo tempo que afirma de modo inequívoco a sua radical autonomia, apressa a destruição do que nele ainda o liga à sociedade e ao mundo exterior. Quanto ao problema da falta de Deus (deste Deus), resolvê-lo-á do mesmo modo que o faz o individualismo histórico: criará outro, à medida das suas necessidades.

Com a experiência que vivera aquando do aparecimento dos cereais, Crusoe tinha aprendido que a ordem divina era apenas uma aparência, por trás da qual se encontravam, na realidade, a acção humana e as leis naturais. Nesse episódio Defoe representara bem um dos momentos cruciais do processo de autonomização do conhecimento, parte integrante da luta pela libertação do indivi

---

[85] Homer Brown ("The Displaced Self") aponta este passo como instância expressiva dos dois impulsos entre os quais considera que se debatem as personagens de Defoe: o medo do interior, do anonimato, e o medo do exterior, dos outros. Penso que este conflito, não só tem aqui um significado localizado, e não generalizável, como também que a sua função é mais a de realçar a decisão de Crusoe do que a de expressar o seu debate interno.

duo que é fio condutor da história desde os séculos XV-XVI. Quando, pouco tempo depois, presencia o tremor de terra, Crusoe está já em condições de apenas ver neste acontecimento um fenómeno natural, que avalia em termos das suas manifestações objectivas: conta o número de abalos, o período de tempo que medeia entre eles, constata que o tremor de terra é acompanhado de um maremoto e que é seu efeito natural a formação de uma violenta tempestade (pp. 80-1). O que a relação entre o sujeito e o mundo assim expressa nos revela é a natureza mais profunda do individualismo, o qual não se resume a um mero sentido de posse ou a uma desvalorização dos interesses alheios, como por vezes é caracterizado. Antes de tudo, a visão do mundo individualista pressupõe a total eliminação de quaisquer valores transindividuais, sendo este o único meio pelo qual lhe é possível pensar o real como articulação de fenómenos exclusivamente determinada por leis que lhe são imanentes. Desvalorizado pela eliminação da transcendência, só então o mundo se abre ao saber e ao poder ilimitados do indivíduo.

Mas a duplicidade patente no episódio anterior também se verifica neste. Meio de afirmar aquilo que em Crusoe o impele para a imposição ao mundo de valores meramente individuais, o terramoto é simultaneamente mais um factor de aproximação da ordem que ele renegara: a agitação violenta do mar e a tempestade trazem para terra os restos do navio naufragado (" I was surpriz'd with this at first, but soon concluded it must be done by the Earthquake" - pp. 83-4). Esquecido logo após o início do diário, o navio, símbolo do mundo recusado, mobiliza agora todas as atenções de Crusoe, levando-o a pôr de lado a construção de uma nova habitação que lhe permitisse escapar na eventualidade de outros tremores de terra: "This wholly diverted my Thoughts from the Design of removing my Habitation" (p.84). Durante cerca de dois meses a sua actividade volta-se exclusivamente para os restos do navio ("I continued this Work every Day to the 15th of *June*, except the Time necessary to get Food" - p.85), sendo o seu principal resultado a obtenção de materiais que poderiam servir para construir um barco: "and by this Time I had gotten Timber, and Plank, and Iron-Work enough, to have builded a good Boat, if I had known how" (p.86).

Sem ter uma consciência precisa do seu objectivo("I resolv'd to pull every Thing to Pieces that I could of the Ship, concluding, that every Thing I could get from her would be of some Use or other to me" - p.84), a acção de Crusoe é, na verdade, motivada pelo desejo latente de regressar. Dividindo a sua actividade entre o impulso para ficar, adaptando-se às condições naturais, e o impulso para regressar, o terramoto aparece, pelos seus efeitos, como um catalizador do conflito. O debate, agora, já não é interno: como que por um desdobramento da personalidade, os dois polos antagónicos que dividiam o interior de Crusoe objectivam-se, orientando a sua actividade em sentidos divergentes. A realidade tinha, nesta época, duas leituras discordantes: lembremo-nos, por exemplo, da polémica a propósito do significado dos cometas que em fins do séc. XVII opõe Pierre Bayle aos teólogos ortodoxos[86]. Dupla leitura que não era mais do que a expressão de dois modos antagónicos de ver o mundo. Na ambiguidade significante que confere a este episódio, Defoe consegue figurar plenamente esse debate, ao fazer recair sobre a personagem de Crusoe, centro do conflito, a divergência de opiniões que ele implica.

Chegado a este ponto extremo da sua representação, que leva Crusoe como que a separar-se de si próprio, o conflito aproxima-se necessariamente da solução. É isso que se vai verificar com a doença e, finalmente, com a morte simbólica realizada pelo sonho.

*

* *

Trazendo consigo a perspectiva da morte, a doença lança Crusoe num estado de extrema confusão e desespero no qual sente, de forma violenta, os riscos a que o seu isolamento o expõe: "Very ill, frighted almost to Death with the Apprehensions of my

---

[86] Veja-se, sobre este assunto, Paul Hazard, *A crise da consciência Europeia* (1934), trad. Óscar Lopes, Lisboa, 1948, pp.126-30.

sad Condition, to be sick, and no Help" (p.86). Atingido o limite das energias individuais, e na ausência de qualquer ajuda, lança mão de Deus como de uma tábua de salvação. Porém, não o faz num apelo sentido, mas de uma forma mecânica, como num reflexo condicionado: não existe qualquer comunhão entre ele e o Deus a que se dirige. Da primeira vez que o faz, há a consciência de que nesse momento se fecha um ciclo da sua vida do qual Deus esteve completamente ausente: "Pray'd to GOD for the first Time since the Storm off of *Hull*, but scarce knew what I said, or why" (p.86). Isto é, desde a primeira vez em que desafiara a autoridade paterna (a tempestade ao largo de Hull ocorre aquando da primeira viagem) até ao momento em que sente a proximidade da morte, a sua existência é considerada como um permanente desrespeito pelo poder que agora invoca. Também desta vez o apelo a Deus não tem qualquer significado: logo que se sente melhor a sua única preocupação é a de procurar alimento, sem que lhe ocorra alguma ideia de gratidão (entrada de 26 de Junho, pp. 86-7). Agora como antes, Crusoe confia exclusivamente nos seus recursos próprios. Quando se verifica a recaída, de novo reza apenas ao achar-se nos limites da sua capacidade física, e de novo o faz maquinalmente : " I had not Strenght to stand up, or to get my self any Water to drink: Pray'd to God again, but was light-headed, and when I was not, I was so ignorant, that I knew not what to say" (p.87).

É neste momento, quando o conflito atinge o apogeu, no ponto limite de ausência de valores, em que Crusoe se encontra abandonado pelas suas forças individuais e incapaz de reconhecer qualquer poder que o transcenda, que Defoe introduz o *tour de force* que lhe permite relançar a narrativa num novo movimento: o sonho.

Um dos passos da obra mais frequentemente comentados, este sonho (o primeiro, pois aparecerá outro mais tarde) é normalmente interpretado na perspectiva do simbolismo religioso de *Robinson Crusoe*, como um momento decisivo no percurso espiritual da personagem. Embora o aprofundamento desta perspectiva interpretativa da obra seja relativamente recente, já em 1929 Gerridina Roorda chama a atenção para o facto de que a figura resplan

decente que aparece no sonho seria reconhecida pelos contemporâneos de Defoe como um dos arcanjos ou como qualquer outra das figuras celestiais referidas na Bíblia[87].

Mas é principalmente na sequência da obra de Ian Watt, e, em grande parte dos casos, como tentativa de contestação deste, que será dada maior atenção ao significado simbólico do momento em causa. Tentando, como Roorda, reconstituir as estruturas mentais do público de Defoe, Martin Greif, que creio ter sido quem primeiro apontou um carácter significativo ao facto de o sonho se verificar nove meses após a chegada de Crusoe à ilha (na verdade nove meses menos três dias), encontra aqui o momento a partir do qual Crusoe passa do pecado à conversão[88]. Por sua vez, naquela que é a exploração mais sistemática das significações simbólicas e das alusões bíblicas em *Robinson Crusoe*, J.Paul Hunter considera o sonho como a revelação divina a partir da qual Crusoe está em condições de aprender a conhecer o mundo, aprendendo que Deus se manifesta nele[89]. Revelação, conversão, ou ainda "provocation to conversion", como o designa outro crítico de Defoe[90],

---

87 Gerridina Roorda, *Realism in Daniel De Foe's Narratives of Adventure*, Wageningen, 1929

88 "It is likely that Defoe's eighteenth-century reader understood the illness of Robinson Crusoe to represent his state of sin; indeed, in Puritan theology sin is considered spiritual sickness". Martin J. Greif, "The Conversion of Robinson Crusoe", *Studies in English Literature*, 6 (1966), p.568. A consideração da doença como aviso do pecado é apontada como um dos traços constitutivos das concepções puritanas sobre a relação entre o corpo e a alma por Cynthia G. Wolff, em "Literary Reflections of the Puritan Character", *Journal of History of Ideas*, 29 (1968), p.20. Quanto à interpretação do sonho de Crusoe como meio de conversão, ela é já adiantada, embora não aprofundada, por Sri C. Sen, em *Daniel Defoe -- His Mind and Art*, Calcutta, 1948, p.166.

89 J. Paul Hunter, *The Reluctant Pilgrim* (sobre este assunto ver, particularmente, o cap. VIII).

90 Frank Ellis, *Twentieth Century Interpretations of* Robinson Crusoe, Introduction, p.13.

este momento da narrativa tem sido sistematicamente analisado como ponto de viragem na evolução espiritual de Crusoe[91] . Embora a presente análise não comporte a perspectiva seguida por estes autores, não pode porém deixar de considerar relevante o modo como a tradição crítica tem acentuado a significação deste passo. Além disso, os termos em que tal tem sido feito — revelação, conversão — são também significativos para a interpretação que aqui se pretende levar a cabo. Em qualquer sentido que possam ser entendidos, estes termos têm sempre um significado em comum: um acto de purificação que leva a um renascimento do indivíduo. No essencial, e independentemente de se ver ou não em *Robinson Crusoe* uma obra na tradição apologética puritana, é este o significado do sonho.

Estabelecido desde o início da obra como oposição entre a ordem do mundo que o pai representa e um impulso de recusa, o conflito concretiza-se e interioriza-se ao longo dos vários episódios em que a inadequação entre o sujeito activo e o mundo organizado vai sendo posta à prova, até que, iniciando um movimento de crescendo a partir do episódio do terramoto, atinge, com o sonho, o seu climax. Vimos atrás como, recusando-se a ver no tremor de terra o sinal da ira divina perante a infracção da ordem, Crusoe lançara o seu maior desafio aos valores que uma cultura milenária instituíra. Optando por uma leitura do fenómeno exclusivamente empírica, ele como que revivera o "crime" de Galileu. E assim como a condenação de Galileu é o símbolo da separação radical entre duas visões do mundo, também a condenação de Crusoe representa o corte do cordão umbilical que durante os nove meses do seu isolamento na ilha (para usar a simbologia de M. Greif) o ligou ao mundo ancestral que o gerara.

---

[1] Uma voz discordante no panorama geral dr crítica de Defoe é a de John Richetti, que considera o sonho como "simply a simptom of[Crusoe's] bodily and spiritual confusion", para acrescentar: "What actually effects the conversion is Crusoe's search for tobacco, which he explains, with the solid verification the book specializes in, the Brazilians take 'for almost all distempers'". J. Richetti, *Defoe's Narratives*, p.43.

A íntima relação entre este momento e o tremor de terra é desde logo explicitada no início do relato do sonho:" I thought, that I was sitting on the Ground on the Outside of my Wall, where I sat when the Storm blew after the Earthquake, and that I saw a Man descend from a great black Cloud" (p.87). Emissário da ordem que Crusoe desafia, o homem do sonho pronuncia a sentença e executa a condenação: "all that I can say, I understood, was this, *Seeing all these Things have not brought thee to Repentance, now thou shall die*: At which Words, I thought he lifted up the Spear that was in his Hand, to kill me" (p.87).

O que aqui se realiza é, usando as palavras de Homer Brown, a" morte simbólica" de Crusoe[92]. Morte simbólica que é, no contexto do processo narrativo, superação do conflito. Ao efectivar a sua condenação, a ordem antiga apenas tem poder para eliminar aquilo que em Crusoe o prendia ao passado. Da desordem espiritual que se segue ao sonho emergirá gradualmente uma personagem renovada, plenamente confiante em si, nas suas capacidades e no seu domínio: enfim, a representação do individualismo levado às últimas consequências, finalmente libertado dos laços que até aqui o prendiam ao mundo exterior.

Simultaneamente morte e libertação, o sonho tem na evolução de Crusoe uma função catártica, eliminando o complexo de culpa que o fazia sentir-se responsável pela quebra da ordem paterna. Significativamente, os processos usados por Defoe para apresentar este percurso da sua personagem podem ser comparados a outra grande representação artística de uma cura catártica na literatura moderna: a libertação espiritual de Orestes em"*Ifhigenie*

---

92 "Robinson does undergo a sickness unto death, literally and figuratively, a symbolic death of the self from which he emerges with a truer if temporary understanding of God's plan for him". Homer Brown, "The Displaced Self", p.578. H. Brown interpreta também este episódio como conversão, comparando-o com processos análogos usados por Stº Agostinho nas suas *Confissões*, obra que considera informar o projecto ficcional de Defoe. Contrariando a sua conclusão, eu diria que Crusoe emerge do sonho "com um mais verdadeiro entendimento" não do plano de Deus para ele, mas sim do seu plano para Deus.

auf Tauris, de Goethe. Assim como Crusoe é perseguido por uma condenação resultante da sua desobediência ao pai, Orestes é perseguido pelas Euménides em virtude do seu matricídio[93]; como Crusoe sonhando-se vitimado por um acto vingador, Orestes imagina-se, no seu delírio, executado pelo braço justiceiro da própria irmã; finalmente, como Crusoe saindo renascido do seu ordálio, também Orestes se sente libertado quando Pílades o chama à realidade. A única, e a grande, diferença entre as duas curas consiste em que, enquando uma, a de Orestes, resulta na reconciliação entre o indivíduo e o mundo dos valores transindividuais (o mundo da "reine Menschlichkeit"), e é atingida através do amor (de Ifigénia), a outra traduz-se pela instalação da personagem num mundo que existe exclusivamente em função de valores individuais, sendo a sua via a de uma afirmação absoluta da autonomia do indivíduo. No que respeita, porém, aos processos formais que permitem representar este tipo de transformação da personagem, é notável a semelhança entre a escolha de Defoe e a de Goethe.

As reflexões que se seguem ao sonho são como que o seu prolongamento, e denotam o efeito concreto no espaço psicológico de Crusoe da morte e da libertação que o sonho simboliza. Ao contrário de Goethe, que desenvolve a sua obra num espaço simbólico, o realismo de Defoe exige a tradução do símbolo num processo empírico, neste caso a realidade pormenorizada de uma transformação espiritual. Recapitulando toda a sua vida, desde o momento em que abandonara o lar paterno, Crusoe perspectiva-a agora, e pela primeira vez, em termos puramente religiosos, nos quais Deus é visto simultaneamente como opositor e aliado, reprovando-se por: "not having the least Sense, either of the Fear of God in Danger, or of Thankfulness to God in Deliverances" (p.88). Ao ver, deste modo, uma intenção divina ("the Hand of God") nas mais diversas situações, o que Crusoe começa a descobrir é um sentido para os acontecimentos e, finalmente, para a sua própria existência.

---

[93] A desobediência ao pai como significando o parricídio edipiano é uma conclusão óbvia das interpretações freudianas de *Robinson Crusoe*. Cf. Marthe Robert, *Roman des origines*, Parte II.

Ao mesmo tempo que o conflito se lhe revela como oposição de intenções e de sentidos (e nestes termos pode-se falar de revelação), Crusoe começa a pensar-se como espiritualmente autónomo, ou seja, capaz de apreender esses sentidos e, portanto , de integrá-los no seu projecto de experiência próprio: "But now when I began to be sick, and a leisurely View of the Miseries of Death came to place itself before me; . . . Conscience that had slept so long, begun to awake" (p.90).

Na doença e na morte, no aniquilamento resultante do conflito que o dilacerava, uma nova consciência de si e do mundo começa a despontar. No ritual de morte e ressurreição em que estas reflexões de Crusoe são o complemento espiritual (e realista) do sonho, a predição do pai realiza-se: "Now, said I aloud, My dear Father's Words are come to pass" (p.91). Mas o momento da condenação realizada é também o momento da libertação, da descoberta de si próprio. Como a Wagner, quando o Homunculus por ele produzido se lhe escapa, podem-se aplicar ao pai de Crusoe as palavras de Mephistopheles:

> Am Ende hängen wir doch ab
> Von Kreaturen, die wir machten.[94]

---

[94] J. W. Goethe, *Faust* (1832), 2. Teil, 2, Akt, vv.7003-4 (München, 1962, p.204).

PARTE II

DA UTOPIA À REALIDADE

> So the democratic revolution, defeated in politics, triumphed in the novel.
> Christopher Hill[1]

A utopia é o lugar da ausência de conflito. Desenvolvendo até às últimas consequências a contradição figurada em Crusoe, Defoe provoca a sua superação pela única via que os limites da representação realista lhe permitem: a transferência da visão do mundo individualista para o espaço da utopia.

A arte, como forma de representação do real, implica a transposição, para o plano formal específico de cada uma das suas manifestações, das características e dos conflitos que determinam a natureza do real representado. Mas não só. Implica também a possibilidade, resultante do carácter manipulável do mundo fictício, de ultrapassar obstáculos e superar conflitos que, em virtude das determinantes objectivas do mundo real, não podem ser eliminados neste plano. É nesse momento que a arte se abre ao ideal e ao utópico. Tal não significa, porém, que ela perca então o seu carácter realista: não há ideais, nem utopias, que não sejam historicamente determinados. Pelo contrário, a arte pode mostrar

---

[1] Christopher Hill, "*Robinson Crusoe*", *History Workshop*, 10 (1980), p.22.

-nos por este meio, as motivações mais profundas que orientam, num determinado momento, a vida dos homens nos diferentes sectores por que se reparte a sua praxis.

A este aspecto da criação imaginária atribui Lucien Goldmann o que designa por função antropológica da arte, e que põe em paralelo com a função de sublimação que lhe é atribuída por Freud:

> l'inconscient nous paraît ne jouer qu'un rôle negligeable dans la création proprement esthétique où l'imaginaire doit remplacer non pas tel ou tel object interdit par la morale mais avant tout l'univers cohérent et sans compromis que la réalité empêche de réaliser dans la vie quotidienne[2].

Projecção idealizada de uma visão do mundo, é deste tipo o universo que vamos encontrar em *Robinson Crusoe* a partir do episódio do sonho.

*

* *

Despertado pelo sonho para um novo modo de perspectivar a sua própria existência e a sua relação com o mundo que o rodeia, Crusoe começa por procurar resposta para várias interrogações que, pela primeira vez, lhe surgem ao espírito. Como que recém-chegado ao mundo, interroga-se sobre o ser e a origem das coisas e de si próprio: "What is this Earth and Sea of which I have seen so much, whence is it produc'd, and what am I, and all the other Creatures, wild and tame, humane and brutal, whence are we?" (p.92). Nestes termos ingénuos, de catecismo, que traem no romancista o autor de textos de formação moral e religiosa como *The Family Instructor* (1715), Crusoe questiona-se, afinal, sobre o sentido do mundo.

A resposta para estas perguntas encontra-a, naturalmente, em Deus: "Then it follow'd most naturally, It is God that has made it all" (p.92). Mais do que simples motor inicial, Deus sur

---

[2] Lucien Goldmann, "Structuralisme génétique en sociologie de la littérature" (1964), in *Le Structuralisme Génétique*, Paris, 1977, pp. 31-2.

ge agora à consciência de Crusoe como orientando o curso dos acontecimentos, como presente em todos os momentos da existência("If so, nothing can happen in the great Circuit of his Works, either without his Knowledge or Appointment" - p.92) , para finalmente lhe aparecer como o autor do seu próprio destino: "and if nothing happens without his Appointment, he has appointed all this to befall me" (p.92).

Esta introdução marca o início de um novo modo de relacionação de Crusoe com Deus. Atingido o período máximo da sua oscilação, o poder divino, após lhe apresentar o seu isolamento como castigo, fixa-se definitivamente do lado da acção individualista de Crusoe. A partir de agora tornar-se-á no seu aliado e companheiro indefectível, sancionando tutelarmente a construção de um mundo onde valores individuais e valores divinos se confundem[3].

Ao descobrir em Deus a explicação para o sentido do mundo e de si próprio, Crusoe encontra a justificação espiritual para a sua acção, nos mesmos termos em que tal se havia verificado com os sectores mais radicais da revolução inglesa do séc. XVII. Só que, enquanto nessa época tal descoberta tinha levado à visão de Winstanley de um comunismo milenarista, ela conduz agora à utopia de um individualismo absoluto[4]. Ambos expressão de uma estrutura ideológica em que o real é pensado em função de categorias religiosas, estes ideais mais não fazem do que levar às últimas consequências duas ideias centrais à ideologia burguesa: a igualdade e a liberdade. Enquanto em 1649 a luta contra o poder feu-

---

[3] Paul Dottin, até hoje o maior especialista em Defoe fora do mundo da língua inglesa, afirma: "Ce que nous reprocherions plutôt à Robinson, c'est de se croire le centre du monde . . .La principale occupation de Dieu semble être d'aider son cher Robinson". Paul Dottin, *Daniel de Foe et ses romans*, II, p.466. Dottin não aponta uma explicação convincente para o facto que constata.

[4] Gerard Winstanley, que afirmou ter chegado através de uma visão à ideia da organização comunista da sociedade, foi o principal porta-voz do movimento dos "diggers", que em 1649-50 tentou estabelecer uma comunidade rural baseada na abolição da propriedade privada. Ver, a este respeito, Christopher Hill,"Forerunners of Socialism in the 17th Century English Revolution", *Marxism Today* , 21, No 9 (1977), pp. 270-6.

dal levava à intensificação da primeira, sendo a utopia "digger" a sua formulação extrema, em inícios do séc. XVIII os sectores burgueses mais radicais tendem à idealização de um mundo onde a iniciativa privada possa estar livre das restrições monopolistas impostas à vida económica pela aristocratizante alta burguesia. Esse mundo é o da utopia de Crusoe.

O lugar ocupado pela religião em *Robinson Crusoe* tem sido do alvo de interpretações polémicas e altamente divergentes. No próprio ano da sua publicação Charles Gildon acusa Defoe de criar personagens "destruidoras da religião e da moralidade", e considera que as reflexões morais e religiosas de Crusoe se destinam exclusivamente a "to swell the Bulk of [Defoe's] Treatise up to a five Shilling Book"[5]. Este tipo de acusações, embora sem a aparente má-fé de Gildon, tem sido frequentemente repetido. Para apenas citar as mais referenciadas, importa assinalar as considerações de Marx sobre o mero carácter de diversão que teriam para Crusoe as suas preocupações religiosas[6], assim como, mais recentemente, a opinião de Ian Watt, segundo a qual "as intenções espirituais de Defoe eram provavelmente muito sinceras, mas têm a fraqueza de qualquer 'religião de domingo'"[7]. Uma importância maior é dada a este tema por Rudolf Stamm, quando estuda a religião nas obras de Defoe como uma supraestrutura interpretativa que, contudo, teria em *Robinson Crusoe* um mero papel de comentário da acção, ou ainda por Hans Andersen, ao considerar que Defoe estabelece uma distinção entre fins económicos e fins religiosos, tomando sistematicamente o partido dos primeiros sempre que entre uns

---

[5] Charles Gildon, *Robinson Crusoe Examin'd and Criticis'd*, pp. 69 e 111.

[6] "De ses prières et autres bagatelles semblables nous n'avons rien à dire, puisque notre Robinson y trouve son plaisir et considère une activité de cette espèce comme une distraction fortifiante". Karl Marx, *Le Capital*, I, p. 88.

[7] " [Defoe's] spiritual intentions were probably quite sincere, but they have the weakness of all 'Sunday religion'". I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 90.

e outros se verifica um conflito[8].

Em clara oposição a estas perspectivas que tendem à minimização da componente religiosa de Crusoe, tem-se verificado, particularmente desde a década de sessenta, uma tendência crítica, da qual são exemplos mais destacados George Starr e J. Paul Hunter, que sobrevaloriza essa componente, aproximando a obra de modelos alegóricos ou confessionais puritanos. Num caso como noutro, penso estarmos perante interpretações que, cada uma a seu modo, distorcem a significação global da obra.

Na configuração que adquire, desde inícios do séc.XVII, no seio da comunidade puritana, a visão do mundo dos sectores mais radicais da burguesia inglesa encara os interesses e objectivos económicos, sociais e políticos desta classe em termos sistematicamente religiosos[9]. Por sua vez, a educação de Defoe, numa academia dissidente, ele próprio de ascendência puritana, assim como o meio pequeno-burguês em que se verifica a sua formação, contribuem decisivamente para que o autor de *Robinson Crusoe* se integre nessa tradição, na qual o indivíduo sente junto (ou dentro) de si, após a conversão, a presença de Deus, que o guia em todos os actos da sua vida. No essencial, é esta a relação que vamos encontrar, a partir de agora, entre Crusoe e Deus. Dando-nos, a este nível, apenas a configuração de um tipo religioso, esta relação parece, porém, na orgânica da obra, representar muito mais do que isso.

Como antes acentuei, a descoberta de Deus aparece em função de uma necessidade específica sentida por Crusoe: a de en

---

[8] Rudolf Stamm, "Daniel Defoe: An Artist in the Puritan Tradition"; Hans Andersen, "The Paradox of Trade and Morality in Defoe". Algumas perspectivações mais recentes, cujas raízes se pode fazer remontar à interpretação de R. Stamm, têm tentado assinalar a existência de dois planos simultâneos em que a narrativa se desenrolaria: o plano da história vivida por Crusoe e o plano do modelo ético-religioso imposto por Defoe (Cf. Quentin Kraft, "*Robinson Crusoe* and the Story of the Novel", *College English*, 41 (1980), pp. 535-48; e Michael Boardman, *Defoe and the Uses of Narrative*, pp. 25-65).

[9] Ver, a este propósito, a obra de R.H.Tawney já citada, *Religion and the Rise of Capitalism*.

contrar um sentido para o mundo e para si próprio. Uma vez destruídos os laços que o ligavam ao mundo paterno, Crusoe perde, simultaneamente, os pontos de referência e as escalas de valores que com ele partilhava. O Deus paterno, que justificava, em última instância, a ordem do mundo e dos homens, limitava-se a ser o guardião dessa ordem, condenando quem lhe desobedecesse, mas não intervinha, ao lado do indivíduo, na sua existência do dia-a-dia. Mas o Deus que agora se manifesta é de natureza completamente diferente, sendo ele que, a cada momento, investe de sentido as coisas e os actos. Por outras palavras, é ele que vem revelar a Crusoe o sentido da sua acção. Encarada deste modo, a função de Deus na constituição da personagem torna-se clara: através dele Crusoe encontra, pela primeira vez, uma significação interior para o seu impulso, o que lhe confere a segurança espiritual necessária para levar a cabo a sua tarefa de construção de um mundo novo. A partir de agora a confiança em Deus é a face espiritual da medalha de que a confiança na acção é a face material: é esta dupla confiança que dá a Crusoe a garantia do seu êxito na transformação e dominação do mundo.

Na sequência das suas reflexões sobre Deus, Crusoe descobre o instrumento complementar necessário à sua cura espiritual: a Bíblia. Palavra de Deus, a Bíblia é significativamente descoberta quando ele procurava um meio para a cura física. Por outro lado, é já sentindo a sua acção guiada pela inspiração divina que faz a descoberta: "I went, directed by Heaven no doubt; for in this Chest I found a Cure, both for Soul and Body" (p.93). Neste passo revela-se com toda a clareza a relação que Crusoe estabelece entre o plano material e o espiritual.

Encontrando a cura simultânea para o corpo e o espírito, é porém com o primeiro que ele, antes de tudo, se preocupa. Só depois de começar o seu tratamento com o tabaco é que ele se resolve a abrir a Bíblia: "In the Interval of this Operation [refere-se ao tratamento], I took up the Bible and began to read" (p. 94). A cura espiritual é assim complementar da física, e só mais tarde virá dar a esta um sentido: "Have I not been deliver'd, and wonderfully too, from Sickness? . . . Had I done my Part? *God had*

deliver'd me, but I had not glorify'd him" (pp. 95-6). Quando, pela primeira vez, abre a Bíblia, depara-se-lhe a célebre frase que, mais tarde, voltará a referir, nela se lhe dirigindo directamente a palavra de Deus: "*Call on me in the Day of Trouble, and I will deliver, and thou shalt glorify me*"(p. 94). Na Bíblia Crusoe encontra, deste modo, o apoio espiritual de que necessita[10].

A primeira dezena de páginas que se segue ao relato do sonho é ocupada predominantemente com a apresentação desta dupla cura, física e espiritual, de Crusoe. Ao mesmo tempo que vai recuperando as forças, vai adquirindo a confiança religiosa que o liberta do peso do passado: "Now I look'd back upon my past Life with such Horrour, and my Sins appear'd so dreadful, that my Soul sought nothing of God, but Deliverance from the Load of Guilt that bore down all my Comfort" (p. 97). No modo como assim representa o processo de autonomização de Crusoe, Defoe ecoa a grande alegoria da libertação individual de John Bunyan, onde Christian, chegado ao Calvário, fica também livre do peso do pecado: "Who's this? the Pilgrim. How! 'tis very true, / Old things are past away, all's become new. / Strange! he's another man, upon my word, / They be fine Feathers that make a fine Bird"[11].

Como Christian, em muitos aspectos o seu antepassado temático, também Crusoe é, a partir de agora, "outro homem". Mas esta descoberta de Deus como sentido da existência não é estabelecida de um momento para o outro, e de uma vez por todas. Também aqui estamos perante um processo de formação, e será gradualmente que Crusoe chegará ao conhecimento de, e mesmo à familiaridade com, Deus, ao longo de um percurso que decorre em paralelo, e interligado, com a descoberta da acção, do seu valor e do seu poder. Por outras palavras, e adaptando T. S. Eliot, dir-se-ia que Deus é o "subjective correlative" da acção.

---

[10] A propósito de *The Pilgrim's Progress*, diz A. L. Morton: "we need to remember that at this date the Bible, which placed the keys of knowledge in the hands of the poor and unlearned, was also a liberating instrument". A. L. Morton, "*Pilgrim's Progress*", *History Workshop*, 5 (1978), pp. 4-5.

[11] John Bunyan, *The Pilgrim's Progress* (Part I - 1678), London, 1954, p. 39.

Agora definitivamente orientada no sentido do poder, a acção é retomada a partir do momento em que Crusoe toma consciência plena da sua libertação espiritual:

> My Condition began now to be, tho' not less miserable as to my Way of living, yet much easier to my Mind; . . . I had a great deal of Comfort within, which till now I knew nothing of; also, as my Health and Strength returned, I bestirr'd my self to furnish my self with every thing that I wanted, and make my Way of living as regular as I could (p.97).

Uma vez controlada e unificada a sua interioridade, até aqui dilacerada por um conflito que a repartia entre tendências opostas, Crusoe está em condições de se lançar à dominação do mundo material. É principalmente desde Bacon que o pensamento burguês equaciona o conhecimento e o poder. Conhecer para dominar, tal é a tarefa de Crusoe; por isso ele se decide, pela primeira vez, a iniciar a exploração da ilha: "Having now secur'd my Habitation , as I thought, fully to my Mind, I had a great Desire to make a more perfect Discovery of the Island" (p. 98).

Ao penetrar no interior da ilha Crusoe encontra um espaço aprazível, com vegetação luxuriante e frutos maduros. Chegado a este lugar paradisíaco, que a crítica tem frequentemente comparado ao Eden[12] , a sua primeira reacção traduz-se por um sentimento de domínio:

> I descended a little on the Side of that delicious Vale, surveying it with a secret Kind of Pleasure, . . . to think that this was all my own, that I was King and Lord of all this Country indefeasibly, and had a Right of Possession; and if I could convey it, I might have it in Inheritance, as compleatly as any Lord of a Mannor in *England* (p. 100).

Ao domínio de si próprio segue-se o domínio da natureza. No espaço utópico da ausência do Outro, Crusoe apropria-se do mundo, dando forma ao mito da origem natural da propriedade privada. Como Adão, que, no momento original, recebe o mundo como dá

---

[12] Cf.: J. Paul Hunter, *The Reluctant Pilgrim* , pp. 171-2; John Richetti, *Defoe's Narratives*, pp. 46-7; Marthe Robert, *Roman des origines et origines du roman*, pp. 137-40.

diva divina[13], também o primeiro acto de Crusoe, após descobrir a sua autonomia espiritual, é a afirmação do seu direito de propriedade sobre o mundo que o rodeia. A descoberta da ilha é, para ele, a sua apropriação privada.

Ideia central da visão do mundo individualista, a propriedade surge aqui como a primeira relação que Crusoe estabelece com o que o rodeia, após o início deste seu novo percurso. Às perguntas que anteriormente fizera sobre a origem e o sentido de si e do mundo, e para as quais encontrara a resposta, no plano espiritual, em Deus, começam agora a aparecer as respostas materiais. Como ele diz, é "with a secret Kind of Pleasure" que descobre que a ilha é sua propriedade: ao suporte subjectivo dado por Deus ao indivíduo sucede-se a afirmação objectiva do seu poder. Finalmente, Crusoe começa a encontrar a sua forma de equilíbrio com o mundo.

Equilíbrio ilusório, dado que obtido em circunstâncias apenas imagináveis, Crusoe não tem contudo disso, ainda, consciência. Ao representar deste modo o processo de constituição do individualismo, Defoe apresenta-no-lo com essa característica que se encontra no momento original da ideologia burguesa: a inocência. Manifestado desde logo na forma de "nascimento" dada ao início desta nova etapa da vida de Crusoe, o carácter de inocência da visão do mundo que ele configura é agora reforçado pelo modo natural como lhe surge a apropriação da ilha. Paradoxalmente, é na situação utópica da ausência de sociedade que se manifesta em toda a sua "pureza" mítica um tipo de relação social historicamente determinado: a propriedade privada. Mas este é o paradoxo próprio do mito: o "estado natural" de Crusoe é a representação mítica inocente do ideal individualista[14]. Este carácter inocente da representação não permite a Crusoe tomar consciência de que a relação de propriedade não faz sentido num mundo onde a sociedade não

---

[13] Génesis, 1, 28-29.

[14] Como afirma Roland Barthes, o mito "transforma a história em natureza". Roland Barthes, *Mitologias* (1957), trad. de José Augusto Seabra, Lisboa, 1978, p. 198.

existe. Mais tarde, virá a ser dolorosamente confrontado com a realidade, mas, de momento, extasia-se na conquista do seu mundo como que num sonho de criança.

O carácter infantil revelado por Crusoe nesta fase da sua vida, particularmente nas suas afirmações de poder, foi já assinalado por alguns críticos, que lhe atribuíram uma significação psíquico-simbólica (Marthe Robert), ou irónica (William Stein)[15]. Penso, porém, que se integrarmos essa alegada infantilidade num contexto que não é exclusivamente psicológico ou retórico, mas, no essencial, sociológico, poderemos encontrar nela uma significação orgânica bastante mais ampla.

O conflito entre as estruturas (económicas, sociais e mentais) decorrentes do modo de produção feudal e os interesses do desenvolvimento da burguesia geraram a necessidade histórica do reconhecimento da autonomia individual, com a consequente formação das categorias (também económicas, sociais e mentais) estruturadoras dessa autonomia. Na ampla figuração artística deste processo que temos vindo a encontrar em *Robinson Crusoe* Defoe apresenta-nos, consubstanciado no destino particular da personagem, os traços essenciais que marcam o percurso histórico dessa classe, com todos os seus anseios, contradições,e também ilusões.

Marx e Engels assinalaram que, no momento histórico em que uma classe é revolucionária, "esta classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos"[16]. Isto é, na sua praxis revolucionária toda a classe concebe a sua acção em função de um ideal universal de homem e de sociedade, só a história vindo mais tarde mostrar a eventual distância existente entre o ideal e a realidade. Só então aquilo que foram espe-

---

15 Ver Marthe Robert, *Roman des origines et origines du roman*, p. 148, e William Stein, "Robinson Crusoe: The Trickster Tricked", p. 284.

16 "cette classe est obligée de donner à ses pensées la forme de l'universalité, de les représenter comme étant les seules raisonnables, les seules universellement valables". Karl Marx e Friedrich Engels, *Oeuvres Choisies* (3 vols.), Moscou, 1970,I, p. 46.

ranças confiantes, e mesmo certezas, surge aos olhos dos homens como infantis ilusões utópicas.

Ao representar em Crusoe a visão do mundo da burguesia no momento em que esta classe luta pela afirmação dos seus interesses e dos seus valores em nome de um projecto universal de re-forma do homem e do mundo, Defoe confere à personagem precisamente essa confiança nas potencialidades da acção e do poder que, na sua fase inocente, o saber burguês encontra no indivíduo. Para tal, teve necessidade de colocar Crusoe num espaço utópico, único lugar onde a ilusão individualista se podia manifestar em toda a sua plenitude. O aparente infantilismo da personagem não é pois outra coisa senão a figuração do ideal de homem da infância burguesa, do qual a naturalidade mítica da relação de propriedade é o ponto de partida.

*

* *

A aquisição da propriedade integra-se no percurso da descoberta que é agora o de Crusoe. Depois de Deus, é o mundo que se lhe revela em toda a sua disponibilidade. Único nesse mundo, Crusoe investe nas relações que com ele estabelece todo o seu desejo de domínio.

Tem sido frequentemente notada a ausência de relações afectivas em Crusoe, e particularmente de relações amorosas. Ian Watt considera esse facto como exemplo da "desvalorização de factores não económicos" que caracterizaria o individualismo da personagem, para concluir que para Crusoe "apenas o dinheiro - a fortuna, no sentido moderno do termo - é uma causa adequada para emoções profundas" [17]. Reduzindo assim Crusoe a uma espécie de alegoria económica Ian Watt deixa escapar aquilo que na obra confere à personagem a grandiosidade complexa de um ideal histórico.

Na verdade, a relação que se estabelece entre Crusoe e o mundo (a natureza, se se quiser) não é aqui a de uma mera instrumentalização económica, pelo menos no sentido materialista vulgar que Ian Watt parece dar à ideia. Se é certo que, a prazo, tal

---

[17] "Only money — fortune in its modern sense — is a proper cause of deep feeling". I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 77.

instrumentalização se vem a revelar como consequência lógica objectiva da relação que agora se estabelece, é também certo, por outro lado, que não é essa a sua forma subjectiva no modo como se manifesta. Dessa forma subjectiva dá-nos conta a linguagem usada por Crusoe para referir o prazer da descoberta e do domínio, no qual as motivações económicas imediatas (a fertilidade do vale) se misturam com motivações estéticas e particularmente afectivas, estas últimas comportando mesmo por vezes uma forte carga sexual. Vejamos como.

No momento em que descobre o vale, o que a linguagem traduz é fundamentalmente um sentido de prazer em que a configuração estética se alia como que a uma aura de virgindade : " and the Country appear'd so fresh, so green, so flourishing, every thing being in a constant Verdure, or Flourish of *Spring*, that it looked like a planted Garden" (p. 99). Logo de seguida, manifesta-se o sentido de propriedade expresso no passo já transcrito, onde a posse económica tem também claras tonalidades sexuais ("I descended a little on the Side of that delicious Vale, surveying it with a secret Kind of Pleasure . . . "). Depois, a propósito da sua segunda viagem ao vale, declara: "I contemplated with great Pleasure the Fruitfulness of that Valley, and the Pleasantness of the Scituation . . . " (p. 101). Pensa então nas vantagens práticas que poderiam advir da transferência da sua habitação para este local: "This Thought run long in my Head, and I was exceeding fond of it for some Time, the Pleasantness of the Place tempting me" (p. 101). Neste momento, é quase já uma relação afectiva que o prende àquele lugar[18]. Embora acabe por decidir-se a não se mudar definitivamente para o vale, com o argumento de que isso impediria qualquer possibilidade de voltar a ter contacto com o exterior, o facto é que passará a lá permanecer por longos perío-

---

[18] A existência de conotações eróticas na descrição do interior da ilha é apontada numa recente interpretação da obra, de base psicanalítica, que, de resto, apresenta conclusões quanto a mim altamente discutíveis. Ver Robert A. Erickson, "Starting Over with *Robinson Crusoe*", *Studies in the Literary Imagination*, 15, No 2 (1982), pp. 51-73.

dos, sem sentir qualquer necessidade de perscrutar o horizonte em busca de uma vela[19] .

A tentação do lugar é, na verdade, a atracção que Crusoe sente pela propriedade do real, do mundo. Mas nessa atracção não cabe apenas um mero sentido de posse económica. Na relação de propriedade que o liga à sua ilha cabe toda a plenitude de uma harmonia ideal. Por outras palavras: Crusoe ensina-nos que o individualismo, no momento histórico da sua formação, comporta um ideal que extravasa em muito o mesquinho calculismo plutocrático que o virá a caracterizar mais tarde. Quando ele relata a sua resolução de construir um abrigo no vale, é já evidente a expressão da ligação afectiva: "However, I was so Enamour'd of this Place, that I spent much of my Time there, for the whole remaining Part of the Month of *July* . . . " (p. 101). Robinson Crusoe está ainda muito longe de Josiah Bounderby.

Após a descoberta do vale no interior da ilha Crusoe dedica-se à tarefa de lá construir um abrigo. Adaptando deste modo o meio às suas necessidades, compraz-se com esta extensão do seu poder: "so that I fancy'd now I had my Country-House, and my Sea-Coast-House" (p. 102). É principalmente a partir deste momento que começa a encontrar como que um prazer novo nos resultados do seu trabalho: "I had but newly finish'd my Fence , and began to enjoy my Labour . . ." (p.102), e, no início do parágrafo seguinte, "About the Beginning of *August, as I said*, I had finish'd my Bower, and began to enjoy my self" (p. 102). A descoberta das potencialidades transformadoras da acção, que começara já, de certo modo, a manifestar-se antes do sonho, revela-se agora a Crusoe como meio de atingir uma harmonia, antes inexistente, consigo próprio e com o mundo. Actuando sobre o real de que se apropria , o indivíduo vê-se realizado no seu trabalho. Deste modo são coloca

---

[19] Dir-se-ia que esta preocupação com a possibilidade de regresso ao mundo exterior resulta mais de razões pragmáticas de Defoe do que de razões interiores de Crusoe neste momento. Se Crusoe se transferisse para o interior seria mais difícil a Defoe encontrar um processo verosímil de o retirar da ilha, tanto mais que há indícios explícitos de que o autor tem já em mente a cena da pegada, (Cf. p. 86, entrada de 16 de Junho).

das as duas pedras de base sobre as quais se constrói o edifício individualista: a propriedade e o trabalho.

Também aqui a distância entre a ficção e a realidade é a distância do mito. No plano da objectividade histórica, o individualismo burguês decorre do trabalho alienado. A obtenção do poder a partir da apropriação do trabalho de outrem, tal é a marca de Caim que a burguesia traz consigo desde o berço, indissoluvelmente ligada à sua própria natureza de classe. Esta forma de poder, de resto, experimentara-a Crusoe aquando da sua estada no Brasil, quando a necessidade de mão-de-obra o fizera lamentar a perda de Xury e o levara finalmente à viagem em que acabaria por ser arrojado à ilha. Nesse tipo de trabalho, o indivíduo que dele se apropria apenas pode ver nele mais um dos seus investimentos, concretamente aquilo que em linguagem económica se designa por capital variável. Ou seja, nele o trabalho assume a forma de mercadoria.

Deste modo, na sociedade dominada por relações de produção capitalistas, nunca o trabalho pode surgir à consciência dos homens em toda a sua autenticidade, isto é, como realização do sujeito no mundo. Simples mercadoria subordinada às leis do mercado, a força de trabalho é pensada em função do seu valor de troca, meramente quantitativo, quer pelo produtor, que a vende, quer por aquele que se apropria do produto.

Mas se as razões e os resultados objectivos do individualismo implicam assim uma separação radical entre o sujeito e o trabalho, a configuração subjectiva da ideologia burguesa, pelo menos no seu estado inicial, apresenta-se de um modo que aparentemente contradiz esta realidade. Como o notam Weber e Tawney, um dos principais contributos que a tradição calvinista fornece ao individualismo consiste na concepção do trabalho como disciplina ascética que comporta uma finalidade espiritual. As razões históricas para a necessidade desta ideia de trabalho são expostas claramente por Max Weber: "Na sua origem, o capitalismo necessitava de trabalhadores que se entregassem, para descanso da sua *consciência*, à exploração económica. Hoje, forte e robusto, pode obri

gá-los a trabalhar sem ter de prometer prémios extraterrenos"[20]. Porém, ao colocar a questão nestes termos, Weber apenas refere as condições objectivas que determinaram um tipo específico de consciência, e não os processos subjectivos pelos quais ela se formou. Neste último plano, entre a sua primeira afirmação, relativa à primeira fase da ideologia burguesa, e a segunda, que se refere à época contemporânea (o texto de Weber é publicado em 1901), vai a grande distância que separa, nos termos de Lukács, a consciência "falsa" da falsidade de consciência, isto é, que separa a confiança na adequação entre as ideias e o real, da consciência, ainda que eventualmente inconfessada, da sua inadequação[21].

No primeiro movimento da sua génese, a burguesia elabora do trabalho uma ideia mítica, na qual uma realidade objectiva historicamente determinada surge à sua consciência sob a forma de facto natural e de imperativo divino. A exploração do trabalho de outrem, da qual depende a sua sobrevivência como classe, aparece-lhe mascarada sob a forma de um trabalho geral abstracto, no qual todos devem participar, cada um na actividade específica que lhe é própria: nisto reside a já referida doutrina calvinista da vocação.

Por sua vez, os resultados do trabalho de cada um são pensados como a consequência natural do seu tipo específico de actividade. O patrão e o operário são assim indivíduos com os mesmos direitos, retirando cada um do seu trabalho os proventos naturais da actividade que exerce. Deste modo, o indivíduo pode ser considerado como entidade económica absolutamente autónoma, de cuja actividade exclusiva depende o seu estatuto e o seu futu

---

20 " A son origine, le capitalisme avait besoin d'ouvriers qui, pour le repos de leur *conscience*, fussent à la disposition de l'exploitation économique. De nos jours, ce même capitalisme est bien en selle, et il peut mettre à contribution la volonté de travail ouvrière sans avoir besoin de promettre des récompenses dans l'au-delà", Max Weber, *L'Éthique protestante*, p. 246 n. 105.

21 Georg Lukács, *Histoire et conscience de classe* (1923), trad. de K. Axelos, Paris, 1960, p. 90. O conflito entre estes dois momentos da consciência burguesa é magistralmente figurado por George Eliot na personagem de Mr. Bulstrode, em *Middlemarch*.

ro. A isto, no essencial, se resume o modelo de homem do individualismo[22].

Assentando a sua própria emancipação na ideia de liberdade individual, a burguesia não poderia imaginar outro ideal que não fosse o de um mundo onde, em liberdade plena, o indivíduo pudesse construir a sua existência e o seu futuro por suas próprias mãos. Só que nesse mundo, paradoxalmente, a exploração do trabalho de outrem, razão de ser do próprio individualismo, desaparece. A consequência do paradoxo é a magia do mito: o trabalho, que no mundo real da burguesia tem necessariamente um carácter alienado, surge em toda a sua plenitude e autenticidade como a realização do homem. Aquilo que mais tarde se tornou por vezes em promessa hipócrita e despudorada desta classe não é mais, afinal, do que o recalcamento do seu mito de infância: um mundo capitalista sem exploração.

Esse mundo, no momento, evidentemente, em que ele é ainda um ideal sentido e não um instrumento de propaganda, é aquele em que Crusoe vive na ilha. O prazer que ele retira do trabalho, e a importância que lhe dá, não se resumem portanto à representação da "concepção puritana da dignidade do trabalho", como afirma Ian Watt[23]. Referem-se antes a algo que é muito mais profundo na consciência colectiva que dá forma à obra: o ideal de um mundo de autonomia e liberdade, onde o homem se realiza na sua acção, e do qual essa mesma concepção puritana não é mais do que uma das suas expressões pragmáticas. Hoje, sabemos que esse ideal era um ideal infantil. É talvez por isso que só as crianças, nos seus mun-

---

[22] Este mito, enquanto componente autêntica da consciência burguesa não sobrevive na Europa além de meados do séc. XIX. Na América, porém, prolonga-se no mito do *self-made man*, cujas raízes remontam ao séc. XVIII (Veja-se, no cap. I. 2. de *L'Éthique protestante*, a análise que Max Weber faz do pensamento de Benjamin Franklin, o qual, significativamente, se dizia influenciado por uma das obras de Defoe, *An Essay upon Projects*).

[23] Ian Watt, *The Rise of the Novel*, pp. 80-2.

dos de fantasia, são capazes de se sentir plenamente na pele de Crusoe.

*
* *

Após a construção do abrigo Crusoe passa a dedicar-se, exclusivamente, à sua actividade de transformação da natureza, adaptando-a às suas necessidades. É no decurso desse processo que o trabalho se lhe revela como modo de relação entre o sujeito e o mundo, pela qual, transformando e transformando-se, o homem descobre o sentido autêntico da acção e do real.

Repartindo-se agora por vários sectores da actividade, Crusoe manifesta um esforço insistente que acaba por o levar ao objectivo em vista. É o que se verifica, desde logo, na sua utilização das uvas que o vale lhe fornece em grande quantidade. Não se limitando a fazer delas um uso imediato, procura um processo para as conservar, o que acaba por conseguir ao fim de algumas tentativas (pp. 101-2). Como ele dirá mais adiante: "with Patience and Labour I went through many Things; and indeed every Thing that my Circumstances made necessary to me to do" (p. 115).

Neste desdobramento da acção pelos vários sectores em que o trabalho é exigido para a existência humana começa a manifestar-se aquela que será uma característica fulcral da personagem durante o período que agora se inicia: a sua substituição à sociedade. Como assinala Robert Weimann, Crusoe "compreende e executa os processos humanos de trabalho fundamentais na sua época" [24]. Desempenhando as várias funções produtivas do corpo social, Crusoe supera a divisão social do trabalho, num processo que o faz figurar uma visão totalizante da acção humana. Contrariamente ao que se verificara aquando da sua estada no Brasil, onde, como então vimos, também tinha percorrido os grandes sectores da actividade produtiva, ele sente-se agora plenamente realizado na sua ac-

---

[24] "[Crusoe] überschaut und vollzieht . . . die fundamentalen menschlichen Arbeitsprozesse seiner Zeit". Robert Weimann, *Phantasie und Nachahmung*, Halle (Saale), s. d., p. 36.

ção. Na agricultura, em que acaba por atingir um completo domínio, aprende a fazer as sementeiras de acordo com as estações do ano (p. 104), de cujas variações elabora um quadro geral (p.106). Na produção que se poderá designar por artesanal, aprende as várias técnicas que lhe permitem obter os diversos objectos de que necessita: cestos, vasilhas de barro, um almofariz,peneiras, etc., ao mesmo tempo que consegue produzir pão. Por outro lado, e como sinal sintomático do seu domínio sobre os elementos selvagens que a ilha comporta, resolve o problema da domesticação dos animais, tornando-se possuidor de um rebanho considerável que, além de carne, o fornece de leite, manteiga e queijo (pp. 147-8). Finalmente, resolve o problema da falta de comunicação resultante do seu isolamento, domesticando um papagaio e ensinando-o a falar(p.109): no mundo individualista de Crusoe a necessidade de comunicação é satisfeita pelo eco da sua própria voz.

A substituição à sociedade é uma consequência lógica da universalização ideológica assumida pelos interesses e pelos projectos de uma classe no momento revolucionário da sua praxis.Identificando subjectivamente os seus problemas e os seus anseios com os de toda a humanidade, o individualismo projecta-se na figura de Crusoe como um sujeito que se pensa o único sujeito histórico activo. A divisão da sociedade em classes é assim, subjectivamente, abolida, num processo pelo qual o desaparecimento das mediações decorrentes dessa divisão leva a que o mundo surja aos olhos do sujeito em toda a sua transparência.

Paola Colaiacomo notou que a materialização das relações sociais, como a que se verifica na lei do mercado , não se apresenta no mundo solitário de Crusoe como acção mecânica de uma força externa, mas como uma lei natural, o que resultaria do facto de ele se comportar como se vivesse em sociedade , racionalizando e planificando a produção, ao mesmo tempo que é o único sujeito dessa sociedade[25] . Também aqui, é da "naturalização" do histórico, típica do mito, que se trata. Por este processo, a potên

---

[25] Paola Colaiacomo, *Biografia del personaggio nei romanzi di Daniel Defoe*, cap. II.

cia objectiva em que se transforma a acção alienada do homem , e que se institui em mediação entre este e o mundo, é interiorizada pelo sujeito único em que Crusoe se transforma. Como que por magia, a mediatidade, a opacidade, e o sem-sentido do mundo desaparecem, para darem lugar à transparência e ao sentido pleno da acção e do destino[26] .

*
* *

É sobretudo nesta parte da narrativa, predominantemente preenchida pelo relato pormenorizado dos diferentes momentos da actividade transformadora de Crusoe, que Defoe põe à prova toda a célebre capacidade de meticulosidade narrativa do seu estilo.

Desde cedo assinalado pela crítica como uma das mais importantes facetas da obra de Defoe, o seu realismo de pormenor só recentemente começou a ser reconhecido como organicamente significativo. A relevância dada, ao longo do séc. XIX, à preocupação de Defoe com a verosimilhança, considerada de carácter jornalístico, culmina na afirmação de William Minto segundo a qual Defoe "foi um grande, um verdadeiramente grande, mentiroso , talvez o maior mentiroso que sempre existiu" [27]. Mas já então este proble-

---

[26] Cf. Karl Marx e F. Engels: "aussi longtemps que les hommes se trouvent dans la société naturelle, donc aussi longtemps qu'il y a scission entre l'intérêt particulier et l'intérêt commun, aussi longtemps donc que l'activité n'est pas divisée volontairement, mais du fait de la nature, l'action propre de l'homme se transforme pour lui en puissance étrangère qui s'oppose à lui et l'asservit, au lieu qu'il la domine". K. Marx e F. Engels, *Oeuvres Choisies*, I, p. 31. Em Crusoe é a interiorização mítica desta "puissance étrangère" que produz a transparência da acção.

[27] "[Defoe]was a great, a truly great liar, perhaps the greatest liar that ever lived". William Minto, *Daniel Defoe* (1879) , London, 1909, p. 169. Para uma perspectivação da crítica de Defoe nos séculos XVIII e XIX ver Charles Eaton Burch, "British Criticism of Defoe as a Novelist 1719-1860", *Englische Studien*, 67 (1932-33), pp. 178-98, e, do mesmo autor, "Defoe's British

ma suscitava polémica, e Leslie Stephen considerava excessivo o elogio do realismo de Defoe, uma vez que "o contador de histórias não pode ser inquirido; e se ele se dá por satisfeito com ficar ao nível vulgar de factos comuns, não tem a menor dificuldade em criar convicção"[28]. Isto é, o que então se discutia era o grau de valor artístico do estilo de Defoe, independentemente da sua significação no contexto específico das obras.

Também neste capítulo o grande passo foi dado por Ian Watt, ao considerar o método narrativo de Defoe em termos da organicidade da forma romanesca, que designou como "formal realism"[29]. A apresentação meticulosa da experiência individual não é já encarada como o artifício de um jornalista preocupado em dar uma aparência de verdade à sua ficção, mas como a convencionalidade necessária de uma forma de representação específica. Posteriormente, é estudada a variação da importância conferida ao pormenor: E. Anthony James conclui que a proliferação do pormenor na ficção de Defoe aumenta, geralmente, na proporção do grau de invulgaridade ou incredibilidade do assunto tratado (conclusão, de resto, muito discutível), enquanto John Richetti, a propósito de *Robinson Crusoe*, relaciona esta marca do estilo de Defoe com a afirmação do desejo de poder que informa a obra, e acentua que é na parte da narrativa referente à ilha que ela se manifesta mais claramente[30]. Penso, porém, que é possível ir mais longe na apre

---

Reputation 1869-1894", *Englische Studien*, 68 (1933-34), pp.410-423. A maioria dos textos referidos por Burch encontra-se transcrita em *Defoe — The Critical Heritage*, ed. Pat Rogers, London, 1972.

28 "the story teller cannot be cross-examined; and if he is content to keep to the ordinary level of commonplace facts, there is not the least difficulty in producing conviction". Leslie Stephen, *Hours in a Library* (1875), London, 1892, I, p. 8. É conhecida a sobranceria vitoriana com que o mesmo autor considera mais adiante: "for people who are not too proud to make a rather low order of amusement *Robinson Crusoe* will always be one of the most charming of books" (ibid. p.38).

29 Ver Ian Watt, *The Rise of the Novel*, cap. I.

30 E. Anthony James, *Daniel Defoe's Many Voices*, cap. IV; John Richetti, *Defoe's Narratives*, pp. 31 e 35.

ciação do valor e do significado do realismo de pormenor nesta obra.

Desde logo, importa assinalar como significativo o facto de que a atenção da linguagem se volta quase exclusivamente para o que poderíamos designar como experiência activa. À parte o passo já analisado, em que o vale descoberto por Crusoe é descrito com algum pormenor, a narrativa preocupa-se apenas com a acção da personagem e os seus resultados. Da ilha, da sua configuração, aspectos paisagísticos, fauna, ou flora, quase nada nos é dito, a não ser o que de algum modo se relaciona com a acção ou as necessidades de sobrevivência de Crusoe. É notável que, por exemplo, não haja praticamente nenhuma referência a cores, para além do raro aparecimento da palavra "green" a propósito da vegetação[31].

Conferindo este carácter selectivo à sua utilização do pormenor, Defoe faz assim emergir do texto um mundo onde o indivíduo é omnipresente: existindo apenas como mera virtualidade, o real só é nomeado em função da actividade transformadora do sujeito. Embora encarando a obra numa perspectiva que, quanto a mim, falseia o seu significado, Virginia Woolf apreendeu este seu aspecto essencial: "[in *Robinson Crusoe*] there are no sunsets and no sunrises; there is no solitude and no soul. There is, on the contrary, staring us full in the face nothing but a large earthenware pot"[32].

A fabricação da vasilha de barro, objecto tomado simbolicamente por Virginia Woolf, é apenas um momento de vasta actividade transformadora dominante em toda a parte da narrativa que

---

[31] Jonathan Bishop, estabelecendo uma analogia entre as formas de representação nos romances de Defoe e a epistemologia de Locke, considera que, naqueles romances, "the environmental field is epistemologically limited to the needs of action" ("Knowledge, Action, and Interpretation in Defoe's Novels", pp. 7-8). Ainda que esta característica possa assim ser considerada como comum a todos os romances de Defoe, o que é discutível, penso que ela assume contudo nesta parte de *Robinson Crusoe* uma expressão no plano da linguagem que lhe confere uma funcionalidade específica.

[32] Virginia Woolf, "Robinson Crusoe", in *The Common Reader*, II, 1932, p. 54.

decorre entre a cura e o aparecimento da pegada. Na apresentação dessa actividade, a meticulosidade narrativa aparece com uma dupla funcionalidade, pela qual, ao mesmo tempo que revela o progressivo conhecimento e domínio do mundo por Crusoe, expressa a dimensão subjectiva essencial que caracteriza a personagem nesta fase: o prazer na acção transformadora do real.

O processo de descoberta das potencialidades da acção, patente no modo pormenorizado como as várias fases da actividade produtiva são apresentadas, pode ser exemplificado com os passos em que Crusoe narra a fabricação do pão. Actividade de elevada carga simbólica, no que representa da caminhada civilizacional que leva o homem a transformar a natureza em função das suas necessidades básicas de subsistência, a fabricação do pão surge como momento alto desta descoberta: "'tis a little wonderful, and what I believe few People have thought much upon, (*viz.*) the strange multitude of little Things necessary in the Providing,Producing, Curing, Dressing, Making and Finishing this one Article of Bread" (p. 118). Por sua vez, é claramente assinalado o percurso da ignorância ao conhecimento. Inicialmente Crusoe afirma: " I neither knew how to grind or make Meal of my Corn, or indeed how to clean it and part it; nor if made into Meal, how to make Bread of it, and if how to make it,yet I knew not how to bake it" (p.117). A ignorância, porém, longe de ser um obstáculo à acção, é impulsionadora desta: "I resolv'd not to taste any of this Crop but to preserve it all for Seed against the next Season, and in the mean time to employ all my Study and Hours of Working to accomplish this great Work of Providing my self with Corn and Bread" (pp. 117-118). Ao apresentar, nas páginas seguintes, o relato pormenorizado das tentativas e progressos obtidos na prossecução deste trabalho, o realismo da representação fornece a imagem, central nesta fase da narrativa, da capacidade do indivíduo para ascender, de forma autónoma , ao saber e ao poder.

Acentuando o carácter original do seu ponto de partida ("I that was reduced to a meer State of Nature"-p. 118[33]), Crusoe

---

[33] Para uma análise do substrato e do significado da ideia de "State of Nature" em Defoe ver Maximillian Novak, *Defoe and the Nature of Man*, cap. II et passim.

passa a dar conta das múltiplas dificuldades encontradas na obtenção dos utensílios necessários à realização do seu projecto,e do modo como as vai superando. Instrumentos para o amanho da terra, protecção do terreno semeado, tudo vai sendo penosamente conseguido. É neste momento que se intercala o passo que chamou a atenção de Virginia Woolf, o qual se refere à fabricação de vasilhas de barro capazes de suportar o fogo: tratava-se de uma fase necessária à posterior descoberta do modo de fazer o pão.

Expressão da capacidade transformadora de Crusoe, a produção destas vasilhas de barro é significativa ainda a um outro nível, no qual demonstra a harmonia existente entre a ordem providencial do mundo e o indivíduo. As primeiras tentativas não o levam além da obtenção de vasilhas cozidas ao sol, incapazes de conter líquidos ou de suportar o fogo. É apenas por um acaso, comparável àquele que antes levara ao aparecimento dos cereais , que ele descobre o processo de obter o que deseja: "It happen'd after some time, making a pretty large Fire for cooking my Meat , when I went to put it out after I had done with it, I found a broken Piece of one of my Earthen-ware Vessels in the Fire,burnt as hard as a Stone, and red as a Tile" (p. 120). Contrariamente , porém, ao que acontecera aquando da germinação da cevada, a coincidência não tem agora para Crusoe qualquer significado sobrenatural . O acontecimento providencial perdeu o carácter ambíguo que então o havia caracterizado, para ser agora integrado no curso natural dos acontecimentos. Aquilo que, no outro episódio, surgira apenas como resultado da reflexão — o carácter natural do evento — aparece agora de modo imediato, como significado inequívoco , do qual Crusoe se apressa a tirar as conclusões pragmáticas que dele decorrem: "I was agreeably surpris'd to see it, and said to my self, that certainly they might be made to burn whole if they would burn broken" (p. 120).

Ao integrar deste modo a ordem providencial na ordem natural Crusoe efectiva, no plano da praxis, a fusão entre Deus e o mundo. O sentido do real revela-se agora em toda a sua imanência. As respostas que anteriormente Crusoe procurava na ordem divina encontra-as agora numa ordem das coisas que se adequa naturalmen

te, e já não providencialmente, às suas necessidades. Através desta funcionalização retórica do acaso a narrativa dá assim conta de uma transformação essencial à representação do modelo individualista de homem: substituindo-se à sociedade o indivíduo descobre uma racionalidade do mundo que é função das suas necessidades, dos seus interesses, em suma, dos seus valores.

Tal como no episódio em que o acaso levara Crusoe à descoberta dos cereais, dando início ao processo de aprendizagem do cultivo das terras, também aqui o acontecimento fortuito desencadeia a sua acção transformadora, constituindo a articulação entre os dois momentos (o acaso e a acção) a medida precisa da complementaridade harmónica entre o mundo e o indivíduo. Significativamente, o acaso não lhe fornece o produto acabado de que necessita, mas apenas um exemplo de como esse produto pode ser obtido ("a broken Piece of one of my Earthen-ware Vessels"). Isto é, o acaso limita-se a indicar-lhe o caminho que a ele compete percorrer.

O mundo do individualismo não é um paraíso de *dolce far niente*. Alicerçada na ideia de trabalho, a idealização individualista pensa um mundo que, contendo tudo o que é necessário à existência autónoma do sujeito, exige contudo deste que conquiste essa autonomia pela acção, instituindo assim uma dialéctica pela qual a transformação do real é permanentemente meio de afirmação e de poder. A actividade de Crusoe é o percurso desta dialéctica.

É à luz desta complementaridade sujeito-objecto, ou indivíduo-mundo, instaurada pela narrativa, que poderemos entender a plena funcionalidade do realismo de pormenor. Na verdade, não bastava que Crusoe dissesse, de algum modo, que a partir daquela coincidência fora capaz de produzir as vasilhas de barro que pretendia. No plano da coerência, quer interna quer externa, da narrativa, era necessário que Defoe mostrasse que, e como, só através da acção, da experiência, do trabalho persistente, Crusoe poderia atingir os seus objectivos de transformação e de domínio. E é isso exactamente que ele consegue.

Embora se trate de uma citação bastante longa, creio que vale a pena transcrever o parágrafo que se segue imediatamente à referida descoberta casual, pelo que comporta de elucidativo:

> This set me to studying how to order my Fire, so as to make it burn me some Pots. I had no Notion of a Kiln, such as the Potters burn in, or of glazing them with Lead, tho' I had some Lead to do it with; but I plac'd three large Pipkins, and two or three Pots in a Pile one upon another, and plac'd my Fire-wood all round it with a great Heap of Embers under them, I ply'd the Fire with fresh Fuel round the out-side, and upon the top, till I saw the Pots in the inside red hot quite thro', and observ'd that they did not crack at all; when I saw them clear red, I let them stand in that Heat about 5 or 6 Hours, till I found one of them, tho' it did not crack, did melt or run, for the Sand which was mixed with the Clay melted by the violence of the Heat, and would have run into Glass if I had gone on, so I slack'd my Fire gradually till the Pots began to abate of the red Colour, and watching them all Night, that I might not let the Fire abate too fast, in the Morning I had three very good, I will not say handsome Pipkins; and two other Earthen Pots, as hard burnt as cou'd be desir'd; and one of them perfectly glaz'd with the Running of the Sand (pp. 120-1).

Através da pormenorização, Defoe consegue representar o processo tentativo, a experiência paciente, a expectativa retribuída, enfim, a acção transformadora em tudo o que ela tem de esforço e grandiosidade humana. Neste modo narrativo estamos longe da factual reportagem jornalística com que até há bem pouco tempo a crítica teimou em rotular o estilo de Defoe. Aqui, o pormenor não vale por si, não se destina a compor de modo neutro a imagem de um acontecimento. Dir-se-ia, para utilizar uma distinção de Roland Barthes, que a função do pormenor não é distribucional mas sim integrativa[34]. Subsidiário de uma outra significação, o pormenor confere à narrativa a dimensão pela qual as acções particulares que traçam um destino individual adquirem o carácter de representação típica de uma situação histórica.

Ao tentar elaborar uma tipologia histórica da forma romanesca Lukács refere que, no período em que localiza a segunda fase da forma, e que corresponde, de um modo geral, ao séc. XVIII,

---

[34] Roland Barthes, "Introduction à l'analyse structurale des récits", *Communications*, 8 (1966), pp. 1-27.

"os escritores trabalham muito lucidamente com o fim de atingir um realismo do típico, um realismo para o qual a verdade do pormenor não é senão um meio, ainda que, bem entendido, um meio transposto para primeiro plano, tendo em vista a figuração do típico"[35]. Para Lukács, a "conquista da realidade quotidiana", termos com que define este momento da forma, corresponderia ao apogeu da fase revolucionária da burguesia, em que esta classe se lança definitivamente na tarefa de transformação do mundo e de construção de uma sociedade nova. O romance, expressão literária dessa actividade transformadora, orienta-se no sentido da apropriação realista do mundo, integrando as diferentes manifestações deste no sentido global de uma acção e de um destino históricos.

A função da "verdade do pormenor" aparece, em *Robinson Crusoe*, exactamente nos termos em que Lukács a define para o romance desta fase. Significativamente, é nos momentos em que o saber e o poder de Crusoe se afirmam na sua acção transformadora do real que tal forma de representação se intensifica, conferindo a esta acção uma centralidade e um relevo que a erigem em significado dominante da narrativa. Meio de representação e não fim em si, o realismo de pormenor, que constitui talvez a mais alta expressão da capacidade artística de Defoe, encontrou nesta obra o lugar privilegiado para a sua valorização estética: neste momento histórico, só a figuração utópica do individualismo absoluto poderia comportar e exigir a sua expressão plena.

Para além de surgir como meio crucial de representação do conhecimento e domínio do real por Crusoe, a meticulosidade narrativa expressa também, como foi atrás referido, o seu prazer na acção. Consequência emocional da realização plena do sujeito na acção, o prazer que Crusoe sente nos resultados da sua actividade transformadora é por ele repetidamente assinalado, sendo disso exemplo a alegria expressa pela obtenção das vasilhas de barro:

---

35 "Les écrivains eux-mêmes travaillent avec une grande lucidité à atteindre un réalisme du typique, un réalisme pour lequel la vérité du détail n'est qu'un moyen, quoique bien entendu un moyen passé au premier plan, en vue de la figuration du typique". Georg Lukács, *Écrits de Moscou*, p. 110.

"No Joy at a Thing of so mean a Nature was ever equal to mine, when I found I had made an Earthen Pot that would bear the Fire" (p. 121). Mais tarde, quando a sua situação atinge uma estabilidade tal que lhe permite dedicar-se já à produção de objectos de lazer, afirma: "But I think I was never more vain of my own Performance, or more joyful for any thing I found out, than for my being able to make a Tobacco-Pipe" (p. 144).

Mas, melhor do que nestas manifestações de alegria pelos resultados obtidos, é no próprio modo de apresentação da sua actividade que podemos ver o interesse e o prazer com que Crusoe a ela se dedica. Através da minúcia narrativa com que refere os diferentes campos pelos quais se reparte o seu trabalho e as várias experiências e tentativas que o levam finalmente a atingir o fim em vista, através da escolha cuidadosa dos termos que melhor podem transmitir uma imagem fiel da sua acção, passa todo o empenho e alegria com que se dedica à construção do seu mundo.

A funcionalidade do pormenor é neste domínio, por vezes, de uma extrema finura. Ao referir o modo como improvisa um forno para cozer o pão, conclui: "and when I wanted to bake, I made a great Fire upon my Hearth, which I had pav'd with some square Tiles of my own making, and burning also; but I should not call them square" (p. 123). O funcionamento contrapontístico do pormenor com que encerra o parágrafo ("but I should not call them square") evidencia, com extraordinária subtileza, a força dos laços emocionais que o ligam aos objectos por ele produzidos. Dir-se-ia que Crusoe ama os seus produtos de tal modo que não consegue ver neles as suas imperfeições, toldado pelo orgulho da sua autoria ("some square Tiles *of my own making, and burning also*" -- sublinhado meu), e só após reflexão reconhece que a perfeição não é afinal tão grande como afirmara. Tudo isto para além, naturalmente, do carácter de contingência conferido pela reflexão final, que contribui para o realismo do conteúdo[36].

---

[36] Os usos retóricos da incerteza verificados nesta obra, como o que foi já anteriormenta assinalado a propósito das dificuldades evidenciadas por Crusoe em nomear o que encontra na ilha

No modo como assim usa as potencialidades do seu estilo, adequando-o a objectivos específicos da representação, Defoe revela bem como o seu realismo ultrapassa em muito a simplicidade e "humildade" que a tradição crítica teimou em ver nele, e em que ainda insiste Ian Watt, quando caracteriza a sua escrita como "his humble and unpondered prose" ou "his narrative *gaucherie*" [37]. A reavaliação da sua qualidade artística está ainda longe de ser concluída, mas a mudança de atitude é já um facto, como o demonstra a autocrítica proveniente de uma voz tão abalizada como a de Bonamy Dobrée:

> It is one of our hereditary errors to refer . . . to the "simple" style of Defoe . . ., as if he had chanced upon some happy means of communication, and never bothered his head about how he wrote [38].

*

* *

A substituição do indivíduo à sociedade, do que o corolário é a realização plena do indivíduo na acção, encontra deste modo a sua expressão retórica no tipo de realismo com que Defoe representa a relação íntima e harmónica entre Crusoe e o mundo.

---

quando lá chega (ver atrás, Parte I, pp. 79) foram objecto de estudo específico por parte de dois autores: E. Anthony James, em "Defoe's Narrative Artistry: Naming and Describing in *Robinson Crusoe*", *Costerus*, 5 (1972), pp. 51-73; e Mary E. Butler, em "The Effect of the Narrator's Rhetorical Uncertainty on the Fiction of *Robinson Crusoe*", *Studies in the Novel*, 15 (1983), pp. 77-90. O primeiro destes autores procura assinalar na variação desses usos uma forma de Defoe dar conta das transformações psicológicas da personagem, enquanto que Mary Butler vê neles fundamentalmente um processo de criação do efeito de verosimilhança.

37 I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 135.

38 Bonamy Dobrée, *English Literature in the Early Eighteenth Century, 1700-1740* (1959), Oxford, 1968, p. 405. Pode-se, a propósito desta afirmação, falar de autocrítica, na medida em que o mesmo autor, em 1946, considerava como pouco provável que Defoe tivesse consciência plena do sentido artístico daquilo que escrevia. Ver Bonamy Debrée, "Daniel Defoe", *Neophilologus*, 30 (1946), pp. 97-106.

Expressa a partir do momento em que se instaura a separação entre Crusoe e os valores que ele rejeitara, esta relação de harmonia vai-se manifestando progressivamente, à medida que se vai afirmando o seu domínio sobre o mundo. A primeira vez em que ele sente a sua nova situação como susceptível de lhe possibilitar uma maior felicidade do que a que poderia obter na sociedade que perdera verifica-se aquando do segundo aniversário da sua estada na ilha: "From this Moment I began to conclude in my Mind, That it was possible for me to be more happy in this forsaken Solitary Condition, than it was probable I should ever have been in any other Particular State in the World" (p. 113). Neste momento, porém, esta ideia ainda não é segura, e a dúvida ainda lhe surge ao espírito: "How canst thou be such a Hypocrite (said I , even audibly) to pretend to be thankful for a Condition, which however thou may'st endeavour to be contented with,thou would'st rather pray heartily to be deliver'd from" (p. 114). É apenas numa espécie de arroubo intuitivo que se decide: "But though I could not say, I thank'd God for being there; yet I sincerely gave Thanks to God for opening my Eyes . . . to see the former Condition of my Life, and to mourn for my Wickedness, and repent" (p. 114).

Dois anos depois , e na sequência do alargamento do seu campo de acção, já o mundo passado lhe aparece como algo que nada lhe diz, de cujos valores se encontra radicalmente separado: "I look'd now upon the World as a Thing remote, which I had nothing to do with, no Expectation from, and indeed no Desires about: In a Word, I had nothing indeed to do with it, nor was ever like to have" (p.128). É então que se atinge a plena harmonia entre o indivíduo e o mundo, traduzida subjectivamente no acordo queCrusoe sente estabelecer-se entre ele e Deus. As suas palavras sobre esse acordo são bem significativas:

> This made my Life better than sociable, for when I began to regret the want of Conversation, I would ask my self whether thus conversing mutually with my own Thoughts, and, as I hope I may say , with even God by Ejaculations, was not better than the utmost Enjoyment of humane Society in the World (pp. 135-6).

A subordinação da acção ao conflito, durante a primeira parte da narrativa, fizera da existência de Crusoe o percurso de uma busca. Busca de valores, de sentidos, de algo inominável, que o levava a afastar-se do mundo para nele sempre se reencontrar, este percurso aparece como uma instância do modelo formal do romance, nos termos em que, particularmente desde Hegel, a sua definição tem sido elaborada. Recuperada nos inícios deste século por Georg Lukács na sua *Die Theorie des Romans*, e reformulada posteriormente numa perspectiva marxista pelo próprio Lukács e por Lucien Goldmann, a teoria do romance de origem hegeliana define esta forma como a representação da busca de um sentido para a existência num mundo onde os valores autênticos não se manifestam de forma imediata[39]. Nesta perspectiva, as relações que se estabelecem em *Robinson Crusoe*, até ao episódio do sonho, entre o sujeito e o mundo, expressam bem essa desarmonia fundamental que, rasgando de ponta a ponta o quadro ontológico do mundo moderno, encontra a figuração que se lhe adequa na forma romanesca.

Acontece, porém, que com o referido episódio a narrativa toma um curso que se caracteriza pelo esbatimento e, finalmente, pela eliminação do conflito, e que conduz à articulação harmoniosa entre a personagem e o mundo que ela cria e onde vive. Revendo-se no real que ele próprio produz, Crusoe sente a felicidade que a transparência da acção, a revelação do sentido, lhe confere. Uma vez a narrativa chegada a este ponto, a busca acabou. Num plano rigorosamente formal, poder-se-ia dizer que a continua

---

[39] Cf., como obras centrais desta linha teórica, para além da *Estética* de Hegel, Georg Lukács, *Die Theorie des Romans* (1920) (*A Teoria do Romance*, trad. Alfredo Margarido, Lisboa, s. d.) e *Écrits de Moscou*, e Lucien Goldmann, *Pour une sociologie du roman*, n.p.(Gallimard), 1964. Embora encarando a teoria do romance numa perspectiva diferente, Mikhail Bakhtine apresenta uma ideia análoga sobre a forma quando refere que "o carácter inacabado do presente" representado no romance implica a "inadequação de uma personagem ao seu destino". Ver "Récit épique et roman" (1941), in M. Bakhtine, *Esthétique et théorie du roman*, trad. de Daria Olivier, n.p. (Gallimard), 1978, pp. 439--73.

ção da narrativa, enquanto romance, não tem mais razão de ser. Aquele que era afinal o objectivo da procura foi atingido. O individualismo que Crusoe representa encontrou finalmente o mundo da realização plena dos seus valores: a burguesia sonhou o seu sonho utópico e idílico, o único de resto que não lhe traz problemas de consciência. O romance poderia acabar aqui, tornando-se numa espécie de conto de fadas tecnicamente realista.

Que apenas a busca da felicidade, e não a sua vivência plena, é susceptível de justificar o romance, entenderam-no os romancistas do séc. XVIII, e entre eles o próprio autor de *Robinson Crusoe*. Fielding em *Tom Jones* ou Richardson em *Pamela*, assim como antes deles Defoe em *Moll Flanders*, *Captain Singleton* e, de modo explícito, em *Colonel Jack*, mostraram como os limites da forma não podiam situar-se além dos limites da busca, ao fazerem coincidir o fim da narrativa com o momento da solução feliz do conflito[40]. Determinada a partir de um conflito traduzido no romance pela oposição entre o indivíduo e a sociedade, a acção romanesca não excede a anulação desse conflito, cuja representação é, afinal, a razão de ser da forma.

E contudo *Robinson Crusoe* continua. E, curiosamente, é neste momento, após a resolução do conflito, que a acção de Crusoe adquire a sua maior grandiosidade, resultando a mobilização dos recursos técnicos e estilísticos de Defoe no mais elevado apelo à fruição estética que a obra oferece. Quando a acção não é já busca de valores mas sim a sua descoberta e realização, quando Crusoe já não luta contra nada mas se entrega simplesmente à felicidade de existir, quando a sobrevivência já não é uma necessidade mas um prazer, é então que a personagem adquire a dimensão que a fez conquistar um lugar central no imaginário colectivo do

---

[40] Em *Colonel Jack* Defoe é formalmente rigoroso, ao apresentar o relato das acções posteriores ao momento do arrependimento e penitência da personagem através de um parágrafo final que se pretende acrescentado ao corpo da narrativa após o seu fecho primitivo, ainda que tais acções não façam mais do que confirmar o carácter feliz do desfecho. Já em Richardson há uma tentativa de prolongar a narrativa da 1ª Parte de *Pamela* para além do desfecho, mas quando esse prolongamento não continua aspectos do conflito ainda recuperáveis (como a oposição de Lady Davers ao casamento) o resultado é esteticamente desastroso.

ocidente nos últimos 250 anos.

Ian Watt atribui a esta dimensão cultural da personagem um carácter mítico. Penso, porém, que a explicação de tal carácter não se poderá encontrar no significado em que o autor o fundamenta, isto é, na representação mítica do "homem económico"[41], mas sim nesta ultrapassagem dos limites da forma romanesca que leva a que a narrativa adquira outros contornos formais que são, de facto, os da grande expressão narrativa do mito: a epopeia.

É ainda nos termos da definição hegeliano-lukácsiana da forma do romance que melhor poderemos compreender a natureza das transformações formais que na obra conduzem à dimensão épica. Expressão de um mundo de valores ausentes, o romance opõe-se (e sucede-se) à epopeia, entendida como forma de representação de uma totalidade intacta, onde o homem se revê na sua acção e no seu destino. Cindida de si própria e do mundo, a personagem do romance faz desta forma o lugar de uma busca permanente; o herói épico, pelo contrário, encontra-se a cada momento na sua acção, como nos objectos que se lhe revelam portadores de uma ordem na qual ele se integra de modo harmonioso e total: "Ser e destino, aventura e acabamento, existência e essência são então [na epopeia] noções idênticas"[42].

Formulada teoricamente por Hegel, a distinção entre epopeia e romance só virá a encontrar uma explicação histórica com a tradição marxista. F. Engels, na sequência das investigações de Lewis H. Morgan, localiza os poemas homéricos (que, no dizer de Lukács, são, em rigor, os únicos poemas épicos) como expressão do apogeu do estádio superior da barbárie[43]. Lukács, por sua vez, além de desenvolver a formulação hegeliana, determina o significado histórico da relação encontrada por Engels, ao es-

---

[41] I. Watt, "Robinson Crusoe as a Myth". O tema é retomado pelo autor em *The Rise of the Novel*. Se é verdade que a representação do "homem económico" corresponde a significados existentes na personagem, penso que, além de estes serem parcelares, não respondem à questão central: de que modo neste texto é representado um mito?

[42] Georg Lukács, *A Teoria do Romance*, p. 26.

[43] F. Engels, "L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'état" (1891), in K. Marx e F. Engels, *Oeuvres Choisies*, III, p. 219.

tabelecer a ligação entre a forma épica e a estrutura social que a possibilita: "A poesia dos poemas homéricos assenta essencialmente na ausência relativa da divisão social do trabalho"[44]. A partir daqui, é-lhe possível determinar a significação da diferença formal entre epopeia e romance: enquanto o herói épico surge como representação da acção de toda a sociedade, sendo os obstáculos que se lhe opõem de natureza exterior, a personagem romanesca, num tempo em que as formas de apreensão e transformação do real são determinadas pela divisão da sociedade em classes, apenas pode representar a acção de uma parte da sociedade. Na distinção assim estabelecida, enquanto a epopeia figura a acção *da* sociedade, o romance figura a acção *na* sociedade. Abrangendo a representação de uma comunidade que se identifica com o todo social, não há assim lugar, no universo épico, para a disjunção essencial entre o indivíduo e a sociedade que estrutura a forma do romance.

Voltemos agora a Crusoe, que deixámos na ilha entregue à felicidade que lhe confere a harmonia consigo, com o mundo e com Deus. Como vimos antes, uma das transformações essenciais operadas pelo sonho consistiu na instituição de um mundo utópico onde a acção de Crusoe se substitui à sociedade. Decorrente de uma situação histórica em que a burguesia revolucionária se pode representar uma identificação dos seus anseios e interesses com os de toda a sociedade, as relações formais que então se estabelecem entre a personagem e o seu universo aparecem deste modo como a figuração artística de um ideal colectivo . Os obstáculos que agora se colocam à acção de Crusoe não são, nem representam, obstáculos interiores à sociedade, como se verificava na primeira parte da narrativa. A sua luta não é contra forças, ou poderes, sociais, mas naturais. Incarnando a necessidade do homem de transformar a natureza em função da sua própria existência, Crusoe torna-se, momentaneamente, no "universal representative, the person for whom every reader could substitute himself ", que nele viu

---

[44] "La poésie des poèmes homériques repose très essentiellement sur l'absence relative de division sociale du travail ". G. Lukács, *Écrits de Moscou*, p. 111.

Coleridge[45] . Nisto reside a sua grandeza épica.

É importante acentuar que a simples substituição à sociedade, entendida como o desempenho das várias funções que esta comporta, não seria por si só suficiente para conferir à personagem uma dimensão épica. O próprio Defoe fornece um contraponto significativo em *The Farther Adventures of Robinson Crusoe*, ao introduzir uma personagem, *Jack-of-all-trades*, que embora seja capaz de desempenhar uma inúmera quantidade de ofícios, não ultrapassa um estatuto secundário. Na verdade, a questão que aqui se apresenta não é a da habilidade ou a da capacidade para resolver problemas novos, as quais surgem não como uma causa, mas como uma consequência do modo como Crusoe se relaciona com o mundo. De resto, nem sequer se pode dizer que ele seja muito brilhante neste capítulo: as dificuldades em construir uma mesa e uma cadeira, dispondo de todos os materiais necessários, não abonam, como já foi referido, em favor da sua inteligência prática, e quando Defoe o faz gastar mais de cinco meses a construir uma canoa que depois não é capaz de levar para a água quase comete uma ofensa à sageza da sua personagem[46] .

Com efeito, a substituição à sociedade só adquire o seu pleno sentido épico através de um complemento necessário: o realismo de pormenor. É exclusivamente através deste modo de representação que, como vimos, Defoe consegue expressar o processo pelo qual a acção assume um carácter épico, sendo pela meticulosidade narrativa que passa a plena realização do sujeito na acção, ao configurar um mundo onde ao homem e aos objectos é restituída a pureza inicial que caracteriza o "passado absoluto" da epopeia[47].

---

[45] *Coleridge's Miscellaneous Criticism*, p. 300. Talvez melhor do que qualquer outro crítico, Coleridge viu este carácter único de Crusoe: "he who makes me forget my *specific* class, character, and circumstances, raises me into the universal man" (ibidem, p. 293).

[46] Penso que o episódio da construção da canoa encerra um significado orgânico que a seu tempo procurarei esclarecer.

[47] "L'homme des grands genres distanciés est l'homme d'un 'passé absolu', et d'une représentation lointaine. Comme tel, il est

Do mesmo modo que na construção do escudo de Aquiles ou da jangada de Ulisses, o pormenor é aqui um meio de revelar o sentido da acção e dos objectos. E contudo há uma grande diferença na sua função. No tempo da epopeia homérica os sentidos não estavam ocultos. O escudo de Aquiles aparece, sem ambiguidades, como obra divina, e a jangada de Ulisses é o meio para ele continuar a viagem determinado pela ordem explícita dos deuses. No primeiro caso, o pormenor é meramente descritivo, e destina-se a revelar, não propriamente o sentido do objecto, mas o valor estético e simbólico do que nele é representado. No segundo, para todos os efeitos mais próximo de *Robinson Crusoe*[48], o pormenor é ainda um complemento do sentido cuja necessidade já fora determinada pela voz dos deuses. Em ambos os casos a função do pormenor é subsidiária, não sendo necessária à representação de um sentido do homem e do mundo que decorre naturalmente da articulação das personagens e das situações. Em *Robinson Crusoe*, porém, o caso é diferente.

Num mundo em que os objectos, e mesmo os homens, tendem a ser reduzidos ao estatuto de coisas, casuais e sem sentido, a representação épica encontra no pormenor o meio necessário à sua própria possibilidade. Se Defoe nos dissesse simplesmente que Crusoe fez cestos, vasilhas de barro, pão, etc., tornaria quando

---

entièrement achevé et terminé, sur un haut niveau héroïque, certes, mais désespérément achevé, il est tout entier présent, coïncidant avec lui-même, absolument égal à lui-même. De plus, il est complètement extériorisé. Entre son être véritable et son aspect extérieur il n'existe pas la moindre antinomie". M. Bakhtine, *Esthétique et théorie du roman*, p. 467. É curioso que um outro grande estudioso das formas de representação na cultura ocidental, Erich Auerbach, tenha caracterizado o tempo da epopeia não como passado absoluto mas como presente absoluto (ver Erich Auerbach, *Mimesis*, p. 7). A diferença entre estas duas concepções do tempo épico não é, contudo, tão grande como à primeira vista pode parecer, uma vez que, em rigor, elas afirmam essencialmente a mesma coisa: o carácter absoluto do tempo épico. Note-se mesmo como, no passo acima transcrito, Bakhtine caracteriza o homem do "passado absoluto" como . . . "inteiramente presente".

[48] Max Horkheimer e Theodor Adorno, estudando a *Odisseia* como "um dos primeiros documentos representativos da civilização burguesa ocidental", consideram que "Ulisses e Robinson têm ambos

muito a sua personagem num artífice dotado, mas nunca num herói épico. Só através do pormenor, repetido, intensificado, omnipresente, seria possível dar vida aos objectos, fazê-los transpor os limites da contingência, tornando-os necessários. Mais ainda, essa pormenorização não poderia ser feita pela voz de Defoe, mas apenas pela do próprio Crusoe: a voz do narrador da epopeia é neutra, mas a do autor do romance não. O mundo épico de Crusoe só existe em função do indivíduo único, só ele o pode narrar. Objectivação utópica de um ideal subjectivo, a epopeia individualista exigia a conjugação destes dois modelos: a perspectiva autobiográfica e o realismo do pormenor.

São estes os caminhos que levam finalmente à situação harmoniosa em que Crusoe se diz encontrar, e que se traduz numa harmonia consigo, com o mundo, e com Deus. Também no modo como agora confunde a sua própria acção com a de Deus, identificando-o como o agente da sua felicidade ("[I] admir'd the Hand of God's Providence, which had thus spread my Table in the Wilderness" — p. 130), Crusoe realiza a articulação entre o plano humano e o plano divino que, para Hegel, é típica da epopeia:

> Les dieux et les hommes ont donc fait proprement une seule et même chose. Le sérieux de ces puissances divines est donc une superfluité ridicule puisqu'elles sont en fait la force de l'individualité agissante; — et l'effort tendu et le travail de l'individualité sont une peine également inutile puisque ce sont plutôt ces puissances qui mènent tout[49].

Vemos deste modo como a transformação operada pelo sonho, ao mesmo tempo que levou a uma deslocação no estatuto formal da personagem, fazendo-a adquirir uma centralidade exclusiva relativamente ao saber e à acção, instaurou um modo novo no pla-

---

a ver com a totalidade: o primeiro percorre-a, o segundo cria-a". M.Horkheimer e T.Adorno, *La Dialectique de la Raison*(1947), trad. de Eliane Kaufholz, n.p. (Gallimard), 1974, pp. 18 e 75.

[49] G. W. F. Hegel, *La Phénoménologie de l'esprit* (1807), trad.de Jean Hyppolite, Paris, 1941 (2 vols), II, p. 244.

no mesmo da forma narrativa. A substituição à sociedade e o realismo de pormenor, aspectos dominantes, cada um no seu plano próprio, nesta parte do texto, revelam assim a significação plena da sua conjugação. Meio de destruição da própria forma romanesca, esta conjugação conduz àquilo que confere a esta obra a centralidade que possui no contexto da cultura ocidental : a sua dimensão épica.

Resta assinalar, a este propósito, que a atribuição de um carácter épico à obra tem sido frequente, embora nunca tenha sido elaborada uma análise que evidencie esse carácter como decorrente da organização formal da narrativa. Confundindo por vezes a epopeia, enquanto forma literária, com o mito, enquanto forma de consciência colectiva, a crítica deixa escapar o que na obra existe de especificamente literário, para nela apenas procurar a racionalização de um imaginário colectivo. É o que faz, por exemplo, Irving Howe, num artigo que sugestivamente intitula "*Robinson Crusoe* : Epic of the Middle Class"[50] . É também o que faz Ian Watt, embora da parte deste autor não haja qualquer confusão, uma vez que o seu objectivo é esclarecer a razão de ser do mito , mesmo naquilo em que ele se autonomiza, extravasando os limites do texto que lhe dá forma.

De entre os vários autores que assinalaram a proximidade entre o texto de *Robinson Crusoe* e a epopeia, apenas dois procuraram esclarecer essa relação num plano formal. Um deles foi E.M.W. Tillyard que, definindo a natureza do género épico como expressão dos sentimentos colectivos de um povo num dado momento (o que designa por "qualidade córica" do género) , conclui que *Robinson Crusoe* é uma obra épica, "mas uma obra épica que tem algumas das limitações do *ethos* da classe média do qual esta obra foi a expressão córica"[51] . Contudo, ainda que realizando uma aná

---

[50] Irving Howe, "*Robinson Crusoe* : Epic of the Middle Class" *Tomorrow*, 8 (June 1949), pp. 51-4.

[51] "I believe *Robinson Crusoe* to be an epic, but an epic having some of the limitations of the middle-class ethos whose choric expression it was". E.M.W. Tillyard, *The Epic Strain in the English Novel*, p. 50.

lise de alguns aspectos da obra que faz dele um dos seus mais autorizados críticos, e talvez como resultado de uma definição do gênero mais empírica do que formal, Tillyard acaba por não determinar com rigor os elementos que, no texto, permitem chegar àquela conclusão.

O outro autor que tentou esclarecer a qualidade épica desta obra foi Georg Lukács. Neste caso, a relação entre a análise e as conclusões é a inversa de Tillyard. Sem proceder a qualquer análise pormenorizada, Lukács aponta contudo o principal elemento da obra que o leva a atribuir-lhe uma dimensão épica:

> dans la première partie du *Robinson* de Defoe, la lutte de l'homme avec la nature, dans la mesure où elle est l'image représentative des débuts de la domination sociale sur la nature, accède à un niveau de figuration incomparable, d'une grandeur épique: toute pelle ou pioche avec laquelle, dans son île, Robinson soumet la nature et la soumet à la civilisation, prend dans ce contexte une dimension épique qui rejoint parfois la poésie des choses dans les épopées d'autrefois[52].

*
* *

O relacionamento harmonioso de Crusoe com o mundo, que se expressa na dimensão épica atingida pela obra, entra na sua fase de apogeu a partir do quarto ano da estada na ilha. Nas reflexões que decorrem da referência a esse aniversário Crusoe reafirma a sua propriedade plena da ilha, mas entendendo-a agora na perspectiva do seu usufruto: "I had nothing to covet; for I had all that I was now capable of enjoying: I was Lord of the whole Mannor; or, if I pleas'd, I might call my self King, or Emperor over the whole Country which I had Possession of" (p.128). A apro

---

[52] G. Lukács, *Écrits de Moscou*, p. 111.

priação privada, base sobre a qual se constituiu a ordem imposta por Crusoe ao mundo, resulta numa estabilidade traduzida pela plena satisfação das necessidades individuais.

Poder-se-á dizer que toda a utopia, na medida em que representa um universo alternativo cujas premissas são outras que não as do universo real, comporta, quando confrontada com a realidade, um paradoxo. A utopia de Defoe não escapa a esta regra. Ao assentar a existência de Crusoe numa relação de carácter social, ao mesmo tempo que coloca a sua personagem num espaço de onde a sociedade se encontra objectivamente ausente, Defoe é levado à figuração do confronto do ideal individualista com a sua própria razão de ser. Por outras palavras, a visão do mundo individualista, cuja afirmação apenas é possível em função da existência do Outro, só se realiza plenamente no espaço utópico do Único, isto é, na negação das suas próprias condições de existência. Representado por este paradoxo, o ideal individualista surge assim com uma configuração objectivamente irónica.

Na harmonia plena que agora se atinge, o paradoxo do ideal inocente do individualismo revela-se na diferença que Crusoe descobre entre o valor de troca e o valor de uso. Expressão de uma visão do mundo que se fundamenta na apropriação privada ilimitada, e que consequentemente encara os objectos em função do seu valor de troca, Crusoe encontra-se numa situação que o leva a pensar o mundo exclusivamente em função do valor de uso. Ao mesmo tempo que se extasia com a imensidão da sua propriedade, constata que o seu valor se limita ao uso que dela possa fazer:

> I might have rais'd Ship Loadings of Corn; but I had no use for it; so I let as little grow as I thought enough for my Occasion. I had Tortoise or Turtles enough; but now and then one, was as much as I could put to any use. I had Timber enough to have built a Fleet of Ships. I had Grapes enough to have made Wine, or to have cur'd into Raisins, to have loaded that Fleet , when they had been built (p. 128-9).

O valor de troca, objectivação de uma relação social, desaparece na ausência de sociedade. A apropriação ilimitada deixa de ter qualquer significado: "But all I could make use of, was,

All that was valuable" (p.129).

Ao colocar Crusoe neste "estado natural" lockiano[53], onde a ausência da possibilidade de troca o leva à descoberta do valor de uso como único valor das coisas, Defoe opera no plano da consciência da personagem a transformação que complementa e justifica a sua realização no plano da actividade produtiva. Como vimos antes, o realismo de pormenor veicula o modo como Crusoe encontra um sentido para si e para o mundo na sua própria acção transformadora, sentindo-se realizado nos objectos que produz. O que agora se verifica não é mais do que a conceptualização dessa descoberta do sentido: só eliminando dos objectos a forma de mercadoria que o valor de troca lhes confere é possível pensar o mundo como realidade humana.

Foi Marx quem assinalou o carácter "simples e transparente" das relações que se estabelecem entre Crusoe e os seus produtos: "Todas as relações entre Robinson e as coisas que formam a riqueza que ele criou para si próprio são de tal modo simples e transparentes que o Sr. Baudrillart poderia compreendê-las sem demasiado esforço mental"[54]. Tal carácter resulta precisamente do facto de que, eliminada dos produtos a forma de mercadoria que, nas palavras de Marx, os faz aparecer à consciência dos homens como um "feitiço", aqueles se revelam a Crusoe como formas de realização de si próprio: "Apesar da variedade das suas funções pro

---

[53] "He that gathered a hundred bushels of acorns or apples had thereby a property in them; they were his goods as soon as gathered. He was only to look that he used them before they spoiled, else he took more than his share, and robbed others. And, indeed, it was a foolish thing, as well as dishonest, to hoard up more than he could make use of". John Locke, *Two Treatises of Government* (1690), London, 1924 (Everyman), p. 139 (II, V, 46). Compare-se este excerto com o passo em que Crusoe afirma: "If I kill'd more Flesh than I could eat, the Dog must eat it, or the Vermin. If I sow'd more Corn than I could eat, it must be spoil'd . . . " (p. 129). Aqui, como nas reflexões que se seguem acerca do dinheiro, Defoe parece ter bem presente o texto de Locke.

[54] "Tous les rapports entre Robinson et les choses qui forment la richesse qu'il s'est créée lui-même, sont tellement simples et transparents que M. Baudrillart pourrait les comprendre sans une trop grande tension d'esprit". Karl Marx, *Le Capital*, I, p. 89.

dutivas, [Robinson] sabe que elas não são outra coisa senão as diversas formas pelas quais o mesmo Robinson se afirma, isto é,que são simplesmente modos diversos de trabalho humano"[55].

A objectivação, na economia capitalista, das relações sociais de troca nos produtos do trabalho, conferindo-lhes a forma de mercadoria, faz com que estes sejam pensados como algo de estranho, de alheio, à própria actividade humana de que eles são a realização. A opacidade que assim se instaura entre o sujeito e o objecto, expressando para Marx o carácter feiticista da mercadoria, veio posteriormente a ser estudada nas suas várias implicações teóricas por Lukács e , mais recentemente, por Lucien Goldmann[56]. Pela transformação do produto em mercadoria aquele deixa de ser considerado em função do trabalho concreto, qualitativamente único, que comporta, para ser valorizado em termos de trabalho geral abstracto, aferível apenas quantitativamente. Nesse processo perde-se o sentido íntimo do produto como realidade humana, para em seu lugar aparecer à superfície das coisas um valor de equivalência aparentemente determinado pela natureza do próprio objecto. O homem passa a sentir-se num mundo povoado por objectos cujos significados humanos não se manifestam de modo imediato, um mundo que surge à consciência como algo de autónomo,onde os valores das coisas parecem regulados pelas próprias relações que elas estabelecem entre si.

---

55 "Malgré la variété de ses fonctions productives, [Robinson] sait qu'elles ne sont que les formes diverses par lesquelles s'affirme le même Robinson, c'est-à-dire tout simplement des modes diverses de travail humain". Karl Marx, *Le Capital*, I , p. 88.

56 Ver, principalmente, Lukács, *Histoire et conscience de classe*, e Goldmann, "La Réification", in *Recherches dialectiques*,n.p. (Gallimard), 1959. São ainda de referir, dentro desta linha teórica, Franz Jakubowsky, *Les Superstructures idéologiques dans la conception matérialiste de l'histoire* (1935), trad. de J. M. Brohm, Paris, 1971, e Karel Kosík, *La Dialectique du Concret* (1963), trad. de Roger Dangeville, Paris, 1978.Numa perspectiva diferente, esta problemática teórica é também estudada pela "Teoria Crítica" dos autores da "Escola de Franckfurt": Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, e, mais recentemente, Jürgen Habermas.

Este fenómeno pelo qual o produto se torna alheio ao produtor, o mundo ao homem, designou-o Lukács por reificação("Verdinglichung")[57] : "Sobre este fenómeno estrutural fundamental , é preciso antes de tudo ter em conta que ele faz opôr-se ao homem a sua própria actividade, o seu próprio trabalho, como qualquer coisa de objectivo, de independente dele, e que o domina através de leis próprias, estranhas ao homem"[58] . Penetrando as diferentes esferas da actividade social, na medida da predominância da estrutura económica sobre os restantes sectores da sociedade,o fenómeno da reificação tenderia para uma cada vez mais radical separação entre o homem e o mundo, o que equivale a dizer, entre o homem e si próprio. Ignorando o real como concretização da sua actividade, o homem torna-se dominado pelo produto da sua própria acção, que lhe aparece fantasticamente autónomo.

Coube a Lucien Goldmann o estabelecimento, na esteira de Lukács, da articulação entre este fenómeno, pelo qual o sentido das coisas (o seu valor de uso), mediatizado pela forma de mercadoria, se torna implícito, e a forma do romance: "A forma romanesca parece-nos ser com efeito *a transposição para o plano literário da vida quotidiana na sociedade individualista nascida da produção para o mercado*"[59] . Servindo-se do conceito metodológico

---

57 Num dos textos conhecidos sob o título de *Manuscritos Económicos e Filosóficos de 1844* Marx designou este processo pelo termo hegeliano de "alienação" ("Enttäusserung"), mas referindo-o exclusivamente à relação entre o sujeito e os seus produtos e distinguindo-o da "objectivação" do trabalho no produto. Na verdade o conceito hegeliano de "Enttäusserung", nos termos em que é usado por Marx, e o conceito lukàcsiano de "Verdinglichung" não são, em rigor, idênticos, embora Lukács, como ele próprio reconhece no prefácio à edição alemã de 1967 de *História e Consciência de Classe*, os tenha aí tratado como sinónimos. Deve-se notar que Lukács, quando escreveu esta obra, não conhecia os referidos *Manuscritos* de Marx, publicados apenas em 1932.

58 "De ce phénomène structurel fondamental, il faut avant tout retenir qu'il fait s'opposer à l'homme sa propre activité , son propre travail comme quelque chose d'objectif, d'indépendant de lui et qui le domine par des lois propres, étrangères à l'homme". G. Lukács, *Histoire et conscience de classe*, pp. 113-14.

59 "La forme romanesque nous paraît être en effet *la transposition sur le plan littéraire de la vie quotidienne dans la société individualiste née de la production pour le marché*". L.Goldmann, *Pour une sociologie du roman*, p.36.

-teórico de homologia estrutural[60], Goldmann determinou a existência de uma relação significativa entre, por um lado, a busca de um sentido para a vida num mundo onde os valores autênticos não se manifestam de forma imediata, busca essa que tipifica a forma do romance, e, por outro lado, o carácter meramente implícito que o valor de uso assume na estrutura da sociedade capitalista: "Naturalmente, os valores de uso continuam a existir,e regem mesmo, em última instância, o conjunto da vida económica;mas a sua acção assume um carácter *implícito, exactamente como a dos valores autênticos no mundo romanesco*"[61].

Busca de valores que revelem o sentido de si próprio e do mundo, tal é, como vimos, o percurso de Crusoe até ao momento do sonho. Estruturando toda a organização da narrativa até então, a busca institui uma relação entre o indivíduo e o mundo que se coaduna rigorosamente com a formulação teórica do romance estabelecida por Lukács e por Goldmann. Mas quando o conflito se dilui, quando à busca do sentido se substitui a sua descoberta , quando o estranhamento do mundo dá lugar ao seu conhecimento e domínio através da acção, então o valor autêntico das coisas revela-se à superfície, de modo imediato, como expressão clara do saber e do poder do indivíduo. A busca, e com ela o romance, terminaram ; o mundo que se abre é o da epopeia.

Por isso, quando Crusoe afirma que o valor das coisas consiste exclusivamente no seu valor de uso, não estamos perante uma mera ilustração da teoria do valor que Defoe tinha aprendido em John Locke. Integrada no processo de substituição à sociedade

---

60 Para uma análise do significado, validade e limites deste conceito central da obra de Goldmann, ver Michel de Coster, *L'analogie en sciences humaines*, Paris, 1978, particularmente as pp. 47-53 e 85-119. Ainda que, quanto a mim, a muitos títulos discutível, trata-se da mais cuidadosa análise deste conceito de que tenho conhecimento.

61 "Naturellement, les valeurs d'usage continuent à exister et régissent même, en dernière instance, l'ensemble de la vie économique; mais leur action prend un caractère *implicite, exactement comme celle des valeurs authentiques dans le monde romanesque*". L. Goldmann, *Pour une sociologie du roman*, p. 38.

a que se assiste após o sonho, assim como na realização do indivíduo na acção que é expressa através do realismo de pormenor, esta afirmação aparece como o coroar da dimensão épica da obra, ao apresentar a tomada de consciência, por Crusoe, do seu novo relacionamento com o mundo. Como ele próprio afirma, esta descoberta é o resultado da sua experiência: "In a Word, The Nature and Experience of Things dictated to me upon just Reflection , That all the good Things of this World, are no farther good to us, than they are for our Use" (p. 129). É assinalável o facto de Defoe usar rigorosamente as categorias lockianas do conhecimento — sensação (" The Nature and Experience of Things") e reflexão ("upon just Reflection") — para mostrar como a conclusão de Crusoe é o directo e exclusivo resultado da sua experiência vivida[62] . A harmonia vivida, representada no plano objectivo através da acção,é deste modo subjectivamente conceptualizada.

No contexto da dimensão épica adquirida pela obra é assim possível entender o significado orgânico da descoberta do valor de uso por Crusoe, assim como a sua consequente desvalorização do dinheiro:

> I had, as I hinted before, a Parcel of Money , as well Gold as Silver, about thirty six Pounds Sterling: Alas! There the nasty sorry useless Stuff lay; I had no manner of Business for it; . . .and if I had had the Drawer full of Diamonds, it had been the same Case; and they had been of no manner of Value to me, because of no Use (p. 129).

Vimos na Parte I deste trabalho como o dinheiro adquire uma função simbólica que o faz representar o mundo que Crusoe recusara. Essa função é agora plenamente retomada. Num mundo onde não há lugar para o valor de troca, onde os produtos são avaliados em termos do seu uso, não há lugar para o dinheiro, cujo

---

62 "These two, I say,viz. external material things, as the objects of SENSATION, and the operations of our own minds within, as the objects of REFLECTION, are to me the only originals from whence all our ideas take their beginnings". John Locke, *An Essay Concerning Human Understanding*, I, p. 124 (II, I, 4).

valor é exclusivamente o de equivalente universal . Como o nota David Blewett, "a relação entre a ilha e o mundo é também sugerida subtilmente pela mudança de atitude de Crusoe relativamente ao dinheiro"[63] .

A acumulação de epítetos de carga semântica negativa na presente referência ao dinheiro ("nasty sorry useless Stuff") marca um ponto limite na oscilação do seu valor que se verifica ao longo da narrativa. Na plenitude da harmonia com o mundo agora atingida esta caracterização do dinheiro equivale à total anulação da escala de valores que Crusoe havia recusado . Símbolo de uma ordem social, o dinheiro representa as formas que, no mundo do romance, medeiam entre o sujeito e o objecto, impedindo que a busca atinja o fim de felicidade e plenitude só possível na harmonia entre ambos; no espaço fictício dessa harmonia, a desvalorização do dinheiro constitui uma necessidade intrínseca . Para além de tudo, ao representar deste modo o objectivo último da busca romanesca, a ilha comporta também uma hipótese teórica: a procura ontológica do sentido, característica do romance, corresponde, no plano histórico-formal, a uma nostalgia da epopeia.

Como atrás referi, a configuração assumida pelo ideal individualista torna-se assim objectivamente irónica. Ao encontrar na transparência épica a expressão formal da realização plena do indivíduo, Defoe nega, afinal, a possibilidade histórica dessa realização, na medida em que tal implicaria a destruição das bases materiais da própria visão do mundo individualista. Um projecto histórico cujo motor é o valor de troca encontrando a sua realização última na abolição desse mesmo valor, tal é o paradoxo de Crusoe. A utopia individualista é um sonho infantil que, nos princípios do séc. XVIII, ainda pôde ser sonhado em termos realistas.

---

63 "The relationship between the island and the world is suggested subtly too by Crusoe's changing attitude towards money ". David Blewett, *Defoe's Art of Fiction*, p. 44.

*
* *

Com Crusoe instalado na ilha a narrativa atinge a figuração plena do "universal representative" de que falava Coleridge. No modo como, em função das suas necessidades, enfrenta os problemas que lhe surgem na sua existência quotidiana, transformando um meio à primeira vista hostil num espaço habitável e humano, Crusoe apresenta-se como a representação do homem inicial, na sua luta pela sobrevivência e pela afirmação do seu poder. A sua caminhada, desde os primeiros esforços para se manter vivo, até ao momento em que pode afirmar um perfeito domínio sobre o mundo em que se encontra, tem sido frequentemente entendida como símbolo da civilização. Desta perspectiva, podemos tomar como exemplar a seguinte afirmação de Walter Allen: "Robinson Crusoe é uma dramatização da experiência universal: todos nós somos Crusoes, pois ser Crusoe é o destino do homem"[64].

E contudo tal identificação da personagem de Defoe com a natureza humana é apenas aparente. Enganadoramente inicial, a acção de Crusoe na ilha é, como tenho tentado evidenciar nesta análise, um momento de um processo ao longo do qual as categorias mentais do individualismo, historicamente determinadas, se formam na recusa de um mundo estratificado e ordenado ainda por valores comunitários. O domínio do real atingido por Crusoe não se efectua a partir de quaisquer premissas a-históricas da sua apreensão, mas sim com base em valores tipicamente individualistas, gerados em condições históricas específicas. Enquanto a chegada de Crusoe à ilha é a consequência da recusa de quaisquer valores transindividuais, a posterior afirmação do seu poder só se torna possível a partir da descoberta da supremacia ontológica do indivíduo e do carácter totalizante da sua acção: o perfil adâmico de Crusoe é retintamente burguês.

---

64 "Robinson Crusoe is a dramatization of universal experience: we are all Crusoes, for to be Crusoe is the human fate". Walter Allen, *Six Great Novelists*, London, 1955, p. 33.

Numa sociedade de classes, a universalidade absoluta de um ideal de homem, mais do que uma abstracção, é um mito. Epopeia da humanidade, *Robinson Crusoe* apenas o é na medida em que figura o ideal humano da visão do mundo burguesa na sua fase revolucionária. Mas este ideal é fruto de uma inadequação fundamental entre a consciência colectiva que o forma e o real. Ao autonomizar o indivíduo em termos absolutos, ao pensar a humanidade como uma distribuição atomística de indivíduos no espaço e no tempo, a visão do mundo burguesa ignorou a realidade primeira da natureza humana: a sociedade. Dir-se-ia que a base epistemológica de *Robinson Crusoe* se aproxima perigosamente dum lugar filosófico que constituiria o ponto limite do atomismo individualista, e que se poderia conceber como uma absolutização do eu cartesiano, da mónada de Leibnitz, ou da percepção dos empiristas ingleses. Perigosamente, porque se a realidade sensível pode ser abstraída em corolários lógico-formais de uma representação do mundo meramente conceptual, de onde o plano fenomenológico é metodologica ou teoricamente eliminado, a representação artística, por sua vez, vê-se obrigada a representar a essência do fenómeno, o real no sensível, sob pena de se anular na sua própria especificidade. Isto é, se os conceitos não necessitam forçosamente de ser confrontados com o mundo dos fenómenos (pelo menos alguma filosofia clássica pensou que não), as situações, as personagens, e as acções é nele que vivem.

Por isso a universalidade de Crusoe tem limites rigorosos e restritos. Como todos os ideais elaborados a partir de uma falsa consciência da realidade, também este está condenado ao descalabro quando posto em contacto com essa mesma realidade. São esses limites que Crusoe vai sentindo à medida que se afasta da sua habitação, centro operacional da sua actividade.

Afirmando o seu poder único sobre o espaço em que se movimenta, e que molda em função das suas necessidades, Crusoe começa a encontrar dificuldades quando, tentando explorar a ilha em toda a sua extensão, penetra nas zonas mais afastadas. Conseguindo então, com algumas dificuldades, regressar ao ponto de partida, resolve não voltar a afastar-se demasiadamente da sua habita

ção: "I resolv'd I would never go a great Way from it again,while it should be my Lot to stay on the Island" (p. 111). Embora correspondendo a um momento do processo pelo qual, tentativamente, Crusoe se vai assenhoreando da ilha, este passo é já como que o primeiro sinal de que o seu poder diminui concentricamente a partir do espaço restrito onde ele edifica o seu mundo. A consciência violenta dos seus limites surgir-lhe-á, porém, no momento em que tentar ultrapassar as fronteiras da própria ilha. Então,como que separado da sua ilha encantada[65] , Crusoe sentir-se-á perdido, desprovido dos seus poderes, incapaz de exercer o seu domínio sobre o mundo que o cerca.

Tratando-se já de uma preparação para a ruptura definitiva da harmonia entre Crusoe e o mundo, que se verificará, poucas páginas depois, com o episódio da pegada, a tomada de consciência dos limites da ilha como limites da sua própria acção verifica-se no sexto ano da estada, quando Crusoe decide lançar-se ao mar num pequeno barco. Tempos antes, tentara construir um barco que lhe permitisse o abandono da ilha (pp. 125-8). O fracasso do empreendimento demonstrara, já então, a impossibilidade material de, pelos seus próprios meios, Crusoe escapar aos limites do seu mundo. A sua acção, toda-poderosa nos vários sectores da actividade em que se exerce, manifestara-se impotente na tarefa de levar o barco até à água. Quando constrói o segundo barco , Crusoe tem já consciência da impossibilidade de o usar para abandonar a ilha:

> yet the Size of it was not at all answerable to the Design which I had in View, when I made the first; I mean, Of venturing over to the Terra Firma,where it was above forty Miles broad; accordingly , the Smallness of my Boat assisted to put an End to that Design, and now I thought no more of it (p. 136).

---

[65] A ilha será mais tarde referida como ilha encantada pelos selvagens (p. 243) e pelos amotinados ingleses (p. 266). Para um paralelo entre a ilha de Prospero e a de Crusoe ver J.R. Moore, "*The Tempest* and *Robinson Crusoe*",*Review of English Studies*,21 (1945), pp. 52-6.

Decide-se, por isso, a usar o barco para circum-navegar os seus domínios ("to view the Circumference of my little Kingdom" — p. 137).

Ao ser arrastado pelas correntes para longe de terra, Crusoe sente, pela primeira vez, a fragilidade da sua situação e as restrições dos seus limites. Aos seus olhos a ilha torna-se então no único local onde a sua felicidade é possível: "Now I look'd back upon my desolate solitary Island, as the most pleasant Place in the World, and all the Happiness my Heart could wish for, was to be but there again" (p. 139). De dominador da natureza dentro do espaço da ilha, Crusoe torna-se num joguete dos elementos quando fora dela: o lugar da autonomia absoluta do indivíduo é simultaneamente a sua prisão.

Ainda que figuração de um ideal, Crusoe é contudo uma figuração rigorosamente realista. Os limites do ideal coincidem por isso com os limites da utopia. O espaço da acção plena do indivíduo é clara e realisticamente demarcado, sendo apenas aquele onde o indivíduo se pode pensar único. Fora da ilha Crusoe está fora do mundo encantado que a subjectividade burguesa criou, regressa ao mundo real onde o absoluto sonhado adquire a sua autêntica dimensão de contingente objectivo. Fora da ilha, o individualismo absoluto que Crusoe representa não tem possibilidades de sobrevivência; o sonho burguês de plenitude não tem realização possível fora da utopia.

A descoberta por Crusoe dos limites espaciais do seu poder, reduzindo o sonho individualista ao espaço da utopia, marca estruturalmente o primeiro momento de um novo processo: o da confrontação entre a utopia e a realidade. Embora este acontecimento não altere ainda a integridade subjectiva da personagem,o que virá apenas a acontecer com a descoberta da pegada, ele é contudo o sinal evidente de que a harmonia vivida por Crusoe, e consequentemente a sua expressão formal, a acção épica, se encontra objectivamente delimitada. Revelando-se como o lugar simbólico da expressão plena do sujeito individual a ilha fecha-se sobre si

própria[66] . Fora dela, o oceano vasto e deserto é a única realidade que se abre ao indivíduo isolado:

> so that I had no Prospect before me but of Perishing; not by the Sea, for that was calm enough, but of starving for Hunger. I had indeed found a Tortoise. . . and I had a great Jar of fresh Water . . . but what was all this to being driven into the vast Ocean, where to be sure, there was no Shore, no main Land, or Island, for a thousand Leagues at least (p. 139).

Significativamente não há sinais de tempestade, principal perigo que nas suas viagens anteriores ele tinha defrontado , nem lhe ocorre que alguma se possa verificar a qualquer momento: a morte que antevê resulta exclusivamente da sua solidão.

Para Crusoe a solidão é a realidade que começa onde o sonho acaba, mas não é o único aspecto dessa realidade. Aniquiladora do projecto individualista que a personagem comporta, a solidão é para ela apenas a face subjectiva da realidade; a sua face objectiva é o Outro, é a sociedade. Por isso, a primeira coisa que Crusoe faz quando regressa à ilha é constatar que a sua ordem não foi alterada durante a sua ausência: "and I reach'd my old Bower in the Evening, where I found every thing standing as I left it; for I always kept it in good Order, being, as I said before, my Country House" (p. 142).

Dir-se-ia que do mundo exterior Crusoe trouxe o medo da solidão e o fantasma do Outro. Depois de, exausto, adormecer , é acordado por uma voz que chama pelo seu nome: "at last I began to wake more perfectly, and was at first dreadfully frighted, and started up in the utmost Consternation" (p. 142). A solidão, que no exterior da ilha representa o risco, é no interior a única ba

---

66 Michael Seidel refere como significativo o possível jogo de sentidos entre "Island" e "I-land", ainda que dele Defoe não tivesse eventualmente qualquer consciência. Ver Michael Seidel, "Crusoe in Exile", pp. 370 e 374 n.. Laura Curtis vê neste episódio o momento extremo de um refluxo emocional de Crusoe (Laura A. Curtis, *The Elusive Daniel Defoe*, London, 1984, pp. 75-6).

se objectiva da segurança, e ao senti-la ameaçada Crusoe encara um novo perigo. De momento, porém, a ameaça não é ainda real. Ao descobrir que as palavras que ouve provêm do papagaio, e que são por isso a mera reprodução mecânica da sua própria voz, acaba por se sentir mais tranquilo, mas não sem que acuse a persistência no seu espírito do medo do Outro: "However, even though I knew it was the Parrot, and that indeed it could be no Body else, it was a good while before I could compose my self" (p. 143).

Com esta sequência Defoe estabelece assim os limites do mundo da sua personagem. Indivíduo isolado, idealmente substituído à sociedade, Crusoe encontra-se acossado simultaneamente pela solidão e pelo Outro, o que equivale a dizer que o lugar da sua existência é literalmente o não-lugar, *ou topos*, a utopia. Só aí, na impossível ausência simultânea da solidão e da sociedade, o individualismo pôde construir o mundo da sua realização plena.

A partir deste momento, uma vez conhecidos os seus limites, Crusoe voltar-se-á exclusivamente para a actividade no interior da ilha, abandonando quaisquer veleidades de transpor a sua acção para além do mundo que lhe está circunscrito: "my Thoughts being very much composed as to my Condition, and fully comforted in resigning my self to the Dispositions of Providence" (pp.143-4). Depois da euforia, a resignação: o relato que se segue, em que ele dá conta do seu aperfeiçoamento das várias técnicas (carpinteiro, oleiro, cesteiro, etc.), assim como dos resultados obtidos na domesticação e criação de animais, se por um lado se insere no processo, antes iniciado, de transformação e domínio do seu mundo, não possui já a grandiosidade emocional e estética que anteriormente transparecia da apresentação da sua actividade.

Esta mudança, que no plano da acção se caracteriza como uma passagem da descoberta à rotina, pode-se verificar na alteração do que Roman Ingarden designa por modos, ou modificações, do tempo apresentado[67].

---

[67] Roman Ingarden, *A Obra de Arte Literária* (3ª ed., 1965), trad. de Albin E. Beau, Maria da Conceição Puga e João F. Barrento, Lisboa, 1973, p. 264.

Ao relato que acaba de ser referido, em que Crusoe apresenta minuciosamente a sua tentativa de circum-navegar a ilha, a situação de risco de vida que dela decorre, e o episódio do papagaio , acontecimentos que ocorrem no início do sexto ano da estada, sucede-se um rápido resumo das suas actividades durante os quatro ou cinco anos que se seguem, de tal modo que, das cerca de sete páginas de texto que medeiam entre o início da viagem (" It was the sixth of *November*, in the sixth Year of my Reign, or my Captivity, which you please" - p. 137) e os acontecimentos do décimo primeiro ano ("But being now in the eleventh Year of my Residence" — p. 145), seis delas são ocupadas com aquele relato,que se refere a quatro ou cinco dias, enquanto todo o tempo restante é resumido em cerca de uma página.

Segundo Ingarden, a esta diferença entre a apresentação das fases do tempo "na sua individualidade" e a apresentação do tempo "na sua estrutura geral", correspondem dois tipos de modo narrativo: "dramático" e "informativo"[68] . Partindo desta distinção, poder-se-ia então dizer que, após o momento em que os limites da sua acção e do seu mundo são revelados a Crusoe, o relato da sua vida se torna predominantemente informativo. Embora tal não invalide, evidentemente, a ocorrência posterior de momentos de grande intensidade dramática, como será, por exemplo, o episódio da pegada, o facto é que não voltaremos a encontrar nenhuma situação que, como acontecera com a fabricação das vasilhas de barro ou do pão, seja apresentada "*na plenitude da sua totalidade concreta e em todo o seu decurso concreto*"[69] .

Apenas integrando um episódio relativamente longo (cerca de três páginas), que se refere à captura, domesticação e criação de cabras, e mesmo então num relato um tanto sincopado , do qual a pormenorização é mesmo, num dado momento, expressamente

---

[68] O que não significa, para Ingarden, que as perspectivas temporais esgotem a caracterização dos modos narrativos . Ver R. Ingarden, *A Obra de Arte Literária*, pp. 264-5.

[69] R. Ingarden, *A Obra de Arte Literária*, p. 264.

eliminada[70], a narrativa apressa-se, a partir de agora, no sentido do acontecimento que virá a alterar radicalmente a existência de Crusoe: a descoberta da pegada na praia.

Esta alteração do ritmo torna-se ainda mais evidente se fizermos o cômputo do tempo apresentado na globalidade da parte da narrativa que compreende a vida de Crusoe desde a sua chegada à ilha até ao aparecimento da pegada. Mesmo deixando de lado o relato anterior ao diário, parcialmente repetido neste, verificamos que aquele período de tempo se encontra distribuído do seguinte modo[71]:

6 anos	chegada à ilha (início do diário) → sonho = 9 meses = 17 páginas	(pp. 70-87)
	sonho → fim do 1º ano = 3 meses = 16 páginas	(pp. 87-103)
	1º ano → 2º ano = 9 páginas	(pp. 103-112)
	2º ano → 3º ano = aproximadamente 12 páginas	(pp.112-123)
	3º ano → 4º ano = " 5 "	(pp.123-128)
	4º ano → 6º ano = " 15 "	(pp.128-143)
9 anos	6º ano → 11º ano = " 2 "	(pp.143-145)[72]
	11º ano → pegada (15º ano) = 8 páginas	(pp.145-153)

Verifica-se assim que, enquanto cerca de 74 páginas são dedicadas à narração relativa aos seis primeiros anos, desde o início do diário até ao episódio em que Crusoe é acordado pelo pa

---

70 "However, I alter'd my Trap, and, *not to trouble you with Particulars*, going one Morning to see my Trap . . . " (p.145- sublinhado meu).

71 O número de páginas aqui apresentado, relativo à edição usada neste trabalho, não corresponde à edição original. Contudo, o importante reside nas proporções relativas dos vários segmentos da narrativa. Para uma eventual comparação, refira-se que o texto da edição original tem 364 páginas, enquanto o da edição aqui utilizada é de 306 páginas.

72 Na verdade, pode-se dizer que os anos intermédios deste período (o 7º, 8º, 9º e 10º) são mesmo passados em silêncio, já que estas duas páginas se referem predominantemente ao 6º e ao 11º anos.

pagaio, apenas umas escassas dez páginas cobrem os restantes nove anos do período que antecede o aparecimento da pegada. É pois, significativamente, após o momento em que Crusoe descobre os seus limites, ou, por outras palavras, após o momento em que a utopia se torna explícita, que se manifesta a modificação do tempo apresentado. Como que perdendo bruscamente a importância que antes justificava a sua apresentação plena, a acção da personagem é resumida, ou mesmo elidida: refluindo sobre si próprio, tornado consciente da sua fragilidade, o sonho tornou-se resignação. A grandiosidade da acção épica começa a dar lugar à vulgaridade rotineira do quotidiano.

À consciência dos limites da acção corresponde, na existência de Crusoe, uma sedentarização. Dedicando-se agora à domesticação e criação de gado, passa a viver uma rotina de cuja apresentação é saliente a pouca importância dada ao espírito inventivo que antes caracterizava a narrativa. A descoberta, por exemplo, dos processos de fabricação de manteiga e queijo, é resumida de modo contrastante com a apresentação de anteriores descobertas: "so I that had never milk'd a Cow, much less a Goat , or seen Butter or Cheese made, very readily and handily, tho' after a great many Essays and Miscarriages, made me both Butter and Cheese at last, and never wanted it afterwards" (p. 148) . Sobre esses "Essays and Miscarriages", sobre os processos encontrados para obter o que pretendia, e que antes teriam expressado, através da sua apresentação meticulosa, o prazer sentido por Crusoe na acção, já nada é dito. A actividade, de forma de expressão do sujeito no mundo, converte-se em simples meio de assegurar a subsistência.

Ao mesmo tempo que assim se começa a esbater o sentido da acção, assiste-se a uma degeneração do carácter épico da personagem, que faz com que a sua grandiosidade heróica seja substituída por uma futilidade de contornos herói-cómicos. É o que acontece com a sua afirmação de poder sobre os animais com que convive:

> It would have made a Stoick smile to have seen, me and my little Family sit down to Dinner; there was

> my Majesty the Prince and Lord of the whole Island; I had the Lives of all my Subjects at my absolute Command. I could hang, draw, give Liberty, and take it away, and no Rebels among all my Subjects (p. 148).

William Stein aponta este passo como instância das afirmações infantis de poder que caracterizariam o mundo de fantasia narcisista construído por Crusoe na ilha[73]. Penso que o seu erro consiste em generalizar a todo o período de estada na ilha esta situação particular, à qual, com efeito, os seus comentários parecem aplicáveis.

Na verdade, a discrepância que aqui se manifesta entre o modo como o poder de Crusoe é afirmado e o objecto desse poder, simples animais domésticos ou domesticados, para além de expressar o fantasismo detectado por Stein, corresponde ainda à distância entre linguagem e referente típica da forma herói-cómica. Como Pope, poucos anos antes, que apresentara a futilidade de um quotidiano aristocrático, desligado da realidade, sob a forma de situações e conflitos ridiculamente grandiosos, é agora a vez de Defoe apresentar, em termos análogos, outro quotidiano, que, situando-se socialmente nos antípodas daquele, é igualmente ridículo: o do sonho burguês da autonomia individual absoluta, reduzido aos limites da inanidade de um poder exercido fora da realidade social. O épico e o herói-cómico, o indivíduo substituído à sociedade e o indivíduo travestido de sociedade, são o mito e a realidade, as duas faces, do ideal individualista[74].

Afirmação do poder de Crusoe e da harmonia entre ele e o mundo em que vive, este passo expressa, simultaneamente, a distância que separa a pequenez desse poder e desse mundo da concepção grandiosa que deles tem a personagem. Rodeado por um papagaio que repete as palavras que ele lhe ensina, por um cão " who was

---

[73] William Stein, "Robinson Crusoe: The Trickster Tricked", p. 268.

[74] Não se trata aqui, como de resto não se trata na generalidade deste trabalho, de avaliar as intenções de Defoe, mas simplesmente de analisar e verificar a sua capacidade artística de representação do real.

now grown very old and crazy" (p. 148), e por dois gatos que mendigam os restos da sua comida, Crusoe faz destes animais figurantes da dupla representação da harmonia ("my little Family") e do poder ("allmy Subjects"), num simulacro da sociedade que está para além dos limites da sua acção.

Quando, de seguida, Crusoe faz o retrato da sua figura, a misantropia a que se encontra condenado atinge o paroxismo. Num quadro que prima pela anti-convencionalidade do vestuário e da apresentação, compraz-se narcisisticamente na sua panóplia, assim como nos seus longos bigodes "de estilo turco": "But had any one in *England* been to meet such a Man as I was, it must either have frighted them, or rais'd a great deal of Laughter; and as I frequently stood still to look at my self . . . " (p. 149). Com a área humana do seu conhecimento limitada a ele próprio, Crusoe cria de si uma imagem que lhe aparece simultaneamente assustadora e cómica, reunindo assim, na sua figura, as duas faces do ideal que representa.

As duas direcções em que vimos orientar-se o receio de Crusoe, o medo da morte no exterior, na solidão, e o medo do Outro no interior, passam agora a determinar, no essencial, a sua acção. Desde o momento da tentativa frustrada de circum-navegação o receio de ser arrastado para fora da ilha não mais desaparece. Embora o estudo das correntes o leve a concluir que lhe é possível trazer de volta o barco, que ficara do outro lado da ilha, acaba por renunciar ao projecto, tal é o terror que lhe provoca o ideia do perigo: "But when I began to think of putting it in Practice, I had such a Terror upon my Spirits at the Remembrance of the Danger I had been in, that I could not think of it again with any Patience" (p. 151). Embora use por vezes o barco, tem sempre o cuidado de não se afastar demasiadamente da praia: "no more hazardous Voyages would I go, nor scarce ever above a Stone's Cast or two from the Shore" (p. 153). Encerrado nos limites do seu mundo, mantém-se cuidadosamente no seu interior.

Por outro lado, é patente a necessidade que Crusoe sente de ocupar esse interior, multiplicando a sua presença pelos vários pontos da ilha. Como que numa tentativa de assegurar a pri-

vacidade total e o domínio completo do seu território, pensa em construir outra canoa, para poder ter uma em cada lado da ilha (p. 151), ao mesmo tempo que distribui as suas plantações ("You are to understand, that now I had, as I may call it, two Plantations in the Island" - p. 151). Preocupando-se com a ocupação territorial em função do que sente serem as suas necessidades presentes e futuras, Crusoe, como bom lockiano, procura ampliar o mais possível a sua propriedade, deste modo buscando a garantia ilusória da sua inviolabilidade[75].

Alargando e consolidando o poder sobre o seu mundo, a actividade de Crusoe encontra-se agora enquadrada pela resignação aceite e assumida. Com o episódio da tentativa de circum-navegação a hipótese de abandono da ilha é definitivamente eliminada, enquanto o antigo prazer na acção se vai esbatendo. Trata-se apenas de garantir a sobrevivência a longo prazo: "for I consider'd the keeping up a Breed of tame Creatures thus at my Hand, would be a living Magazine of Flesh, Milk, Butter and Cheese, for me as long as I liv'd in the Place, if it were to be forty Years" (p. 153). Uma vez verificada a irrevocabilidade da separação entre si e o mundo exterior, entre a sua utopia e a realidade, Crusoe prepara-se para passar o resto dos seus dias no isolamento da sua autonomia. É então que, abruptamente, surge o episódio da pegada: a realidade entra pela ilha dentro.

*

* *

O relato da descoberta de uma pegada na praia ocupa, a todos os títulos, o lugar central da narrativa. Na sua interpretação numerológica da obra, Douglas Brooks assinala a centralidade estatística (o autor designa-a por estrutural) do episódio, ao cha-

---

75 "As much as any one can make use of to any advantage of life before it spoils, so much he may by his labour fix a property in. Whatever is beyond this is more than his share, and belongs to others". John Locke, *Two Treatises of Government*, p. 131 (II, V, 31).

mar a atenção para que, na edição original, este se encontra nas páginas 181-2, num total de 364 [76] . Se esta localização, enquanto tomada em si própria, é irrelevante, é contudo um facto que, independentemente de constituir ou não uma operação intencional da parte de Defoe (e é muito difícil de admitir que o tenha constituído), ela adquire um carácter simbólico quando integrada no significado global do episódio que, de um modo geral, é considerado pelos críticos da obra como o grande ponto de viragem da narrativa.

Apenas introduzido por uma curta frase no fim do parágrafo anterior àquele em que é relatada ("But now I come to a new Scene of my Life" - p.153), a descoberta da pegada institui bruscamente a ruptura total do mundo individualista que Crusoe afanosamente construíra ao longo de quinze anos. Contudo, a brusquidão é apenas aparente, ou, se se preferir, ela apenas existe aos olhos da personagem. No plano da estruturação da narrativa pode-se dizer que a irrupção do Outro constitui, nesta altura,uma necessidade orgânica.

A partir do momento em que os limites do mundo de Crusoe se revelaram na sua exterioridade (os limites da ilha) e na sua interioridade (o fantasma do Outro), a harmonia, até então aparentemente estável, tornou-se periclitante. Desde então , vimos Crusoe assumir a rotina de uma existência parcelar, onde os arroubos heróicos que antes caracterizavam o seu poder criativo deram lugar a uma actividade quotidiana programada em função das necessidades a longo prazo: a caça deu lugar ao pastoreio, a descoberta à sua utilização técnica, enfim, a acção criativa deu lugar à rotina reprodutora. Incapaz de continuar a expansão do seu poder, Crusoe passou a assegurar apenas a sua manutenção, enquanto dava dele uma imagem desproporcionada , fantasista . Entre a afirmação do poder pela acção transformadora, como quando fabri-

---

[76] Douglas Brooks, *Number and Pattern in the Eighteenth - Century Novel*, London, 1973. Brooks considera que o carácter estrutural desta centralidade é sublinhado por elementos simbólicos (a hora do dia, a localização física da personagem, e outros), numa interpretação que, mais do que discutível, se me afigura dificilmente aceitável.

ca pela primeira vez pão ou vasilhas de barro, e a vangloriação retórica de um domínio absoluto sobre caes e gatos domésticos, vai, como vimos, a distância entre o grandioso e o banal, entre o épico e o herói-cómico (em inglês, apropriadamente, entre o "heroic" e o "mock-heroic").

Apesar, porém, desta transformação formal, operada pelos episódios, complementares um do outro, da tentativa de circum-navegação e do chamamento do papagaio, que objectivamente reduz a margem de acção e o mundo de Crusoe, a verdade é que os acontecimentos então vividos não têm, no plano da subjectividade da personagem, o impacto suficiente para provocar a ruptura interior, psicológica. Quando verifica que pode evitar o perigo deixando de se aventurar no mar, e que a voz que o assusta é apenas a do papagaio, Crusoe sente-se de novo seguro, sente a harmonia recuperada, sem assumir a consciência plena de que se encontra acossado pela realidade. No modo como persiste na manutenção da sua existência e do seu mundo, repetindo ao longo de anos os gestos uma vez inventados que lhe permitem sobreviver, Crusoe continua a manifestar na sua acção algo de heróico. Mas a sua heroicidade já não é a de Prometeu; quanto muito, é a de Sísifo.

Organicamente preparada e, portanto, esperada, a intromissão da realidade na vida de Crusoe constitui, para a sua consciência, um violento choque, do qual é expressão o modo como é apresentada, e que foi já referido como um dos maiores traços de mestre da narrativa inglesa[77]. Com a descoberta da pegada toda a ordem formal da narrativa sofre uma rápida transformação. Os limites do mundo de Crusoe, já anteriormente revelados, restringem-se agora drasticamente, ao mesmo tempo que o fio condutor da acção é totalmente reorientado. De um só golpe Defoe relança a narrativa num curso inteiramente novo, ainda que complementar daquele que aqui se encerra.

Na primeira reacção de Crusoe perante este acontecimento está bem expressa a profundidade do abalo por ele sentido: "It happen'd one Day about Noon going towards my Boat, I was exceed

---

[77] Irving Howe, "*Robinson Crusoe*: Epic of the Middle Class".p.54.

ingly surpriz'd with the Print of a Man's naked Foot on the Shore, which was very plain to be seen in the Sand: I stood like one Thunder-struck, or as if I had seen an Apparition" (p. 153). Nas duas imagens, magistralmente escolhidas, com que é figurado o efeito, na personagem, daquela descoberta, cabe toda a destruição de um mundo que tal efeito representa. Por um lado, trata-se da aniquilação violenta, fulminante, do sujeito: o duplo significado de "Thunder-struck", destruído e paralizado, dá conta de como Crusoe se sente eliminado, impotente perante aquele sinal da presença do Outro no seu mundo. A segunda imagem, por outro lado, é já psicologicamente posterior à primeira, figurando já não o efeito físico, imediato, mas a primeira tentativa da sua racionalização ("as if I had seen an Apparition"). O indício da presença de outro é encarado por Crusoe como uma manifestação de outro mundo, *do* outro mundo, necessariamente exterior ao que ele concebe como sendo o da sua existência única[78].

Após o primeiro impacto, é a desorientação e a perplexidade:

> I listen'd, I look'd round me, I could hear nothing, nor see any Thing, I went up to a rising Ground to look farther, I went up the Shore and down the Shore, but it was all one, I could see no other Impression but that one, I went to it again to see if there were any more, and to observe if it might not be my Fancy (pp. 153-4).

Com uma notável acuidade realista, é apresentada, gradativamente, a transformação espiritual de Crusoe. Estamos como que perante a

---

[78] Importa assinalar a crença de Defoe na possibilidade objectiva deste tipo de aparições, profusamente referida e "explicada" nas suas obras. Ver *Serious Reflections . . . of Robinson Crusoe. With his Vision of the Angelick World* (1720), *The Political History of the Devil* (1726), *A System of Magick* (1726) e *History and Reality of Apparitions* (1726). Existe um estudo aprofundado destas concepções de Defoe, da autoria de Rodney M. Baine: *Daniel Defoe and the Supernatural*, Athens, Georgia, 1968.

descrição de uma verificação experimental em biologia: a reacção animal à introdução no seu meio de um elemento de alta instabilidade que é simultaneamente imprevisto e incompreensível. Crusoe corre de um lado para o outro, procurando ver, ouvir, sentir alguma coisa, sem saber o que procura ou para que procura. De seguida é o terror pânico e a fuga:

> But after innumerable fluttering Thoughts, like a Man perfectly confus'd and out of my self, I came Home to my Fortification, not feeling, as we say, the Ground I went on, but terrify'd to the last Degree, looking behind me at every two or three Steps, mistaking every Bush and Tree,and fancying every Stump at a Distance to be a Man (p. 154).

Imaginando a presença do Outro em todos os lugares e a todo o momento, sente-se como um animal acossado, a sua segurança irremediavelmente perdida.

Nestas reacções de Crusoe, assim como nas que se lhe seguem, desenha-se um comportamento que passa a ser exclusivamente determinado pelo medo. Como diz Pierre Nordon, a narrativa apresenta-nos "uma verdadeira fenomenologia do medo"[79]. Desde logo,a redução drástica do espaço de acção surge como a primeira consequência, transformando-se a sua habitação numa espécie de último reduto: "When I came to my Castle, for so I think I call'd it ever after this, I fled into it like one pursued" (p. 154). Imaginando a ilha ocupada agora pela realidade exterior, transformada num campo inimigo, Crusoe sente-se sitiado. O antigo domínio, a har-

---

[79] "Quant au morceau d'anthologie constitué par l'épisode de la découverte de l'empreinte d'un pied nu sur la plage, les indications narratives et parfois scéniques qu'il contient en font une véritable phénoménologie de la peur". Pierre Nordon, Robinson Crusoe, *unité et contradictions*, p. 10. O modo como neste momento Defoe suspende o curso narrativo para dar conta da complexidade da experiência da personagem é apontado por Maximillian Novak como uma importante inovação formal na tradição da ficção inglesa. Ver M. Novak, "Some Notes Toward a History of Fictional Forms: From Aphra Behn to Daniel Defoe", *Novel*, 6 (1973), pp. 120-33.

monia com o mundo, que era apenas possível na base do seu estatuto de indivíduo único, desapareceu. No seu lugar reinstalou-se o conflito.

Sinal evidente do retorno do conflito é igualmente a transformação que se verifica no relacionamento de Crusoe com Deus. Também aqui a anterior harmonia se dissipa: "Thus my Fear banish'd all my religious Hope; all that former Confidence in God which was founded upon such wonderful Experience as I had had of his Goodness, now vanished" (p. 156). Desaparecido o acordo entre o sujeito e o mundo, desaparece a forma que, dentro das estruturas mentais da personagem, esse acordo assumia. A confiança em Deus, manifestação, na consciência de Crusoe, da confiança em si próprio, sucumbe ao abalo que o individualismo absoluto sofre nos seus próprios fundamentos. Em seu lugar surge a forma como já anteriormente Crusoe se representara a situação de desequilíbrio entre ele e o mundo: a consciência do pecado ("I consider'd . . . that it was my Part to submit to bear his Indignation, because I had sinn'd against him" - pp. 156-7)[80].

O retorno do conflito não significa, contudo, um regresso à situação original. Só aparentemente circular, o curso da narrativa, através dos seus momentos de ruptura e de viragem, é rigorosamente linear, dir-se-ia que teleologicamente determinado pela afirmação do poder supremo do indivíduo. No seu percurso, os momentos críticos da existência de Crusoe são comparáveis a crises de crescimento das quais ele sai dotado de novas formas de acção e de domínio. O conflito inicial, que opunha a vontade de afirmação do indivíduo a um mundo estratificado e ordenado por valores transindividuais, corresponde a uma fase definitivamente ultrapassada. Crusoe não se voltará a defrontar com a vontade do

---

[80] Penso que a discussão dos significados religiosos que a consciência do pecado pode assumir na orgânica da narrativa corre o risco de se tornar especulativa. Nas estruturas mentais subjacentes à obra, formadas dentro da tradição puritana, qualquer tipo de desequilíbrio entre o sujeito e o mundo assume sempre a forma de consciência do pecado, por oposição à harmonia perfeita anterior à Queda.

pai: quando, como veremos mais tarde, vier a lamentar a sua recusa original, o seu gesto terá apenas um carácter simbólico.

O conflito, agora, é de natureza diferente do anterior. Latente nas últimas páginas que antecedem o ponto de viragem, a oposição posta a descoberto pelo episódio da pegada não é já entre duas visões do mundo antagónicas, mas entre dois planos de representação da mesma visão: a utopia e a realidade. A partir deste momento, a figuração utópica do ideal individualista, cujas estruturas mentais se elaboram a partir do primeiro sonho, defronta-se com a realidade social, com a necessidade de coexistência com o Outro, com a existência real de outros indivíduos. Como Crusoe virá a concluir mais tarde, apenas no plano da sua subjectividade ele fora o único indivíduo existente na ilha. Na realidade, ele nunca estivera só:

> not that I did not believe the Savages had frequented the Island even all the while, and might have been several Hundreds of them at Times on Shore there; but I had never known it, and was incapable of any Apprehensions about it; my Satisfaction was perfect, though my Danger was the same (p. 196).

A última destas frases resume bem os dois planos em que a narrativa se constrói, e que são a partir de agora postos em contacto, originando o novo conflito. Dir-se-ia que na sua mesa de experiências Defoe introduziu o individualismo de Crusoe num tubo de ensaio, onde, em condições ideais, num meio "bacteriologicamente puro", lhe foi possível estudar, ao longo de quinze anos, o seu desenvolvimento e formação plena. Depois, resolveu repo-lo no seu meio natural, para ver como ele reagia e se adaptava. E, como veremos, não se adaptou mal.

*

* *

Na sequência da primeira tentativa de racionalização daquele acontecimento inesperado, na qual o comparava a uma apari-

ção de outro mundo, Crusoe começa por considerar a hipótese de a pegada ter sido feita pelo diabo. Isto é, tenta integrar a estranheza do acontecimento dentro dos seus esquemas mentais de modo a que a coerência do seu mundo possa ser restabelecida. Importa, a este propósito, assinalar que, como já anteriormente referi, a intromissão de aparições ou do próprio diabo na vida dos homens constitui, na crença de Defoe, uma possibilidade real. Para Crusoe, nas condições em que julga encontrar-se, essa possibilidade é ainda mais real do que a da intromissão de outro indivíduo: "Sometimes I fancy'd it must be the Devil; and Reason joyn'd in with me upon this Supposition: For how should any other Thing in human Shape come into the Place? . . . And how was it possible a Man should come there?" (p. 154). Contudo, após reflexão, acaba por concluir pela improbabilidade da hipótese: " [the Devil] would never have been so simple to leave a Mark in a Place where it was Ten Thousand to one whether I should ever see it or not, and in the Sand too, which the first Surge of the Sea upon a high Wind would have defac'd entirely" (p. 155). É erróneo ver aqui qualquer ponta de ironia da parte de Defoe na atribuição deste raciocínio à sua personagem. Em *The Political History of the Devil* Defoe acentua que uma das características do diabo consiste precisamente em não ser dotado da faculdade de presciência, ao contrário do que, segundo ele, era acreditado em certas tradições populares. É pois à luz desta crença do autor que devemos avaliar o seu rigor realista na apresentação do cálculo probabilístico da personagem.

Só quando elimina, por improvável, a hipótese de se tratar do diabo, é que Crusoe chega à hipótese verdadeira, a qual, significativamente, lhe aparece mais perigosa do que a anterior: "And I presently concluded then, that it must be some more dangerous Creature, (*viz.*) That it must be some of the Savages of the main Land" (p. 155). Se se tratasse do diabo, o mundo abalado poder-se-ia recompor — para Defoe as intromissões exteriores do demónio são relativamente inofensivas, sendo perigosa apenas a sua acção interior, através das paixões. Mas ao concluir que a pegada é humana, surgindo-lhe desde logo o homem sob a forma de perigoso selvagem, sente que a sua existência corre um risco re-

al: os selvagens virão devorá-lo ou, destruindo-lhe os haveres, fá-lo-ão morrer à fome (p. 155).

Mais tarde encarará ainda como última esperança a hipótese de a pegada ser sua. Quando esta extrema tentativa de anulação do sinal do Outro sai gorada convence-se definitivamente de que a sua existência única não passa de uma ficção: "so that I shook with cold, like one in an Ague: And I went Home again, fill'd with the Belief that some Man or Men had been on Shore there; or in short, that the Island was inhabited" (p. 159).

Com a certeza, finalmente assumida, de que a ilha é habitada por outros homens, e passados os primeiros momentos de pânico, Crusoe inicia uma nova fase da sua existência. Nas palavras de David Blewett, a pegada "abre o movimento da segunda metade do romance, que consiste na história do regresso de Crusoe ao mundo"[81]. Este "regresso ao mundo", ou à realidade, implicará, como antes referi, uma total reorientação da actividade da personagem.

Inicialmente, Crusoe pensa em apagar todos os vestígios da sua presença: "The first Thing I propos'd to my self, was, to throw down my Enclosures, and turn all my tame Cattle wild into the Woods, that the Enemy might not find them . . . Then to the simple Thing of Digging up my two Corn Fields . . . then to demolish my Bower, and Tent . . . " (p. 159). Isto é, a primeira ideia que lhe ocorre sobre o modo de orientar a sua actividade consiste na pura e simples destruição do seu mundo. Aqui, como de resto na generalidade da obra, importa não perder de vista o duplo plano em que a narrativa se constrói, ou, se se preferir, em que pode ser lida: a psicologia da personagem e a visão do mundo que ela representa e que a sustém. No primeiro destes planos, a reacção de Crusoe, motivada pelo medo, obedece à lógica da verosimilhança que Defoe impõe à obra, e que lhe permite construir uma per-

---

81 "[The dramatic appearance of 'the Print of a Man's naked Foot on the Shore'] opens the movement of the second half of the novel, the story of Crusoe's return to the world". David Blewett, *Defoe's Art of Fiction*, p. 39. Com rigor, o que aqui se inicia não é a segunda parte do romance mas a segunda parte do período da ilha.

sonagem psicologicamente sustentável e particularizada: a eliminação dos sinais que pudessem denunciar a sua presença é a reacção natural de Crusoe, determinada pela necessidade de se ocultar. Como acontece, por regra, no plano das consciências individuais quando comparadas com a conexão interna das visões do mundo, o grau de coerência psicológica de Crusoe é pouco elevado: no afã de encontrar meios de se ocultar propõe-se levar a cabo a mesma destruição dos seus haveres que pouco antes temera que os selvagens realizassem.

No plano, porém, da coerência formal da obra, da qual os conteúdos, psicológicos ou outros, são o suporte verosímil[82], o contributo de significação deste episódio adquire outra dimensão. Perante a conquista da ilha pela realidade a ocultação de Crusoe assume o carácter de uma última salvaguarda da utopia, à qual é necessário sacrificar as suas próprias realizações. A destruição de todos os produtos da sua actividade susceptíveis de serem marcas visíveis da sua existência permitiria a Crusoe, numa retracção do ideal que representa para o interior de si próprio, sobreviver. A sobrevivência como eremita, tal era, nesta perspectiva, o que restava à utopia.

A atitude eremita seria, porém, a negação da própria natureza de Crusoe. Desde o início definido como impulso para a acção, como vontade de transformação e de subjugação do mundo, a hipótese do recolhimento em si próprio como meio de escapar à realidade apenas pode ter uma função retórica que ao seu olhar retrospectivo assume um carácter ridículo: "O what ridiculous Resolution Men take, when possess'd with Fear! It deprives them of the Use of those Means which Reason offers for their Relief" (p.159). De resto, também aqui as palavras de Crusoe expressam a opinião de Defoe, que nas *Serious Reflections . . . of Robinson Crusoe* virá a reprovar a atitude eremita e monástica como meio de atingir o

---

82 Claro que esta asserção é válida apenas para este caso, no qual a verosimilhança dos conteúdos é assumida pela obra (pelo autor) como convenção que lhe determina os limites. Uma obra pode porém ser formalmente coerente assentando em conteúdos inverosímeis.

equilíbrio interior que designa por solidão[83].

A alternativa à fuga, ao recolhimento no interior de si próprio, encontra-a Crusoe na afirmação de poder. Só que agora não se trata já do poder utópico, ilimitado, pacificamente consentido por uma natureza que parecia não ter outra função do que a de ser moldada pela vontade do indivíduo. Quando Crusoe opta por reforçar as suas defesas ("I resolv'd to draw me a second Fortification" - p. 161) dá início a um novo processo de afirmação do poder: no mundo real, a autonomia individualista só pode sobreviver construindo em torno de si um reduto onde se possa defender dos outros e de onde os possa atacar. O "estado natural" do mundo individualista não é o paraíso do Génesis, mas o estado de guerra do *Leviathan* — "the condition of Man . . . is a condition of Warre of every one against every one; in which case every one is governed by his own Reason"[84]: este o ensinamento que Crusoe começa a aprender.

"Governado pela sua própria razão" ("upon the utmost Debate with my self" - p. 160),Crusoe retoma o seu percurso. Durante anos vivera o sonho do poder, numa revelação da autonomia absoluta; tratar-se-á agora de a adaptar, transpondo o sonho para a realidade. Nos dois anos que se seguem à descoberta da pegada, além de prover ao reforço da sua defesa, ocupar-se-á na construção de uma cerca para o gado num local mais afastado e escondido, procurando assim garantir os meios da sua sobrevivência perante o que designa como "the constant Snare of *the Fear of Man*" (p. 163). Só então encontra novos indícios da presença de outros na ilha: os restos do festim canibal.

Desta vez as marcas humanas encontradas por Crusoe não têm já a mera neutralidade da primeira. A pegada apenas anunciara a presença de outrem na ilha; os restos humanos denunciam a sua natureza. Ao mesmo tempo que gradua o processo que levará ao apa

---

[83] Embora o texto de *Serious Reflections* . . .seja atribuído a Robinson Crusoe, este nome tem aqui como que uma função de psèudónimo de Daniel Defoe, sendo muito ténue a ligação com a personagem de *The Life and Adventures* . . ..

[84] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 67 (I. XIV).

recimento efectivo dos selvagens, este episódio constitui uma etapa na nova fase de aprendizagem de Crusoe, em que uma instância da sociedade como "estado de guerra" se lhe revela em toda a sua crueza. Por outro lado, ao desvendar assim a Crusoe uma realidade em que os indivíduos se destroem uns aos outros, este momento acentua uma linha temática que se torna conspícua na narrativa ao longo de toda a segunda parte da estada na ilha: a morte.

O medo da morte, manifestado sobretudo sob a forma de medo de ser devorado, é um tema reiterado ao longo da narrativa, particularmente a partir do episódio em que, escapado à escravatura, Crusoe navega ao longo da costa de África. A recorrência de situações e imagens em que a antropofagia ocupa um lugar central foi já assinalada como elemento estrutural da obra por Frank Ellis, e, na sequência deste, analisada por Everett Zimmerman como determinante da acção da personagem[85] . Sintomaticamente, porém,nenhum destes autores aponta qualquer ocorrência do tema durante o período que decorre entre o primeiro sonho e a pegada.Com efeito, só após este último acontecimento o tema é retomado, com uma relevância que não mais se perderá até ao fim da narrativa.

Aliada à presença do Outro, a presença da morte torna-se constante a partir do momento da descoberta da pegada , como elemento integrante da realidade com que Crusoe se confronta . O indício do Outro assumira, desde logo, a dimensão de um sinal que fizera Crusoe temer pela sua vida; quando, agora, a sua natureza se revela, fá-lo como um meio de morte e destruição, cujos resultados horrorizam Crusoe: "nor is it possible for me to express the Horror of my Mind, at seeing the Shore spread with Skulls, Hands, Feet, and other Bones of humane Bodies" (pp. 164-5).

A realidade da morte aparece assim como um enquadramento da utopia. Acentuada durante a doença que precede o primeiro sonho, ela é como que anulada pela viragem que então ocorre, e que é operada pelo que se designou por "morte simbólica" de Crusoe.

---

[85] Frank Ellis, *Twentieth Century Interpretations of* Robinson Crusoe, Introduction, pp. 12-13; Everett Zimmerman, *Defoe and the Novel*, pp. 31-2.

A partir daí a morte desaparece das suas perspectivas, para só aflorar, momentaneamente, aquando do episódio que prepara os acontecimentos posteriores à pegada: a tentativa frustrada de circum-navegação da ilha. Primeira experiência dos limites da utopia, a morte é então o aspecto marcante da realidade que rodeia a ilha. Quando, finalmente, a realidade penetra no mundo de Crusoe, a morte vem com ela, como seu cerne e seu símbolo: a luta de Crusoe pelo domínio da realidade será também uma luta pelo domínio da morte.

*
* *

Comparada com a utopia, a realidade tem sempre um carácter degradado. Aos olhos de Crusoe, formados na contemplação (e na realização) do ideal, a natureza humana que agora lhe é revelada aparece como uma bestialidade extrema e horrível: "All my Apprehensions were bury'd in the Thoughts of such a Pitch of inhuman, hellish Brutality, and the Horror of the Degeneracy of Humane Nature" (p. 165). Porém, é essa a realidade que ele tem de dominar, e este segundo contacto permite-lhe avançar nesse domínio. Como já antes foi referido, para Crusoe, isto é, para a visão do mundo que ele representa, conhecer é dominar. Passando a conhecer a natureza e os hábitos dos selvagens, sente-se mais seguro: "I went Home to my Castle, and began to be much easier now, as to the Safety of my Circumstances, than ever I was before; for I observ'd . . . " (p. 165).

Ao mesmo tempo, e numa preparação da futura relação com Friday, Crusoe assinala desde já a sua superioridade civilizacional sobre os selvagens: " [I] gave God Thanks that had cast my first Lot in a Part of the World, where I was distinguish'd from such dreadful Creatures as these" (p. 165). Indissoluvelmente ligado ao sentimento de supremacia racial e civilizacional do homem europeu, o pensamento burguês ocidental faz assentar o seu poder sobre outros povos nessa ideia de superioridade, como se de um direito natural se tratasse. Ao agradecer a Deus a diferença

que o separa dos selvagens, Crusoe atribui já o seu futuro domínio a uma instituição divina[86].

Depois deste contacto, verificado dois anos após a descoberta da pegada, passar-se-ão ainda mais seis anos até que a presença dos selvagens volte a ser assinalada. Ao longo desse período uma nova relação entre o sujeito e o mundo se irá desenvolvendo, uma nova estabilidade se irá desenhando, à medida que Crusoe for adquirindo os novos meios, quer físicos quer conceptuais, que lhe permitirão obter e consolidar o domínio sobre a realidade. Assiste-se deste modo a uma fase de transição gradual em que a adaptação de Crusoe ao mundo real vai aumentando proporcionalmente a, e em contraste com, o esbatimento do mundo utópico. E.M.W.Tillyard, que classificou este retardamento dos momentos de viragem como "outro grande traço da arte de Defoe", formulou com acuidade o seu efeito: "É como se o estado de reflexão que a ilha acabou por significar fosse tão profundo que não pode ser perturbado e abandonado demasiadamente depressa"[87].

Durante mais dois anos Crusoe mantém-se ainda dentro dos territórios restritos onde a sua acção e o seu poder se exerce de forma imediata, e que ele designa por "my own Circle": "When I say my own Circle I mean by it, my three Plantations, *viz.* my Castle, my Country Seat, which I call'd my Bower, and my Enclosure in the Woods" (p. 166). Com a ilha transformada em território hostil, virtualmente ocupada por outros, Crusoe sente que se pode mover à vontade apenas nos espaços que ele fez seus, arrancando-os, pela sua actividade transformadora, ao estado natural: trata-se, enfim, da ilustração plena do direito de propriedade lockiano. Só quando se começa a sentir seguro nesses espaços ("I began to live just in the same compos'd Manner as before; only with this Difference, that I used more Caution" - p. 166) é que

---

86 A superioridade civilizacional do europeu (e, por vezes, do inglês entre os europeus) é frequentemente assinalada por Defoe. Ver, p. ex., *The Farther Adventures of Robinson Crusoe* (1719).

87 "It is as if the mood of reflection the island has come to signify is so profound that it must not be disturbed and abandoned too quickly". E. M. W. Tillyard, *The Epic Strain in the English Novel*, p. 39.

resolve aventurar-se no exterior. Mas, ao recomeçar a percorrer a ilha, fá-lo agora numa postura guerreira, como que numa incursão em território inimigo: "so that I was now a most formidable Fellow to look at, when I went abroad, if you add to the former Description of my self, the Particular of two Pistols, and a great broad Sword, hanging at my Side in a Belt, but without a Scabbard" (p.167). A arma de fogo, meio pelo qual em situações anteriores (nas costas de África e no início da estada na ilha) Crusoe afirmara o seu poder, retoma aqui toda a sua força simbólica.

Paralelamente ao aparecimento destes primeiros sinais de uma nova forma de poder, o poder sobre os outros que nasce de uma nova confiança em si próprio, começam a manifestar-se os sintomas da perda do antigo poder, o poder sobre as coisas que nascia da harmonia com o mundo: "so indeed I thought that the Frights I had been in about these Savage Wretches, and the Concern I had been in for my own Preservation, had taken off the Edge of my Invention for my own Conveniences" (p. 167). Segue-se o relato da tentativa fracassada de fabricação de cerveja. Embora para obter o que pretendia Crusoe precisasse de um conjunto de meios materiais de que, de momento, não dispunha, acaba contudo por confessar que a verdadeira razão do fracasso é outra:

> and yet all these Things, notwithstanding, I verily believe, had not these Things interven'd, I mean the Frights and Terrors I was in about the Savages, I had undertaken it, and perhaps brought it to pass too; for I seldom gave any Thing over without accomplishing it, when I once had it in my Head enough to begin it (p.168).

Este acontecimento é tanto mais importante quanto é, em toda a história da actividade transformadora de Crusoe, o primeiro fracasso motivado por razões subjectivas. A única vez em que, anteriormente, tínhamos visto a sua acção falhar o objectivo proposto verificara-se aquando da sua tentativa de transportar para a água o barco que tinha feito a partir de um tronco de árvore. Então, o fracasso devera-se a razões especificamente objectivas, quer no conteúdo quer na forma: a falta de força suficiente para,

sozinho, transportar o barco, expressara os limites da actividade individual que, sendo plenamente poderosa no espaço da ilha, se manifestava impotente para transpor para a realidade exterior a autonomia ideal então representada por Crusoe. Mas desta vez a situação é diferente, e denota a ruptura radical que agora se instaurou entre o sujeito e o mundo. O medo do Outro, e a orientação da acção no sentido de superar esse medo, dominando o Outro, cavou um fosso entre Crusoe e a sua realização nas coisas: o domínio social é poder, mas não é realização do sujeito no mundo.

Que o seu poder se orienta agora em sentido completamente diferente, mostra-o Crusoe na frase que imediatamente se segue àquela confissão: "But my Invention now run quite another Way; for Night and Day, I could think of nothing but how I might destroy some of these Monsters in their cruel bloody Entertainment" (p. 168). A afirmação de poder social é aqui ainda incipiente — só mais tarde Crusoe aprenderá que a destruição dos outros apenas interessa na medida em que produza aquisição ou manutenção de poder. Contudo, ela é já significativa do novo rumo que tomam as suas aspirações e, consequentemente, as suas acções, as quais já não se dirigem para a produção da sua própria existência mas para o domínio sobre as existências dos outros. E porque a dominação social pressupõe a cisão ontológica fundamental pela qual, separando-se e opondo-se aos outros, o homem se separa de, e opõe a, si próprio, ela não pode coexistir com a realização plena do homem no mundo. Por outras palavras, o mundo romanesco não pode coexistir com o mundo épico: Crusoe começa a representar agora uma parte real de uma sociedade real, ao mesmo tempo que deixa de ser uma idealização utópica de toda a sociedade.

Poder-se-ia, aparentemente, argumentar que, *nas condições em que se encontra*, Crusoe apenas pode preservar a sua existência destruindo ou dominando os outros. Seria esse naturalmente o argumento de Crusoe, ou, noutro plano, do próprio Defoe. Mas, aí, o problema já é outro, e diz respeito à própria base epistemológica da visão do mundo que sustenta a obra. As condições em que Crusoe se encontra são já determinadas pela ideia que o individualismo forma do mundo, são mesmo a sua própria representação.

Um mundo onde cada indivíduo tem de lutar contra os outros para sobreviver, o "estado de guerra" de Hobbes, corresponde ao modo como as estruturas mentais da burguesia individualista apreendem a realidade social, subordinando-a às suas categorias de igualdade, necessidade, liberdade e contrato. Dentro desse quadro epistemológico, a reacção de Crusoe à presença do Outro, e a sua vontade de domínio, são, na situação dada, as respostas adequadas e lógicas. O que de dentro dele não pode ser visto é que é afinal a vontade, aliás necessidade histórica, de domínio, que cria essa situação.

A relevância que, integrado neste contexto, adquire o fracasso da acção transformadora de Crusoe, possibilita o contraste com os projectos de destruição dos selvagens, minuciosamente apresentados nas páginas seguintes. Também aqui o paralelismo é significativo: à narração pormenorizada das acções transformadoras nas quais se expressava a realização do sujeito no mundo que produzia sucede-se agora a deslocação do pormenor para a apresentação de projectos de extermínio, alguns dos quais não passam sequer além da imaginação, enquanto aqueles cuja realização é iniciada não chegam a atingir a sua finalidade: "After I had thus laid the Scheme of my Design, and in my Imagination put it in Practice. . . " (p. 170). Mas mesmo assim a pormenorização é drasticamente diminuta, quando comparada com a intensidade da vida interior que por algum tempo domina a existência de Crusoe: "It would take up a larger Volume than this whole Work is intended to be, to set down all the Contrivances I hatch'd, or rather brooded upon in my Thought, for the destroying these Creatures, or at least frighting them" (p. 168). Em contrapartida, no meio das aspirações de domínio e das reflexões que elas motivam, a ideia da antiga acção criadora começa a ganhar foros de nostalgia:

> I believe the Reader of this will not think strange, if I confess that these Anxieties, these constant Dangers I liv'd in, and the Concern that was now upon me, put an End to all Invention, and to all the Contrivances that I had laid for my future Accommodations and Conveniencies (p.176).

Neste refluxo para o interior que agora caracteriza a vida de Crusoe formam-se algumas das categorias mentais que possibilitam e determinam a sua futura acção. A atribuição de um carácter degradado à natureza humana que encontra nos selvagens, já por si um elemento definidor da nova forma da ideologia do poder que nele se começa a desenvolver, é prolongada em reflexões sobre se tem ou não algum direito de os atacar. Numa curiosa e significativa mistura de diferentes perspectivas sobre a natureza humana e o direito, que em certos casos se digladiam no espaço cultural inglês de fins do séc. XVII, vemos suceder-se, a uma representação da sociedade de contornos hobbesianos, a defesa de um pluralismo cultural e de um espírito de tolerância que pode mesmo ser classificado de ultra-lockiano[88].

Após ter considerado maduramente várias hipóteses de extermínio dos selvagens, Crusoe interroga-se sobre o direito que tem para levar a cabo tais projectos, acabando por concluir pela negativa: "When I had consider'd this a little, it follow'd necessarily, that I was certainly in the Wrong in it, that these People were not Murtherers in the Sense that I had before condemn'd them, in my Thoughts" (p. 171). Os actos que eles praticam, argumenta Crusoe, não são aos seus olhos criminosos, pelo que, enquanto não interferirem directamente com a sua segurança pessoal, ele não tem o direito de os castigar. "How do I know what God himself judges in this particular Case?" (p. 171): desta pergunta, cujo suporte, a inescrutabilidade da vontade divina, é tipicamente calvinista, como o é a justificação do estado selvagem pela ignorância da religião ("They do not know it be an Offence, and then commit it in Defiance of Divine Justice, as we do in almost all the Sins we commit" - p. 171), Crusoe acaba por chegar a uma conclusão onde o pluralismo moral e a sua dissociação da religião não seriam indignos do cepticismo de Pierre Bayle. Quando despojadas

---

[88] Com efeito, Crusoe interpreta com rigor a letra do texto de Locke, levando às últimas consequências as restrições postas por este ao direito de matar. Cf. J. Locke, *Two Treatises of Government*, pp. 125-7 (II, III — "Of the State of War").

das suas precisões conceptuais e figuradas no plano totalizante do vivido, as representações burguesas do mundo não são afinal tão diferentes como parecem.

É, de resto, o autor que mais aprofundadamente estudou as várias influências teóricas manifestadas na obra de Defoe, quem em *Defoe and the Nature of Man*, declara que " a 'natureza' de Defoe é uma mistura confusa de puritanismo tradicional, do racionalismo das Boyle Lectures, e das ideias de Thomas Burnet" e, noutro passo: "não surpreende encontrar no homem político de Defoe um cruzamento do lobo de Hobbes e da ovelha de Cumberland"[89].

E assinalar em Defoe a influência de Richard Cumberland equivale a inseri-lo na tradição democrática da moral e do direito de Hugo Grócio e de Samuel Pufendorf, sendo este último quem, reagindo contra a ortodoxia calvinista, formula as teorias do direito natural e da moral social resumidas na ideia de benevolência de Cumberland: "Todas as leis naturais se reduzem a estas: deve-se ter benevolência com todos os seres racionais..."[90]. Este espaço mental de abertura e tolerância elaborado pelo séc. XVII (do qual ainda os "Platonistas de Cambridge", com a sua defesa da liberdade necessária à responsabilidade moral do indivíduo, são também uma expressão), que de algum modo será posteriormente reduzido às categorias económicas do liberalismo, é continuado nos inícios do séc. XVIII na filosofia da moral de Shaftesbury e ecoado por Pope em *An Essay on Man*:

> Self-love thus push'd to social, to divine,
> Gives thee to make thy neighbour's blessing thine.
> Is this too little for the boundless heart?
> Extend it, let thy enemies have part:
> Grasp the whole worlds of Reason, Life, and Sense,

---

89 "Defoe's 'nature' is a hodge-podge of traditional puritanism, the rationalism of the Boyle Lectures, and the ideas of Thomas Burnet"; "it is not surprizing to find in Defoe's political man a cross between Hobbes's wolf and Cumberland's sheep". M. Novak, *Defoe and the Nature of Man*, pp. 7 e 14-15.

90 Richard Cumberland, citado por Paul Hazard, *Crise da Consciência Europeia*, p. 213.

> In one close system of Benevolence:
> Happier as kinder, in whate'er degree,
> And height of Bliss but height of Charity[91] .

Contrabalançada e orientada pela sociabilidade e pela moral, a ideia de "self-love" perde assim as suas ressonâncias hobbesianas.

Se Defoe é um herdeiro directo do "establishment" de 1688 não admira, na verdade, que na sua obra confluam as duas linhas histórico-culturais que moldaram o espírito da *Glorious Revolution*: o individualismo revolucionário de meados do século, em termos religiosos da tradição calvinista, e o mais moderno espírito de tolerância, latitudinário em religião, democrático em política, pluralista em moral[92] . Desta confluência, que só na aparência pode ser estranha, pois na realidade mais não é do que uma síntese operada sobre as várias expressões ideológicas assumidas pela burguesia em diferentes momentos e, nalguns casos, em diferentes planos sociais, sai Robinson Crusoe, a personagem de Defoe que melhor resume, como que a coroando, a caminhada histórica desta classe em direcção ao poder.

A expressão em Crusoe do pluralismo moral como ponto de chegada da sua reflexão não fica no mero plano abstracto de um princípio de não-ingerência. O âmbito do seu pensamento é, por excelência, a esfera do concreto. E, para Crusoe, o concreto é ele, isto é, as suas necessidades e os seus interesses. Daí que a validade do princípio moral tenha de ser testada pelo interesse político: "On the other hand, I argu'd with my self, That this really

---

91 Alexander Pope, *An Essay on Man*, IV, vv. 353-60.

92 Pelo conceito de "pluralismo" pretende-se referir aqui uma concepção na qual uma pluralidade e variabilidade de valores e de convenções se articula com uma singularidade e imutabilidade da natureza humana. Para a diferenciação teórica e histórica entre este conceito e o de "relativismo" veja-se a comunicação apresentada por Isaiah Berlin ao 5º Congresso Internacional sobre o Iluminismo (1979), publicada sob o título "Note on Alleged Relativism in Eighteenth Century European Thought", em *The British Journal for Eighteenth Century Studies*, 3 (1980), pp. 89-106.

was the way not to deliver my self, but entirely to ruin and destroy my self" (p. 172). Quando conclui que o princípio se adequa às conveniências, pode finalmente tomar uma resolução final: "Upon the whole I concluded, That neither in Principle or in Policy, I ought one way or other to concern my self in this Affair" (p. 172).

A instrumentalização dos sistemas de valores em função da estratégia do poder, eis o que Crusoe aprende com esta nova situação — os processos mentais que a tal o levam constituem quase uma confissão ingénua. Com toda a limpidez, os mecanismos de elaboração da ideologia actuam no espírito de Crusoe, permitindo que, do exterior, se vejam as engrenagens que o interior encerra. Para Crusoe, a cadeia dos seus raciocínios é evidentemente natural e lógica. A elaboração do sistema é sua, como são seus os interesses que determinam a adequabilidade daquele: a coerência entre um e outros decorre de uma necessidade epistemológica. Mas o discurso é a ratoeira da ideologia, e essa coerência, nele fixada, revela a natureza e a localização histórica da sua lógica.

Os dois momentos que aqui se diferenciam no raciocínio de Crusoe correspondem às duas faces de uma mesma realidade: a teoria e a prática constituem a unidade da acção. Se o contexto cultural em que a obra surge nos permite, como vimos atrás, determinar a origem do sistema de valores adoptado por Crusoe e encontrar uma racionalidade histórica para tal adopção, este resultado, só por si, não explica o significado orgânico do posicionamento teórico da personagem, tanto mais que, em situações diferentes, ela adoptará outras perspectivas. Apenas entendendo a posição teórica de Crusoe em função da situação concreta em que ele se encontra e das necessidades práticas que dela decorrem se pode explicar cabalmente o significado que, neste momento, assume o seu pluralismo moral.

Com efeito, passado o período de instabilidade total que se segue à descoberta da pegada, o percurso de Crusoe orienta-se no sentido de uma progressiva aquisição de domínio sobre a realidade. Ao concluir, após a descoberta dos restos do festim canibal, que a acção dos outros não interfere directamente com a

sua existência, passa a sentir-se mais seguro, ao mesmo tempo que começa a arquitectar projectos para a destruição dos selvagens. Mas agora, quando reflecte sobre as circunstâncias em que se encontra, acaba por concluir que o ataque aos selvagens é um acto gratuito que põe em risco a sua própria vida: é esta a situação que valida o sistema moral por ele elaborado. Por outras palavras, as categorias mentais de Crusoe não lhe permitem ainda perspectivar um ataque aos selvagens cujos resultados práticos compensem os riscos que tal acto envolve:

> for unless I was sure to kill every one that not only should be on Shore at that Time, but that should ever come on Shore afterwards, if but one of them escap'd, to tell their Country People what had happen'd, they would come over again by Thousands to revenge the Death of their Fellows, and I should only bring upon my self a certain Destruction, which at present I had no manner of occasion for (p. 172).

Ora a moral do respeito mútuo corresponde, no contexto histórico em questão, a uma ideologia de compromisso. A sua elaboração e defesa, iniciada, em Inglaterra, nas últimas décadas do séc. XVII por Cumberland e por Locke, atinge a dominância na cultura augustana do período da rainha Ana, protagonizada pela filosofia do "senso comum" e do equilíbrio de Shaftesbury e Pope, entre outros. O momento histórico é então como que o de um "compasso de espera": os vários sectores da burguesia procuram assegurar o compromisso saído de 1688, enquanto vão acumulando as forças que, a partir de meados do século, os levarão à vitória na Guerra dos Sete Anos e à Revolução Industrial. Nessa altura, Locke será substituído por Adam Smith, Shaftesbury será substituído por Jeremy Bentham.

A situação em que Crusoe se encontra é pois homóloga à da burguesia no início do séc. XVIII. Como ela, Crusoe constata que tem condições para continuar e consolidar a sua acção de domínio do real sem disso ser impedido pelos seus potenciais adversários, desde que tenha o cuidado de não atentar contra a autonomia destes. A sua liberdade de acção é assegurada desde que respeite a liberdade dos outros: enquanto não houver condições para

a tomada total do poder, é esta a moral que lhe convém. É como se, por momentos, Crusoe adoptasse tacticamente, no plano moral , a postura que no início o seu pai globalmente representara.

Finalmente, para que a pragmática consciência de Crusoe se complete, para que a sua decisão não possa aparecer aos seus olhos como um mero fruto das circunstâncias, mas como uma necessidade ditada por princípios cuja validade é imutável, falta-lhe obter o beneplácito divino. O que, de resto, não lhe é difícil : "Religion joyn'd in with this Prudential, and I was convinc'd now many Ways, that I was perfectly out of my Duty, when I was laying all my bloody Schemes for the Destruction of innocent Creatures , I mean innocent as to me" (p. 173). Mais ainda do que obter um beneplácito, a coordenação dos seus interesses com a vontade de Deus permite-lhe remeter para o plano divino a responsabilidade do sistema moral, vendo-se a si próprio como mero executante : " and I gave most humble Thanks on my Knees to God,that had thus deliver'd me from Blood-Guiltiness" (p. 173). Por um momento a ideologia quase se desmascarava aos seus próprios olhos; mas fez uma pirueta, e as coisas voltaram a aparecer nela de cabeça para baixo[93] .

Por outro lado, o reaparecimento, ainda que temporário, do acordo entre a vontade de Deus e a acção de Crusoe é também sinal de que este é um momento de estabilidade. Após esta delimitação do seu campo de acção, dentro do qual se considera autónomo, Crusoe vive, por algum tempo, uma existência relativamente calma e estável, durante a qual repete regularmente as acções necessárias à sua subsistência: "In this Disposition I continu'd, for near a Year after this" (p. 173). A vontade de Deus, que nos primeiros anos que se seguem à descoberta da pegada reassumira a primitiva função de oponente, volta a coordenar-se com os seus in-

---

[93] "Et, si, dans toute l'idéologie, les hommes et leurs rapports nous apparaissent placés la tête en bas comme dans une *camera obscura*, ce phénomène découle de leur processus de vie historique, absolument comme le renversement des objects sur la rétine découle de son processus de vie directement physique". K. Marx e F. Engels, *Oeuvres Choisies*, I, p. 20.

teresses: "Upon these, and many like Reflections , I afterwards made it a certain Rule with me, That whenever I found those secret Hints, or pressings of my Mind, to doing, or not doing any Thing that presented; or to going this Way, or that Way, I never fail'd to obey the secret Dictate" (p. 175). Acedendo aos impulsos da providência Crusoe descobre o modo de acção que lhe permite encontrar um relativo equilíbrio e uma certa confiança em si próprio [94].

Ao começar deste modo a desenhar-se de novo, o acordo de Crusoe com Deus adquire contornos diferentes dos que possuíra anteriormente. No período que decorre entre o primeiro sonho e o aparecimento da pegada a descoberta de Deus significara, essencialmente, a descoberta por Crusoe do sentido de si próprio e do mundo: a imagem de Deus era a imagem do Criador. Agora, porém, ao aparecer como orientadora da acção de Crusoe, a vontade divina não é já reveladora de um sentido primeiro, mas de uma necessidade última. Transferindo as razões da sua acção para uma regra de comportamento cuja razão lhe é desconhecida ("I never fail'd to obey the secret Dictate; though I knew no other Reason for it, than that such a Pressure, or such a Hint hung upon my Mind" - p.175), Crusoe aliena o sentido dessa acção numa vontade que, decorrendo embora dos seus interesses individuais, lhe aparece como exterior e transcendente, e da qual ele se concebe o mero agente: a imagem de Deus é agora a imagem do Destinador.

Para que o ideal utópico de autonomia se transformasse numa ideologia do poder esta era mais uma transformação necessária. No mundo do indivíduo único, onde este podia representar-se os seus interesses como os de toda a humanidade, a necessidade da acção era imanente à própria acção, manifestando-se na sua transparência. Mas no mundo real, em que a necessidade de acção de um indivíduo não tem carácter geral, confrontando-se com outras ne-

---

[94] Defoe reflecte frequentemente sobre a possibilidade de a providência se fazer sentir através de impulsos ou de outras manifestações: "Whether sleeping or waking, whether directly or in directly, whether by hints, impulses, allegories, mysteries, or otherwise, we know not". *Serious Reflections . . . of Robinson Crusoe*, p. 183.

cessidades de outros indivíduos, a afirmação individualista do poder exige que os seus interesses encontrem uma justificação que transcenda o plano do particular. Os valores individuais têm então de se desdobrar, tornar-se transcendências de si próprios, para que os interesses que os determinam encontrem nesta alienação um imperativo. Por outras palavras, o movimento que se abre com as reflexões que expressam uma profissão de fé na tolerância, aparentemente democrática, conclui-se, na medida em que os pontos de referência se confinam aos valores exclusivamente individuais, numa predisposição totalitária: Crusoe possui já as condições interiores para tentar subjugar os selvagens.

*
* *

Após o primeiro abalo motivado pela intrusão abrupta da figura do Outro no seu mundo, Crusoe orienta-se, como vimos, no sentido de uma interioridade para a qual refluem as categorias mentais estruturantes do ideal individualista, e onde se reformulam de modo a adaptarem-se às novas condições impostas pela realidade. Para representar o momento em que Crusoe atinge o ponto de chegada deste percurso, a consciência de si, Defoe serve-se de uma imagem que, setenta anos mais tarde, quando a autonomia individual absoluta deixar de ser ideologicamente ingénua para se tornar eticamente problemática, será utilizada por Goethe para representar a mesma realidade ontológica: a caverna[95].

O episódio em que Crusoe descobre uma caverna à entrada da qual encontra um bode agonizante antecede imediatamente os acontecimentos que irão propiciar a extensão do seu poder: o reaparecimento dos selvagens e o naufrágio do barco espanhol. De entre a pouca atenção que tem sido dada pela crítica a este episódio ressalta a análise dele feita por Patricia Meyer Spacks: ao descobrir que são afinal de um animal moribundo os olhos que a prin

---

[95] Cf. J. W. Goethe, *Faust*, 1. Teil, "Wald und Höhle", vv. 3217 e sgts.

cípio pensa serem de um homem ou do próprio diabo, Crusoe aprende a combater a parte de si próprio cuja imaginação instalava em si o medo, preparando-se assim para enfrentar a realidade[96]. Penso que esta interpretação, se por um lado aponta a importância e, em parte, o significado orgânico do episódio, perde de vista, por outro lado, as suas implicações mais vastas, ao reduzir o conflito a uma mera dimensão psicológica.

Este episódio é, com efeito, o momento a partir do qual Crusoe supera o medo da realidade e se lança resolutamente na sua conquista. Mas não é apenas isso. A caverna é o lugar da fusão do anterior percurso, o refluxo para a interioridade, e de um novo, o da extensão do poder, que se vem já delineando desde que Crusoe se começa a sentir seguro dentro dos limites da realidade que a sua actividade produz.

Na figura do bode moribundo Crusoe encontra a representação do fim do primeiro destes percursos. Depois de se ter assustado com os olhos que brilham no escuro, ele diz: "I recover'd my self, and began to . . . tell my self . . . that I durst to believe there was nothing in this Cave that was more frightful than my self" (p. 177). Com o bode, "dying indeed of meer old Age" (p. 178), identifica-se o sonho de uma vida pacífica e solitária, vivida até ao último momento numa interioridade discreta e resignada. Mais tarde, acentuando o carácter retrospectivo do discurso, Crusoe pensará, com um pouco de nostalgia, nessa possibilidade não realizada:

> I was now in my twenty third Year of Residence in this Island, and was so naturaliz'd to the Place, and to the Manner of Living, that could I have but enjoy'd the Certainty that no Savages would come to the Place to disturb me, I could have been content to have capitulated for spending the rest of my Time there, even to the last Moment, till I had laid me down and dy'd, like the old Goat in the Cave (p. 180).

---

[96] Patricia Meyer Spacks, "The Soul's Imaginings", pp. 422-3.

Mas Crusoe não é ainda o herói do iluminismo resignado, como o será Candide no fim das suas aventuras. Na mesma caverna onde o velho bode encontra o fim da sua existência anónima encontra ele o princípio da auto-confiança que o levará ao poder. Pela segunda vez na sua vida (a primeira fora quando descobrira o interior da ilha) Crusoe sente algo que se aproxima de uma emoção estética:

> but never was such a glorious Sight seen in the Island, I dare say, as it was, to look round the Sides and Roof of this Vault, or Cave; the Walls reflected 100 thousand Lights to me from my two Candles; what it was in Rock, whether Diamonds, or any other precious Stones, or Gold, which I rather suppos'd it to be, I knew not (pp. 178-9).

O deslumbramento, que Crusoe, significativamente, associa desde logo à riqueza, é de imediato acompanhado pela sensação de segurança: "The only Difficulty in it was the Entrance, which however as it was a Place of Security, and such a Retreat as I wanted, I thought that was a Convenience" (p. 179). Esta segurança, assim como a pureza e o conforto da caverna, são evocadas por uma linguagem descritiva que, na nitidez de contornos e na eliminação do acessório, ecoa a linguagem alegórica de Bunyan: "the Floor was dry and level, and had a sort of small lose Gravel upon it, so that there was no nauseous or venemous Creature to be seen, neither was there any damp, or wet, on the Sides or Roof" (p. 179). Na descoberta da caverna a interioridade de Crusoe torna-se consciente de si.

Uma vez atingido este reduto seguro, inviolável pelo inimigo ("I fancy'd my self now like one of the ancient Giants, which are said to live in Caves, and Holes, in the Rocks, where none could come at them" - p. 179), que transforma no depósito das suas armas e munições, Crusoe adquire a confiança em si que lhe permitirá ultrapassar o conflito com a realidade. Durante mais três anos viverá uma rotina feliz em tudo comparável àquela vivida imediatamente antes da descoberta da pegada, excepto no agudo sentido que agora tem da realidade que o rodeia: "I began to be

very well contented with the Life I led, if it might but have been secur'd from the dread of the Savages" (p. 181). Três anos que, resumidos num parágrafo de mais de uma página, são mais um "compasso de espera", o último, antes do início da caminhada para o poder. Neste parágrafo Crusoe assume, de uma forma pouco usada na generalidade da narrativa, a sua posição de narrador omnisciente, numa visão retrospectiva que recorda, mais do que apresenta , um período passado da sua vida. Lembrando o modo como então ocupava o tempo com "some little Diversions and Amusements" (p. 180) , a companhia do papagaio ao longo de 26 anos ("perhaps poor Poll may be alive there still" - p. 180), a dedicação do seu cão que morre de velhice, Crusoe como que lança um olhar de despedida sobre uma ilusão passada e perdida. Nesta evocação há algo de poético, de uma poesia da ausência, da inexorabilidade do tempo e da morte. Se há algum romantismo *avant la lettre* em *Robinson Crusoe* por certo que se confina exclusivamente a este parágrafo.

Com o 23º ano da sua estada na ilha inicia-se a última fase do processo posto em movimento pela descoberta da pegada, e que se concluirá com a instauração do poder social de Crusoe. Cerca de oito anos após aquela descoberta, e de seis após ter encontrado na praia os restos do festim canibal, os selvagens aparecem pela primeira vez diante dos seus olhos. Ao longo deste tempo a narrativa construiu-se em duas direcções paralelas: a aproximação da realidade relativamente a Crusoe e a preparação dele para enfrentar essa realidade. A segunda direcção atinge a sua culminância com o episódio da caverna. A primeira consuma-se agora num último movimento de aproximação, tanto metafórica como literal: os selvagens aparecem do "seu" lado da ilha ("it was on my Side of the Island" - p. 181), mesmo junto à sua habitação. Ao subir depois à colina de onde pode vislumbrar o local onde antes descobrira a pegada verifica que também aí os selvagens tinham estado. O cerco de realidade fechou-se.

Mas desta vez Crusoe encontra-se já em condições de responder positivamente à realidade. À primeira reacção de defesa, recolhendo-se à sua fortificação, segue-se o conhecimento e a racionalização: "but when I observ'd their coming must be always

with the Current of the Ebb,I began afterwards to be more sedate in my Mind, being satisfy'd that I might go abroad with Safety all the Time of the Tide of Flood, if they were not on Shore before" (p. 183). A faculdade de conhecer, que em Crusoe, assim como na tradição do pensamento empirista que lhe dá forma, é suporte e meio de poder, reaparece em toda a sua plenitude. O sinal do Outro, a representação inefável e fantasmática de um poder avassalador que levara Crusoe a refluir para o interior de si próprio, dá lugar à simples presença de outros, cujas acções são nomeadas, racionalizadas, e consequentemente previstas e dominadas: "As I expect'd, so it prov'd; for as soon as the Tide made to the *Westward*, I saw them all take Boat, and row (or paddle as we call it) all away" (p. 183).

A ideologia do poder, que se adivinhava na sequência das anteriores reflexões de Crusoe sobre o direito e a moral, pode agora ser actualizada: os seus pensamentos vão de novo voltar-se para o extermínio dos selvagens. Desta vez tal objectivo não encontrará já qualquer tipo de oposição na consciência de Crusoe, na medida em que a insegurança, única razão objectiva que o levara a optar pelo princípio de não-agressão, se desvaneceu. A confiança em si, ideologicamente desdobrada na confiança de Deus, permite-lhe tirar todo o carácter relativo à justiça da sua acção, a qual lhe aparece agora fundamentada num critério necessário e absoluto. Como ele próprio dirá mais tarde, quando, com a ajuda de Friday, vier a atacar de novo os selvagens, a sua acção de domínio é levada a cabo em nome de Deus: "let fly then,says I, in the Name of God, and with that I fir'd again among the amaz'd Wretches, and so did *Friday*" (p. 234).

A transformação verificada entre o momento anterior,em que Crusoe, após reflexão, decidira não atacar os selvagens, e o momento actual, ressalta do próprio paralelismo das situações,em que, tanto duma como doutra vez, a vontade de extermínio é motivada pela contemplação dos restos das vítimas. Mas, enquanto da primeira vez essa vontade é reflectida, aparecendo mais como um exercício da imaginação que substitui a perda das capacidades inventivas ("But my Invention now run quite another Way . . ." -p.

168), agora ela é uma reacção imediata, dir-se-ia visceral : " I was so fill'd with Indignation at the Sight, that I began now to premeditate the Destruction of the next that I saw there, let them be who, or how many soever" (p. 183). Além disso, o desejo de exterminar os selvagens é agora algo mais do que o mero desafio à imaginação que fora antes, tornando-se numa predisposição do espírito ("During all this Time, I was in the murthering Humour"-p. 184), que persegue Crusoe até durante o sono: " in the Night I dream'd often of killing the Savages, and of the Reasons why I might justify the doing of it" (p. 185).

"And of the Reasons why I might justify the doing of it": durante o sono, Crusoe toca a corda sensível. O problema que agora se lhe apresenta não é já o de se deve ou não atacar os selvagens, mas o de encontrar uma razão para o fazer. Por outras palavras, a questão passou do plano ético para o plano prático . A acção, agora, é necessária; resta apenas encontrar a sua racionalidade. Colocado definitivamente perante a realidade, passado o tempo da autonomia utópica e seus resquícios, o poder, para o individualismo que Crusoe representa, não tem critérios; apenas tem razões, que deverão ser encontradas no interior dos interesses individuais em função dos quais se exerce. À pergunta sobre a racionalidade da acção discricionária do poder, formulada nos sonhos de Crusoe,será também um sonho que irá responder. Mas antes disso há ainda um caminho a percorrer: o da descoberta das categorias que estruturarão essa racionalidade. Será essa a função orgânica do episódio do naufrágio que se segue.

*

* *

A realidade social com que, desde a descoberta da pegada, Crusoe se defronta, é uma realidade inespecífica, genérica, que no essencial corresponde à concepção de sociedade natural da tradição calvinista, onde, na ausência de governo e de religião, o homem se encontra no estado bestial que lhe foi conferido após a Queda. Para Crusoe trata-se inicialmente da mera realidade do

Outro, da sociedade na sua simples expressão ontológica. Depois, quando o primeiro terror cede o lugar a uma progressiva adaptação, trata-se de um conjunto de indivíduos, meio homens e meio animais, cuja presença ele sente uma necessidade visceral de eliminar. Em qualquer caso, nunca os selvagens lhe aparecem como uma sociedade concretamente humana, cujos valores possam ser de algum modo compreendidos por ele e dos quais se possa aproximar. Em suma, a realidade social até agora representada não é a sociedade histórica de Crusoe.

Quanto à sociedade histórica, cuja recusa tinha levado Crusoe à ilha, ficara para trás, destruída no naufrágio a que ele a conduzira e de cujos destroços se servira para edificar o seu mundo utópico. Desde então, tinha-se separado radicalmente dela, de tal modo que os desejos de a ela regressar haviam progressivamente desaparecido do seu espírito. Na ilusão do seu mundo de autonomia absoluta abandonara-a como a um passado morto e enterrado para sempre. Mas a ideia de que a autonomia se podia construir fora da história fazia também parte dessa ilusão. Uma vez confrontado com a realidade Crusoe não tem outro local onde ir buscar os valores que lhe permitam enfrentá-la e transformá-la senão à história, à sua própria realidade histórica.

Por isso, quando um navio espanhol naufraga junto à ilha é como se a história, que ao longo de todo este tempo se tinha remetido para o fundo da cena, longe dos olhares de Crusoe, regressasse ao primeiro plano. E com ela vem uma nova imagem da sociedade, não já aquela que os selvagens fornecem, completamente alheia e repugnante à natureza de Crusoe, mas outra, a sociedade europeia, onde as suas necessidades e interesses podem encontrar os valores que determinam a acção e o espaço real do seu exercício.

Ao ouvir os tiros disparados do navio Crusoe reconhece desde logo a familiaridade da sua origem. A arma de fogo, símbolo do poder e da superioridade civilizacional, permite-lhe concluir que está entre os seus, o que o leva de imediato a pensar na possibilidade de obter ajuda: "I had this Presence of Mind at that Minute, as to think that though I could not help them, it

may be they might help me" (p. 185). E tê-la-á, embora não sob a forma que porventura pudesse esperar. No mundo do poder não há lugar para a ajuda desinteressada, pelo que Crusoe só a ele poderá chegar pelos seus próprios meios.

Quando, no dia seguinte, descobre o navio naufragado, verifica que ele se encontra precisamente no local onde, anos antes, ele correra o risco de ser levado pelo mar para longe da ilha, e que o desastre fora motivado pelos mesmos rochedos que então tinham possibilitado o seu regresso. O carácter simbólico desta coincidência é lapidarmente resumido pelas palavras do próprio Crusoe: "Thus what is one Man's Safety, is another Man's Destruction" (p. 186). As condições que levaram à sua salvação foram as mesmas que agora provocaram a destruição dos outros : eis as duas faces de uma mesma realidade. A afirmação da autonomia subordinada a valores exclusivamente individuais implica uma separação radical entre o indivíduo e a sociedade, pela qual o que quer que nesta haja de comunitário, isto é, de transindividual, é necessariamente anulado pela exclusividade dos interesses daquele. A descoberta de Crusoe é amarga, mas é a inscrição necessária no pórtico do seu destino.

Mas se por um lado o naufrágio lhe vem revelar a contradição fundamental existente entre o sistema de valores individualista e a manutenção de quaisquer valores comunitários, traz-lhe por outro lado ao espírito a ideia do seu isolamento absoluto. Desde há muitos anos que Crusoe não sentia qualquer necessidade de companhia humana. Durante o tempo que durou a sua autonomia utópica ele pudera viver a ilusão de uma existência única em que a própria ausência do Outro era fundamento da sua felicidade, mas no mundo real a vida de relação é uma necessidade inerente à natureza social do homem: "In all the Time of my solitary Life, I never felt so earnest, so strong a Desire after the Society of my Fellow-Creatures, or so deep a Regret at the want of it " (p. 188).

Em toda a existência de Crusoe este é, talvez, o momento mais patético. Dilacerado pela necessidade profundamente humana da realização afectiva, ele é contudo obrigado à fatalidade do seu per

curso solitário. Como Ulisses, que, amarrado por sua vontade e por vontade dos deuses ao mastro do seu navio, se encontra impossibilitado de aceder aos apelos das sereias, assim Crusoe está condenado a desempenhar o papel social que se destinou e a que foi destinado, apesar da impetuosidade do apelo afectivo[97]:

> There are some secret moving Springs in the Affections, which when they are set a going by some Object in view, or be it some Object, though not in view, yet rendred present to the Mind by the Power of Imagination, that Motion carries out the Soul by its Impetuosity to such violent eager embracings of the Object, that the Absence of it is insupportable (p. 188).

Neste recurso a uma aplicação rigorosa do sensacionismo hobbesiano Defoe põe na boca de Crusoe uma explicação de algo que, contudo, é para este, nos limites da sua natureza histórica, inexplicável. Com efeito, o porquê, a racionalidade deste desejo tão prementemente sentido, está para além das categorias do seu entendimento:

> Let the Naturalists explain these Things, and the Reason and Manner of them; all I can say to them, is, to describe the Fact, which was even surprising to me when I found it; though I knew not from what it should proceed; it was doubtless the effect of ardent Wishes, and of strong Ideas form'd in my Mind, realizing the Comfort, which the Conversation of one of my Fellow-Christians would have been to me (p. 188).

A estranheza da irrupção deste desejo de sociabilidade contrasta violentamente com o sentimento expresso por Crusoe quando, anos antes, perguntava retoricamente a si próprio "whether thus conversing mutually with my own Thoughts, and, as I hope I may say, with even God himself by Ejaculations, was not better than the ut

---

[97] Baseio-me, para esta comparação, na interpretação do mito de Ulisses elaborada por M. Horkheimer e T. Adorno. Ver *La Dialectique de la Raison*, pp. 49-50.

most Enjoyment of humane Society in the World" (p.136). O que rasga Crusoe é a contradição entre as categorias mentais então formadas, que lhe permitiam pensar a felicidade plena dentro de uma totalidade fictícia, e a sua aplicação à realidade histórica, só possível através da supressão de uma parte da totalidade humana. Durante a sua gestação, o individualismo de Crusoe encontrara-se num meio distante da realidade, propício ao seu desenvolvimento. Mas agora tem de sofrer o traumatismo do parto, e é dolorosa esta separação do homem de si mesmo.

Contudo a separação é necessária, e os pungentes lamentos de Crusoe ("That but one Man had been sav'd! *O that it had been but One!* I believe I repeated the Words, *O that it had been but One!* A thousand Times" - p. 188) serão ultrapassados. Tal como as ordens de Ulisses para que os companheiros o libertem, os gritos de Crusoe apenas contribuirão para que ele seja mais fortemente amarrado ao mastro do seu destino. A persistência do desejo de companhia humana levá-lo-á, finalmente, a encontrar as estruturas mentais adequadas à formalização desse desejo em função dos interesses e dos valores individualistas: a ajuda e a companhia não serão então uma dádiva afectiva mas uma exigência do poder. Por um momento Crusoe deleitou-se (e desesperou-se) com o canto das sereias, com o vislumbre de uma comunidade afectiva, com algo que seria outra utopia, também, para ele, irrealizável. "But it was not to be; either their Fate or mine, or both, forbid it" (p.188).

O primeiro contacto que Crusoe tem com a realidade que o navio naufragado representa verifica-se quando o cadáver de um dos tripulantes é arrojado à praia. O tema da morte, que perpassa a narrativa desde o aparecimento da pegada, é aqui retomado num novo espaço significante. Ao medo da morte às mãos dos selvagens, que expressara a sua primeira reacção perante a realidade do Outro, sucedera-se, por duas vezes, a manifestação dessa realidade, sob a forma dos restos humanos que encontrara na praia. Entretanto, entre essas duas manifestações da morte temida, tivera lugar a projecção, na figura do velho bode, da morte desejada e impossível. Mas desta vez, na figura do rapaz afogado, Crusoe já não encontra uma imagem da sua própria morte. Não se trata já de

uma morte inesperada, que lhe cause terror ou o assuste por se ver a si próprio reflectido nela. Pelo contrário, as condições da morte do rapaz são exactamente as condições da sobrevivência de Crusoe: este fora arrojado à praia, após o naufrágio, vivo, enquanto aquele, também após um naufrágio, é lançado para terra morto, do mesmo modo que os escolhos que haviam sido a condição da sobrevivência de Crusoe são agora a causa da morte do rapaz. Isto é, o que Crusoe agora contempla pela primeira vez é a morte do Outro, a morte que é o contraponto da sua própria vida.

Por outro lado, nesta alteridade que o rapaz morto representa, encontra Crusoe a ligação entre os dois momentos da sua felicidade e do seu poder, entre o passado e o futuro: "He had no thing in his Pocket, but two Pieces of Eight, and a Tobacco Pipe" (p. 189). O dinheiro, última coisa que ele recuperara do primeiro naufrágio, e que desvalorizara durante o seu período utópico, regressa agora com o segundo naufrágio, tornando-se, como veremos de seguida, no elemento central da nova realidade que ele descobre, e em símbolo do seu futuro poder. Quanto ao cachimbo que encontra no bolso do rapaz, ele recorda o objecto que tinha sido apresentado pelo próprio Crusoe como a expressão mais completa da sua antiga acção transformadora: "But I think I was never more vain of my own Performance, or more joyful for any thing I found out, than for my being able to make a Tobacco-Pipe" (p. 144). Um cachimbo e duas moedas, a qualidade e a quantidade, o valor de uso e o valor de troca: tais são a utopia e a realidade, a grandeza e a miséria do individualismo — os dois símbolos do poder de Crusoe. O percurso que os separa passa pela aniquilação do Outro.

A importância do dinheiro insinuada por este episódio só se revela porém à consciência de Crusoe na sequência da sua deslocação ao navio naufragado. Da primeira vez que fizera aquele percurso ele quase lhe tinha custado a condenação à morte na solidão do oceano. Mas agora Crusoe aprende já a dominar a realidade exterior. Após estudar as correntes dirige-se para o local onde se encontra o navio, consciente de que os antigos limites que separavam a sua interioridade da realidade exterior já não existem. Reforçando o paralelismo deste episódio com o do primei

ro naufrágio, Crusoe vai encontrar no barco, como única forma de vida, um cão (no navio em que ele chegara à ilha havia, além do cão, dois gatos). Símbolo da obediência dócil e submissa, o cão é o único ser vivo que pode arremedar a companhia que Crusoe deseja: "Besides the Dog, there was nothing left in the Ship that had Life" (p. 191).

Quanto à companhia humana, ela é, neste momento em que Crusoe não possui ainda as categorias mentais que lhe permitam pensar uma relação humana individualista, impossível. A dimensão afectiva, que relampejara no seu espírito no momento em que descobrira o navio, é-lhe interdita, num sacrifício necessário à formação da consciência individualista. Como foi referido atrás, a a propósito da descoberta do interior da ilha por Crusoe, a ausência nele de uma dimensão afectiva tem sido repetidamente assinalada, o que costuma ser documentado pela pouca importância dada, já no fim da narrativa, ao seu casamento. Mas o que a crítica não tem constatado é que essa ausência da afectividade como relação inter-humana é um traço constitutivo da personagem que se forma no decurso da narrativa, sendo a desvalorização do casamento não um dado mas sim, como a seu tempo veremos, a consequência lógica de um processo. É no decurso da sua experiência que Crusoe aprende que a caminhada no sentido da autonomia e do poder individual implica a destruição de quaisquer laços exteriores a um sistema de valores exclusivamente egocêntrico. A necessidade da sua separação do pai, o contacto com o capitão português, e o seu isolamento na ilha haviam sido, até agora, momentos significativos dessa aprendizagem. Desta vez, quando o naufrágio parece surgir perante Crusoe como o espectáculo da destruição da humanidade, destruição essa necessária à sobrevivência e afirmação do individualismo, a realidade revela-se-lhe num quadro quase macabro em que os temas da morte e da afectividade confluem: "After this I went on board; but the first Sight I met with, was two Men drown'd, in the Cookroom, or Forecastle of the Ship, with their Arms fast about one another" (p. 191).

Frente à morte, aqueles homens haviam buscado um último refúgio nos braços um do outro. Este quadro, que poderia ter

sido uma representação pungente da necessidade última da solidariedade e da afectividade humanas, leva Crusoe apenas a constatar as circunstâncias da ocorrência: "I concluded, as is indeed probable, that when the Ship struck, it being in a Storm, the Sea broke so high, and so continually over her, that the Men were not able to bear it, and where strangled with the constant rushing in of the Water, as much as if they had been under Water" (p. 191). Em lugar da tonalidade emotiva com que antes lamentara que ninguém se tivesse salvado, surge agora a linguagem neutra do repórter, ou, talvez melhor, do inquiridor. Os factos, a sua explicação e probabilidades, são o que preocupa Crusoe, sem que nele se denote qualquer traço de sensibilidade perante o drama humano que esses factos representam. No plano psicológico poder-se-á falar de endurecimento. No plano formal trata-se de mais uma fase decisiva da formação do individualismo real.

As condições em que o naufrágio se verificara são pensadas exclusivamente em função do interesse individual, ao mesmo tempo que esse interesse descobre aquilo que é, afinal, o seu grande objecto: o dinheiro. Quando Crusoe formula uma hipótese sobre o que sucederia caso o desastre se tivesse verificado de outro modo, talvez um leitor mais ingénuo pudesse pensar que ele se iria referir à sorte dos tripulantes, ou então à sorte do próprio navio. Enganar-se-ia — a única sorte que conta para Crusoe é a sua: "Had the Stern of the Ship been fix'd, and the Forepart broken off, I am perswaded I might have made a good Voyage (pp. 191-2). "Nesse caso", pensaria o mesmo leitor, recordando-se talvez da profissão de fé no valor de uso que Crusoe fizera em tempos, "nesse caso ele refere-se à possibilidade de encontrar no navio alguns objectos que lhe seriam úteis". Mais uma vez se enganaria redondamente: "for by what I found in these two Chests , I had room to suppose, the Ship had a great deal of Wealth on board" (p. 192). Ao entrar em contacto com a sociedade que o navio naufragado representa Crusoe encontra no dinheiro o valor supremo que, em última instância, orienta os seus interesses.

Em certa medida esta descoberta é uma redescoberta. Talvez melhor, ela é a activação de algo que há muito tempo estava

latente em Crusoe. Quando, após a chegada à ilha, procedera à rapina metódica do navio em que naufragara, ele concluíra essa actividade trazendo para terra algum dinheiro. Como vimos aquando da análise desse momento da narrativa, Crusoe trouxera para a ilha, com o dinheiro, a esperança no regresso à sociedade cujas relações tal valor objectiva. Posteriormente, com a instauração da harmonia utópica entre o indivíduo e o mundo, o valor do dinheiro é anulado na consciência de Crusoe, sendo apresentado como a antítese do valor autêntico. Mas agora, com o reaparecimento da sociedade expresso no segundo naufrágio, o dinheiro manifesta-se como o valor principal que ele lamenta ter-se perdido no desastre. Contrapartida da sua perda da capacidade inventiva, no que esta significava de realização de si próprio na criação de valor (de valores de uso), esta descoberta do dinheiro traz a Crusoe a chave do poder para o qual ele se orienta: o poder sobre os outros.

Entre o poder sobre a natureza que se expressa na realização do sujeito na acção, só passível de ser imaginado pelo individualismo em termos utópicos, e o poder sobre a sociedade, objectivo e destino histórico do mesmo individualismo, medeia exactamente a distância que vai da consideração do valor de uso à consideração do valor de troca como padrão aferidor da acção e do mundo. Deixando para trás o ideal que é mito de si próprio, Crusoe integra nas suas estruturas mentais uma categoria que, destruindo o mito, constrói a via necessária à sua sobrevivência.

O modo como Crusoe articula estes dois momentos explicita bem a transformação que se opera na sua consciência. Quando encontra o dinheiro numa das arcas que traz do navio a sua primeira reacção é ainda influenciada pela escala de valores que orientara o período da sua existência anterior à descoberta da pegada: "Upon the whole, I got very little by this Voyage, that was of any use to me; for as to the Money, I had no manner of occasion for it: 'Twas to me as the Dirt under my Feet" (p. 193). Em termos análogos àqueles que já anteriormente havia usado ("nasty sorry useless Stuff" - p. 129), o dinheiro é avaliado em função do valor de uso. A decisão de o guardar é por sua vez comparável, no movimento mental que a expressa, à que o levara a guardar o di

nheiro que tinha encontrado aquando do primeiro naufrágio, e os dois momentos são mesmo por ele associados: " Well , however, I lugg'd this Money home to my Cave, and laid it up, as I had done that before, which I brought from our own Ship" (p. 193)[98]. Esta aproximação das duas situações, ao mesmo tempo que reforça o paralelismo entre os episódios dos dois naufrágios, fornece a chave para a compreensão do seu significado: início e fim de um ciclo, estes dois momentos limitam o período durante o qual a centralidade axiológica do valor de troca é elidida na consciência de Crusoe.

Com efeito, ao apropriar-se do dinheiro que encontrara no primeiro naufrágio Crusoe como que se despedira da velha sociedade, ao mesmo tempo que tal apropriação era a única que de nada lhe serviria na ilha. Isto é, por tal acto Crusoe determinara a possibilidade do seu retorno à sociedade, único lugar onde aquele valor, que na ilha era meramente virtual, se poderia reactualizar. Por isso, após esse momento, quando Crusoe se sente feliz na ilha, o dinheiro não volta a ser referido, a não ser para constatar a sua total ausência de valor. Mas agora, quando o seu movimento não é já de afastamento mas sim de aproximação da sociedade, um acto em tudo análogo ao primeiro tem um efeito em tudo divergente, fazendo-lhe surgir de imediato ao espírito a vontade de aumentar a sua riqueza, aliada à ideia do regresso à sociedade:

> but it was great Pity as I said, that the other Part of this Ship had not come to my Share; for I am satisfy'd I might have loaded my *Canoe* several Times over with Money, which if I had ever escap'd to *England*, would have lain here safe enough, till I might have come again and fetch'd it (p. 193).

O significado estrutural da diferença entre estes momentos em que Crusoe se encontra perante a realidade que o di-

---

98 Compare-se com a frase que expressa a anterior decisão: "However, upon Second Thoughts, I took it away" (p. 57).

nheiro representa foi já assinalado por David Blewett[99] . Porém, a presente descoberta do valor do dinheiro é algo mais do que a mera recorrência de um motivo estrutural que, para Blewett, marca a caminhada de Crusoe de regresso ao mundo,e que de resto penso mais adequado designar por regresso à realidade: ela é o momento fulcral desse regresso. Com esta descoberta, ou melhor, com a integração na sua consciência do valor de troca como categoria determinante das suas relações com o mundo, Crusoe encontra a razão de ser da própria sociedade e do seu lugar nela. A necessidade de companhia humana sentida no momento em que vira o navio naufragado, e que então lhe surgira como dificilmente explicável,encontra agora o ponto de partida para a sua racionalização.

Uma vez encontrada assim a razão para o regresso, a sua necessidade torna-se como que numa ideia fixa, que não mais lhe permite gozar de qualquer estabilidade enquando não for realizada: "I liv'd in this Condition near two Years more: but my unlucky Head, that was always to let me know it was born to make my Body miserable, was all this two Years fill'd with Projects and Designs, how, if it were possible, I might get away from this Island" (p. 194). A descoberta do dinheiro, que possibilita a Crusoe pensar de novo na sociedade e lhe provoca uma ânsia de nela se integrar, instaura uma nova fase de desequilíbrio entre o sujeito e o mundo. É neste momento da narrativa que surge um dos passos cuja interpretação mais polémica tem suscitado. Trata-se da frase em que, repensando a sua vida passada, Crusoe lamenta nunca ter seguido os conselhos do pai: "the excellent Advice of my Father, the Opposition to which was, *as I may call it* , my ORIGINAL SIN" (p. 194).

Também aqui a discussão foi desencadeada principalmente por Ian Watt, cuja perspectiva é por ele resumida num passo de

---

99 "Clearly, the Spanish wreck has revived Crusoe's hope of rescue and escape from the island and, with his mind already running ahead to life in the world, he ceases to think of the money as 'nasty sorry useless Stuff ' . The difference between the world and the island is skilfully caught in Crusoe's changing attitudes". David Blewett, *Defoe's Art of Fiction*, p. 45.

The Rise of the Novel tornado célebre, e que já foi citado na parte anterior deste trabalho: "Crusoe's 'original sin' is really the dynamic tendency of capitalism itself, whose aim is never merely to mantain the *status quo*, but to transform it incessantly"[100]. Posteriormente, o significado do "pecado original" de Crusoe foi divergentemente entendido como a sua recusa em seguir a vocação escolhida pelo pai (Maximillian Novak), como o desafio da autoridade conjunta da família, sociedade e providência (George Starr), ou como uma desobediência que, semelhante à de Adão, retiraria a sua dimensão mítica do relato bíblico (J. Paul Hunter)[101]. De entre estas várias interpretações penso que é ainda a de Ian Watt aquela que melhor aponta para um significado capaz de integrar o tema numa coerência abrangente dos mais diversos aspectos da obra. Mas, por outro lado, também ela não escapa a uma característica que é comum a todas estas análises, e que consiste em tomarem o passo em causa como tendo um sentido genérico, desligado do contexto específico em que surge na narrativa.

Tal generalização, neste caso concreto, tem como consequência que a designação por Crusoe da desobediência ao pai como o seu pecado original é abstraída da situação de instabilidade em que surge, assim como do desejo de sociedade que a motiva, e transformada num elemento caracterizador da personagem na sua globalidade. Se é verdade que numa narrativa certos passos podem assumir um sentido emblemático, e que neste caso, pelo modo como as palavras de Crusoe resumem e retomam o conflito inicial, se pode considerar que tal se verifica, não é menos verdade que o significado de um determinado momento da narrativa só pode ser estabelecido na sua totalidade a partir dos significados parciais que o constituem e das condições que o geram.

---

[100] I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 72.

[101] M. Novak, "Robinson Crusoe's 'Original Sin'", p. 19; George Starr, *Defoe and Spiritual Autobiography*, p. 79; J. Paul Hunter, *The Reluctant Pilgrim*, p. 133. O ponto da situação em que se encontrava a discussão deste tema em 1979 é feito por Pat Rogers no seu *Robinson Crusoe*, pp. 61-6.

Encarado no contexto, o pecado original de Crusoe é a expressão do agudo momento de crise por ele vivido numa situação em que o desejo, agora tornado obsessão, de regresso à sociedade, se confronta com a consciência da sua culpa exclusiva no processo que o levou ao isolamento. Nas suas conotações religiosas,que o fazem como que reviver a desobediência do primeiro homem, este pensamento de Crusoe não faz mais do que retomar a forma com que habitualmente surgem à sua consciência as situações de conflito. A identificação, desde cedo verificada na sua consciência, da desobediência ao pai com a desobediência a Deus, atinge aqui o seu ponto extremo, quando ele constata que nessa infracção se localiza a causa última da sua separação da sociedade. No espaço psicológico de Crusoe a sociedade transforma-se numa entidade absoluta, num paraíso perdido de cujo valor se torna consciente no momento em que descobre o meio de nele encontrar uma racionalidade para a sua acção.

Mas precisamente por isso, porque agora sabe que apenas na sociedade a sua acção o levará à conquista do poder real, Crusoe não poderá regressar mais à mesma sociedade que deixou para trás, onde a realização dos seus interesses lhe aparecia sob a forma nebulosa de um impulso que se opunha à estratificação vigente. Nessa altura a consideração dos seus anseios como desejo de "aumentar/elevar a fortuna" ("raising my Fortune"), era apenas uma vaga racionalização do impulso, elaborada a partir das categorias mentais herdadas, e onde o conceito de "Fortune" não integrava necessariamente um carácter exclusivo das vantagens económicas. Foi necessária uma longa aprendizagem, que passou pela experiência da recusa anterior à chegada à ilha, assim como pela revelação do poder ideal que se seguiu ao primeiro sonho, para que Crusoe pudesse adquirir as formas de entendimento que lhe permitem agora repensar a sociedade, já não como o sistema que lhe negava a satisfação dos seus impulsos, mas como o lugar único da sua realização plena.

Recapitulando a sua vida passada, Crusoe pensa-se agora exclusivamente em termos da situação e das vantagens económicas de que usufruiu e de que poderia ter usufruído:

> had that Providence, which so happily had seated me at the *Brasils*, as a Planter, bless'd me with confin'd Desires, and I could have been contented to have gone on gradually, I might have been by this Time; *I mean, in the Time of my being in this Island*, one of the most considerable Planters in the *Brasils*, nay, I am perswaded , that by the Improvements I had made, in that little Time I liv'd there, and the Encrease I should probably have made, if I had stay'd , I might have been worth an hundred thousand *Moydors* (pp. 194-5).

Neste passo as duas perspectivas temporais da autobiografia, a retrospectiva omnisciente e a contemporânea dos acontecimentos, confundem-se, obrigando o narrador a precisar o tempo a que se refere. Trata-se de uma confusão que, neste momento, se compreende , uma vez que, após a descoberta do valor de troca como padrão aferidor da acção, Crusoe atingiu finalmente a sua maturidade: os interesses económicos nortearão a sua actividade até ao fim dos seus dias.

Como se conclui do que acaba de ser exposto, o "pecado original" de Crusoe, reduzido às suas dimensões contextuais, não é mais do que a expressão no plano psicológico da consciência de culpa por ter abandonado a sociedade. Aos seus olhos a figura do pai transfigurou-se naquilo que, no plano formal, sempre tinha representado: o mundo social, único espaço onde os seus impulsos de transformação e de poder, uma vez descoberta a sua racionalidade, poderão encontrar a realização plena. A sociedade a que Crusoe em breve regressará já não é a mesma que tinha deixado, só porque ele próprio já não é o mesmo. A transição entre as duas, entre o velho mundo estratificado e ordenado por valores que o transcendiam e que ele recusara, e o novo mundo, onde os seus interesses serão o único critério da acção e do poder, é contudo assegurada precisamente por ele próprio. Da velha sociedade, dos destroços do navio que conduzira ao naufrágio, ele trouxera aquilo cujo valor determina a natureza da sociedade por que agora anseia — o dinheiro.

*

* *

A introdução da temática da sociedade histórica, única onde Crusoe poderia encontrar uma nova racionalidade para a sua existência, exigiu a supressão temporária do motivo representado pelos selvagens, assim como a suspensão das preocupações da personagem com eles relacionadas. O episódio do naufrágio, que surge no momento em que Crusoe se interroga sobre as razões que poderia encontrar para atacar os selvagens, vem criar as condições que lhe permitirão pensar a resposta, ao fornecer-lhe o ponto de referência valorativo da acção na sociedade. Contudo, para que essa acção seja possível, será ainda necessário que, para além, e na sequência, dos valores que a determinam agora descobertos, Crusoe encontre o modo de realização desses valores. Isto é, os critérios valorativos da acção na sociedade deverão ser complementados pelas relações sociais a eles adequadas.

Enquanto tal não acontecer Crusoe encontrar-se-á numa situação formalmente contraditória, e psicologicamente desesperante: "I had more Wealth indeed than I had before, but was not at all the richer; for I had no more use for it, than the *Indians* of *Peru* had, before the *Spaniards* came there" (p. 195). A comparação é adequada até certo ponto, e a partir daí é irónica. Com os espanhóis, os índios do Perú aprenderam as relações sociais pelas quais a riqueza se torna poder, mas perderam essa riqueza no próprio acto de aprendizagem. Ao apoderar-se da riqueza (pelo menos de uma parte dela) que o barco espanhol trazia da América, Crusoe como que leva a cabo uma vingança pela conduta dos espanhóis para com os índios da América do Sul, conduta que ele havia recriminado na altura em que decidira não atacar os selvagens (". . . the Conduct of the *Spaniards* in all their Barbarities practis'd in *America*" - p. 171). Mas a riqueza que adquiriu de nada lhe serve enquanto não encontrar para ela a função social adequada.

Nestas circunstâncias ele sente reaparecer a sua insatisfação, que tem agora contudo um significado diferente do que tivera antes da sua chegada à ilha. Aquilo que era antes impulso para a recusa da sociedade é agora anseio de a ela regressar. Formalmente, trata-se do fecho de um ciclo que, uma vez consumado,

leva ao reaparecimento pleno do impulso para a acção que desde o início caracteriza a personagem. Mas esse reaparecimento verifica-se agora a um outro nível, em que o impulso não se manifesta já como negação irracional mas em que, após o longo período de aprendizagem e formação vivido por Crusoe, se encontra em vias de se manifestar como racionalidade do poder. Contudo, do ponto de vista psicológico, a configuração do impulso aparece como análoga à do que levara Crusoe a recusar situações anteriores, embora ele reconheça agora que só a experiência desvenda a racionalidade capaz de orientar a acção para o poder:

> But as this is ordinarily the Fate of young Heads, so Reflection upon the Folly of it, is as ordinarily the Exercise of more Years, or of the dear bought Experience of Time; and so it was with me now; and yet so deep had the Mistake taken root in my Temper, that I could not satisfy my self in my Station, but was continually poring upon the Means, and Possibility of my Escape from this Place (p. 195).

Embora não propriamente no sentido que, da sua racionalidade final e retrospectiva, Crusoe atribui aqui ao termo, o seu desejo de escapar ao conflito abandonando a ilha é, na verdade, um erro, que de resto ele emendará em breve, quando descobrir que é na própria ilha, e não fora dela, que poderá fundar o seu poder. Mas, de momento, a necessidade de regressar à sociedade histórica que havia deixado (". . . and after all perhaps, I might fall in with some Christian Ship, that might take me in" - p.198), aliada à consciência de que a segurança e o poder que tinha sentido durante anos não passavam da sua própria imaginação, e que em qualquer altura poderiam ter ruído como um baralho de cartas perante a realidade ("I came to reflect seriously upon the real Danger I had been in, for so many Years, in this very Island"-p. 196), confluem num sentimento agudo de instabilidade que o leva a pensar exclusivamente em abandonar a ilha: "my Mind was wholly bent upon the Notion of my passing over in my Boat, to the Main Land" (p. 197).

Com o crescente desespero pela sua situação sentido por Crusoe pode-se dizer que o conflito, determinado desde o início pela contradição entre a utopia e a realidade, se aproxima do ponto de ruptura. O desejo de regresso tornou-se agora claramente numa obsessão ("I had, as it were, no Power to turn my Thoughts to any thing, but to the Project of a Voyage to the Main" - p. 198), ao mesmo tempo que só a morte lhe aparece pior do que a vida na ilha: "I look'd back upon my present Condition, as the most miserable that could possibly be, that I was not able to throw my self into any thing but Death, that could be call'd worse"(p.197-8). Os dois pratos da balança em que Crusoe colocara a utopia e a realidade, e que tinham sido postos em movimento pela descoberta da pegada, atingem o desequilíbrio extremo. Desde o tempo em que Crusoe dizia preferir a sua vida na ilha a qualquer tipo de "sociedade humana", passando pelo curto período em que desejara poder manter pacificamente a sua existência solitária ao lado da dos selvagens, desde que não houvesse entre elas qualquer contacto, até ao momento actual, pudemos assistir ao movimento completo do fiel, de um extremo ao outro. Para que a narrativa continue, a supressão/superação do conflito é agora uma necessidade orgânica.

Para a resolução do problema técnico que esta nova necessidade de transformação da personagem implica, Defoe serve-se do mesmo processo que havia antes utilizado em circunstâncias análogas: o sonho. Meio estrutural comparável à máquina do tempo ou de transferência da matéria na narrativa de ficção científica, o sonho permite a Defoe como que deslocar a personagem entre duas dimensões da representação, a utopia e a realidade, ao mesmo tempo que enquadra a primeira destas dimensões entre duas manifestações oníricas[102].

---

[102] Esta comparação não é casual. O modo de representação narrativa a que se convencionou chamar "realismo fantástico", e que se confunde com algumas das mais modernas linhas de desenvolvimento da ficção científica, nas quais esta aparece já despojada dos conteúdos e preocupações técnico-científicas que a caracterizaram até há alguns anos apresenta componentes estrutu-

A preparação deste sonho é efectuada em termos análogos àqueles que tinham caracterizado a situação crítica vivida por Crusoe antes do primeiro sonho, o qual aparece na sequência de um violento estado febril. Nessa altura as causas imediatas de tal estado haviam sido de natureza física, em coincidência com o desenvolvimento do conflito que rasgava o espírito de Crusoe, e a transformação espiritual fora então uma condição necessária para a própria sobrevivência física. Desta vez o sonho surge também na culminação de um estado febril, mas as razões deste são agora de ordem exclusivamente mental: "When this had agitated my Thoughts for two Hours, or more, with such Violence, that it set my very Blood into a Ferment, and my Pulse beat as high as if I had been in a Feaver, meerly with the extraordinary Fervour of my Mind about it" (p. 198).

Do paralelismo das duas situações ressalta a sua diferença: enquanto da primeira vez se tratava de uma transformação que envolvia a descoberta de um mundo novo, quer espiritual (a harmonia consigo próprio e com Deus), quer material (a realização do sujeito na actividade produtiva), agora trata-se apenas da revelação das categorias mentais necessárias ao domínio de uma realidade que está lá, que sempre existiu, e que Crusoe foi sucessivamente descobrindo através da pegada, dos selvagens, do naufrágio, e do dinheiro. Isto é, se o primeiro sonho implicou a abolição da realidade material, histórica, o segundo apenas deverá superar o conflito entre essa realidade e o mundo utópico que o individualismo uma vez construiu, na euforia inocente de uma cons

---

rais e mesmo temáticas comparáveis, salvaguardando a distância histórica e a consequente diferença epistemológica, com *Robinson Crusoe*. Ver, por exemplo, a interpenetração entre o sonho e a realidade nas narrativas de Jorge Luís Borges ou de Miguel Angel Asturias, ou o ambiente mágico da ilha que se encontra na bela expressão de um certo neo-romantismo recente que é *Earthsea Trilogy* (1972), de Ursula Le Guin. Hoje como no século XVIII, o sonho e a magia são meios de figurar, embora com sentidos diferentes, universos alternativos. É interessante notar aqui que G. Lukács designa por "realismo fantástico" a marca de estilo que, segundo ele, caracteriza a forma do romance na sua primeira fase (Rebelais e Cervantes), a qual antecede imediatamente a fase em que inclui Defoe (Cf. G.Lukács, *Écrits de Moscou*, pp. 71 e 107-8).

ciência inadequada que o fez pensar-se como o fim, e a finalidade, da história. O ideal que o primeiro sonho construíra para Crusoe de uma só vez é destruído, pela pegada e pelo segundo sonho, em duas etapas.

No sonho Crusoe encontra a resposta para os dois problemas que mais insistentemente se lhe deparavam, e que eram a expressão, cada um à sua maneira, do ponto crítico a que chegara : uma razão para atacar os selvagens e o modo de escapar da ilha. A solução simultânea para estas duas questões revela-se precisamente sob a forma que faltava a Crusoe para poder finalmente actuar na sociedade, isto é, sob a forma de um tipo específico de relações sociais:

> and I thought in my Sleep . . . that he kneel'd down to me, seeming to pray me to assist him; upon which I shew'd my Ladder, made him go up, and carry'd him into my Cave, and he became my Servant; and that as soon as I had gotten this Man, I said to my self, now I may certainly venture to the main Land (pp. 198-9).

Como num conto de fadas, o sonho revela-lhe assim a solução para os seus problemas[103]. No domínio estrito da verosimilhança dos conteúdos poder-se-á perguntar por que razão não tinha ainda Crusoe chegado a uma conclusão tão simples ao longo de todas as cogitações que caracterizaram a sua actividade mental nos últimos tempos, sendo necessário que o sonho lha venha desvendar. Tal, porém, seria ignorar que é no plano formal da figuração das determinantes essenciais da realidade, e não no dos conteúdos, psicológicos ou outros, que a obra encontra a sua coerência e a sua validade. E, para representar as transformações efectuadas pelos sonhos, pelas quais a personagem é transferida do

---

[103] No seu estudo sobre as crenças de Defoe no sobrenatural R.Baine determina que, para Defoe, os sonhos podem ser angélicos ou diabólicos, consoante a fonte de inspiração respectiva.Os dois sonhos de Crusoe, considera o autor, são angélicos. Cf. R. M. Baine, *Daniel Defoe and the Supernatural*, cap. I ("Defoe and the Angels").

mundo social para a utopia do Único e vice-versa, Defoe não poderia encontrar algum conteúdo psicológico sem se arriscar a apresentar duas personalidades na mesma personagem[104]. Antes pelo contrário, a unidade psicológica de Crusoe só pode ser mantida ao longo da narrativa, sem quebras que impliquem a perda da personalidade nestes dois momentos essenciais da sua transformação, pelo recurso a estes factores "externos". Os sonhos são assim os *dei ex machina* que possibilitam a Defoe apresentar a transferência de Crusoe entre dois universos de representação distintos como inflexão psicológica e não como ruptura da personalidade.

No plano formal a transformação operada pelo sonho apresenta-se como uma necessidade orgânica. Se por um lado Crusoe vinha adquirindo os elementos necessários ao regresso à sociedade desde a descoberta da pegada, por outro lado esses mesmos elementos haviam-no conduzido a um conflito, cujo momento de crise se caracterizava psicologicamente pelo desespero e pela angústia. Debatendo-se entre o apelo da sociedade e uma consciência formada por, e para, a ausência desta, a Crusoe apenas se apresentavam duas alternativas: sucumbir à realidade ou dominá-la. O sonho vem abrir-lhe o caminho para a última, convertendo o que antes era perigo de vida em meio de sobrevivência. Como diz John Richetti, "o perigo extremo representado pelos canibais destina-se a ser convertido numa fonte de libertação extrema"[105]. Conversão que é tornada possível pela simples revelação das relações na base das quais Crusoe pode, finalmente, pensar a sociedade e o seu lugar nela: "and he became my Servant".

A partir de agora, uma vez descobertas as relações de exploração como forma da sua integração na sociedade, Crusoe en-

---

[104] Risco para o qual, de resto, Defoe era alertado por Locke. Cf. *An Essay Concerning Human Understanding*, I, pp. 464-5 (II, XXVII, 23): ". . . So that self is not determined by identity or diversity of substance, which it cannot be sure of, but only by identity of consciousness". O paralelismo entre os dois sonhos, tomados como processos de transformação da identidade psicológica de Crusoe, é assinalado e explorado por Curt Hartog, em "Authority and Autonomy in *Robinson Crusoe*", *Enlightenment Essays*, 5, No 2 (1974), pp. 33-43.

[105] "the ultimate danger represented by the cannibals is to be converted into a source of ultimate deliverance". John Richetti, *Defoe's Narratives*, p. 54.

contra-se em condições de a ela regressar. Mas, mais do que isso, o regresso tornado possível não significa já que Crusoe irá ocupar o mesmo lugar que antes havia deixado, e que se caracterizava pela recusa e pela fuga. Agora, pelo contrário, depois do longo processo de formação no curso do qual o impulso se tornou razão e a "Propension of Nature" se tornou vontade, o seu lugar na sociedade será de afirmação e de domínio.

Que sabe tirar do sonho o ensinamento essencial que este compreende mostra-o a conclusão a que, de imediato, chega: "Upon this however, I made this Conclusion, that my only Way to go about an Attempt for an Escape, was, if possible, to get a Savage into my Possession" (p. 199). Neste momento Crusoe ainda não sabe que as condições ora criadas levarão a que a sua saída da ilha não seja uma fuga, mas tão-somente um abandono. Mas sabe que a sua acção só poderá ser profícua se assentar no domínio do Outro. O que quer dizer que, finalmente, Crusoe encontrou o caminho para o poder.

*

* *

Entre Thomas More e Daniel Defoe a utopia deu ao indivíduo o que retirou à comunidade, também nisso acompanhando a história. Porque a emancipação da burguesia revolucionária trouxe consigo a ideia da libertação total do indivíduo de todos os laços que aos outros o uniam nas anteriores formas comunitárias da existência, essa ideia pôde, por um momento, ser elevada a um ideal de harmonia do homem consigo próprio e com o mundo. Que não se tratava de um ideal meramente calculista ou calculado, espero que tenha sido evidenciado durante a parte da análise que agora termina. De resto, a experiência parece mostrar que as representações da estreiteza ideológica ou da má-fé não são capazes de atingir valor estético[106]. Pelo contrário, o ideal incarnado por Crusoe

---

[106] Designo aqui, à falta de melhor, por "estreiteza ideológica", a natureza limitada de qualquer consciência colectiva com ca-

é um ideal totalizante e inocente, e só compreendendo que (e como) a burguesia foi capaz, num determinado momento, de o elaborar, será possível apreender-se em toda a sua magnitude o significado dessa grande libertação das energias produtivas que foi o dealbar do mundo moderno.

O ideal figurado por Crusoe era uma utopia nos dois âmbitos semânticos que podem ser atribuídos à palavra. *Ou topos*, o não-lugar, o lugar impossível, mas também *eu topos*, o lugar do bem, da felicidade. Durante algum tempo Crusoe descobriu e viveu este último sentido, reconhecendo-se a si próprio no mundo que construíra na realização de um ideal que, na sua grandiosidade, ultrapassou as condições estritas dos interesses de classe, de ordem sociológica, que o determinavam, para atingir uma aparência da universalidade, de ordem antropológica, de que falava Coleridge. Quanto ao primeiro sentido, aquele que condena a utopia à fugacidade do sonho, a sua descoberta leva Crusoe ao abandono, primeiro relutante, depois obsessivo, do ideal de plenitude que vivera. Entre a utopia e a realidade, o não-lugar e O lugar, vê-se compelido a optar pelo último: é a passagem, em termos lockianos, do espaço da liberdade aos limites da necessidade[107].

A utopia foi contudo um momento necessário na génese do poder individualista. Durante esse tempo Crusoe aprendeu a encontrar em si os recursos para a acção e para o domínio de si e das coisas. Ao começar agora a transferi-los para o domínio sobre os

---

rácter de classe que se manifesta incapaz de elaborar uma perspectivação global das relações do homem consigo próprio e com o mundo, incapacidade que se revela, para além do mais, no plano da criação artística. Lucien Goldmann reserva para este tipo, e outros, de consciência, a designação de "ideologia" (Cf., por ex., *Sciences humaines et philosophie* [1966], Paris, 1973, p. 110 — este tema é tratado por Goldmann na generalidade das suas obras).

107 "First, then, it is carefully to be remembered, That freedom consists in the dependence of the existence, or not existence of any *action*, upon our *volition* of it; and not in the dependence of any action, or its contrary, on our *preference*". John Locke, *An Essay Concerning Human Understanding*, I, p. 329, (II, XXI, 27). Cf., para o desenvolvimento do tema, todo o Cap. XXI do Livro II.

outros, ao tomar consciência dos novos valores que deverão nortear a sua acção na sociedade, ele fá-lo-á confiante em que esse é o seu caminho natural e adequado, sem qualquer complexo de culpa pela destruição do ideal que uma vez incarnara. A unidade do Crusoe anterior à descoberta da pegada e do Crusoe posterior ao segundo sonho só é possível porque a transformação entretanto verificada é por ele sofrida mais do que escolhida: o poder sobre os outros é desde o início o seu destino, não a sua opção. Porque, ao longo da sua caminhada para o poder, representa o carácter mais revolucionário da burguesia no tempo da sua ascensão histórica, Crusoe tornou-se no maior herói inocente que alguma vez esta classe pôde para si pensar.

No segundo dos sentidos acima apontados para a palavra (*eu topos*), a utopia é o horizonte de todos os ideais revolucionários. Talvez nem todos eles partilhem do outro sentido apontado, mas quanto ao que Crusoe por um momento representou, a história não deixou dúvidas de que partilhava dos dois irremediavelmente. E o que, neste domínio, a história provou, Robinson Crusoe viveu.

PARTE III

O PODER

> And because the power of one man resisteth and hintereth the effects of the power of another: power simply is no more, but the excess of the power of one above that of another.
>
> Thomas Hobbes[1]

A atribuição de uma autonomia original absoluta ao indivíduo encontra-se no cerne da grande revolução epistemológica operada pela burguesia na cultura ocidental. Ao elaborar um modelo de homem e de sociedade a partir dos exclusivos interesses individuais, o pensamento burguês combateu e eliminou todos os valores que, na cultura medieval que o antecedeu, encontravam o seu fundamento num plano transcendente, e obrigavam por isso o indivíduo à aceitação, para si e para os outros, de comportamentos e desígnios que lhe eram exteriores e superiores. Tal modelo encon

---

[1] Thomas Hobbes, *The Elements of Law Natural and Politic* (1650), ed. F. Tönnies, Cambridge, 1928, p. 26 (I, VIII, 4).

trou-o o novo pensamento nas relações contratuais de mercado que então se começavam a manifestar na organização económica da sociedade, relações que, para atingirem a sua plena eficácia, implicavam a autonomia total dos seus agentes. Com efeito, a validade absoluta do contrato entre indivíduos só é possível na base da total liberdade de cada um de dispor dos seus direitos em função dos seus exclusivos interesses, donde resulta que a universalidade do contrato exige uma comunidade de indivíduos originalmente livres e iguais em direitos, em que cada um é proprietário único de si próprio e dos seus interesses e capacidades[2].

As condições necessárias à possibilidade da sociedade de mercado, horizonte histórico da burguesia ascendente, surgem assim aos olhos desta classe configuradas na universalização da categoria do contrato, a qual requer não só uma transformação prática da sociedade mas também o reconhecimento teórico do carácter original dessa categoria. Isto é, para poder pensar como projecto uma sociedade de homens formalmente livres e iguais, e ao mesmo tempo reconhecer como necessária a desigualdade real entre proprietários e assalariados, a visão do mundo burguesa teve de imaginar um momento original, uma sociedade natural, em que todos os homens se encontravam nas mesmas condições e usufruíam dos mesmos direitos. Só a partir de uma formulação que obedecesse a estes requisitos seria possível uma teoria da sociedade em que a diferenciação de classes não aparecesse como expressão de uma or

---

[2] Lucien Goldmann, que desde cedo se interessou pela análise das categorias estruturadoras da visão do mundo da burguesia europeia ao longo do período localizado entre os séculos XII e XVIII (*Introduction à la philosophie de Kant* [1945], n.p.[Presses Universitaires de France],1948, trad. do autor; *Le Dieu caché*, n.p. [Gallimard], 1959), acabou por estabelecer uma articulação entre essas categorias e a estrutura de troca na sociedade de mercado ("La Philosophie des Lumières", in *Structures mentales et création culturelle*, Paris, 1970, pp. 21-129). Por outro lado, a relação entre a estrutura da sociedade de mercado e o pensamento inglês do séc. XVII, de Hobbes a Locke, é brilhantemente estudada por C. B. Macpherson em *The Political Theory of Possessive Individualism*. As ideias expostas neste parágrafo e no seguinte são, no essencial, retiradas destes dois autores.

dem transcendente, como acontecia no pensamento medieval, mas como o resultado de uma série de contratos em que uma parte dos indivíduos que compunham a sociedade decidiu (decisão que pode ter sido necessária) abdicar, em favor dos outros, do direito original de cada um deles ao produto do seu trabalho e, consequentemente, dos restantes direitos que decorrem daquele (tais como os direitos políticos). A concepção de um estado de natureza, de um momento inicial em que todos os indivíduos possuíam exactamente os mesmos direitos e a mesma autonomia, e entre eles o direito de abdicar por contrato desses mesmos direitos e autonomia (de os vender, portanto), tornou-se assim no ponto de partida necessário à coerência da teoria burguesa da sociedade.

Esta transferência para o indivíduo da origem do direito, que se consubstanciou na teoria do direito natural, implicou, pelo mesmo movimento lógico, a concepção do indivíduo como centro original da acção e do poder. Sendo o direito natural por excelência o direito do indivíduo à sua própria vida, ou seja, à salvaguarda da sua subsistência, e uma vez considerado que, no estado de natureza, não existe qualquer poder exterior ao indivíduo que de algum modo garanta ou zele pelo exercício desse direito, a colocação de tal exercício na dependência do poder de cada um é um corolário lógico[3]. Por outro lado, e em consequência de não haver na sociedade poderes que não tenham a sua origem nos indivíduos que a compõem, todo e qualquer excesso de poder de um ou mais indivíduos sobre os outros resulta necessariamente de uma transferência operada por meio de contrato. Como a importância -

---

[3] Esta caracterização, pela sua generalidade, aplica-se às várias teorias do estado de natureza e da sociedade que surgem, nas suas formas mais sistematizadas, no séc. XVII. Se se quisesse, contudo, apontar um caso exemplar, ele seria porventura a filosofia de Hobbes, onde a ruptura com os valores tradicionais, assim como os pressupostos do individualismo formulados a partir da estrutura do mercado, são levados às mais extremas consequências. Cf. *Leviathan*, p. 66 (I, XIV): "The Right Of Nature, which Writers commonly call *Jus Naturale*, is the Liberty each man hath, to use his own power, as he will himselfe , for the preservation of his own Nature; that is to say , of his own Life".

- a possibilidade de acção — social de cada um depende directamente do poder que possui, e uma vez que o valor de tudo, portanto também dos homens, é a expressão da sua importância relativa enquanto termo de troca numa estrutura de mercado (ou seja, enquanto mercadoria), segue-se como consequência lógica que o poder de cada indivíduo traduz o seu valor social. Aqui, como noutros capítulos, é Hobbes quem expressa esta ideia da forma mais clara e epigramática: "The Value, or *Worth* of a Man, is *as of all other things*, his Price; that is to say, so much as would be given for the use of his Power"[4].

Propriedade individual, o poder é assim um bem privado que pode ser obtido ou alienado através de contrato. O mercado do poder é um mercado livre, e, naturalmente, será aquele que à partida for já mais poderoso quem estará em condições de ver o seu poder sucessivamente acrescido. É neste mercado que, após o segundo sonho, Crusoe entra.

*
* *

1 — FRIDAY

Como vimos no fim da parte anterior deste trabalho, o sonho, levando Crusoe à descoberta do domínio do Outro como meio de poder, fornece-lhe finalmente a razão que lhe faltava para atacar os selvagens. Apoderar-se de um deles ("to get a Savage into my Possession" - p. 199) torna-se a partir de agora no seu único objectivo, e só a sua realização lhe aparece como o caminho para ultrapassar o estado de instabilidade em que vive.

Nesta nova situação todos os escrúpulos morais que antes lhe tinham surgido como impeditivos do ataque aos selvagens são eliminados:

---

[4] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 44 (I, X) (primeiro sublinhado de Hobbes; segundo sublinhado meu).

> However at last, after many secret Disputes with my self, and after great Perplexities about it, for all these Arguments one Way and another struggl'd in my Head a long Time, the eager prevailing Desire of Deliverance at length master'd all the rest; and I resolv'd, if possible, to get one of those Savages into my Hands, cost what it would (p.200).

Tínhamos visto que, aquando das anteriores reflexões de Crusoe sobre o seu direito moral de atacar os selvagens, ele tinha concluído por uma identificação da sua decisão com a vontade de Deus que lhe dava a confiança necessária a que o cumprimento dos seus interesses lhe aparecesse sancionado por uma ordem transcendente. Nessa altura, porque ele não descobrira ainda o processo pelo qual o acto de atacar os selvagens podia traduzir-se numa conquista de poder, a renúncia apareceu-lhe como a opção justa. Mas agora, uma vez encontrada uma racionalidade para esse acto, a sua escolha é a inversa: os valores morais são, em última instância, determinados pela estratégia do poder.

Neste estabelecimento de uma relação de determinação constituinte entre o interesse pelo poder e os valores éticos Crusoe configura o percurso fulcral do pensamento burguês no que se refere à teoria da sociedade e do Estado[5]. Dois séculos antes de *Robinson Crusoe* a teoria burguesa do Estado havia sido fundada por Maquiavel, que determinara a fundamentação dos valores do Estado na própria racionalidade do seu poder. Isto é, a ética, enquanto sistema de valores autónomo relativamente aos interesses

---

[5] Nos primórdios da filosofia burguesa não existe ainda uma separação rigorosa entre os conceitos de sociedade e de Estado. Como o afirma Max Horkheimer a propósito da época de Hobbes: "L'État comme unité indistincte de la nation et de l'État, et l'État comme réunion des diverses classes avec leurs intérêts divers, donc l'État et la société, ne sont pas encore des concepts separés" (*Les Débuts de la philosophie bourgeoise de l'histoire* (1930), trad. de Denis Authier, Paris, 1974, p. 68). Poder-se-á acrescentar que esta diferenciação está já implícita no pensamento de Locke, que a fundamenta na sua teoria do estado de natureza, sendo ela que lhe possibilita a recusa da auto-perpetuação do poder soberano defendida por Hobbes (Cf. C. B. Macpherson, *The Political Theory of Possessive Individualism*, pp. 221-51).

materiais dos indivíduos, desaparece, para dar lugar a uma pragmática do poder. Porém, esta teoria ética, com toda a sua crueza positivista, dificilmente poderia ser aceite num mundo onde, por um lado, era ainda poderosa a fundamentação escolástica de uma ética transcendente e, por outro lado, se afirmava a nova ética humanista, também ela, como a anterior, de raíz cristã, que acentuava a perenidade de valores comunitários universais. O primeiro passo dado na resolução desta dificuldade deve-se a Hobbes, que à teoria maquiaveliana da razão do Estado acrescenta uma fundamentação ética diferenciada. O poder do Estado, que em Maquiavel se fundamenta a si próprio, é justificado por Hobbes, em última instância, pela lei da natureza: com este desenvolvimento teórico a razão do Estado torna-se num imperativo ético.

Se a este quadro conceptual acrescentarmos a tradição calvinista na qual o eleito se concebe como instrumento da vontade de Deus, identificando assim os seus interesses com os desígnios divinos, temos reunidas as principais linhas de força que determinam o comportamento de Crusoe e nele são configuradas. Quanto à identificação do poder que ele agora começa a adquirir com o poder de Estado, o próprio Crusoe se encarregará de a afirmar mais tarde, como a seu tempo veremos.

Ao optar agora pela acção, Crusoe denota também o reaparecimento de uma harmonia interior análoga à que o havia caracterizado antes da descoberta da pegada, e que, como então, se expressa através do acordo íntimo entre os seus interesses e a ordem natural das coisas e dos acontecimentos: "But as I could pitch upon no probable Means for it, so I resolv'd to put my self upon the Watch, . . . and leave the rest to the Event, taking such Measures as the Opportunity should present, let be what would be" (p. 200). Este contacto temático entre a parte da narrativa em que Crusoe descobrira a harmonia utópica consigo e com o mundo através de uma revelação operada pelo curso natural dos acontecimentos (como aquando da germinação dos cereais ou da cozedura acidental do barro), e o momento actual, em que ele começa a descobrir o poder sobre os outros como forma real de domínio de si e do mundo, para além de integrar o paralelismo estrutural entre o

percurso posterior ao primeiro sonho e a acção que decorre do segundo sonho, revela a interligação desses dois momentos no plano da constituição e desenvolvimento da personagem. A facilidade com que Crusoe é agora levado a acreditar que, de um modo ou de outro, os acontecimentos lhe proporcionarão a possibilidade de atingir os seus objectivos, é o resultado da confiança, outrora obtida, no acordo entre os seus interesses e a ordem do mundo. Noutros termos, dir-se-á que a realidade do individualismo encontra a sua justificação na utopia sonhada pelo próprio individualismo, tal como a teoria burguesa da sociedade encontra a razão do projecto que defende num estado de natureza original que ela própria imagina.

Esta reaquisição da confiança nas possibilidades da sua acção (na linearidade do percurso narrativo trata-se de uma reaquisição, embora no plano da realidade agora representada — a realidade social — seja esta a primeira vez que Crusoe possui essa confiança, sendo a anterior a sua mera projecção utópica nas origens) leva Crusoe a alterar radicalmente o modo como pensa a sua relação com os selvagens, preocupando-se agora mais em procurá-los do que, como antes acontecia, em evitá-los: "in a Word, I was not at first so careful to shun the sight of these Savages, and avoid being seen by them, as I was now eager to be upon them" (p. 200). Ao medo de ser descoberto pelos outros sucede-se a preocupação em descobri-los, numa transformação que dá conta de como Crusoe se encontra finalmente em condições de iniciar a conquista do poder. Todas as suas atenções passam a estar determinadas pela necessidade de domínio sobre os outros, de tal modo que o desejo o leva a imaginar um poder desde logo superior àquele que o sonho lhe permitira antever: "Besides, I fancied my self able to manage One, nay, Two or Three Savages, if I had them so as to make them entirely Slaves to me, to do whatever I should direct them, and to prevent their being able at any time to do me any Hurt" (p. 200).

Inebriado pela descoberta a que o sonho o conduzira Crusoe não vê limites à aquisição de poder. Sem lhe negar este propósito, a realidade mostrar-lhe-á porém que tal aquisição deverá

ser gradual, que a satisfação do desejo nunca é plena, antes se desenrolando ao longo do tempo numa conquista sucessiva e sempre insatisfeita. Essa conquista, que no período utópico de Crusoe tivera o seu mito da inocência, inicia-se na realidade a partir de agora, e não mais terá fim.

O período de ano e meio que ainda decorre até que se verifique a possibilidade de realização do sonho, longe de o fazer vacilar, serve para demonstrar que o desejo de poder, uma vez descoberto, é inabalável: "This was very discouraging, and began to trouble me much, tho' I cannot say that it did in this Case, as it had done some time before that, (*viz.*) wear off the Edge of my Desire to the Thing. But the longer it seem'd to be delay'd , the more eager I was for it" (p. 200). Neste desejo imperecível e nunca definitivamente satisfeito, que de meio de realização do sujeito no mundo se transformou em busca de domínio do indivíduo sobre os outros, e no qual Ian Watt encontrou, como já antes foi referido, a "tendência dinâmica do capitalismo", podemos afinal ver configurada a natureza humana tal como o individualismo a concebeu e Hobbes, talvez melhor que ninguém, a formulou: "So that in the first place, I put for a generall inclination of all mankind, a perpetuall and restlesse desire of Power after power, that ceaseth onely in Death"[6].

*

* *

Quando finalmente os selvagens reaparecem na ilha os acontecimentos desenrolam-se exactamente de modo a que a predição essencial do sonho se realize: Crusoe obtém o domínio sobre um dos selvagens. Contudo, surgem certos factos durante a sequência dos acontecimentos que, diferenciando-se do conteúdo do sonho, levam Crusoe a aperceber-se que a realidade é algo diferente daquilo que tinha sonhado e, com base no sonho, projectado.

---

[6] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 49 (I, XI).

Para começar, as canoas com selvagens que chegam à ilha são desde logo em número superior às suas expectativas, o que o leva a sentir um momentâneo desânimo: "The Number of them broke all my Measures . . . so I lay still in my Castle, perplex'd and discomforted" (p. 201). Embora a hipótese de atacar os selvagens não constasse do sonho, sem dúvida que era essa a possibilidade que ele encarava como mais provável, pelo que a verificação de que os selvagens ultrapassam bastante o número de onze que no sonho antevira constitui uma primeira barreira posta pela realidade à ânsia de poder.

Mas essa barreira encerra um importante ensinamento: através dela Crusoe aprende que o poder é também função da oportunidade, a qual, aguardada pacientemente, acaba por se manifestar. E quando um dos prisioneiros foge em direcção à sua habitação e o vaticínio sonhado começa a tornar-se realidade ele sabe já que não pode confiar plenamente na sonho:

> and now I expected that part of my Dream was coming to pass, and that he would certainly take shelter in my Grove; but I could not depend by any means upon my Dream for the rest of it, (*viz.*) that the other Savages would not pursue him thither, and find him there (p. 202).

Esta observação de Crusoe revela a consolidação nele de um sentido da realidade pelo qual descobre que o poder comporta riscos que estão para além do sonho.

Finalmente, a obtenção do poder exigir-lhe-á também acção. No sonho, o domínio sobre o selvagem surgia perante uma atitude meramente passiva da parte de Crusoe, que se limitava a mostrar-se ao perseguido e a sorrir-lhe. Na realidade, porém, ele vê-se obrigado a agir para obter o poder que pretende, e a sua acção reveste-se de um carácter terrível, porque extremo e definitivo: pela primeira vez na sua vida Crusoe mata um ser humano.

Neste acto Crusoe aprende que a luta pelo poder é uma luta de vida ou de morte, na qual vence aquele que consegue destruir o outro: "but as I came nearer, I perceiv'd presently, he

had a Bow and Arrow, and was fitting it to shoot at me; so I was then necessitated to shoot at him first, which I did, and kill'd him at the first Shoot" (p. 203). Foi referido na parte anterior deste trabalho que, quando encontra na praia o cadáver de um rapaz que naufragara nos escolhos que a ele tinham salvo a vida, Crusoe contempla a morte que se intercala entre ele e o poder na sociedade. Agora, chegadas as condições da realização desse poder, tal morte constitui o ritual necessário: no momento da sua consumação o poder sobre o Outro tem o seu baptismo de sangue.

Para além destas diferenças entre o sonho e a realidade, pelas quais Crusoe aprende que o poder não é dado a um sujeito passivo mas é antes o resultado do saber e da acção aplicados a um objectivo, a sequência dos acontecimentos verifica-se de um modo "providencial", isto é, proporciona-lhe a obtenção daquilo que pretende. A sua intervenção não mais lhe aparece como uma violação da ordem, como em tempos ele havia receado, mas antes como um acto exigido e dirigido pela Providência: "It came now very warmly upon my Thoughts, and indeed irresistibly, that now was my Time to get me a Servant, and perhaps a Companion, or Assistant; and that I was call'd plainly by Providence to save this poor Creature's Life" (p. 202). Ao descobrir que chegou a oportunidade para agir, Crusoe fá-lo desde logo em função do objectivo que o norteia desde o sonho: o poder. Disso é significativo que a primeira palavra que lhe ocorre para denominar o outro ("Servant ") exprima precisamente a relação de domínio desejada, e que as seguintes ("Companion, or Assistant"), que designam uma relação com alguma tonalidade comunitária, venham regidas por um advérbio ("perhaps") que confere a tal relação um carácter de incerteza e mesmo de dispensabilidade. Quanto ao facto de o domínio se lhe revelar como um apelo da Providência, trata-se de uma consequência lógica da identificação, que já antes se começara a operar , dos interesses de Crusoe com a ordem do mundo, identificação pela qual a razão de ser dos seus actos é transferida para uma instância superior, para uma transcendência tutelar que é o desdobramento ideológico de si próprio.

Na relação de domínio que se institui logo após Crusoe ter eliminado os selvagens é de assinalar que mais uma vez

surge com papel relevante a arma de fogo, que desde as aventuras na costa de África aparece como símbolo do poder. Contudo, é também porque a relação de domínio passou a estar integrada na ordem natural das coisas que a submissão do selvagem fugitivo é imediatamente manifestada por um acto da sua livre vontade : " and then he kneel'd down again, kiss'd the Ground, and laid his Head upon the Ground, and taking me by the Foot, set my Foot upon his Head; this it seems was in token of swearing to be my Slave for ever" (pp. 203-4).

Na ocorrência destes dois momentos — o medo do selvagem perante a arma de fogo e o seu acto de submissão — encontramos mais um correlato de um modelo conceptual da filosofia individualista do séc. XVII: a relação estabelecida por Hobbes entre o dominador e o dominado por conquista[7]. Com efeito, ainda que não seja desejo de Crusoe eliminar o selvagem, o facto é que só não o fará desde que veja da parte deste algum sinal de submissão. Por seu lado, o selvagem, desconhecedor dos propósitos de Crusoe, ao ver como o seu perseguidor foi abatido pela arma de fogo, pensa-se na situação de próxima vítima: "and I cou'd then perceive that he stood trembling, as if he had been taken Prisoner, and had just been to be kill'd, as his two Enemies were" (p.203). Nestas palavras são bem expressas as condições subjectivas que levam o selvagem a manifestar de imediato a sua sujeição: ele fá-lo em troca da sua própria vida. Se compararmos agora estes passos que levam ao estabelecimento do poder de Crusoe com as considerações expressas no *Leviathan* acerca do domínio adquirido por conquista verificamos como as estruturas mentais a que obedecem a imaginação e a articulação dos acontecimentos em Defoe coincidem com a visão do mundo conceptualizada por Hobbes:

---

[7] Escolho as palavras "dominador" e "dominado" para designar genericamente aquilo que Hobbes entende por "Master" e "Servant", na impossibilidade de encontrar uma tradução adequada para estes termos, e em especial para o último. De resto, "dominador" e "dominado" são termos deduzíveis da designação que Hobbes dá à relação em que integra aqueles conceitos : "Dominion" (Ver *Leviathan*, II, XX).

> And this Dominion [of the Master over his Servant] is then acquired to the Victor, when the Vanquished, to avoyd the present stroke of death, covenanteth either in expresse words, or by other sufficient signes of the Will, that so long as his life, and the liberty of his body is allowed him, the Victor shall have the use thereof, at his pleasure.. And after such Covenant made, the Vanquished is a *Servant*, and not before[8].

Algum tempo depois, e imediatamente antes do momento da narrativa em que Crusoe formaliza por palavras a relação de dominação, atribuindo um nome ao selvagem e ensinando-o a chamar-lhe "Master", a submissão de Friday é mais uma vez acentuada através dos seus mais que suficientes "signes of the Will", lançando-se de novo por terra ("with all the possible Signs of an humble thankful Disposition" - p. 206), colocando de novo o pé de Crusoe sobre a sua cabeça, e, como se tudo isto não bastasse, mostrando ainda todos os restantes sinais de sujeição imagináveis: " and after this, made all the Signs to me of Subjection, Servitude, and Submission imaginable, to let me know, how he would serve me as long as he liv'd" (p. 206). Tão grande acumulação de manifestações de obediência por parte de Friday não pode deixar de ser significativa, e é-o ao demonstrar que Defoe pretende deixar bem claro que a relação entre as suas duas personagens não é a de dono-escravo, mas a de dominador-dominado ("Master-Servant"), ou seja, resulta de um contrato. Esta preocupação é também análoga à que encontramos em Hobbes quando ele estabelece a diferença entre o escravo, o qual não tem qualquer tipo de obrigação, e o que designa por "Servant", que se obriga a obedecer por contrato[9].

Na sua afirmação da autonomia absoluta do indivíduo, a burguesia revolucionária, cujo modo de produção não assenta no tra

---

[8] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 106 (II, XX).

[9] "for such men, (commonly called Slaves,) have no Obligation at all; but may break their bonds, or the prison; and kill, or carry away captive their Master, justly". Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 106 (II, XX).

balho escravo, tende a recusar o esclavagismo como forma de relação entre os homens, considerando-o contrário às leis da natureza. Com efeito, ao erigir o contrato como categoria estruturante da sociedade, o individualismo não pode aceitar formas de dominação que não pressuponham um momento inicial em que as partes contratantes são livres, decorrendo toda a obediência de uma aceitação mútua das condições que a proporcionam. Por isso se torna necessário acentuar, como o faz Hobbes no passo atrás citado, que a relação de dominação na qual assenta o edifício social só existe a partir do momento em que o dominado expressa a sua vontade de obediência, e nunca antes, ou seja, que a relação social pressupõe necessariamente o contrato[10].

Ao aplicar às relações entre as suas personagens o modelo de vínculo contratual que, como já foi referido no início desta parte do trabalho, encontra o seu arquétipo na estrutura do mercado, Defoe confere à entrada de Crusoe na sociedade um carácter rigorosamente individualista, coerente portanto com a configuração da personagem desde o início da narrativa. Na sequência da sua recusa de valores transindividuais Crusoe aprendera já, aquando do encontro com o capitão português, que só na base de relações contratuais lhe era possível estabelecer um entendimento com outro indivíduo, entendimento que, como se verificará mais tarde através do reencontro com o mesmo capitão, se torna até num

---

[10] Maximillian Novak refere a relação entre Crusoe e Friday não a Hobbes, mas ao modelo de lei natural estabelecido por Hugo Grócio (*Defoe and the Nature of Man*, p. 52). Para o que aqui se pretende demonstrar — a existência de uma homologia estrutural entre o universo fictício de *Robinson Crusoe* e o pensamento da burguesia revolucionária do séc. XVII — é, em princípio, indiferente que o termo de comparação seja Grócio ou Hobbes. Contudo, penso que o facto de Hobbes não ver nesta forma de domínio apenas uma instância do direito natural, mas nela acentuar primordialmente o carácter contratual em que fundamenta a sua concepção global da sociedade, torna mais pertinente a analogia com o *Leviathan* do que com *De Jure Belli ac Pacis*, onde a instituição de uma relação patrão-escravo através da guerra não é considerada como um contrato, mas como um direito do vencedor. Cf. Hugo Grótio, *De Jure Belli ac Pacis Libri Tres*, trad. Francis W. Kelsey, Oxford, 1925, Vol. II, pp. 690-1 (III, VII, I) e Vol. II, p. 761 (III, XIV, I).

princípio de amizade. Nessa altura, Crusoe limitara-se a desempenhar o papel passivo de um aprendiz; mas agora, uma vez adquiridas as categorias mentais que lhe permitem pensar-se como sujeito autónomo do saber e da acção, encontra-se em condições de encarar o contrato como meio exclusivo de aquisição de poder. Com a submissão de Friday inicia-se pois, finalmente, a figuração do domínio da realidade através do domínio do Outro; ou, por outras palavras, a figuração da sociedade tal como a representa a visão do mundo individualista.

*

* *

Após o aparecimento em cena de Friday a narrativa alonga-se, durante várias páginas, na apresentação das sucessivas fases por que passa a integração do selvagem nos hábitos e nas ideias de Crusoe, só depois sendo retomada a acção na sequência da da qual o período da ilha chega ao fim. Ao mesmo tempo, os propósitos antes manifestados por Crusoe, particularmente aquando da descoberta do navio naufragado, e que consistiam na ideia fixa de abandonar a ilha, como que são relegados temporariamente para segundo plano, para darem lugar à preocupação dominante em educar Friday, o que de resto pode ser atestado pelo cálculo do tempo decorrido entre a chegada deste e o momento em que Crusoe decide iniciar a construção de um novo barco.

Embora tal período não seja explicitamente indicado, podemos calculá-lo com base no passo em que Crusoe se refere ao 26º aniversário da sua estada na ilha, e onde afirma: "I was now entred on the seven and twentieth Year of my Captivity in this Place; though the three last Years that I had this Creature with me, ought rather to be left out of the Account" (p. 229). Se considerarmos que Friday completara a sua aprendizagem de como manobrar as velas e o leme por alturas deste aniversário (ou um pouco antes, se tivermos em conta que a estação das chuvas, durante a qual a aprendizagem seria difícil, começara há cerca de mês e meio), e que essa aprendizagem fora imediatamente antecedida pe-

la construção e apetrechamento do barco, o que demorara cerca de três meses e meio, podemos concluir que, dos três anos que Crusoe diz ter até então passado com Friday, apenas aproximadamente os últimos seis meses são preenchidos com actividades que têm em vista o abandono da ilha. Quanto aos restantes dois anos e meio, correspondem necessariamente ao referido alongamento da narrativa durante o qual as razões antes invocadas por Crusoe para a necessidade de obter domínio sobre um selvagem deixam, pelo menos aparentemente, de determinar a acção.

Antes de passar à análise desta inflexão no curso dos acontecimentos importa assinalar um problema com ela relacionado, que, embora de importância secundária para a perspectiva a que obedece o presente trabalho, pode implicar interpretações de algum modo relevantes. Trata-se da questão das incongruências cronológicas, das quais é exemplo a contradição entre o passo citado no parágrafo anterior e outras afirmações de Crusoe, como a de que a chegada de Friday se verifica quando a sua estada na ilha já dura há mais de vinte e cinco anos (p. 204). Apesar da incongruência, parece contudo estar na mente de Defoe atribuir ao período em causa a duração de três anos, a qual é confirmada por outro passo: "the Conversation which employ'd the Hours between *Friday* and I, was such, as made the three Years which we liv'd there together perfectly and compleatly happy" (p. 220). Tanto aqui como no passo atrás citado, quer os termos das afirmações, quer ainda o tom e o contexto de cada uma, parecem referir inequivocamente como sendo de três anos o tempo que ambos vivem sós na ilha.

Pode-se dizer que a detecção de incongruências na obra, do ponto de vista da verosimilhança, começa a ser feita no momento da sua publicação. Com efeito, é o próprio Defoe quem, ou em consequência de uma leitura mais atenta do texto quando este já se encontrava na tipografia, ou em resultado de uma chamada de atenção por parte do editor, faz inserir uma errata no fim do volume, na qual tenta corrigir algumas contradições existentes no texto, mas fazendo-o de um modo tão atabalhoado, provavelmente devido à urgência da publicação posta pelo editor, que nalguns ca-

sos acaba por provocar ainda maior confusão do que já existia[11]. Mas a primeira recolha efectiva das inconsistências verificadas na obra é a levada a cabo por Charles Gildon, que, poucos meses após a publicação de *Robinson Crusoe*, no seu já citado livro (*The Life and Strange Surprizing Adventures of Mr. D... De F...,of London, Hosier*), aponta um grande número de situações que considera inverosímeis e contraditórias. Embora muitas dessas inconsistências sejam na realidade forçadas pelo próprio Gildon, a verdade é que algumas se encontram indesmentivelmente na obra.

Desde então as referências dos críticos a este assunto quase se limitaram a repetir ou contestar as acusações de Gildon, até que, num artigo publicado em 1912, William Hastings tenta elaborar, em termos objectivos, uma lista dos "erros e inconsistências" existentes na obra, estabelecendo para tal uma distinção entre, por um lado, as confusões cronológicas e, por outro lado, as afirmações contraditórias relativas às situações e experiências narradas[12].

Embora as preocupações de William Hastings se tenham limitado à elaboração de um inventário, sem dele extrair quaisquer conclusões significativas (considera apenas poder provar que não existe na obra uma alegoria precisa e literal da vida de Defoe), a distinção que estabeleceu revelou-se um instrumento crítico de certa importância, na medida em que permitiu separar dois tipos de inconsistência qualitativamente diferentes. Assim, se as inconsistências entre factos ou acontecimentos, ou a sua inverosimilhança, apenas podem indicar, quando muito, que a importância do pormenor ou a funcionalidade orgânica das situações levam por vezes Defoe a descurar a necessidade de coerência interna ou externa dos conteúdos, já as incongruências cronológicas podem ajudar à análise do momento (ou momentos) em que se verificam, e fundamentalmente de dois modos: dando a entender que o autor sen

---

[11] Veja-se o exemplo apontado por William T. Hastings, em "Errors and Inconsistencies in Defoe's *Robinson Crusoe*", *Modern Language Notes*, 27 (1912), p. 166.

[12] Ver nota anterior.

tiu ser organicamente necessário prolongar um acontecimento , ou série de acontecimentos, para além dos limites temporais inicialmente previstos, sem que, por qualquer razão, lhe fosse então possível alterar o plano inicial; ou denunciando a existência de uma interpolação (ou interpolações) a que o resto do texto não foi, por qualquer razão, adaptado. Evidentemente que os dois casos se podem verificar em simultâneo[13] .

A segunda destas hipóteses é estudada e defendida por Dewey Ganzel, num artigo publicado em 1961 [14] . Após uma análise minuciosa dos vários dados cronológicos do romance, assim como das inconsistências notadas por W. Hastings, Ganzel acaba por determinar a ocorrência de apenas uma importante disparidade nas várias datas fornecidas por Crusoe, que incide fundamentalmente sobre o período em que este e Friday vivem sós na ilha. Tomando por base essa disparidade, e apoiando-se em certas variações de tom e de substância na narrativa, o autor conclui finalmente pela existência de uma interpolação, que se verificaria desde o momento em que é relatado o fim da pilhagem do navio naufragado (a partir de: "I liv'd in this Condition near two Years more" - p.194), até à conclusão das reflexões de Crusoe sobre a Escritura e a conversão de Friday ("After *Friday* and I became more intimately acquainted" - p. 222).

Contrariamente à leitura que atrás foi feita, e que é de resto também a perfilhada por W. Hastings, Ganzel não considera as referências de Crusoe ao período de três anos com Friday como dizendo respeito ao tempo em que os dois viveram sós, mas sim como abrangendo a totalidade da estada de Friday na ilha. Esta divergência de opiniões não invalida, contudo, a possibilidade de a

---

[13] Há ainda, como é óbvio, outra hipótese: a de que Defoe , pura e simplesmente, se enganou. Contudo, a sua preocupação quase obsessiva com as datas, assim como o cuidado que manifesta em delimitar temporariamente os diferentes períodos das vidas das suas personagens, tornam tal hipótese pouco provável, principalmente se tivermos em conta os casos em que a inconsistência não é meramente pontual.

[14] Dewey Ganzel, "Chronology in *Robinson Crusoe*", *Philological Quarterly*, 40 (1961), pp. 495-512.

hipótese de interpolação defendida por este autor ser parcialmente aplicável à compreensão daquele anacronismo.

Nos termos da sua interpretação das inconsistências cronológicas, Ganzel considera que o momento da entrada em cena de Friday, tal como estaria previsto num plano prévio, é substituído, por qualquer razão, pelo sonho, o que, atrasando a chegada dos canibais, obriga Defoe a prolongar a estada de Crusoe por cerca de mais um ano. Por outro lado, Defoe teria tentado acentuar, na sequência interpolada, a religiosidade evangélica que se constata nas discussões religiosas complexas que terminam abruptamente no fim da sequência assim como na crescente consciência que Crusoe adquire de Friday como objecto de doutrinação missionária. Finalmente, e em conclusão do seu artigo, Ganzel assinala que as disparidades e inconsistências apontadas apenas indicam a existência, e não a causa, da interpolação.

Uma vez que o âmbito do presente trabalho se refere à génese histórica de *Robinson Crusoe*, e não à sua génese psicológica, não haveria aqui lugar para a discussão da pertinência ou validade da tese de Dewey Ganzel. Com efeito, para o estudo da obra como expressão coerente de uma visão do mundo historicamente determinada é, em princípio, teoricamente irrelevante e metodologicamente dispensável a análise do processo concreto da sua composição. Contudo, penso que a hipótese aventada por Ganzel, se não contribui em nada para a determinação do significado histórico da obra, pode ser útil na medida em que, no caso de corresponder efectivamente à realidade, demonstra que Defoe sentiu, por processos que eventualmente só uma psicologia da criação artística poderia determinar, que a coerência da narrativa exigia quer o segundo sonho, quer um desenvolvimento das relações entre Crusoe e Friday.

Quanto à adequação orgânica do segundo sonho, vimos já na parte anterior deste trabalho como ela se verifica em função quer do paralelismo que institui com a situação em que ocorrera o primeiro, quer do tipo de transformação da personagem que implica. Resta examinar agora em que medida o alongamento do período da vida em comum de Crusoe e Friday, sem que durante esse pe-

ríodo se verifique qualquer desenvolvimento da acção principal, tendente à saída da ilha, pode ser entendido como organicamente adequado à coerência global e à economia da narrativa. Só após tal exame se poderá considerar se a tese de Ganzel permite confirmar o sentido desta sequência. Se se concluir que a disparidade cronológica pôde resultar da necessidade de alteração de um qualquer plano prévio, que Defoe terá nalgum momento sentido, poderemos então verificar ainda se a hipótese de interpolação é a única que permite explicar essa disparidade. Regressemos, portanto, à análise do texto, até que tenhamos elementos suficientes para responder a estas questões.

*

* *

Vimos já como a relação entre Crusoe e Friday se instituí, logo do seu início, nos termos da relação de dominação que fora prenunciada pelo sonho, a qual é estabelecida através de um contrato. No prosseguimento das condições desse contrato o selvagem deverá colocar ao serviço de Crusoe as suas habilidades e capacidades, o que resulta da transferência de poderes operada.Por isso, os primeiros actos do selvagem que se seguem à sua declaração de obediência aparecem precisamente como actos de livre vontade nos quais ele se substitui à acção de Crusoe, eliminando definitivamente o perseguidor que não tinha ainda sido morto (p. 204) e encarregando-se de enterrar os dois corpos (p. 205). Assinale-se que, no primeiro destes dois exemplos da subordinação aceite por Friday, é ecoada a primeira relação de poder que Crusoe experimentara quando, na costa de África, deixara a Xury a tarefa de desferir sobre o leão o golpe de misericórdia. Se a morte do leão simbolizara o primeiro sinal do domínio que Crusoe viria a obter sobre a natureza, sendo o acto de Xury a marca da sua subalternidade, a morte do selvagem levada a cabo por Friday reitera agora o domínio de Crusoe sobre os homens, sendo o acto de Friday a marca da obediência assumida.

Mas ao mesmo tempo que a relação com Friday realiza a

dominação sonhada, Crusoe aprende também, como já vimos, que há uma distância entre o sonho e a realidade que tem de ser preenchida pela sua própria capacidade de decisão e acção. Assim, e apesar de a atitude de Friday representar, ponto por ponto, a obediência consentida que a visão do mundo individualista atribui ao Outro nas relações sociais de dominação, Crusoe não deixa de tomar medidas que garantam a sua segurança face a uma eventual quebra do contrato por parte de Friday, pelo que, mais uma vez, se vê na necessidade de alterar na prática o conteúdo do sonho: "I carry'd him not to my Castle, but quite away to my Cave, on the farther Part of the Island; so I did not let my Dream come to pass in that Part, *viz.* That he came into my Grove for shelter " (p. 205).

Dir-se-á que esta medida de segurança constitui uma atitude obviamente natural da parte de Crusoe. Contudo, ela demonstra que, para o individualismo, a validade do contrato em que fundamenta as relações sociais não decorre da própria natureza do compromisso contratual, mas tem antes de ser assegurada, por parte daquele que pelo contrato adquire poder, através de medidas que impeçam a sua dissolução. Como afirma Hobbes, a palavra daquele que por contrato transfere os seus direitos (e respectivos poderes) para outrem, não é suficiente para assegurar o compromisso, havendo para tal necessidade de meios coercivos exteriores ao contrato: "Bonds . . . have their strength, not from their own Nature, (for nothing is more easily broken than a mans word,) but from Feare of some evill consequence upon the rupture"[15].

Porque o contrato como categoria estruturante das relações sociais pressupõe a inexistência de quaisquer valores, ou forças, superiores ao indivíduo, necessário se torna conceber que os interesses que o contrato em última instância satisfaz apenas podem ser defendidos pela força da parte a que dizem respeito. Por isso, enquanto não tiver a certeza de que Friday não aproveitará a primeira oportunidade para romper o contrato, certeza essa que

---

[15] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 68 (I, XIV).

obterá mais tarde, Crusoe toma as medidas necessárias para que tal oportunidade não surja, impedindo o acesso do selvagem ao último reduto da sua habitação (do seu castelo, como ele lhe chama), quer levando-o inicialmente para a gruta, quer obrigando-o depois a dormir entre as duas fortificações, para que ele não o possa atacar durante a noite (p. 208).

Entretanto Crusoe procura assegurar o compromisso de obediência de Friday através da criação neste do que Hobbes, no passo acima citado, designa por "Feare of some evill consequence upon the rupture", servindo-se para tal da arma de fogo, objecto que neste contexto adquire a significação plena de símbolo do poder que já lhe havíamos notado desde muito antes. É quando, poucos dias depois de ter salvo Friday, resolve fazer-se acompanhar por ele numa ida à caça, que Crusoe descobre a arma de fogo como meio adequado para impor ao selvagem o medo que garanta a sua obediência. Ao ver Crusoe matar um animal à distância, sem entender o processo pelo qual ele o consegue fazer, Friday sente-se aterrorizado: "he came and kneel'd down to me, and embraceing my Knees, said a great many Things I did not understand; but I could easily see that the meaning was to pray me not to kill him" (p. 211). Perante esta reacção Crusoe decide intensificar o efeito de mistério e medo que a arma provoca no selvagem, carregando-a sem que ele o veja, e voltando a usá-la para abater outro animal: um gesto que expressa bem o modo como o poder tem necessidade de ocultar dos dominados os mecanismos da dominação.

Em consequência desta artimanha Crusoe consegue criar em Friday um medo irracional da arma de fogo ("he thought that there must be some wonderful Fund of Death and Destruction in that Thing" - p. 211) que o leva a querer transformá-la num objecto de culto. Servindo-se assim da ignorância de Friday para cimentar a sua obediência, Crusoe dá mais um passo significativo no caminho do domínio sobre o Outro, ao mesmo tempo que representa um mecanismo essencial da ideologia do poder que configura: a transformação de realidades materiais em potências sobre-humanas cuja função é a de perpetuar as relações de dominação.

Mas o uso da ignorância como meio de domínio não garan

te uma eficácia definitiva, além de que é recusado pelo pensamento burguês como contrário ao progresso da humanidade. O processo que a cultura burguesa instaura à Idade Média encontra muitos dos seus argumentos precisamente na utilização da ignorância levada a cabo pela Igreja com o fim de perpetuar o seu poder sobre os povos. A fundamentação das crenças religiosas na ignorância natural dos homens e a utilização dessas crenças pelos detentores do poder em seu interesse próprio são já denunciadas por Hobbes , e tornam-se num *leit-motiv* da crítica burguesa contra a cultura e as instituições da tradição feudal.

Por isso Crusoe não poderia deixar que o medo inspirado a Friday pela arma de fogo fosse longe de mais, e se transformasse numa adoração irracional: "and I believe, *if I would have let him*, he would have worshipp'd me and my Gun" (p. 212, sublinhado meu). A luta contra o obscurantismo que dominava os estratos mais baixos do edifício social era parte integrante da necessidade histórica de desenvolvimento do capitalismo, que exigia dos membros das classes trabalhadoras a capacidade racional de constantemente se adaptarem a novas técnicas e meios de produção . É precisamente essa exigência que Crusoe representa mais tarde,quando tem necessidade de ensinar Friday a manejar a arma de fogo:"I let him into the Mistery, for such it was to him, of Gunpowder, and Bullet, and taught him how to shoot" (p. 222).

Uma vez obtido o poder, tornava-se portanto necessário que Crusoe descobrisse outros processos que lhe permitissem assegurar a perpetuação desse mesmo poder. Processos pelos quais o desenvolvimento das capacidades racionais e o progresso do conhecimento por parte do dominado não fossem contraditórios com a sua aceitação do estatuto que a relação de dominação lhe atribuía,mas que, pelo contrário, tornassem esse mesmo desenvolvimento e esse mesmo progresso nos próprios meios de veicular a sua subserviência. Isto é, a Crusoe não interessava que o medo, que Hobbes apresenta como único meio de assegurar a perpetuação do poder,surgisse a Friday como uma força irracional exterior, cuja manutenção depende do estado de ignorância do dominado, mas como uma necessidade racional interiorizada, ou seja, como um facto decorrente

da ordem natural do mundo. O processo para atingir este objectivo encontra-o Crusoe na educação.

A educação de Friday como forma de consolidação do poder obtido aparece assim como uma primeira razão orgânica deste alongamento da narrativa que interrompe a acção principal. Até agora, a acção de Crusoe consistira numa dura caminhada em direcção ao poder individual autónomo, caminhada ao longo da qual ele fora adquirindo as categorias mentais e aprendendo os modos de comportamento necessários à obtenção e exercício desse poder: Friday é o primeiro fruto real deste percurso.

Não deixa, neste contexto, de ser significativo que a data de nascimento de Friday corresponda aproximadamente ao momento da chegada de Crusoe à ilha. Embora esta coincidência não seja explicitamente assinalada como algo de que Crusoe tenha tomado consciência, é contudo indicada pela relação entre dois passos que ocorrem com apenas três parágrafos de intervalo: aquele em que, referindo-se aos sons pronunciados pelo selvagem, Crusoe dá a entender que a chegada de Friday se verifica quando ele se encontra na ilha há pouco mais de vinte e cinco anos ("they were the first sound of a Man's Voice, that I had heard, *my own excepted*, for above Twenty Five Years" - p. 204), e aquele que apresenta a idade aproximada de Friday como sendo de cerca de vinte e seis anos ("He was . . . as I reckon, about twenty six Years of Age" - p. 205)[16]. Dir-se-ia que, no plano geral da Providência em que Crusoe integra a história da sua vida, o momento extremo da recusa da velha sociedade coincide com o nascimento de Friday, sobre o qual a nova sociedade se poderá afirmar. Gerado pela luta de Crusoe contra o mundo que o pai representava, Friday é assim o material a ser moldado em função de um mundo novo.

As relações entre as duas personagens têm de resto sido frequentemente estudadas como relações de tipo pai-filho[17], e

---

[16] Tentando precisar as datas, W. Hastings calcula que Friday chega provavelmente no início do 26º ano ("Errors and Inconsistencies", p. 162).

[17] Ver George Starr, *Defoe and Spiritual Autobiography*, p. 123, e Marthe Robert, *Roman des origines et origines du roman*, pp. 149-55.

é o próprio Crusoe quem refere a atitude filial de Friday : "his very Affections were ty'd to me, like those of a Child to a Father" (p. 209). Oferecendo-se ao poder como uma matéria - prima a ser trabalhada e transformada num modelo perfeito da aceitação natural do estatuto de dominado, Friday é na verdade um produto de Crusoe, a sua idealização do homem natural. Vale a pena, a este propósito, transcrever na totalidade a caracterização física de Friday, que é talvez o mais elaborado retrato físico que se encontra em toda a ficção de Defoe[18] :

> He was a comely handsome Fellow , perfectly well made; with straight strong Limbs, not too large; tall and well shap'd, and as I reckon, about twenty six Years of Age. He had a very good Countenance, not a fierce and surly Aspect; but seem'd to have something very manly in his Face, and yet he had all the Sweetness and Softness of an *European* in his Countenance too, especially when he smil'd. His Hair was long and black, not curl'd like Wool; his Forehead very high, and large, and a great Vivacity and sparkling Sharpness in his Eyes. The Colour of his Skin was not quite black, but very tawny; and yet not of an ugly yellow nauseous tawny, as the *Brasilians*, and *Virginians*, and other Natives of *America* are; but of a bright kind of a dun olive Colour, that had in it something very agreeable ; tho' not very easy to describe. His Face was round, and plump; his Nose small, not flat like the Negroes, a very good Mouth, thin Lips, and his fine Teeth well set, and white as Ivory (pp. 205-6).

A meticulosidade descritiva aqui usada só é comparável à pormenorização com que Crusoe falava da sua actividade produtiva e dos resultados desta durante o momento aúreo do seu período utópico. Entre a produção das vasilhas de barro, então, e Friday, agora, há um elemento comum que justifica o prazer da descoberta que a expressão do pormenor evoca: ambos são para Crusoe a repre

---

[18] É possível que para a realizar Defoe se tenha inspirado na personagem central de um conto de Aphra Behn, "Oroonoko, or the Royal Slave" (1678). Ver, a este propósito, Edward D. Seeber, "Oroonoko and Crusoe's Man Friday", *Modern Language Quarterly*, 12 (1951), pp. 286-91.

sentação do seu poder.

Ao mesmo tempo que, pela forma, a caracterização de Friday o mostra assim como que um produto de Crusoe, correspondendo à idealização individualista do Outro, isto é, do Dominado, esta mesma caracterização apresenta, no conteúdo, uma imagem física que, pelo modo como se adequa ao gosto e às necessidades de Crusoe, reflecte essa idealização. Dando do selvagem um retrato físico em que ressalta o seu aspecto simpático e harmonioso, o bom porte atlético, o sorriso suave numa cara bonacheirona, a cor da pele agradável aos olhos, Crusoe dá bem a ideia de como se compraz no modelo de força, perfeição e docilidade que tem sob o seu comando[19]. Esta caracterização de Friday como o servo ideal tem de resto sido frequentemente assinalada pela crítica como uma falha do realismo de Defoe, de que são exemplo as palavras de Leslie Stephen: "Friday is no real savage, but a good English servant without plush"[20]. Ainda que esta afirmação, como outras análogas de outros autores, denuncie na sua origem uma ponta de racismo, a verdade é que Friday é um canibal com um aspecto requintado de mais para ser verdadeiro.

---

[19] Procedendo, no passo acima transcrito, à substituição de *Fellow* por *Woman*, e de *he* e *him/his* por *she* e *her*, Stephen Hymer mostra como a imagem de Friday pode ser encarada como adequadamente feminina, o que para este autor revela, dentro do paradigma aristotélico da relação macho-fêmea, como os dominadores concebem os dominados apenas como corpos ao seu dispor. Ver Stephen Hymer, "Robinson Crusoe and the Secret of Primitive Accumulation", *Monthly Review*, 23 (September 1971), p. 26.

[20] Leslie Stephen, *Hours in a Library*, p. 37. Gerridina Roorda repete a ideia de Leslie Stephen: "De Foe drew Friday as an ideal servant and companion for the solitary Robinson thus creating an image which impresses us too much as a fancy picture to be called realistic" (*Realism in Daniel De Foe's Narratives of Adventure*, p. 55). Mais recentemente, Frederick Karl afirma: "Friday [is] described racially as a well-set-up Englishman recently down from Oxford or Cambridge" (*A Reader's Guide to the Development of the English Novel in the 18th Century*, London, 1975, p. 84). Neste último caso, penso que o autor vai longe de mais na acusação de inverosimilhança. Já diferente é a perspectivação de George Starr, para quem Crusoe não nos apresenta tanto as características objectivas de Friday como antes a projecção dos seus próprios sentimentos e valores na figura do selvagem (George A. Starr, "Defoe's Prose Style: 1 — The Language of Interpretation", *Modern Philology*, 71 [1974], p. 283).

É portanto perante um selvagem concebido à imagem e semelhança do ideal burguês da força de trabalho que Crusoe vai descobrir os seus dotes civilizadores e missionários, ou melhor , a sua capacidade de dominação ideológica. À partida, Friday apresenta as condições necessárias para poder ser transformado no objecto e meio de domínio indispensável ao poder social para que Crusoe tende. Resta agora levar a cabo essa transformação, e quando atribui um nome ao selvagem Crusoe dá o primeiro passo nesse sentido.

A possibilidade de que o selvagem tivesse já um nome nem sequer é pensada por Crusoe, que por este acto simboliza a eliminação pura e simples de toda a história passada do outro. Para ele, o mundo é pensado exclusivamente em função de si próprio, isto é, dos seus valores, dos seus interesses, da sua linguagem, pelo que o aparecimento de alguém exterior a esse quadro de referências equivale a um nascimento. Ao mesmo tempo que, baptizando o selvagem com um nome, Crusoe dá o primeiro passo na integração dele no seu mundo, determinando ele próprio a nomeação, fá-lo ainda submeter-se à sua escala de valores ao nomeá-lo em função de uma divisão do tempo que ao selvagem é completamente estranha : " and first, I made him know his Name should be *Friday*, which was the Day I sav'd his Life" (p. 206). A nomeação é um acto de conhecimento e de poder; nomear as coisas é submetê-las a um quadro de referências de modo a que possam ser dominadas e manipuladas: esta ideia, que atravessa toda a cultura ocidental desde as suas formas mágicas e esotéricas primitivas, torna-se princípio do conhecimento com o saber burguês. A nomeação é o acto inicial do Criador, e é nomeando o Outro que Crusoe inicia a criação do seu mundo real.

Mas o acto de nomeação de Crusoe não fica pela atribuição de um nome ao selvagem. Ao mesmo tempo que, nomeando o selvagem, o integra na escala de valores do seu mundo, Crusoe completa a estruturação do relacionamento entre ambos ao atribuir-se a si próprio um nome: "I likewise taught him to say *Master*, and then let him know, that was to be my Name" (p. 206). É significativo que Crusoe não ensine ao outro o seu nome próprio, tal como

fizera, por exemplo, com o papagaio. Em vez disso, atribui-se um nome que, perante o selvagem, tem o objectivo de formalizar a relação de domínio já instituída. Com efeito, Crusoe não ensina a Friday qual o significado da palavra "Master": ensina-lhe apenas que esse é o seu nome. Aparentemente, a palavra não deveria ter para o selvagem qualquer conteúdo que designasse uma relação social específica, e seria então indiferente que Crusoe dissesse chamar-se "Master" ou que lhe ensinasse o seu verdadeiro nome. Mas é precisamente porque o conteúdo social (a relação de dominação) se encontra já instituído que Crusoe não tem necessidade de lhe ensinar qual o significado da palavra: trata-se apenas, para ele, de designar as coisas pelo seu próprio nome. A dominação aparece assim como uma realidade natural que a linguagem se limita a expressar. Se a nomeação de Friday é como que uma réplica do acto inicial de Criação, a auto-nomeação de Crusoe encontra o seu arquétipo na revelação a Moisés do nome de Deus como nome do Poder: "Eu sou aquele que sou"[21].

A educação de Friday é desde o início orientada em função dos dois critérios que o acto de nomeação revela: a eliminação da história do selvagem e a sua substituição pela escala de valores imposta por Crusoe. Incidindo sobre os factores em que assenta a existência no dia-a-dia, tais como a linguagem, a alimentação, e o vestuário, a acção educadora de Crusoe consiste em colocar Friday na dependência de um conjunto de códigos que originalmente lhe são alheios, e que, sob uma aparente neutralidade, revelam a natureza das necessidades e dos interesses que os determinam: "I was greatly delighted with him, and made it my Business to teach him every Thing, that was proper to make him useful, handy, and helpful" (p. 210). Ao confessar com esta naturalidade a atitude pragmática que preside à sua acção civilizadora, Crusoe expressa bem o modelo de individualismo original, e por isso inocente, que representa. Confiante em que a ordem do mundo determinada pelos seus interesses de classe é a ordem natural das

---

[21] Êxodo, 3, 13-14.

coisas, que como tal corresponde aos interesses da sociedade em geral, a burguesia, no tempo da sua ascensão revolucionária, não tem ainda necessidade de ocultar os mecanismos ideológicos da sua dominação. Esta confissão de Crusoe resume os propósitos educadores tal como nessa época são concebidos na consciência ainda límpida, porque inocente e ingénua, da classe que representa, e que poderemos ainda encontrar nas declarações de Princípios dos projectos filantropistas de fins do séc. XVIII: "The children are to be taught to read, and to be instructed in the plain duties of the Christian religion, with a particular view to their good and industrious behaviour in their future character of labourers and servants"[22].

O modo como a integração de Friday nos novos hábitos implica a eliminação das características que o individualizavam, forçando-o a uma adaptação, é bem exemplificado no passo em que Crusoe conta como arranjou roupas para ele se vestir, passo que pode mesmo ser tomado como uma metáfora da educação do selvagem. A preocupação de Crusoe em vestir Friday resulta logicamente quer dos seus propósitos educadores, perante os quais, como ele já expressara ao assinalar a nudez dos nativos na costa de África, a ausência de roupas é sinónimo de primitivismo, quer, a outro nível, da formação puritana de Defoe, a qual não poderia naturalmente tolerar que uma personagem se passeasse nua pela narrativa — tal como, quando Crusoe diz despir-se para nadar até ao navio naufragado, isso significa apenas desnudar a parte superior do corpo (ver pp. 48 e 50). Considerada num plano geral, esta preocupação revela assim apenas o carácter natural que a integração de Friday necessariamente assume; nas suas consequências, porém, podemos ver como revela algo mais.

Ao ver-se vestido, a primeira reacção de Friday consiste em verificar que o uso de roupas lhe permite estabelecer uma comparação entre ele e Crusoe: "and [he] was mighty well pleas'd

---

[22] Dos regulamentos de uma Sunday-School. Citado por Gerald R. Cragg, *The Church and the Age of Reason 1648 - 1789* (1960), Harmondsworth, 1977, p. 132.

to see himself almost as well cloath'd as his Master" (p. 208). É evidente que para Friday as roupas não desempenham a sua função natural, de protecção contra as condições climatéricas, nem Crusoe pretende alguma vez que elas se destinem a isso. Ao contrário deste, que necessita de se proteger da intensidade do sol, o selvagem possui características físicas harmonizadas com o clima, pelo que as roupas só lhe podem aparecer como marca diferenciadora daquele que se apresenta como o detentor do poder. Por isso a reacção de Friday se manifesta como contentamento por sentir tão magnanimamente compartilhada uma insígnia do poder, ao mesmo tempo que alarga esse contentamento ao facto de encontrar assim um sinal visível de uma comparação entre os dois. Embora tal comparação, na linguagem simbólica do vestuário, instale Friday numa posição de inferioridade ("almost as well cloath'd as his Master"), ele assume-a, não como uma forma de diferenciação, mas sim como um meio de aproximação.

Vestido à imagem e semelhança de Crusoe, Friday é contudo uma imagem imperfeita, mas é precisamente nessa diferença que ele encontra a alegria que lhe dá a sua situação de subalternidade. O dominado que aceita, e se regozija mesmo, com o seu estatuto, vendo-se como uma réplica inferior dos detentores do poder, tal é a concepção burguesa da ordem social que Friday expressa, e que a literatura do séc. XVIII tão profusamente representa, em particular na comédia, através da interligação harmónica do par de patrões e do par de criados que encontramos de Antônio José da Silva a Lessing, passando por Marivaux e Beaumarchais.

Por outro lado, o fornecimento de roupas a Friday implica ainda uma consequência que demonstra como os novos hábitos não se lhe adequam imediatamente, sendo necessária uma adaptação progressiva:

> It is true, he went awkardly in these Things at first; wearing the Drawers was very awkard to him, and the Sleeves of the Wastcoat gall'd his Shoulders, and the inside of his Arms; but a little easing them where he complain'd they hurt him, and using himself to them, at length he took to them very well (p. 208).

Contrariando os seus hábitos anteriores, o uso de roupas obriga a que as próprias características físicas de Friday se adaptem à nova situação. Dir-se-ia que, ao impor-lhe o vestuário como norma, Crusoe encerra o selvagem num espartilho dentro do qual ele tem inicialmente dificuldade em se mover, e que a adequação final só é possível mercê da acção do próprio Crusoe, ao ir moldando o espartilho a Friday e Friday ao espartilho ("a little easing them where he complain'd they hurt him, and using himself to them"). Isto é, a adaptação de Friday é uma adaptação forçada.

Tal como no uso do vestuário, também no domínio dos hábitos alimentares Friday é forçado a abandonar as suas normas anteriores ao mesmo tempo que as novas (as de Crusoe) lhe são ensinadas. Neste caso, aliás, o grau de repugnância que o canibalismo apresenta a Crusoe fá-lo ameaçar Friday de morte no caso de este tentar persistir nos seus hábitos: "I had by some Means let him know, that I would kill him if he offer'd it" (p. 208). Mas a violência não se manifesta necessária: como acontecera com o uso das roupas, Friday aceita facilmente o tipo de alimentação que Crusoe lhe propõe, considerando-o superior àquele que os seus antigos hábitos lhe prescreviam (p. 213).

A direcção fundamental da acção educadora de Crusoe consiste deste modo em impor a Friday a sua integração num novo sistema de hábitos. Em lugar de exercer o poder de uma forma directa, em que os seus interesses se poderiam opor aos interesses de Friday, e em que os conflitos teriam naturalmente de ser resolvidos pelo apelo à lei do mais forte, Crusoe descobre na educação uma forma de eliminar a possibilidade desses conflitos, através da eliminação dos interesses primitivos de Friday e da sua substituição pelos valores do poder. Ora o lugar social onde os valores do poder são interiorizados pelo dominado como sendo seus, onde a ética e a racionalidade do explorador são assumidas pelo explorado não como uma imposição mas como um acto da sua livre escolha, o lugar portanto da reprodução da ideologia dominante, é, por excelência, o quotidiano.

Nos termos de uma caracterização de Henri Lefebvre, o quotidiano é:

> l'humble et le solide, ce qui va de soi, ce dont les parties et fragments s'enchaînent dans un emploi du temps. Et ceci sans qu'on (l'intéressé)ait à examiner les articulations de ces parties. C'est donc ce qui ne porte pas de date. C'est l'insignifiant (apparement); il occupe et préoccupe et pourtant il n'a pas besoin d'être dit, éthique sous-jacente à l'emploi du temps, esthétique du décor de ce temps employé[23].

Formas de falar, de vestir, de comer: nestas " insignificâncias aparentes", cujas partes "se encadeiam no emprego do tempo", reside o quotidiano, espécie de prisão sem muros nem cadeias, em que Crusoe encerra Friday. A consolidação do quotidiano, isto é, a integração de Friday num sistema de comportamentos que preencha plenamente o espaço e o tempo da sua existência, eis a tarefa que se apresenta a Crusoe para a realização do poder.

São a importância e a duração de tal tarefa os factores que conferem um carácter necessário ao alongamento da narrativa que interrompe a linha da acção principal, e, como a todas as tarefas que se lhe deparam, também a esta Crusoe se entrega plenamente. Chegado enfim o momento de levar à prática a sua vontade de poder, ele começa a sentir-se realizado na sua acção:"and now my Life began to be so easy, that I began to say to my self, that could I but have been safe from more Savages, I cared not, if I was never to remove from the place while I lived" (p. 210). A preocupação em deixar a ilha, que desde a descoberta da pegada determina, no essencial, a acção de Crusoe, esbate-se quando ele começa a sentir a realidade do poder.

É integrada neste contexto, em que a relação dominador-dominado aparece sob a forma ideológica da relação educador-educando, que surge a adaptação de Friday à actividade fulcral a que o seu estatuto o destina: a produção. Apresentada como mais um dos diversos comportamentos quotidianos, com a mesma aparente insignificância dos restantes, a actividade produtiva revela-se porém como o sector da existência de Friday onde se manifesta de

---

[23] Henri Lefebvre, *La Vie quotidienne dans le monde moderne*, n.p. (Gallimard), 1968, pp. 51-2.

forma directa o seu estatuto social de explorado.

Depois de contar como ensina Friday a malhar e a joeirar os cereais, Crusoe conclui: "and in a little Time *Friday* was able to do all the Work for me, as well as I could do it my self" (p. 213). É significativo que a narrativa não se detenha especialmente neste aspecto da aprendizagem de Friday, o que mostra que Crusoe não lhe dá uma importância maior do que à aquisição pelo selvagem de outros hábitos, como por exemplo, os alimentares. Apresentando assim a actividade produtiva como um de entre os diversos comportamentos que devem preencher a vida quotidiana de Friday, Crusoe revela como aos seus olhos a relação de domínio não aparece sob a forma particular de exploração económica, mas como uma situação natural da qual a apropriação por ele dos produtos do trabalho do outro faz parte integrante. Donde se conclui que os interesses económicos do individualismo, se explicam a natureza histórica da personagem, não permitem, por si só, compreender tudo aquilo que ela significa e representa.

Esta conclusão obriga a que a tese que identifica Robinson Crusoe com o individualismo económico, formulada por Ian Watt e já por várias vezes referida ao longo deste trabalho, seja aqui recolocada e repensada. Na sua interpretação do relacionamento entre Crusoe e Friday, e a propósito do passo em que aquele afirma que os três anos que viveu na ilha com o selvagem foram de perfeita e completa felicidade, Ian Watt comenta: "A functional silence, broken only by an occasional "No Friday" or an abject "Yes, Master", is the golden music of Crusoe's *île joyeuse*"[24]. Dentro da análise, a muitos títulos brilhante, que Ian Watt faz da obra, este é porventura o seu comentário mais violentador do texto, e resulta, quanto a mim, de um duplo erro cometido pelo autor: a redução do individualismo burguês à sua componente económica, e a

---

[24] I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 77. O passo referido é o seguinte: "the Conversation which employ'd the Hours between *Friday* and I, was such, as made the three Years which we liv'd there together perfectly and compleatly happy, *if any such Thing as compleat Happiness can be form'd in a sublunary State*" (p. 220).

extrapolação do papel determinante que os interesses económicos têm na génese e formação da personagem, atribuindo-lhe um estatuto dominante à luz do qual Crusoe poderia ser compreendido na sua totalidade concreta.

Ao efectuar a redução da visão do mundo individualista de que são portadores os sectores mais radicais da burguesia na sua fase revolucionária a uma simples perspectivação do mundo em termos económicos, Ian Watt transforma um conjunto de factores (aspirações, ideias, sentimentos, etc.), que tendem para uma estruturação totalizante dos comportamentos humanos nos diferentes sectores por que se reparte a praxis, num projecto de acção mais ou menos conscientemente calculado em função de objectivos económicos. Se é certo que, no primeiro capítulo de *The Rise of the Novel*, assim como nas páginas introdutórias do capítulo sobre *Robinson Crusoe*, o autor parece falar do individualismo como uma visão do mundo e não como uma perspectiva económica, o facto é que a redução é feita logo no início da discussão da obra, onde se afirma: "que Robinson Crusoe, como as outras personagens principais de Defoe, . . . é uma personificação do individualismo económico, quase não é necessário demonstrar. Todos os heróis de Defoe procuram dinheiro . . . e procuram-no muito metodicamente"[25]. Analisando depois, a partir deste pressuposto, a acção da personagem, Ian Watt trata de explicá-la em função da valorização de factores económicos, ou então da desvalorização de factores não-económicos, e o resultado desta perspectiva de interpretação acaba por ser aquele de que o comentário à relação Crusoe-Friday referido acima é exemplo: quem desvaloriza os comportamentos de Crusoe que não apresentam uma razão económica imediata não é Crusoe, nem Defoe, mas sim o próprio Ian Watt, que acaba por falar de "silêncio funcional" a propósito de um passo em que Crusoe afirma que a felicidade que sentia resultava de, nas suas palavras, "the Conversation

---

[25] I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 69. O hábito de Ian Watt de apresentar as suas próprias perspectivas como evidências, tal como acontece neste passo, foi já notado, um tanto ironicamente, por Wayne Booth, em *The Rhetoric of Fiction*, Chicago, 1961, p. 42, e foi mesmo analisado por David H. Hirsch, em "The Reality of Ian Watt", *The Critical Quarterly*, 11 (1969), pp. 164-79.

which employ'd the Hours between Friday and I"!

Quanto à extrapolação pela qual a função determinante dos interesses económicos na explicação da obra adquire carácter dominante na sua compreensão, ela não é mais do que a face metodológica da redução teórica referida. Com efeito, a interpretação da personagem a partir dos comportamentos económicos que integram a visão do mundo do individualismo burguês, e não a partir dessa própria visão do mundo, implica que a obra seja necessariamente descrita como um conjunto de situações em cujo conteúdo, de um ou de outro modo, afloram os interesses económicos. Por isso as relações de Crusoe com Friday, onde, apesar de determinadas em última instância por factores económicos que lhes conferem um significado histórico, os interesses estritamente económicos não assumem um carácter dominante, são sumariamente referidas por Ian Watt, para delas concluir que as relações pessoais que não foquem assuntos económicos têm na obra um papel muito reduzido[26].

Na verdade, a relação entre as duas personagens deveser compreendida enquanto expressão do modo como o individualismo se representa a formação, desenvolvimento, e consolidação do poder nas relações entre os homens nos diferentes sectores da sua existência. Ao minimizar este carácter totalizante da representação, sobrevalorizando em contrapartida o significado económico dos conteúdos, Ian Watt abre a possibilidade de a sua interpretação da obra ser criticada em termos que de outro modo seriam improcedentes, e de que são exemplo as seguintes palavras de Diana Spearman quando refere a tese segundo a qual *Robinson Crusoe* seria "uma exposição ou uma alegoria do individualismo económico": "It cannot possibly be true on the conscious level. No one in his senses would choose the story of a man cast alone on an uninhabited island to illustrate a theory which only applies to the exchange of goods and services"[27].

---

[26] I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 77.

[27] Diana Spearman, *The Novel and Society*, p. 166.

*
* *

É ainda a perspectivação de Crusoe em termos de "individualismo económico" que leva Ian Watt a relegar para um plano insignificante a parte da narrativa em que é dada conta da educação religiosa de Friday, e que ocupa mais de um terço das cerca de 17 páginas ao longo das quais a educação do selvagem é tema dominante.

Anteriormente ao início desta fase da educação de Friday o tema da sua ignorância religiosa fora já aflorado nas reflexões de Crusoe sobre os desígnios da Providência ao negar a uma parte da humanidade a revelação da palavra de Deus (pp. 209-10). Funcionando como introdução à tarefa missionária relatada mais tarde, esse passo reacentua a situação de harmonia que agora se verifica entre Crusoe e Deus, através da qual a acção individual recebe a sua justificação última na vontade divina. Mas é só depois de apresentar a integração de Friday nos já referidos hábitos quotidianos que Crusoe conta como se processou o ensino dos princípios religiosos ao selvagem. Embora não haja no texto elementos suficientes para assegurar que esta ordem corresponde a um escalonamento no tempo, é de pressupor que os conhecimentos de inglês exigidos a Friday na sua educação religiosa implicassem naturalmente a correspondência entre o ordenamento no tempo das várias fases de aprendizagem e as respectivas referências na sequência da narrativa. Isto é, a ordem natural dos acontecimentos coincide com a ordem posta por Crusoe na enumeração das suas tarefas de educador, surgindo assim a instrução religiosa de Friday como a última fase, ou o coroar, do processo da sua integração no sistema de valores de Crusoe.

O primeiro momento desta fase da educação de Friday consiste, como em todas as fases anteriores, na substituição das suas concepções primitivas pelas de Crusoe, sendo esta substituição significativamente operada em função do poder relativo de cada uma das divindades em presença: "he told me one Day, that if our God could hear us up beyond the Sun, he must needs be a greater God

than their *Benamuckee*, who liv'd but a little way off , and yet could not hear, till they went up to the great Mountains where he dwelt, to speak to him" (p. 217). Na visão do mundo subjacente à obra, em função da qual é moldada a natureza do selvagem, a linguagem do poder aparece como a única forma que possibilita a comunicação e o acordo entre os indivíduos. Tal como , no início, Friday aceitara a sua subordinação perante o "excesso de poder" de Crusoe, também agora a superioridade do deus de Crusoe é aceite em virtude da sua omnipotência perante o poder relativo de Benamuckee. No domínio espiritual como no plano material, a relação entre as duas personagens configura-se assim, desde o momento inicial, como uma relação de poder: a educação religiosa de Friday é o prolongamento necessário à sua total subordinação aos valores de Crusoe.

Por outro lado, a conversão de Friday revela ainda como os contornos puritanos dos princípios religiosos que lhe são ensinados se adequam à visão individualista que dá forma à personagem central. Ao assinalar a semelhança entre a religião primitiva de Friday, na qual existe um "clero" ao qual está confinado o conhecimento directo da palavra divina, e o culto católico romano, Crusoe não é apenas um veículo das opiniões religiosas de Defoe.

Para o individualismo, na medida em que não há lugar nas relações entre os homens para valores que não sejam deduzíveis dos interesses individuais, também não é possível a aceitação de qualquer poder intermediário entre cada indivíduo e Deus, não podendo a existência de um "clero" instituído servir a outra coisa senão à busca do poder individual por parte daqueles que o constituem: "and the Policy of making a secret Religion, in order to preserve the Veneration of the People to the Clergy, is not only to be found in the *Roman*, but perhaps among all Religions in the World, even among the most brutish and barbarous Savages" (p.217). Consequência lógica da concepção individualista da sociedade, esta recusa das instituições religiosas clericais, com as suas organizações e rituais comunitários, articula-se com a descoberta, por Crusoe, de uma justificação transcendente para a sua acção através de um contacto directo com Deus. Isto é,o processo ideo-

lógico pelo qual os interesses do indivíduo escapam ao plano da contingência ao serem assumidos como vontade divina encontra agora na rejeição do poder clerical o seu correlato doutrinário. Por isso, e porque a completa subordinação do indivíduo às condições do contrato social só pode ser pensada na base da sua plena liberdade, Crusoe tem de eliminar em Friday mais estes laços que o prendem, e o subordinam, à sua comunidade de origem. Só então o selvagem poderá encontrar dentro de si a voz de Deus, ou seja, a voz do deus de Crusoe que ordena o cumprimento dos seus princípios.

A oposição de uma concepção religiosa que confere ao indivíduo uma centralidade absoluta na sua relação com Deus, e portanto uma plena autonomia ao seu comportamento, a uma outra em que essa relação é mediatizada por terceiros que, na perspectiva do individualismo, apenas poderão servir-se desse estatuto em benefício próprio à custa da ignorância daqueles que se lhes subordinam espiritualmente, só poderia ser representada por Defoe através da oposição entre puritanismo e catolicismo romano. Herdeiro da tradição de uma classe cujo ânimo e força se haviam forjado, desde o séc. XVI, na luta contra a Igreja Católica, e cujo radicalismo havia encontrado a sua concepção religiosa no puritanismo do séc. XVII, Crusoe aparece aqui, na sua acção educadora de Friday, com os contornos de uma alegoria histórica. Na consciência revolucionária da burguesia inglesa que dá forma à personagem, o catolicismo é a imagem por excelência da religião que impede a livre autonomia do indivíduo através de um clero que manipula a ignorância dos crentes, interpondo-se entre eles e Deus: Defoe não podia encontrar melhor referente para o primitivismo religioso de Friday, enquanto que Crusoe, no combate a esse primitivismo, não poderia deixar de dar aos seus ensinamentos religiosos uma configuração puritana[28] .

---

[28] Os termos da educação religiosa ministrada a Friday apenas podem ser considerados como genericamente puritanos, não apresentando elementos doutrinários que permitam uma caracterização mais específica. Sobre a formação religiosa de Defoe, ver: Rudolf Stamm, "Daniel Defoe: An Artist in the Puritan Tradition".

O passo seguinte dado por Crusoe na eliminação das concepções religiosas de Friday, que consiste em transmitir-lhe a ideia da natureza e origem do diabo, é o único meio que ele encontra para justificar a eventual existência de Benamuckee: "[I told him] that if [their old Men] met with any Answer, or spake with any one there, it must be with an evil Spirit" (p. 217). Esta atribuição de uma influência demoníaca aos cultos pagãos é um tema frequente em Defoe, que o retoma em *The Farther Adventures of Robinson Crusoe* para justificar a fúria iconoclasta do herói quando este destrói um ídolo dos tártaros[29]. Por sua vez, a eliminação dos cultos demoníacos, aqui levada a cabo por Crusoe em relação às crenças de Friday, é proposta em termos drásticos, através dos príncipes cristãos contra os pagãos, em *Serious Reflections . . . of Robinson Crusoe*, onde é mesmo apresentado um plano de conquista do Japão pelos ingleses para eliminação do paganismo naquele país[30]. Dentro deste contexto das preocupações do autor não seria pois de estranhar o facto de o tema do diabo ocupar uma parte substancial do segmento da narrativa onde é apresentada a educação religiosa de Friday.

Por outro lado, a atenção prestada pela crítica a este passo tem-se verificado principalmente em função do problema da verosimilhança. A primeira referência deste tipo de que tenho conhecimento data de 1793, e aparece num artigo da *Biographia Britannica*, onde o autor, a dado momento, afirma: "Many fine displays of natural sentiment occur in Robinson Crusoe's man Friday, and there is one which, in reading it, appeared to the present writer particularly striking. It is the conversation which Crusoe has

---

[29] Crusoe conclui que a adoração do ídolo "should be the effect of meer ignorance, wrought up into hellish devotion by the devil himself" (*The Farther Adventures of Robinson Crusoe*, London, 1945 [Ed. Everyman], p. 404). Este tema é desenvolvido por Defoe em *The Political History of the Devil* (1726) e *A System of Magick* (1726).

[30] *The Serious Reflections . . . of Robinson Crusoe*, Cap. VI ("Of the Proportion between the Christian and the Pagan World").

with Friday concerning the Devil"[31]. Sinal da mudança dos tempos e dos respectivos gostos, esta mesma conversa entre as duas personagens é apontada, quase cem anos depois, por Leslie Stephen, como um exemplo de como a obra de Defoe é, enquanto estudo psicológico, inverosímil. Estranhando o modo demasiadamente rápido como Friday se torna civilizado, Stephen considera psicologicamente inconsistente que o selvagem pudesse tão cedo colocar um problema teológico como o que respeita à razão por que Deus não mata o diabo[32]. É só em meados do nosso século que os preconceitos do sentido de superioridade vitoriano evidenciados por Leslie Stephen são ultrapassados, quando J. Paul Hunter, num artigo publicado em 1963, recorrendo a relatos de missionários na América bastante divulgados em Inglaterra em fins do séc. XVII e em princípios do séc. XVIII, e aos quais Defoe poderia ter tido fácil acesso, demonstra que as questões como aquela que Friday apresenta eram vulgarmente formuladas pelos índios americanos[33].

As preocupações de Defoe com a importância religiosa e política do diabo podem portanto justificar o seu empenho na pormenorização deste momento da aprendizagem de Friday, assim como a demonstração de J. Paul Hunter pode garantir que essa pormenorização não implica uma quebra da verosimilhança que preenche o texto. Se deste modo é possível explicar a ocorrência e o conteúdo do passo em causa, resta, contudo, verificar em que medida ele se integra na orgânica da narrativa, obedecendo aos critérios de significação e de economia cuja existência na obra se tem tentado evidenciar ao longo desta análise.

O esclarecimento de Friday sobre a natureza do diabo de modo a que o deus a que ele se tinha habituado lhe apareça como

---

31 *Biographia Britannica*, "Daniel Defoe", Vol. V, London, 1793 (2nd ed.), p. 75 (o artigo, anónimo, é atribuído por Pat Rogers a Joseph Towers, no seu *Robinson Crusoe*, p. 174).

32 "[Friday] puzzles Crusoe terribly by that awkward theological question, why God did not kill the devil". Leslie Stephen, *Hours in a Library*, p. 37.

33 J. Paul Hunter, "Friday as a Convert: Defoe and the Accounts of Indian Missionaries", *Review of English Studies*, 14 (1963), pp. 243-48.

uma das manifestações do Mal integra-se, como acima foi referido, no processo de eliminação dos laços que prendem o selvagem ao seu passado, implicando mesmo, neste caso, que os seus anteriores valores sejam por ele não só recusados, mas transformados em valores opostos aos seus próprios interesses. O deus de Friday, que até então lhe permitia encontrar um sentido para o mundo (fora ele quem fizera "o mar, a terra, as colinas e os bosques" - p. 216), aparece-lhe agora como uma manifestação do princípio da destruição e do mal. Foi dito na parte anterior deste trabalho, e citando palavras de John Richetti, que a conversão de Crusoe implicava a transformação de Deus de adversário em aliado. Poder-se-á agora dizer que a conversão de Friday transforma o seu deus de um aliado num adversário.

Quanto à dificuldade de Friday em compreender a existência do diabo nos termos em que Crusoe lha apresenta, ela só demonstra que o ensino que lhe foi ministrado atingiu o seu fim da forma mais cabal, pelo que ele agora apenas consegue pensar o mundo em função de relações de poder: "*But*, says he again, *if God much strong, much might as the Devil, why God no kill the Devil, so make him no more do wicked?*" (p. 218). Com efeito, sendo Deus a representação do poder absoluto, como Crusoe faz questão de acentuar, e sendo o mundo pensado exclusivamente em termos de relações de poder, não há razões para conceber que Deus possa tolerar a existência de um poder que se opõe aos seus desígnios: nesta discussão Friday é, na verdade, mais consequente do que Crusoe.

É uma característica do pensamento e da cultura da burguesia ao longo da sua história o facto de esta classe nunca ter podido aceitar que as suas próprias concepções fossem levadas às últimas consequências. Existem para tal razões históricas, razões práticas, e razões teóricas, cuja análise não é possível aprofundar no âmbito deste trabalho, pelo que me limitarei a resumi-las.

As primeiras destas razões advêm das circunstâncias em que se verificam a génese e a ascensão da burguesia, classe que não é parte integrante do sistema de relações feudal, mas que surge como agente da incompatibilidade entre o modo de produção daquele sistema e o desenvolvimento das forças produtivas. Podere-

mos entender melhor o significado desta situação se a compararmos com a do proletariado, que, nascendo com o capitalismo e dentro dele, é a força social sobre cujo trabalho assenta a existência do próprio sistema que a explora, pelo que a sua consciência enquanto classe só se pode formar na recusa radical das categorias mentais que conferem uma racionalidade a esse sistema, enquanto que a burguesia, sendo, por outro lado, uma classe marginal relativamente ao sistema feudal, deve a sua existência não ao facto de este sistema existir, mas, pelo contrário, à necessidade histórica do seu desaparecimento. Isto é, enquanto a luta de classe do proletariado é feita em nome da recusa e transformação radicais das suas condições de existência, a luta da burguesia constitui uma afirmação progressiva do seu próprio estatuto e uma adaptação gradual da realidade às suas necessidades. No plano económico, este carácter de uma certa continuidade da burguesia manifesta-se pelo facto de que ela não aspira à ruptura total com a propriedade privada dos meios essenciais de produção, a qual já caracteriza o sistema feudal, mas sim à alteração do tipo dessa propriedade em função dos novos imperativos do desenvolvimento económico.

Em virtude desta situação que se encontra na origem histórica da burguesia, as suas concepções começam a elaborar-se dentro e a partir das formas de consciência da tradição feudal, sendo a sua autonomização o resultado de um processo que se desenrola ao longo de séculos, durante o qual essas formas vão sendo adaptadas à evolução do real, e não de uma substituição radical e momentânea das antigas por novas formas. Ora a instância privilegiada deste processo, que se refere às formas ideológicas que garantiam a coesão do sistema feudal, é a que respeita à religião. Na medida em que, ao contrário do que acontecia com o feudalismo, a estrutura capitalista da sociedade assegura a reprodução das relações de produção através dos seus próprios mecanismos económicos internos, a religião não é necessária à burguesia como forma de coesão do sistema. Por outro lado, uma vez que a burguesia resolve a sociedade num conjunto de indivíduos independentes e autónomos, a religião não é necessária como forma de consciência co

munitária, ao mesmo tempo que deixa de ser um quadro de referência ético no momento em que o indivíduo se assume como o seu próprio centro axiológico.

Se, apesar de tudo isto, a burguesia, nos primeiros séculos da sua existência, pensa o mundo sob formas de consciência religiosas, tal como temos visto a propósito de Crusoe, isso deve-se precisamente ao facto de ter sido dentro dessas formas que esta classe começou a conceber a realidade, porque eram as únicas existentes e porque o seu estatuto de classe durante o feudalismo não lhe deu condições para elaborar outras . Quando essas condições surgiram, o que só aconteceu no momento em que as relações capitalistas se tornaram dominantes e o poder burguês se consolidou, então esta classe pôde deixar para trás as formas religiosas e pensar o seu projecto nos termos mais consentâneos com a sua natureza, que são os económicos: nessa altura Adam Smith substituiu Calvino e o Estado capitalista pôde ser considerado como não religioso[34] .

Evidentemente que esta integração dos valores burgueses em formas de consciência a que a sua natureza de classe era alheia não impediu que a sistematização desses valores fosse levada, em certos momentos, às últimas consequências, revelando então em toda a profundidade o seu carácter não religioso. É o caso do ateísmo, que no séc. XVIII francês assume mesmo uma feição militante, e que consiste no desenvolvimento lógico das premissas materialistas e racionalistas que, ainda com algum colorido religioso, são elaboradas desde Hobbes e Descartes. Em Inglaterra, onde o desenvolvimento precoce (em comparação com a França ou a Alemanha) do poder burguês leva a que, a partir de fins

---

[34] Lucien Goldmann, que analisa esta problemática em função do individualismo racionalista, onde o carácter não necessário de Deus é teoricamente mais claro do que na sua versão empirista, afirma: "Sans doute, les grands rationalistes du XVII^e siècle, Descartes, Malebranche, Leibniz, parlent-ils de morale et sont-ils (sauf peut-être Spinoza) *sincèrement croyants*.Mais leur morale et leur religion ne sont plus que des formes anciennes que leurs nouvelles visions du monde ont remplies d'un contenu *entièrement nouveau*" (*Le Dieu caché*, p. 39).

do séc. XVII, a afirmação deste se manifeste mais como continuidade do que como ruptura, a crítica da religião não atinge o nível da radicalização francesa, ficando pelo deísmo de John Toland e de Anthony Collins e, na sua conceptualização extrema, pelo ceptiçismo de David Hume. Estas radicalizações, porém, nunca encontram condições para uma aceitação generalizada, quer porque são ainda muito fortes as correntes culturais que se lhes opõem,quer porque a religião é ainda pensada como necessária à coesão do edifício social.

Quanto às razões de ordem prática que impediram a aceitação pela burguesia das consequências últimas das suas concepções, elas resultam da contradição entre o carácter universal e igualitário que as categorias do individualismo necessariamente assumem e a natureza de classe do poder que tais categorias justificam. A atomização ética acarretada pela autonomização do indivíduo, se levada ao extremo da sua coerência, apenas pode encontrar formas de poder adequadas ou no democratismo radical que chegou a ser projecto de alguns sectores minoritários durante a revolução inglesa, ou no poder absoluto e auto- perpetuador pensado por Hobbes, uma vez que qualquer forma intermédia pressupõe a existência de valores duráveis comuns a pelo menos uma parte da sociedade, sendo para tal necessário que os seus membros considerem tais valores superiores aos desejos e interesses exclusivamente individuais. Locke, ao implicar esta última hipótese na sua doutrina, conseguiu a adequação histórica da teoria do poder,mas à custa da sua vulnerabilidade lógica perante as premissas do individualismo[35] . Com efeito, no plano prático, as consequências extremas da autonomização do indivíduo não podiam ser aceites pela burguesia, porque a universalização dos valores que ela concebia e propunha era contraditória com os seus próprios interesses de classe. E porque qualquer classe é sempre mais coerente com os seus interesses do que com os seus princípios, os projectos radi

---

[35] Ver, para um tratamento aprofundado deste tema, C.B. Macpherson, *The Political Theory of Possessive Individualism*, pp. 194-262 e pp. 269-70.

cais da revolução foram reprimidos como anárquicos e a teoria de Hobbes foi recusada como absolutista.

As razões teóricas, finalmente, expressando também a contradição antes referida, resultam da inadequação fundamental entre a realidade e a concepção que dela forma o pensamento burguês, do que é exemplo o percurso da filosofia clássica inglesa. Na sua busca de uma sistematização conceptual de um mundo onde o indivíduo é o centro epistemológico, o empirismo elabora uma teoria do conhecimento onde a realidade é definida em função das capacidades cognitivas do sujeito. Encontrando também em Locke a formulação mais adequada, porque consentânea com as necessidades de conhecimento e transformação da realidade que são então tarefa histórica da burguesia, o aprofundamento desta perspectiva teórica acaba por revelar as suas incoerências e contradições internas. Na verdade, da definição da realidade em função do sujeito até à transformação da realidade numa função do sujeito, seja este transcendente ou individual, vai apenas o passo teórico que consiste na depuração das premissas através da eliminação de toda a ganga conceptual que, sob a forma das tradições culturais dentro das quais o empirismo se desenvolvera, permitira a Locke encontrar a adequação histórica à custa da inconsequência teórica. Este passo, dado, por vias diferentes mas no mesmo sentido, por Berkeley e Hume, leva o empirismo às suas últimas consequências, revelando a sua inoperacionalidade e assim o desfuncionalizando historicamente: por isso nem um nem outro puderam também ser aceites como ideólogos orgânicos da burguesia.

Este feixe de factores de ordem histórica, prática, e teórica, que explica, no essencial, o frequente recurso do pensamento burguês ao senso comum como categoria inibidora das radicalizações, molda, como não podia deixar de ser, o individualismo que Crusoe representa. A situação de Friday, porém, é diferente. Totalmente desenraizado do seu meio de origem, o selvagem não tem atrás de si qualquer tradição que confira às ideias que agora apreende qualquer carácter de continuidade, ao mesmo tempo que, construído como modelo ideal da subordinação, não se fazem nele sentir as contradições que determinam os factores práticos e teó

ricos referidos. Isto é, as categorias mentais do individualismo encontram em Friday um espaço onde se podem expressar sem impedimentos de qualquer ordem, revelando-se assim na sua forma mais pura.

A dificuldade manifestada por Friday na compreensão da natureza do diabo é, pois, o resultado lógico do modo de entender o mundo que Crusoe lhe incutiu. Com efeito, a ideia do diabo como personificação objectiva do mal só pode encontrar a sua funcionalidade num mundo de valores éticos colectivos, onde a centralidade axiológica seja exterior ao indivíduo. Quando, pelo contrário, o indivíduo se torna no centro de todas as valorações, e Deus é transformado numa transcendentalização do sujeito, a imagem do diabo como potência objectiva e personalizada deixa de fazer sentido, podendo apenas, quando muito, ser pensada como metáfora dos obstáculos, de ordem interior ou exterior, que se opõem à realização dos interesses individuais[36]. Mas, mesmo neste caso, a ideia do diabo não decorre de uma necessidade ética, sendo apenas a adaptação de uma forma de consciência antiga aos conteúdos de uma nova visão do mundo. É ainda Hobbes que nos fornece o exemplo deste processo quando, na tentativa de encontrar uma coerência entre o individualismo que sistematiza e as ideias religiosas tradicionais, se vê na necessidade de negar a existência objectiva do diabo e do seu reino, atribuindo-lhes apenas um sentido metafórico: "it followeth, me thinks, very necessarily , that that which is thus said [in the Scripture] concerning Hell Fire, is spoken metaphorically"[37].

Ao entender todo o tipo de acção segundo o modelo da acção individual e todas as relações entre sujeitos em termos de re

---

[36] O próprio Defoe oscila, ao longo dos seus escritos , entre a ideia tradicional de uma existência do diabo exterior ao indivíduo e a concepção de um Inferno exclusivamente espiritual , interior à alma humana, dominado por um diabo que se manifesta fundamentalmente através das paixões. Ver, a este propósito, Rodney M. Baine, *Daniel Defoe and the Supernatural*.

[37] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 246 (III, XXXVIII).

lações de poder , o individualismo não comporta premissas que lhe permitam justificar a existência perene de uma acção e de um poder que se opõem à omnipotência divina: é esta a realidade das concepções que Crusoe representa, cujas últimas consequências lhe aparecem espelhadas na simplicidade do raciocínio de Friday. Por isso, quando se vê confrontado com um tão límpido resultado da visão do mundo que ele próprio expressa, Crusoe não consegue encontrar argumentos que contrariem aquela perspectiva:

> I was strangely surpriz'd at his Question , and after all, tho' I was now an old Man, yet I was but a young Doctor, and ill enough quallified for a Casuist, or a Solver of Difficulties: And at first I could not tell what to say, so I pretended not to hear him, and ask'd him what he said?" (p.218).

Na verdade, Crusoe não consegue responder porque os termos em que Friday formula a questão são, na sua própria perspectiva, irrebatíveis. E quando tenta tornear o problema, remetendo o princípio do mal para o interior de cada indivíduo, o resultado em Friday é uma confusão catastrófica: "*well, well*, says he , mighty affectionately, *that well; so you, I, Devil, all wicked, all preserve, repent, God pardon all*" (p. 219). As formas religiosas tradicionais são, na realidade, alheias à estruturação individualista do mundo, e nela só são integráveis por razões históricas que Friday não tem.

Face à irredutibilidade de Friday em aceitar ideias que não são deduzíveis das concepções que aprendera, e porque violentar tais concepções significaria violentar-se a si próprio, Crusoe não tem outra alternativa senão desistir: "I therefore diverted the present Discourse between me and my Man, rising up hastily, as upon some sudden Occasion of going out" (p. 219).

Quando a determinação de todos os valores é remetida para a interioridade do sujeito, não é mais possível que formas de estruturação do mundo originalmente comunitárias, como as religiosas, sejam apreendidas a partir do exterior. O mesmo movimento que transforma o indivíduo no único centro gerador de sentidos retira ao mundo a possibilidade de revelar explicitamente

qualquer padrão de valores autónomo. Para o crente, que Crusoe é não tanto por uma absoluta necessidade teórica da visão do mundo que expressa como por razões de tradição, nada mais resta do que remeter a possibilidade da revelação do plano divino para a interioridade do sujeito. Tinha sido esta a lição religiosa do puritanismo ao afirmar que o verdadeiro conhecimento de Deus só é possível através da "iluminação interior"; tinha sido esta a lição filosófica do empirismo ao considerar que a "ideia complexa" de Deus é elaborada "a partir das ideias simples que recebemos da reflexão"[38]; é esta a lição que Crusoe aprende quando, ao deparar em Friday com as suas próprias concepções levadas às últimas consequências, conclui que só Deus poderá, por si mesmo, revelar-se ao selvagem: "yet nothing but divine Revelation can form the Knowledge of *Jesus Christ*, and of a Redemption purchas'd for us . . . I say, nothing but a Revelation from Heaven, can form these in the Soul" (p. 219).

A educação religiosa de Friday torna-se assim também numa descoberta da parte de Crusoe: a de que o suporte espiritual da acção só pode ser encontrado pelo indivíduo a partir de si próprio. No plano prático, vimos já que esta descoberta se verifica anteriormente, após o primeiro sonho; mas é só agora, quando Crusoe se confronta com o Outro, e nesta confrontação constata a impossibilidade da integração do indivíduo numa comunidade espiritual a partir do exterior, que a descoberta é pensada como tal. Como o próprio Crusoe declara, Friday torna-se num meio de que ele se serve para a descoberta de si próprio: "and[I]must acknowledge . . . That in laying Things open to him, I really inform'd and instructed my self in many Things, that either I did not know, or had not fully consider'd before" (p. 220). Vendo-se reflectido no espelho que Friday lhe oferece, Crusoe toma finalmente consciência da irredutibilidade do indivíduo à comunidade.

Como referiu J. Paul Hunter, através de Friday Defoe dramatiza um processo de conversão análogo ao de Crusoe[39]. Com efei

---

[38] John Locke, *An Essay Concerning Human Understanding*, I, p. 418 (II, XXIII, 33).

[39] J. Paul Hunter, "Friday as a Convert", pp. 247-8.

to, a conversão é, particularmente na tradição puritana, um acto exclusivamente interior. Crusoe pode comunicar a Friday a palavra de Deus, mas a descoberta do seu verdadeiro significado, isto é, a operação mística pela qual o indivíduo atinge a harmonia de si com os desígnios divinos, apenas Friday a pode levar a cabo a partir de si próprio. A analogia entre as duas conversões é assim algo mais do que um mero processo usado por Defoe para levar o leitor a aceitar a conversão de Crusoe, como interpreta J. P. Hunter; ela é o modo como a Crusoe se revela em toda a sua plenitude a irredutibilidade da autonomia individual, ao descobrir que o isolamento espiritual é o único meio de o indivíduo chegar à paz e harmonia interiores. Ao tomar assim consciência da sua insularidade espiritual Crusoe está finalmente em condições de abandonar a insularidade física: a lição da ilha terminou.

*
* *

Penso ter sido demonstrado, pelo que atrás ficou dito, que o episódio da educação religiosa de Friday é outra coisa que não uma mera concessão de Defoe aos seus escrúpulos puritanos e é algo mais do que a simples ilustração de um processo de conversão. Com efeito, a tarefa evangelizadora de Crusoe realiza dois objectivos essenciais ao ulterior desenvolvimento da acção, pois ao mesmo tempo que consolida a relação de domínio através da subordinação religiosa de Friday, completa a constituição do próprio Crusoe como expressão cabal da visão do mundo individualista.

Quanto ao primeiro objectivo, a integração de Friday nas concepções religiosas de Crusoe culmina o processo de educação do selvagem. Após o ter submetido aos rituais do quotidiano onde um tipo específico de actividade produtiva e de relações que a partir dela se constituem aparecem como elementos naturais do comportamento, a par de determinados modos de falar, de vestir, de comer, etc., Crusoe conclui o edifício da dominação de Friday através da religião. Só agora,uma vez obtido o meio ideológico

que garante da parte do Outro a aceitação do seu estatuto como fazendo parte da ordem natural do mundo, a educação de Friday está completa. A descoberta de Deus fora para Crusoe a forma como tomara consciência da harmonia entre o seu impulso para a autonomia individual e o plano da Providência. Ao instruir Friday nos princípios da religião, ele sente-se por isso um instrumento dessa mesma Providência: "[I] was now to be made an Instrument under Providence to save the Life, and *for ought I knew*, the Soul of a poor Savage, and bring him to the true Knowledge of Religion"(p. 220). A conquista do selvagem para a religião é assim a sua integração no plano do mundo onde os valores de Crusoe encontram a plena realização. A partir do momento em que Friday aceita esses valores ("we were equally penitent, and comforted restor'd Penitents" - p. 221), a sua sujeição está estabelecida: Crusoe já o pode ensinar a manejar a arma de fogo (p. 222).

O segundo resultado, traduzindo-se no reconhecimento por parte de Crusoe da absoluta autonomia do indivíduo no plano espiritual, permite que o curso da narrativa se dirija agora, definitiva e exclusivamente, para a conclusão da estada na ilha. O isolamento de Crusoe num mundo fechado, em condições nas quais as categorias mentais do individualismo se foram gradualmente gerando e manifestando, completa assim a sua função. É agora tempo de a personagem regressar plenamente ao mundo real, onde os seus interesses, os seus valores, e a sua acção, poderão encontrar o verdadeiro espaço da prática do poder. Se o domínio sobre Friday representa já um primeiro momento do poder social de Crusoe, ele corresponde contudo ainda a uma última fase da sua formação. Representante do Outro, para que através dele Crusoe pudesse aprender como estabelecer as relações sociais em função do seu carácter individualista, Friday tinha de apresentar uma plasticidade ideal, que permitisse a sua fácil modelação às mãos do poder. Por isso Friday não é uma personagem típica, no sentido do termo que designa a posse de um passado e de um carácter próprios e historicamente determinados, como o serão em seguida o pai do mesmo Friday e o espanhol. Isto é, o selvagem não representa ainda os outros em geral, mas tão-somente a projecção ideal do modelo do dominado con

cebido por Crusoe, e só com o aparecimento de novos habitantes na ilha ele poderá aplicar plenamente esse modelo à realidade.

Tendo deste modo verificado o carácter orgânico da pormenorização com que Defoe dá conta do desenvolvimento das relações entre Crusoe e Friday podemos agora voltar ao problema levantado antes da análise desta sequência, e que se referia às disparidades cronológicas nela assinaladas e à tese de Dewey Ganzel segundo a qual estaríamos aqui perante a interpolação, numa versão prévia do romance, de um novo segmento narrativo.

Dentro do ritmo que caracteriza o desenrolar da acção, o alongamento da sequência em causa, visto à luz da organicidade do seu conteúdo, não apresenta um carácter gratuito, mas aparece antes como necessário à coerência das transformações ao longo das quais emerge, com todas as facetas que o caracterizam, o individualismo que Crusoe representa. Ora tendo em conta a verosimilhança global dos conteúdos em que a narrativa pretende assentar , o processo de aprendizagem de Friday exigia, pela sua natural morosidade, um período de tempo relativamente longo que, tudo o leva a crer, não constava dos planos iniciais de Defoe. Evidentemente que esta última afirmação não passa de uma conjectura, mas pode, se não ser confirmada, pelo menos encontrar algum grau de probabilidade no facto de no título da obra não só não haver qualquer referência a Friday, mas ser ainda afirmado que Crusoe passa os vinte e oito anos da sua estada na ilha completamente só (". . . Who lived Eight and Twenty Years, all alone in an un-inhabited Island . . .").

Esta conjectura foi pela primeira vez formulada por Paul Dottin, que justificou esta e outras discrepâncias entre os títulos das obras de Defoe e os seus conteúdos pela seguinte hipótese, a qual não estaria em desacordo com certos usos da época: após ter delineado uma história nos seus traços mais gerais, talvez mesmo após ter escrito algumas páginas, Defoe elaborava o título que apresentava ao editor, perante o que este encomendava ou não a obra[40] . A verificar-se esta hipótese, que é não só plausí-

---

[40] Paul Dottin, *Daniel de Foe et ses romans*, II, pp. 308-9. Esta conjectura de P. Dottin é posta em causa por R. Baine, que aven

vel como parece ser a única que permite explicar a frequência com que os títulos das obras de Defoe não se adequam aos acontecimentos narrados, é possível delinear uma justificação conjectural para a disparidade cronológica verificada sem se ter de recorrer necessariamente a uma hipótese de interpolação. Vejamos como.

Quando chega o momento de orientar o curso da acção no sentido da saída de Crusoe da ilha o plano original de Defoe encontra-se já substancialmente alterado, pelo menos através da não prevista introdução dos selvagens como motivo da intriga. Com efeito, é pouco provável que um assunto de carácter exótico e aventuroso como é o dos encontros de Crusoe com os selvagens fosse deliberadamente omitido de um título que se destina precisamente a chamar a atenção do leitor para a natureza "estranha" e "surpreendente" dos acontecimentos que vão ser narrados. Por outro lado, e nos termos do título, estava provavelmente previsto que Crusoe vivesse na ilha vinte e oito anos sem encontrar ninguém, e que as primeiras pessoas que veria seriam os piratas através dos quais se viria a libertar do seu cativeiro, e que na realidade nunca chegam a aparecer[41].

A introdução dos selvagens, qualquer que tenha sido o seu motivo, permitiu a Defoe operar a transformação do mundo utópico da sua personagem num mundo real onde ela se viu primeiro confrontada com a imagem do Outro e onde depois pôde começar a afirmar o seu poder, ao mesmo tempo que lhe fornecia a possibili

---

ta a hipótese, quanto a mim pouco convincente, de os títulos das obras de Defoe terem sido elaborados pelo editor, ou por alguém sob a responsabilidade deste. Ver Rodney M. Baine, "The Evidence from Defoe's Title Pages", *Studies in Bibliography*, 25 (1972), pp. 185-91.

[41] O texto completo do título é como segue: *The Life and Strange Surprizing Adventures of Robinson Crusoe*, of *York*, *Mariner*: Who lived Eight and Twenty Years, all alone in an un-inhabited Island on the Coast of *America*, near the Mouth of the Great River of *Oroonoque*; Having been cast on Shore by Shipwreck, wherein all the Men perished but himself. *With* An Account how he was at last as strangely deliver'd by *Pyrates*. (As palavras em ítálico encontram-se em maiúsculas de diferentes tipos no texto da 1ª edição).

dade de criar outra personagem que, construída segundo o modelo do "homem natural", fosse o parceiro ideal para a aprendizagem e concretização do poder social de Crusoe. Este último projecto é pela primeira vez evidente quando Crusoe pensa na possibilidade de atacar os selvagens, acabando depois por a abandonar: "I could think of nothing but how I might destroy some of these Monsters . . . and if possible, save the Victim they should bring hither to destroy" (p. 168). Mas é muito provável que a ideia de Friday se formasse no pensamento de Defoe num momento muito anterior da composição. Na realidade a primeira referência, ainda que implícita, à existência dos selvagens ocorre na entrada do diário de 16 de Junho, quando Crusoe, afirmando que se tivesse ido parar ao outro lado da ilha teria muitas tartarugas para comer , conclui: "but perhaps had paid dear enough for them" (p. 86). Significativamente talvez, esta referência aos selvagens , cuja existência vai permitir a transformação operada pelo segundo sonho, surge no preciso momento em que é iniciado o relato da doença que conduzirá ao primeiro sonho (entrada de 18 de Junho, p. 86).

Independentemente, porém, do preciso momento em que Defoe pensou na introdução dos selvagens na história, parece lícito conjecturar que a ideia lhe surgiu:

a) demasiadamente tarde para que lhe fosse ainda possível alterar o título (as primeiras páginas encontravam-se já provavelmente na tipografia);
b) suficientemente cedo para que, se não todo, pelo menos quase todo o trecho da ilha fosse composto com essa ideia em mente.

Quanto a Friday, se é verdade que não há qualquer indicação explícita do seu futuro aparecimento antes do citado passo da página 168, eu arriscar-me-ia a sugerir que o projecto da sua introdução na narrativa não só não é posterior ao aparecimento da ideia dos selvagens, mas é ainda motivador dessa mesma ideia. Penso poder invocar para esta conjectura razões de ordem estrutural e temática.

Quanto às razões estruturais, o facto de a primeira referência, ainda que velada, ao aparecimento dos selvagens (p. 86,

citada atrás) anteceder de imediato a narração do primeiro sonho, leva a crer que neste momento Defoe tem já em mente o modelo global a que irá obedecer a sequência da ilha, ou seja, a sua articulação através dos dois pontos de viragem que enquadram o período do efectivo isolamento de Crusoe: os dois sonhos. Dada a estreita complementaridade estrutural destes dois momentos da narrativa, é difícil de aceitar que o primeiro tenha sido concebido independentemente do segundo, lançando a personagem num percurso para o qual nenhuma saída seria vislumbrada. Ora essa saída, operada pelo segundo sonho, consiste precisamente na previsão das relações de Crusoe com Friday, pressupondo logicamente alguma manifestação prévia da existência dos selvagens. Nesta perspectiva,o aparecimento dos selvagens, que a este nível da articulação da narrativa não é estruturalmente necessário, passaria a sê-lo enquanto suporte verosímil do aparecimento de Friday antevisto no segundo sonho. Isto explicaria a razão por que Defoe, sempre preocupado ao longo dos seus escritos com a necessidade da atenção aos pequenos pormenores através dos quais a Providência indica o futuro e orienta veladamente o comportamento dos indivíduos, teria sentido ser necessário aludir, imediatamente antes do primeiro sonho e do percurso da personagem que ele inicia, às futuras condições que viriam a encerrar esse percurso.

Por outro lado, o tratamento temático dado aos selvagens parece orientar-se desde o início para o aparecimento de Friday, quer porque a primeira manifestação daqueles consiste no indício de um indivíduo isolado (a pegada na praia), quer porque as situações em que eles depois aparecem (os *festins* canibais) apontam sempre para a possibilidade de Crusoe intervir, salvando algum dos que estão condenados à morte.

Para o caso que neste momento interessa analisar dir-se-ia então que há várias circunstâncias indicadoras de que a ideia de apresentar o relacionamento entre Crusoe e Friday surgiu a Defoe num momento da composição suficientemente recuado para que lhe fosse possível a sua perfeita integração na estrutura cronológica dentro do limite de vinte e oito anos previamente fixado. Em vez disso, Defoe atribui ao período em que os dois estão

sós a duração de três anos, o que, somado aos "mais de vinte e cinco anos" que Crusoe vivera só, e ao período de um a dois anos que decorre desde a chegada do pai de Friday e do espanhol até à saída da ilha, leva ao esfrangalhamento de tal limite. É precisamente na resposta a este problema que se insere a hipótese de interpolação de Dewey Ganzel, que penso ser possível eliminar pelo recurso à análise do desenvolvimento orgânico da narrativa.

Antes de tudo será importante assinalar que, dentro da sequência considerada por Ganzel como interpolada, pode na realidade ser considerada a existência de referências a dois períodos de tempo diferentes relativos à vida conjunta de Crusoe e Friday. Se, por um lado, esse período é por duas vezes referido como sendo de três anos (pp. 220 e 229), há contudo um passo onde parece estar na mente de Defoe atribuir ao mesmo período a duração de apenas um ano, e que surge imediatamente após a sequência em que Crusoe integra Friday nos valores e nos costumes do seu quotidiano, e antes do relato relativo à educação religiosa do selvagem: "This was the pleasantest Year of all the Life I led in this Place" (p. 213). Se é certo que os termos e o contexto desta afirmação são suficientemente ambíguos para que ela possa ser considerada como referindo-se ao primeiro dos três anos que Crusoe vive só com Friday, penso contudo que tal interpretação se torna muito discutível se posta em confronto com o já citado passo da página 220, onde Crusoe afirma: "and the Conversation which employ'd the Hours between *Friday* and I, was such, as made the three Years which we liv'd there together perfectly and compleatly happy". Uma vez que esta afirmação se refere, como é confirmado pelo passo da página 229 atrás referido, ao período anterior à chegada do pai de Friday e do espanhol, não se pode deixar de notar alguma contradição entre o uso do superlativo para caracterizar apenas o primeiro ano ("the pleasantest Year") e a posterior consideração global dos três anos como de uma existência "perfeita e completamente feliz", tornando-se esta contradição ainda mais evidente se tivermos em linha de conta que a harmonia espiritual entre Crusoe e Friday, tendente à conversão do último, apenas seria obtida nos últimos dois anos. Seria, com efeito, muito

estranho que o convertido Crusoe achasse mais agradável a convivência com um selvagem que, ainda que "domesticado" , continuava a ser pagão, do que a intimidade com o mesmo indivíduo depois de este comungar também das suas ideias religiosas.

Para eliminar esta contradição intrínseca, à qual necessariamente leva a hipótese de Ganzel, uma vez que os dois passos referidos caem ambos dentro da sequência que este autor considera interpolada, há o recurso à possibilidade alternativa, ou seja, a de que estamos perante uma contradição extrínseca. Esta hipótese poderia ser formulada nos seguintes termos: *a referência a um ano e a referência a três anos dizem ambas respeito ao mesmo período da vida de Crusoe*, isto é, à totalidade do tempo que ele viveu a sós com Friday. Nestes termos, não existe qualquer incoerência na personagem, que se limita a caracterizar coerentemente em dois momentos diferentes, e de modos análogos, o seu estado de espírito num determinado período da sua vida, dizendo tal incoerência respeito exclusivamente a Defoe. O que equivale a dizer que a contradição verificada entre os dois passos em causa não significa absolutamente nada no plano da narrativa, e que apenas se poderá considerar como um acidente ocorrido durante o processo de composição da mesma. Vejamos em que medida é possível conferir consistência a esta hipótese.

Embora, como vimos, o aparecimento de Friday não fizesse provavelmente parte do projecto inicial de Defoe, vimos também que esta ideia lhe deve ter surgido suficientemente cedo para poder ser integrada no plano cronológico previamente estabelecido. Para tal, e porque não lhe era já possível alterar o número de anos atribuídos à estada de Crusoe na ilha, Defoe decide encurtar o período de isolamento absoluto da personagem de modo a que a estada de Friday, e a subsequente saída da ilha, caibam dentro dos vinte e oito anos previstos[42] . Nesse momento o problema

---

[42] Para além das razões apontadas por Paul Dottin para a impossibilidade de alteração do limite de 28 anos, é ainda possível aventar outras, alternativas ou acrescentáveis àquelas, como seja a hipótese de Defoe atribuir a esse período algum sinificado alegórico. Ver, sobre esta hipótese, Michael Seidel, "Crusoe in Exile".

surge a Defoe com dois aspectos: por um lado a fidelidade ao projecto inicial e a necessidade de dar conta das várias e complexas experiências de Crusoe impele-o a prolongar o mais possível o período de isolamento da personagem; por outro lado, o seu sentido do tempo apresentado, evidenciado aqui como noutras das suas obras, diz-lhe que a atribuição de uma duração verosímil aos acontecimentos é um factor importante para obter o efeito realista que pretende.

Digamos que, num determinado momento, Defoe acaba por se decidir pela atribuição de um tempo ao isolamento de Crusoe de cerca de vinte e cinco anos e meio, deixando dois anos e meio a três anos (a estada completa acaba por exceder os vinte e oito anos em perto de três meses) para serem distribuídos mais ou menos equitativamente pelos três acontecimentos principais que restam: 1) vida a sós de Crusoe e Friday; 2) convivência destes com o pai de Friday e o espanhol; 3) chegada dos ingleses e preparativos para o abandono da ilha. Esta hipótese, além de integrar o passo em que Crusoe dá a entender que o período da sua convivência a sós com Friday se limita a um ano, aparece ainda confirmada nos seguintes momentos da narrativa: 1) Friday aparece quando Crusoe se encontrava na ilha há mais de vinte e cinco anos (p.204); 2) a chegada do pai de Friday e do espanhol verifica-se no início do vigésimo sétimo ano da estada, ou seja, quando Crusoe se encontra na ilha há pouco mais de vinte e seis anos (pp. 229 e 230); 3) o navio inglês chega à ilha quando Crusoe lá estava há pouco mais de vinte e sete anos (pp. 248 e 249); 4) Crusoe deixa a ilha ao fim de pouco mais de vinte e oito anos (p. 278). Em contraparti da, esta cronologia ,é contrariada por: 1) as duas referências ao período de vida a sós de Crusoe e Friday como sendo de três anos, já repetidamente citadas; 2) o facto de entre a chegada do navio inglês e o abandono da ilha decorrerem apenas cinco dias, conforme o cômputo de W. Hastings[43] .

Quanto à segunda destas inconsistências, que não inte-

---

[43] William Hastings, "Errors and Inconsistencies", p. 163.

ressa directamente ao problema que está em discussão, é possível que tenha resultado de uma tentativa da parte de Defoe de compensar, pelo menos em parte, o período superior ao previsto que então já tinha atribuído à vida a sós de Crusoe e Friday. Mas também é muito provável que, por estranho que pareça, Defoe não se tenha apercebido que fazia Crusoe atribuir a duração de cerca de um ano a acontecimentos que haviam ocorrido em menos de uma semana. Com efeito, a profusão desses acontecimentos, que faz com que o seu relato se estenda por cerca de trinta páginas de texto quase exclusivamente narrativo, poderá facilmente ter levado Defoe a não ter consciência da sua concentração num tempo real diminuto. Na verdade parece haver da parte de Defoe uma preocupação em "dar tempo" às sequências de acontecimentos em função da extensão que o seu relato exige, e é possível que essa preocupação o tenha traído. Esta inconsistência não é, além de tudo, tão evidente como pode parecer, o que é testemunhável pelo facto de Charles Gildon não a ter notado, e ainda pelo facto de que só um leitor prevenido, e previamente munido de papel e lápis, a poderá detectar: não é pois de admirar que a "camuflagem" do tempo da história no tempo da escrita tenha enganado Defoe do mesmo modo que enganou Gildon ou que engana qualquer leitor não avisado. Importa ainda não esquecer que a existência de relações manipuláveis entre estes dois tempos só se tornará plenamente consciente quando Sterne, quase meio século depois de *Robinson Crusoe*, começar a brincar com essa descoberta como uma criança com um brinquedo novo[44].

Mas é a primeira das inconsistências enumeradas que se trata sobretudo de esclarecer. Ora penso que é possível fazê-lo a partir da verificação do momento em que surge a primeira referência a um período de três anos como correspondendo ao tempo que

---

[44] É importante chamar a atenção para que esta problemática, que respeita , no caso vertente, ao domínio consciente, por parte do autor, das relações entre o tempo da história e as possibilidades técnicas da sua manipulação no tempo da escrita, nada tem a ver com aquela analisada na Parte II deste trabalho, onde se tratava de encontrar um significado orgânico na relação entre diferentes modos do tempo apresentado.

Crusoe e Friday viveram sós, momento esse que ocorre quase no fim da sequência onde é relatada a educação religiosa do selvagem. Para completar a hipótese de composição desta parte da narrativa direi então que é quando chega ao momento em que a adaptação de Friday ao quotidiano de Crusoe está completa que Defoe sente que a formação do selvagem deverá ser continuada através da sua educação religiosa. A sequência dos diferentes momentos que caracterizam a relação entre as duas personagens é, a este título, significativa, e pode ser esquematizada como segue : integração de Friday nos hábitos de Crusoe, incluindo as actividades produtivas → Crusoe afirma que aquele foi o ano mais agradável da sua estada → conversa entre os dois sobre a possibilidade de Crusoe sair da ilha → introdução abrupta do tema da educação religiosa de Friday → referência, mais tarde repetida, ao período da vida a sós dos dois como sendo de três anos.

A educação religiosa de Friday tendo em vista a sua conversão não só se inicia de maneira inesperada , como também, em certa medida, contradiz alguns pressupostos religiosos anteriormente formulados por Crusoe quando, nas suas reflexões a propósito da fidelidade e sinceridade do selvagem, assumira plenamente a doutrina puritana da eleição, à luz da qual Friday faria irremediavelmente parte dos condenados pelos desígnios inescrutáveis da Providência: "But I shut it up, and check'd my Thoughts with this Conclusion, (1st.) That we did not know by what Light and Law these should be condemn'd" (p. 210). De algum modo reforçando estes pressupostos está ainda a atitude de Crusoe relativamente ao pai de Friday, o qual, embora tenha vivido na ilha cerca de um ano, não é objecto de qualquer tentativa de educação religiosa, mantendo-se pagão e mesmo canibal, como o afirma o próprio Crusoe (p. 241 [45]).

---

[45] Este mesmo passo, que surge bastante depois da sequência assinalada por Ganzel como interpolada, parece também pôr em causa a hipótese deste autor, pois nele Crusoe afirma que Friday é um protestante, o que pressupõe a doutrinação religiosa anterior.

Todos estes factores parecem assim indicar que a necessidade de Crusoe proceder à formação religiosa de Friday ocorre a Defoe no momento em que, nos termos do plano previamente estabelecido, devia preparar a passagem ao episódio seguinte, no qual o pai de Friday e o espanhol fariam a sua entrada em cena, pelo que, para salvaguarda dos princípios em que concebe assentar a verosimilhança, se vê obrigado a alongar o período de convivência entre as duas personagens, num momento em que era já muito complexa e difícil a reformulação do esquema cronológico que vinha a ser seguido. Aos olhos de Defoe, como aos da generalidade dos leitores seus contemporâneos, poderia ser realisticamente aceitável que um selvagem pudesse, no prazo de um ano, aprender as formas mais elementares do comportamento civilizado, tais como alimentar-se devidamente, vestir-se, e trabalhar, ao mesmo tempo que adquiria os rudimentos de uma nova língua; o que já não poderia de modo nenhum ser aceite era que, durante esse mesmo período, fosse possível levar a cabo uma educação religiosa do selvagem que, além de pressupor da parte deste um conhecimento da língua inglesa relativamente avançado, implicava ainda (e é este talvez o argumento mais importante) a leitura atenta e a discussão cuidadosa da Bíblia. Como possível indicação de que na mente de Defoe o alongamento deste período e a leitura da Bíblia são dois factos que de algum modo se interligam, é significativo que o parágrafo em que pela primeira vez o período é referido como de três anos introduza precisamente o tema do estudo dos textos sagrados feito pelos dois ("we had here the Word of God to read" - p. 221), tema esse que domina em exclusivo os dois parágrafos que se seguem e que encerram o relato da educação religiosa de Friday. Digamos então que, depois de ter procedido à integração na narrativa desta nova fase da formação de Friday, Defoe se viu colocado perante as alternativas de se manter fiel à realidade que pretendia imitar ou ao esquema cronológico que elaborara: como não podia deixar de ser, escolheu a primeira.

Pode-se agora compreender a razão por que foi afirmado atrás que as referências de Crusoe ao ano mais agradável da sua vida na ilha e aos três anos de felicidade vividos com Friday di-

zem respeito ao mesmo período. Tanto numa como na outra Defoe pretendeu resumir os sentimentos da sua personagem relativamente à totalidade do tempo em que esta viveu a sós com Friday , consistindo a diferença apenas em que na primeira das referências, anterior ao relato da educação religiosa do selvagem, Defoe pensava ainda no seu plano cronológico anteriormente estabelecido, enquanto que na segunda, que ocorre na parte final deste relato, o autor pretendia já tornar claro um suporte temporal realisticamente aceitável para o desenvolvimento da narrativa entretanto verificado, suporte esse que teria o cuidado de reassinalar algumas páginas depois. Poder-se-á perguntar por que razão não alterou Defoe a primeira referência de um para três anos, tentando assim "compor o quadro" minimamente. Penso que é possível enumerar três respostas plausíveis: 1) quando se decidiu pelo alongamento do período para três anos Defoe não se apercebeu que já o tinha referido como sendo de um ano; 2) Defoe concluiu que essa alteração não resolvia o problema da inconsistência, pelo que não valia a pena fazê-la; 3) a parte do texto que referia o período de um ano já se encontrava nas mãos do editor. Esta última hipótese é talvez a menos viável, pois Defoe teria ainda a possibilidade de proceder à alteração na errata, como fez noutros casos. De qualquer modo, a opção definitiva por qualquer uma destas respostas exigiria indicações que não existem, pelo que é preferível deixá-la em aberto, tanto mais que não se revela necessária ou importante para a compreensão da obra.

O que se afigura importante como resultado da argumentação que tem vindo a ser desenvolvida, de algum modo confirmando o carácter e os termos orgânicos da narrativa tal como tenho tentado evidenciá-los ao longo deste trabalho, consiste no facto de se poder concluir que Defoe sentiu, num dado momento da elaboração da obra, a necessidade de nela incluir um episódio que tratasse da educação religiosa de Friday, e também que tal necessidade lhe surgiu de um modo tão imperioso que para lhe corresponder o autor se viu obrigado a tornar inconsistente a ordenação cronológica da história. Esta necessidade sentida por Defoe pode com efeito tornar-se esclarecedora, desde que nos interroguemos

sobre as causas que a determinaram, o que pode ser feito em dois planos distintos: o plano psicológico, ou das motivações internas, e o plano sociológico, ou das motivações externas.

Quanto ao primeiro destes planos, a sua discussão, que terá de ser remetida para o domínio de uma psicologia da criação cultural, não encontra um local adequado no âmbito do presente trabalho, nem no autor deste um especialista qualificado. A necessidade, sentida por Defoe, de alterar o plano anterior, deverá portanto ser tomada, enquanto fenómeno psicológico , como um facto consumado, uma vez que, caso tal facto não se tivesse verificado, a obra, tal como a temos diante de nós, não existiria.

Por sua vez, as razões objectivas para a integração na narrativa da educação religiosa de Friday, e para o consequente alongamento do período da sua vida a sós com Crusoe, têm já directamente a ver com a problemática da presente análise, e podem ser estudadas independentemente da configuração subjectiva que tenham assumido na consciência de Defoe. Teremos para tal de examinar em que termos este segmento da narrativa se insere na orgânica global da obra, correspondendo ou não a uma exigência da representação que ela configura, para o que será conveniente recapitular, nos seus traços mais gerais, os resultados da análise a que se tem procedido na presente parte deste trabalho.

Na sequência do processo ao longo do qual Crusoe vai adquirindo as categorias mentais que lhe permitem pensar, e orientar-se para, o poder social, o aparecimento de Friday cria as condições necessárias para que esse poder seja realizado. Desde os primeiros contactos com o selvagem, o qual aparece como o objecto ideal da estratégia de um poder que se assume como natural, Crusoe entrega-se ao estabelecimento laborioso de uma rede de relações entre os dois, através da integração do outro num novo quadro de acções e de valores, ao mesmo tempo que, eliminando as particularidades culturais do selvagem, o desliga do seu passado e da sua história. Assim preenchendo e fundamentando a existência quotidiana de Friday, Crusoe submete-o aos interesses que, em última instância, determinam e dão forma a esse quotidiano, conferindo-lhe o seu significado oculto. Como afirma John Richetti a

propósito da actividade produtiva, a qual, como vimos, faz parte desse quotidiano, "Friday trabalha, mas é Crusoe que possui o trabalho e o seu significado"[46].

É no contexto desta realização do poder social de Crusoe, e como seu último momento, que nos surge o período da narrativa que relata a educação religiosa de Friday, aparentemente em resultado de uma decisão tomada por Defoe "à última hora". Em certa medida compreende-se que assim tenha acontecido: tal como a reprodução do poder burguês na sociedade capitalista, o poder de Crusoe não necessitava da religião para se manter. Uma vez representadas as relações entre Crusoe e Friday como o resultado da acção das leis naturais que estabelecem as relações humanas como contratos entre os indivíduos, e apresentada a aculturação de Friday como a sua voluntária aceitação dos valores civilizados de que Crusoe é portador, a representação do poder social individualista não exigia como necessária a subordinação de Friday aos valores religiosos de Crusoe. Por isso Defoe pôde fazer Crusoe considerar as suas relações com Friday como perfeitamente harmoniosas ainda antes de a educação religiosa do selvagem ter sido realizada, conforme é afirmado no mesmo parágrafo em que o período da vida a sós dos dois é calculado em um ano:

> besides the Pleasure of talking to him, I had a singular Satisfaction in the Fellow himself; his simple unfeign'd Honesty, appear'd to me more and more every Day, and I began really to love the Creature; and on his Side, I believe he lov'd me more than it was possible for him ever to love any Thing before (p. 213).

Estabelecida por um acordo natural e voluntário entre os indivíduos, a relação de dominação não necessita da coesão fornecida pelos valores religiosos para se perpetuar.

A religião não vem portanto solucionar o problema do po

---

[46] "Friday works, but Crusoe possesses the labour and its meaning". John Richetti, *Defoe's Narratives*, p. 56.

der burguês, o qual está de antemão resolvido pela orgânica da sociedade capitalista e pela fundamentalmente laica visão do mundo individualista que ela determina. Foi esta natureza essencial do mundo burguês que Defoe, quaisquer que tenham sido os mecanismos psicológicos que a tal o levaram, percebeu, quando no seu plano inicial não incluiu a formação religiosa de Friday nas relações deste com Crusoe. Tal como, no plano conceptual, o haviam feito Hobbes e Locke, e ao contrário do que a tradição medieval impunha, Defoe excluía assim os factores religiosos da sua representação dos elementos constitutivos da sociedade civil.

Mas, e pelas razões históricas já anteriormente aduzidas, as relações entre os homens não podiam ser compreendidas na sua totalidade concreta pelo individualismo sem que as formas de consciência religiosas as recobrissem, conferindo ao materialismo radical da sua concepção a aura de uma espiritualidade transcendente que ideologicamente o justificava. Noutros termos, era necessário que aos olhos de Friday, como aos de Crusoe, e ainda, num outro plano, aos do próprio Defoe, as relações entre as duas personagens, construídas de facto na base de uma relação material de poder, fossem finalmente sancionadas pela palavra de Deus, para que a ordem social pudesse aparecer justificada por, e sob a forma de, uma harmonia espiritual redentora. Só assim a representação ficaria completa, e Defoe poderia eventualmente encontrar a sua paz de espírito[47]. Também aqui o trajecto da representação da sociedade elaborada por Defoe é de algum modo análogo àquele que, num plano conceptual, é seguido por Locke, quando articula a verdade racional com a ideia de Deus e com a verdade revelada, e, mais claramente, por Hobbes, quando sanciona a sua concepção materialista da sociedade pela religião revelada, ainda que na verdade submetendo o entendimento desta aos princípios definidores daquela.

---

[47] Ver, a propósito do conflito entre interesses económicos e moralidade religiosa frequentemente patente em Defoe, Hans H. Andersen, "The Paradox of Trade and Morality in Defoe".

Vista a esta luz, a integração na narrativa da experiência da educação religiosa de Friday, a qual, ainda que vindo revelar a Crusoe o necessário isolamento e fechamento sobre si próprio da sua espiritualidade mais profunda, acaba por conduzir à conversão do selvagem e à consequente harmonia espiritual entre os dois, aparece portanto como o resultado de uma necessidade orgânica da representação que de outro modo seria incompleta, inacabada, porque incoerente com o real representado. Ao sentir a necessidade de alterar o seu plano prévio de modo a incluir a dimensão religiosa no relacionamento entre Crusoe e Friday , Defoe corresponde objectivamente a uma exigência da representação, e embora as motivações subjectivas para tal opção sejam uma incógnita, elas parecem ser mais reveladoras de um elevado grau de sensibilidade artística do que de um dos "inconvincentes tributos periódicos de Defoe ao transcendente" de que fala Ian Watt[48] . Na sequência do que vimos já noutros momentos da narrativa, em que a introdução da temática religiosa obedece aos critérios de coerência interna e externa da obra, poderemos agora concluir que no universo fictício de *Robinson Crusoe* a religião ocupa um lugar rigorosamente funcional e significativo, e que, se aparece com os contornos de "Sunday religion" que nela vê o mesmo Ian Watt[49], tal se deve não à fragilidade das concepções religiosas de Defoe, mas às próprias contradições internas da visão do mundo que na obra ele formalmente ordena e expressa.

Vemos assim como a inconsistência cronológica que foi analisada nos pode revelar algo sobre o processo de composição da narrativa, o que por sua vez nos permitiu confirmar o desenvolvimento desta como uma articulação orgânica de personagens e situações que obedece essencialmente aos critérios de representação de

---

[48] "[Defoe's]spiritual intentions were probably quite sincere, but they have the weakness of all 'Sunday religion' and manifest themselves in somewhat unconvincing periodical tributes to the transcendent". I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 90.

[49] I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 90 (ver nota anterior).

uma realidade histórica perspectivada por uma determinada visão do mundo. É certo que a inconsistência não é, em si, significativa, e que não é ela que valida o carácter orgânico da sequência em questão, o qual poderia ser determinado exactamente nos mesmos termos ainda que Defoe tivesse de algum modo corrigido o esquema cronológico e eliminado todos os anacronismos. Contudo, ao revelar-nos acidentalmente uma fase do processo de composição da narrativa, esta inconsistência constitui uma oportunidade soberana para demonstrar como o desenvolvimento daquela é subordinado, ao nível das próprias opções que a imaginação do autor lhe fornece, à orgânica da representação.

Esta demonstração seria talvez supérflua para a generalidade das obra narrativas consagradas pela História da Literatura, a cujos autores é implicitamente reconhecida a capacidade artística de elaboração e planificação de um universo fictício totalizante, coerente com o real representado. Tal não se passa porém com Daniel Defoe, a quem uma forte tradição crítica que persistentemente se afirma desde o século passado tem atribuído uma ingenuidade, para não dizer infantilidade, artística, conducente a que as suas obras, e particularmente *Robinson Crusoe*, sejam encaradas mais como frutos do acaso do que como resultados de uma imaginação criadora organizada e coerente[50]. Penso que, quanto mais não fosse, o aproveitamento de um ensejo para, pelo menos no que se refere a *Robinson Crusoe*, rebater esta tradição paternalista, justificou o facto de, para tal, este trabalho ter sido desviado, ao longo de algumas páginas, da sua linha de orientação fundamental, que de seguida se retoma.

*

* *

---

[50] Esta tradição, já por várias vezes referida ao longo deste trabalho, é tão poderosa, que pode mesmo ser detectada num dos autores que mais lutou pelo reconhecimento da capacidade artística de Defoe, John Robert Moore, quando afirma: "[Crusoe's] solitary life on the island . . . came as a 'strange surprise' to Defoe himself" (*Daniel Defoe, Citizen of the Modern World*, Chicago, 1958, p. 224).

Como que coroado pela conversão de Friday, o poder de Crusoe garante-lhe agora a possibilidade de retomar a acção conducente à sua saída da ilha, e é nesse sentido que, logo após a conclusão do segmento relativo à formação religiosa do selvagem, a narrativa flecte: Crusoe descobre, através de Friday, que alguns dos tripulantes do barco naufragado ao largo da ilha se salvaram, o que lhe faz surgir a esperança de se vir a juntar a eles (pp. 223-5).

O contexto desta nova situação, que faz Crusoe encarar a possibilidade de Friday, ao regressar para junto dos seus compatriotas, se tornar de novo num canibal e assim se voltar contra o seu antigo patrão, permite pôr à prova a relação de poder instituída, apresentando-a como inquebrantável e definitiva. Em resultado de um mal-entendido em que Friday pensa, erroneamente, que Crusoe tenciona enviá-lo sozinho para a sua terra, verifica-se o seguinte diálogo, no qual, de uma vez por todas, o selvagem demonstra ter renegado o seu passado em favor da dependência que o liga a Crusoe:

> Why, (says I) *Friday*,did you not say you wish'd you were there? *Yes, yes*, says he, *wish be both there, no wish* Friday *there, no Master there*. In a Word, he would not think of going there without me; *I go there!* Friday, (says I) *what shall I do there?* He turn'd very quick upon me at this: *You do great deal much good*, says he, *you teach wild Mans be good sober tame Mans; you tell them know God,pray God, and live new Life* (p. 226).

E, na sequência do diálogo, Friday oferece-se para morrer às mãos de Crusoe no caso de este insistir em mandá-lo embora.

Na visão do mundo da burguesia no tempo histórico do seu vigor revolucionário a divisão da sociedade em termos de relações de poder de uns indivíduos sobre os outros não aparece como um conflito de interesses, mas antes como o mais perfeito modelo da sua harmonização, a qual o discurso de Friday expressa agora plenamente. Fora do domínio de Crusoe, que o transformou de um "homem selvagem" num "homem domesticado", Friday não encontra

qualquer sentido para a sua existência: eis a harmonia perfeita entre o dominador e o dominado. Aparentemente, porque na base de um mal-entendido, Friday foi livre de optar entre a aceitação do seu estatuto perante Crusoe e o seu abandono; ao escolher (ou ao pensar que escolhia) a primeira hipótese, desempenhou cabalmente a sua função do dominado ideal, que opta em consciência, e alegremente, pela dominação de que é objecto, de tal modo que, para evitar que o seu desespero chegue às lágrimas, Crusoe se vê na obrigação de lhe prometer que nunca mais o mandará embora.

A representação desta aparente escolha através de um equívoco, modelo aliás recorrente na representação dos jogos da realidade e da aparência na comédia do séc. XVIII, expressa bem a distância entre a realidade e a ideologia do poder. Na verdade nunca houvera da parte de Crusoe qualquer intenção de permitir, e muito menos de ordenar, que Friday o abandonasse, e se já anteriormente tinha enunciado tal hipótese, apenas o fizera com o fim de experimentar a fidelidade do selvagem. Quando agora Friday interpreta as suas palavras[51] como querendo significar que ele, Friday, deveria partir sozinho, Crusoe aproveita a oportunidade para, assumindo o papel do Tentador, levar esse teste às últimas consequências. Mas a tentação da liberdade não significa já nada para o convertido Friday, que assim tem a ilusão de optar livremente por um destino que na realidade se encontra já traçado desde o primeiro momento da sua relação com Crusoe. Crusoe fica então feliz por saber que o destino que impõe a Friday corresponde à vontade deste, e Friday fica feliz por não saber que o destino que julga escolher lhe é na realidade imposto: tal é a distribuição da realidade e da ideologia no paraíso individualista.

Uma vez atingido este estádio, em que a relação entre as duas personagens representa plenamente a harmonia social fundamentada no poder tal como a visão do mundo individualista a idea

---

[51] "Upon the whole, I was by this Time so fix'd upon my Design of going over with him to the Continent, that I told him we would go and make one [Boat] as big as that, and he should go home in it" (p. 226).

liza, Crusoe pode finalmente lançar mão das tarefas necessárias a que o seu poder extravase os limites da ilha e se alargue ao mundo exterior. Adquiridas através de Friday as categorias mentais que lhe permitem pensar os mecanismos da dominação, Crusoe está agora em condições de adaptar a imagem ideal do Outro à realidade social dos outros, sobre eles afirmando a autonomia do seu saber e da sua acção.

Mas Crusoe não necessitará de sair da sua ilha para que essa concretização do poder tenha lugar. Tal como a pegada havia trazido a realidade do Outro, tal como o selvagem havia trazido a possibilidade do poder, o curso dos acontecimentos encarregar-se-á agora de, uma vez mais, lhe proporcionar as condições para o prosseguimento do seu percurso.

*
* *

2 - O PAI DE FRIDAY E O ESPANHOL

Depois de consolidada e de verificada a sua perfeita adequação às naturezas das duas personagens, a relação de poder instituída encontra o seu corolário lógico na extensão do domínio de Crusoe sobre as coisas. Quando se encontrava só Crusoe tinha construído um barco que lhe permitiria abandonar a ilha, mas tinha fracassado na sua tentativa de o transportar para a água. Como vimos aquando da análise da parte da narrativa onde esse acontecimento é relatado, tal fracasso fora motivado por razões de ordem meramente objectiva: a força de Crusoe não era suficiente para o empreendimento. Ao relembrar agora esse acontecimento, quando leva Friday ao lugar onde se encontra o barco, já apodrecido (pp. 225-6), Crusoe fornece através dele o contraponto da situação actual em que, mercê da união das suas forças com as de Friday, consegue construir um novo barco e transportá-lo para a água (p. 227).

Nos termos em que relata os trabalhos de construção e transporte do barco Crusoe dá conta das novas componentes essen-

ciais da sua acção. Por um lado, assume a direcção do trabalho, determinando a tarefa e o seu modo de realização: "*Friday* was for burning the Hollow or Cavity of this Tree out to make it for a Boat. But I shew'd him how rather to cut it out with Tools, which, after I had shew'd him how to use, he did very handily" (p. 227). Por outro lado, acentua o facto de ser a conjugação das forças de ambos que permite atingir o objectivo pretendido: "after this, however, it cost us near a Fortnight's Time to get her along as it were Inch by Inch upon great Rowlers into the Water" (p. 227). A união dos esforços e a subordinação destes à direcção de Crusoe, tal é o conteúdo do seu novo poder, cujo resultado se traduz no alargamento das suas capacidades objectivas de domínio sobre a natureza.

O poder adquirido por Crusoe através da sua relação com Friday traduz-se assim, finalmente, na realização das condições nunca antes conseguidas, que possibilitam o abandono da ilha. Procedendo seguidamente ao equipamento do barco, ao mesmo tempo que ensina Friday a manobrá-lo, Crusoe apenas confirma que não existem já quaisquer obstáculos intransponíveis à prossecução dos seus objectivos. Os limites que antes confinavam a sua acção ao espaço da ilha foram superados: resta-lhe agora aguardar apenas a época do ano adequada para a viagem (p. 230).

Mas, como afirma Hobbes, é da natureza do poder aumentar à medida que avança[52], e, limitado apenas a Friday, o poder social de Crusoe encontra-se coarctado no seu percurso que o orienta num sentido de domínio cada vez mais abrangente dos outros e das coisas. Por isso, e para que a ilha possa assumir plenamente a dimensão de um microcosmo individualista, torna-se necessário que o poder de Crusoe ultrapasse os limites impostos pela singularidade de Friday e se alargue a um número de indivíduos capaz de representar a pluralidade do corpo social: é o que acontecerá com o aparecimento de duas novas personagens, o pai de Friday

---

[52] A propósito do que designa por "poderes instrumentais": "For the nature of Power, is in this point, like to Fame, increasing as it proceeds" (Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 43 [I, X]).

e o espanhol.

A ideia de que a afirmação suprema do poder só é possível quando este se exerce sobre um conjunto de indivíduos é também formalizada por Hobbes: "The Greatest of humane Powers , is that which is compounded of the Powers of most men, united by consent, in one person, Naturall, or Civill, that has the use of all their Powers depending on his will; such as is the Power of a Common-wealth"[53] . Assim, se as relações entre dois indivíduos podem representar a base contratual que institui a sociedade, a imagem plena desta só pode ser dada como a de uma colectividade de vários indivíduos que se submetem à direcção de um poder único. Só então, através de uma situação em que os poderes privados de cada um dos indivíduos que formam uma comunidade aparecem transferidos para uma pessoa pública, é possível representar a sociedade concreta tal como a concebia o pensamento burguês do séc.XVII, seja ela a "Common-wealth" de Hobbes ou a "political or civil society" de Locke.

Ao mesmo tempo, o episódio que leva à entrada em cena das duas novas personagens permite também a representação do acordo final entre a ordem providencial do mundo e a acção de Crusoe. Num claro paralelismo com a situação em que se encontrara após a descoberta da existência dos selvagens, quando concluíra que Deus não lhe dava o direito de os atacar, Crusoe reflecte agora de novo sobre o mesmo assunto, quando vê chegar à ilha três canoas com vários selvagens e três prisioneiros, acabando por decidir-se a aguardar por uma ordem divina para actuar: "I resolv'd I would only go and place my self near them, that I might observe their barbarous Feast, and that I would act then as God should direct" (p. 232). Colocando assim a sua acção nas mãos de Deus Crusoe consuma a operação que se iniciara no momento em que pela primeira vez reflectira sobre o assunto, operação pela qual, como vimos na análise desse passo, a vontade individual é transcendentalizada de modo a que a sua contingência dê lugar a uma necessidade sentida como superiormente determinada.

---

[53] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 43 (I, X).

Fazendo com que entre os prisioneiros se encontre um europeu, a Providência fornece a Crusoe a razão necessária para que ele ataque os selvagens. Nos termos do seu anterior raciocínio, o ataque só se justificaria na base de um estado de guerra existente entre ele e os selvagens, o que se passa a verificar a partir do momento em que estes se preparam para matar um membro da comunidade cristã a que Crusoe pertence. Este é, sem dúvida, o raciocínio que permite conferir uma consistência lógica à decisão de atacar os selvagens tomada por Crusoe, mas não seria menos válido explicar tal decisão pelo simples facto de o deus de Crusoe ser naturalmente branco e europeu.

Seja como for, o que o ataque aos selvagens expressa é a identificação do poder de Crusoe com o poder divino, da sua acção com a ordem providencial dos acontecimentos, o que aparece bem representado pelos termos em que ele dá a Friday a ordem para disparar: "Are you ready, *Friday*? said I; yes, says he; let fly then, says I, in the Name of God" (p. 234). O longo e complexo percurso por que, desde o início da narrativa, passam as relações entre Crusoe e Deus, expressando nas suas diferentes fases outros tantos momentos de harmonia ou desarmonia da personagem consigo própria e com o mundo, chegou ao fim: a identificação dos seus interesses com a vontade de Deus tornou-se, à consciência de Crusoe, na justificação transcendente da sua acção. Mais tarde, e numa harmonização com esta imagem que Crusoe forma de si próprio, os selvagens virão a considerar a sua ilha como um local encantado onde domina o poder dos deuses: "they believ'd whoever went to that enchanted Island would be destroy'd with Fire from the Gods" (p. 243).

Quanto ao outro prisioneiro dos selvagens que é libertado, e que se revela ser o pai de Friday, ele vem proporcionar uma situação assinalável pelo seu significado contrapontístico em relação com a natureza e o carácter de Crusoe. Já alguns críticos têm acentuado que a alegria e o extravasamento emocional de Friday, motivados pelo seu reencontro com o pai, estabelecem uma antítese com o comportamento assumido por Crusoe para com o seu próprio pai. O mais notável desta situação reside porém no facto de não haver da parte de Crusoe qualquer constatação dessa antítese.

O relato do encontro de Friday com o pai constitui, em toda a narrativa, a mais elevada representação da dimensão afectiva nas relações humanas:

> but when *Friday* came to hear him speak, and look in his Face, it would have mov'd any one to Tears, to have seen how *Friday* kiss'd him, embrac'd him, hugg'd him, cry'd, laugh'd, hollow'd, jump'd about, danc'd, sung, then cry'd again, wrung his Hands, beat his own Face, and Head, and then sung, and jump'd about again, like a distracted Creature (p. 238).

Nos termos característicos de Defoe, em que as situações de elevada carga patética são normalmente expressas pelas personagens através da linguagem gestual, o exaltamento emocional de Friday apresenta, no momento da narrativa em que o poder individualista de Crusoe se aproxima da sua afirmação plena, precisamente a dimensão humana que escapa, sem apelo, a esse poder. A imagem do amor filial de Friday é na verdade o espelho invertido da relação de Crusoe para com o seu pai, mas nem por um momento ele tem consciência dessa imagem como tal, traduzindo-se a sua atitude apenas por uma comoção, talvez um tanto nostálgica e por isso, como ele afirma, difícil de expressar, mas que é mais uma reacção verosímil da sua sensibilidade ao espectáculo que se lhe oferece do que uma identificação consciente com os valores que esse espectáculo representa: "It is not easy for me to express how it mov'd me to see what Extasy and filial Affection had work'd in this poor *Savage*, at the Sight of his Father, and of his being deliver'd from Death" (p. 238).

Esta situação parece assim ecoar aquela outra em que víramos Crusoe desesperado por não encontrar nenhum sobrevivente do barco que naufragara ao largo da ilha. Nessa altura, a impossibilidade de ter uma companhia humana, acentuada pelo espectáculo dos dois marinheiros que haviam morrido abraçados um ao outro, apontara a Crusoe o seu destino como o lugar da ausência de quaisquer relações afectivas ou comunitárias. Ele aprendera então que a afirmação radical da sua autonomia implicava algo que a utopia individualista que vivera lhe ocultara: a separação do homem de

si próprio, o corte dos laços que o unem aos outros numa comunhão de interesses, valores, e acções. Quando, agora, a realidade traz perante si a manifestação viva da afectividade humana, o que ele vê nela não diz respeito às suas relações com os outros, mas apenas às relações entre os outros, e o único resultado prático do acontecimento consiste em impedir a perseguição dos selvagens: "This Action put an End to our Pursuit of the Canoe, with the other *Savages*, who were now gotten almost out of Sight" (p. 238). O mundo da afectividade está, irremediavelmente, "do outro lado" do mundo de Crusoe.

É neste contexto, quando a acção de Crusoe lhe aparece ditada pela vontade divina e quando as suas categorias mentais excluem a consciência de relações afectivas, que o poder sobre os outros para que ele tende atinge a sua expressão plena. O passo em que Crusoe afirma o seu absoluto domínio, frequentemente citado como demonstração do carácter hobbesiano do poder por ele neste momento representado, é o seguinte:

> My Island was now peopled, and I thought my self very rich in Subjects; and it was a merry Reflection which I frequently made, How like a King I look'd. First of all, the whole Country was my own meer Property; so that I had an undoubted Right of Dominion. *2dly*, My People were perfectly subjected: I was absolute Lord and Law-giver; they all owed their Lives to me, and were ready to lay down their Lives, *if there had been Occasion of it*, for me. It was remarkable too, we had but three Subjects, and they were of three different Religions. My Man *Friday* was a Protestant, his Father was a *Pagan* and a *Cannibal*, and the *Spaniard* was a Papist: However, I allow'd Liberty of Conscience throughout my Dominions: But this is by the Way (p.241).

Neste passo, em que uma aparente megalomania é cuidadosamente justificada pelo tom um tanto jocoso que a introduz ("it was a merry Reflection"), Crusoe fornece-nos a mais completa caracterização do poder por ele atingido neste momento da sua existência. Porque este trecho pode ser melhor elucidado se comparado com uma outra afirmação do poder de Crusoe, verificada antes da descoberta da pegada, e que foi analisada na parte anterior

deste trabalho, passarei a transcrever de novo o passo onde essa afirmação ocorre:

> It would have made a Stoick smile to have seen, me and my little Family sit down to Dinner; there was my Majesty the Prince and Lord of the whole Island; I had the Lives of all my Subjects at my absolute Command. I could hang, draw, give Liberty, and take it away, and no Rebels among all my Subjects (p. 148).

Víramos então que tal afirmação de poder expressava a distância nessa altura existente entre a concepção grandiosa que Crusoe tinha do seu domínio sobre o mundo e a realidade que era objecto desse domínio, composta pelos animais domesticados. Tratava-se de um momento em que, confrontada com a realidade, a utopia individualista refluía para o interior de si própria, transformando-se de um ideal de poder numa fantasia com laivos de narcisismo.

A actual afirmação de poder, apresentada em termos bastante análogos aos da anterior, encerra contudo um elemento fundamental que a distingue daquela, e que lhe confere uma dimensão que, não tendo já nada de fantasioso, é plenamente adequada à realidade: os objectos da dominação são agora outros indivíduos. Nesta diferença essencial, que separa um poder imaginado fora da sociedade do autêntico poder sobre os outros, exercido na sociedade, reside o percurso de Crusoe entre estes dois momentos.

Mas a diferença entre as duas situações é ainda visível nalguns pormenores que atestam bem o rigor com que são representados os dois estádios da existência de Crusoe a que correspondem. Assim, enquanto no primeiro passo os animais sobre que se exerce o domínio de Crusoe são referidos em termos que conferem à relação de poder uma tonalidade afectiva ("my little Family"), no segundo essa tonalidade já não existe, sendo as palavras usadas para referenciar os outros indivíduos exclusivamente indicativas da sua natureza de objectos do poder ("Subjects" e "my People"). Por outro lado, o título de domínio sobre a ilha que Crusoe se atribui, como único habitante, no primeiro destes dois momentos ("there was my Majesty the Prince and Lord of the whole Island")

é agora intensificado e formalizado como título de propriedade absoluta que exclui os outros do poder ("the whole Country was my own meer Property; so that I had an undoubted Right of Dominion"), ao mesmo tempo que a designação apenas geográfica do território ("Island") é substituída por um termo que conota já a existência de fronteiras políticas ("Country"). Finalmente,o carácter cómico do domínio absoluto sobre cães e gatos dá agora lugar à afirmação de um poder estabelecido em termos concretos como executivo ("absolute Lord"), legislativo ("[absolute] Law-giver"), e religioso ("I allow'd Liberty of Conscience"). Em resumo , pode-se afirmar que o poder de Crusoe adquire a configuração de um poder de Estado.

A relação de poder que se estabelece entre Crusoe e os dois novos habitantes da ilha obedece ainda às condições do contrato natural que antes se tinham verificado no caso de Friday, instituindo o que Maximillian Novak designa por um "estado de natureza social"[54] . A submissão do pai de Friday e do espanhol constitui um exemplo, assim como o constituíra a submissão de Friday, do domínio adquirido por conquista tal como Hobbes o teoriza. A única diferença entre os dois casos consiste em que, enquanto Friday se apresentava subjectivamente como um vencido que oferece a sujeição em troca da própria vida, o seu pai e o espanhol , que se encontravam subordinados aos vencidos, transferem a sua submissão para o actual vencedor, deste modo representando uma outra figura conceptual de Hobbes: "The Master of the Servant, is Master also of all he hath; and may exact the use thereof; that is to say, of his goods, of his labour, of his servants, and of his children, as often as he shall think fit"[55]. Por isso, a atitude do espanhol, ao jurar absoluta obediência a Crusoe, realiza por palavras o contrato que alguns anos antes Friday expressara por gestos: "Then he told me, he would first swear to me himself, That he would never stir from me as long as he liv'd,'till I gave

---

[54] Maximillian Novak, *Defoe and the Nature of Man*, p. 36.

[55] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 107 (II, XX).

him Orders" (p. 245).

Já no que se refere às relações possíveis a estabelecer entre Crusoe e os restantes náufragos, que se encontram no continente, a situação é outra. Com efeito, a submissão destes não pode obedecer ao mesmo tipo de transferência natural de direitos, decorrente de uma situação *de facto*, mas terá de ser estabelecida através da sua prévia aceitação de um contrato pelo qual se comprometam a essa transferência. Na inexistência de uma relação contratutal natural, e por isso receando que, após lhes ter fornecido armas, os outros náufragos as voltem contra ele e o entreguem à Inquisição[56], Crusoe apenas aceita a entrada deles na ilha após a apresentação pelo espanhol de condições em que, no essencial, consubstancia a submissão dos seus companheiros a um poder absoluto:

> He answer'd . . . That he would make Conditions with them upon their solemn Oath, That they should be absolutely under my Leading, as their Commander and Captain; and that they should swear upon the Holy Sacraments and the Gospel, to be true to me, and to go to such Christian Country, as that I should agree to, and no other; and to be directed wholly and absolutely by my Orders, 'till they were landed safely in such Country, as I intended; and that he would bring a Contract from them under their Hands for that Purpose (p. 245).

Esta ideia de poder torna-se agora como que numa obsessão de Crusoe, não deixando que o espanhol parta em busca dos seus companheiros sem repetir as condições de submissão destes e exigindo que elas sejam aceites por escrito (p. 248).

As novas condições do poder, que na realidade não se verificarão com os companheiros do espanhol mas que prefiguram a relação de Crusoe com os ingleses que entretanto chegarão à ilha, dão corpo a uma outra forma de domínio teorizada por Hobbes, que

---

[56] Este passo terá com certeza contribuído para que *Robinson Crusoe* tenha sido incluído no Index em Espanha. A primeira tradução castelhana desta obra data apenas de 1835, e foi publicada em Paris.

lhe atribui a designação de "soberania por instituição"[57]. À diferença das relações contratuais que estabeleceram o domínio de Crusoe sobre Friday, e depois sobre o pai deste e o espanhol, e que configuravam uma das vias concebidas por Hobbes para a fundação do poder soberano, o percurso para o poder agora imposto por Crusoe vem representar a situação na qual, para aquele autor, assenta a constituição da sociedade política propriamente dita, e que ele resume nos seguintes termos:

> The attaining to this Soveraigne Power, is by two wayes. One,by Naturall force; . . . The other, is when men agree amongst themselves, to submit to some Man, or Assembly of men, voluntarily, on confidence to be protected by him against all others. This later, may be called a Politicall Common-wealth, or Common-wealth by *Institution*; and the former, a Common -wealth by *Acquisition*[58].

Em conformidade com o carácter absoluto do poder soberano definido por Hobbes, o contrato exigido por Crusoe é unilateral, isto é, apenas impõe obrigações aos outros, os quais podem somente confiar em que o detentor do poder o use na protecção dos interesses de todos, mas sem que haja da parte dele um compromisso formal nesse sentido. Com efeito, quer quando o espanhol se propõe obter a submissão dos seus companheiros, quer quando Crusoe impõe as condições dessa submissão, é expressamente referido que a instituição de tais relações de poder deve ser formalmente estabelecida através de um contrato escrito e assinado pelos náufragos que se encontram no continente, sem que seja alguma vez encarada sequer a hipótese de uma contrapartida formal por parte de Crusoe. Contrariamente à formulação lockiana do con

---

[57] Ver Thomas Hobbes, *Leviathan*, II, XVII-XVIII-XIX.

[58] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 90 (II, XVII). Thomas S. Schrock, ao estudar a articulação entre as formas definidas por Hobbes e as relações de Crusoe com as restantes personagens que vão aparecendo na ilha, não tem em conta esta diferença, considerando que todas essas relações obedecem ao modelo de "Common-wealth by acquisition". Ver Thomas S. Schrock , "Considering Crusoe", Part II, pp. 189-90.

trato social que fundamenta o poder político, a qual impõe a ambas as partes condições que limitam a validade do contrato, pressupondo a atribuição do poder, em última instância, não ao soberano mas à própria colectividade organicamente representada pela maioria, a concepção de Hobbes do poder de Estado centralizado nas mãos de um soberano absoluto, ao implicar a transferência definitiva da sede do poder para esse soberano, adequa-se perfeitamente ao carácter autónomo e exclusivista da acção e dos valores individuais tal como é concebido pela visão do mundo individualista. A unilateralidade do contrato imposto por Crusoe aparece assim como a base necessária à instituição do seu poder sobre os outros.

Ao apresentar nestes termos o modelo de sociedade civil que se adequa à natureza da sua personagem Defoe vê-se obrigado a fazer sucumbir as suas próprias opiniões políticas à coerência da representação artística. Com efeito, ainda que ao longo da sua vida Defoe não tenha apresentado um pensamento político sistemático, modificando por vezes as suas opiniões quer em função das profusas e nalguns casos profundas transformações políticas que viveu[59], quer, outras vezes, em resultado da sua própria situação pessoal, podemos contudo considerar como uma dominante das suas concepções a ideia da sociedade civil como um contrato bilateral, ideia que ele pela primeira vez tenta teorizar em *Reflections upon the Late Great Revolution*, um texto publicado em 1689, ou seja, no ano anterior ao da publicação de *Two Treatises of Government*, de Locke. Porém, o momento da afirmação do poder de Crusoe não constituía de modo nenhum o lugar adequado para a expressão das opiniões de Defoe neste domínio, uma vez que tal seria incoerente com a natureza radicalmente individualista que ao longo da obra caracteriza a personagem e, consequentemente, com a visão do mundo que a sustenta e que ela expressa. Em *The Farther Adventures of Robinson Crusoe* Defoe já poderá fazer com que a sua

---

[59] Não devemos esquecer que o tempo de vida de Defoe foi abrangido por seis reinados (Charles II, James II, William III, Anne, George I e George II), que compreenderam estruturas políticas tão diversificadas como: a última afirmação da monarquia absoluta, a sua substituição pela monarquia constitucional, e a posterior consolidação desta.

personagem se apresente como um "bom lockiano", mas então tratar-se-á, formalmente, de uma outra obra e de uma outra personagem:

> [I left the Island] as I found it, belonging to no man, and the people under no discipline or government but my own; who, tho' I had influence over them as father and benefactor, had no authority or power to act or command one way or other, farther than voluntary consent mov'd them to comply[60].

Orientado desde o início no sentido da afirmação de um poder que se funda exclusivamente nos interesses individuais e nos valores que tais interesses determinam, Crusoe nunca poderia representar um poder de Estado que assentasse em valores colectivos, ainda que, como em Locke, esses valores não fossem mais do que o resultado da coordenação dos interesses individuais de cada um dos membros da maioria. Para além de tudo, a forma de poder agora assumida por Crusoe demonstra a incompatibilidade entre o individualismo radical e qualquer forma democrática de organização política da sociedade. Foi porque o rigor analítico de Hobbes lhe permitiu aperceber-se dessa incompatibilidade que se lhe tornou possível elaborar a mais coerente sistematização do pensamento individualista, e foi porque a capacidade artística de Defoe o fez sentir tal incompatibilidade que Crusoe pôde representar, também com toda a coerência, a visão do mundo que o gerou e lhe deu forma.

*

* *

Ao mesmo tempo que, a partir das relações que estabelece com os restantes habitantes da ilha e das condições que impõe

---

60 *The Farther Adventures of Robinson Crusoe*, p. 342. A aceitação, por parte de Defoe, da teoria política de Locke é, contudo, discutível. Ver, a este propósito, Manuel Schonhorn, "Defoe: The Literature of Politics and the Politics of some Fictions", in *English Literature in the Age of Disguise*, ed. M. Novak, Berkeley and Los Angeles, 1977, pp. 15-56.

à entrada dos outros náufragos no seu território, lança as bases para o estabelecimento da estrutura política que mais tarde virá a integrar os ingleses, Crusoe preocupa-se também em organizar e dirigir a produção com vista ao acréscimo populacional previsto. As várias actividades produtivas cuja técnica ele aprendera a dominar durante o período solitário da sua vida são agora ensinadas aos outros: "I shewed them with what indefatigable Pains I had hewed a large Tree into single Planks, and I caused them to do the like, till they had made about a Dozen large Planks of good Oak" (p. 247). Sob a sua direcção, a actividade produtiva adquire um carácter social.

A socialização da produção aparece com características bem definidas, expressas de modo exemplar no passo em que são relatadas a decisão de fabricar pranchas de madeira e as medidas para tal tomadas:

> as here we had our Escape or Deliverance upon our Thoughts, it was impossible, *at least for me*, to have the Means of it out of mine; to this Purpose, I mark'd out several Trees which I thought fit for our Work, and I set *Friday* and his Father to cutting them down; and then I caused the *Spaniard*, to whom I imparted my Thought on that Affair, to oversee and direct their Work (p. 247).

Fazendo com que Friday e o pai trabalhem sem saberem qual o destino ou a utilidade dos produtos do seu trabalho, e atribuindo ao espanhol a direcção, para o que lhe confia os seus objectivos, Crusoe expressa bem as duas características essenciais que a actividade produtiva assume no modelo social de que ele é portador: o carácter alienado da produção e a divisão social do trabalho.

A acção de Crusoe quando se encontrava só, pela qual ele fora capaz de, ao cabo de muito esforço, obter uma prancha de madeira a partir de um tronco de árvore, implicara então o reconhecimento dele próprio no produto do seu trabalho, porque era ele quem determinava a necessidade, os meios, e os objectivos da sua produção; isto é, era ele a única fonte do sentido da sua acção.

Em contrapartida, a produção agora levada a cabo por Friday e pelo pai é determinada e dirigida por um poder que lhes é superior, e não só não são eles quem determina o fim da sua acção,como nem sequer este lhes é dado a conhecer, enquanto que Crusoe, transformado no destinador da acção dos outros, se encontra irremediavelmente separado da actividade produtiva.

Nesta transformação do trabalho como realização do sujeito em trabalho alienado o sentido das coisas produzidas perdeu-se, ou melhor, deixou de poder ser visto àquela transparência que, na anterior relação simples e directa de Crusoe com o mundo, mediava entre o sujeito e o objecto, para se tornar em algo repartido e encoberto,estabelecido numa base complexa de relações sociais em que ninguém, nem aquele que destina nem aquele que produz, domina na sua totalidade o processo produtivo. Ocultado pelas relações de poder agora instituídas, o sentido autêntico das coisas e do mundo que o homem produz torna-se-lhe alheio: a produção social é então um encadeamento de acções individuais em si incompletas, incompreensíveis, absurdas.

*

* *

3 - OS INGLESES

Alguém afirmou já que as aventuras iniciadas com a chegada do barco inglês dificilmente podem ser consideradas como na sequência de algo até então narrado[61]. Se bem que, como veremos , esta afirmação não seja inteiramente correcta, é contudo um facto que o equilíbrio entre a profusão dos acontecimentos pormenorizados e a coerência dos sentidos que até este momento caracterizou a narrativa, e que nos permitiu integrar os seus mais diversos momentos numa mesma estrutura significativa, se começa agora a romper, fazendo adivinhar o modelo de narrativa solta, por

---

[61] Sri C. Sen, *Daniel Defoe - His Mind and Art*, p. 242.

vezes inconsequente, e de tonalidades picarescas, que virá a ser evidenciado em *The Farther Adventures of Robinson Crusoe* e,em menor grau, nas posteriores obras de ficção de Defoe. Com efeito, as peripécias que ocorrem desde a chegada dos ingleses até ao abandono da ilha por Crusoe estendem-se ao longo de quase trinta páginas, com uma pormenorização narrativa que não obedece ao critério de economia até então dominante, e que por isso não possui um carácter funcional adequado no plano da coerência formal.

Mas se a profusão dos acontecimentos narrados e a elevada atenção que a eles é prestada aparecem em parte como organicamente desnecessárias, o mesmo não se poderá dizer dos factores que no plano geral da representação tais acontecimentos introduzem ou reiteram. Comecemos por encarar o primeiro destes factores: a circunstância de as personagens que agora entram em cena serem ingleses.

A chegada dos ingleses pode parecer à primeira vista não só desnecessária, e mesmo despropositada, em termos da lógica dos acontecimentos, como também um tanto forçada do ponto de vista da verosimilhança. A partida do pai de Friday e do espanhol em busca dos restantes náufragos que se encontravam no continente aparece como uma acção que fica sem a sua consequência lógica, a qual seria o abandono da ilha por Crusoe na companhia dos espanhóis, ao mesmo tempo que, fazendo aparecer selvagens, espanhóis,e agora ingleses, num lugar onde durante tantos anos Crusoe vivera sem ver ninguém, Defoe torna a ilha demasiadamente "movimentada" para a localização remota que desde o início lhe atribui. E, contudo, a chegada dos ingleses apresenta um carácter de necessidade orgânica, que se traduz precisamente no facto de eles serem ingleses.

A Inglaterra desempenha, para Crusoe, a função de centro do mundo histórico, isto é, do mundo humano a partir do qual ele elabora os seus próprios valores, e relativamente ao qual ele os afere[62] . Vimos como o seu movimento de recusa, que o leva a

---

[62] Recorde-se, por exemplo, os termos em que Crusoe afirma , após o primeiro sonho, o seu domínio sobre a ilha: "I was King and

abandonar a casa paterna, aparece como um percurso centrífugo relativamente à Inglaterra. O norte de África, a costa africana, o Brasil, são as etapas geográficas, cada vez mais afastadas da Inglaterra, desse movimento de recusa que finalmente o leva à ilha, ao ponto extremo, "fora do caminho de todo o comércio humano"(p. 42). Aí Crusoe constrói o seu novo mundo, o mundo do individualismo utópico, por um momento sonhado como realidade possível. E então a autêntica realidade, a realidade do Outro e da História, que Crusoe pensava ter deixado definitivamente do lado de lá da fronteira natural da ilha, irrompe violentamente no "seu" mundo. Inicialmente através dos selvagens, com quem ele contactara primeiro na costa de África e que buscava para transformar em escravos quando a tempestade o fez naufragar. Depois através de Friday, a réplica de Xury, o fiel servidor, bárbaro domesticado, que ele vendera por sessenta moedas. Seguidamente através do espanhol,que, tal como o capitão português que ele encontrara a meio da sua viagem, representa para Crusoe, tal como, a outro nível,para Defoe, um lugar periférico, quase bárbaro, da civilização europeia e cristã. A chegada dos ingleses vem, finalmente, fechar o círculo. Os representantes do centro do mundo de que Crusoe tivera de fugir para afirmar os seus valores e o seu poder vêm-lhe agora prestar a sua humilde vassalagem: a que maior coroa de glória poderia o deus-indivíduo aspirar?

Em termos da entrada em cena das personagens a segunda metade deste percurso é quase o filme da primeira passado ao contrário. Mas com uma diferença fundamental: no jogo do poder que define o lugar das personagens os papéis inverteram-se . Antes, Crusoe receara ir a terra nas costas de África com medo dos selvagens, mas agora é ele quem persegue os selvagens e os expulsa da ilha. Antes, Xury ajudara-o a salvar a sua vida , e agora é Crusoe quem ajuda Friday a salvar-se. Antes, Crusoe fora salvo pe

---

Lord of all this Country indefeasibly, and had a Right of Possession; and if I could convey it, I might have it in Inheritance, as compleatly as any Lord of a Mannor in *England*"(p.100). A propriedade mítica é aqui pensada por Crusoe em função de um tipo de propriedade inglês histórico.

lo capitão português; agora, é ele quem liberta o espanhol de uma morte certa. E enquanto o seu primeiro acto consistira na fuga ao mundo que o pai representava, onde não lhe era permitida a afirmação plena dos seus interesses e dos seus valores, o seu último acto na ilha consiste na subjugação ao seu poder dos representantes desse mundo. A ilha como berço da supremacia absoluta dos valores individuais cumpriu cabalmente a sua função.

Não admira pois que a ilha se tenha necessariamente transformado num local "movimentado", ainda que para tal Defoe se tenha visto obrigado a negligenciar um pouco o rigor do seu critério de verosimilhança. Na verdade a ilha sofreu, ao longo do período em que Crusoe nela esteve, uma deslocação no plano simbólico, transformando-se do lugar fora do mundo a que ele chegou, no centro do mundo microcósmico onde ele agora exerce o seu poder. Se a localização geográfica se adequa no início à localização simbólica, já o mesmo não se passa no momento final, em que a representação do poder real do individualismo exige a transformação da ilha no ponto de encontro dos vários protagonistas da História.

*
* *

O episódio das aventuras com os ingleses vem culminar, pelas razões atrás expostas, o percurso de Crusoe para o poder. Tal como tinha sido antecipado pelas condições impostas por ele aos espanhóis, as suas relações com os ingleses serão instituídas na base de um contrato que lhe confere um poder absoluto dentro das fronteiras da ilha:

> *Well*, says I, *my Conditions are but two.*
> 1. That while you stay on this Island with me, you will not pretend to any Authority here; and if I put Arms into your Hands, you will upon all Occasions give them up to me, and do no Prejudice to me or mine, upon this Island, and in the mean time be govern'd by my Orders.
> 2. That if the Ship is, or may be recover'd, you will carry me and my Man to *England* Passage free (p. 256).

A sua jurisdição plena dentro das fronteiras naturais da ilha é de uma vez por todas estabelecida pela primeira **cláusula** do contrato que Crusoe impõe ao capitão inglês, enquanto que a segunda cláusula pretende instituir e salvaguardar um direito num domínio que está já fora da sua soberania absoluta.

As duas cláusulas representam assim dois tipos de contrato distintos: a primeira impõe ao capitão inglês (e, por inclusão, aos seus subordinados) uma obrigação de total obediência sem contrapartida contratual, isto é, estabelece um contrato unilateral segundo o modelo em que Hobbes fundamenta a "Common-wealth", enquanto que a segunda, cuja efectivação plena só poderá ter lugar fora da ilha, estabelece já uma relação de troca, em que as obrigações são, portanto, bilaterais. A única condição que Crusoe põe a si próprio, que consiste em tentar recuperar o barco, e que seria a contrapartida lógica da primeira cláusula se esta tivesse um carácter bilateral, é por isso estabelecida exclusivamente pela segunda cláusula. É verdade que essa condição está de certo modo pressuposta na própria existência do contrato, sendo mesmo explicitada por Crusoe ao interpelar o capitão: "Look you, Sir , said I, if I venture upon your Deliverance, are you willing to make two Conditions with me?" (p. 255). Mas, ao ser rigorosamente excluída dos termos da primeira cláusula, a pressuposição apenas permanece quando muito como um dever moral, análogo àquele que Hobbes atribui ao soberano na defesa dos interesses dos seus súbditos — um dever que, enquanto tal, se coloca absolutamente fora da esfera da legalidade que o contrato impõe.

A segunda cláusula estabelecida por Crusoe é ainda reveladora de como as suas categorias mentais não concebem a subordinação das relações humanas a quaisquer outros valores que não sejam os exclusivamente determinados pelo contrato. Ainda que Hobbes tenha estabelecido a relação de gratidão numa base individualista, formalizando-a como uma das leis da natureza, dir-se-ia que Crusoe apenas concebe a existência de uma força vinculativa na relação contratual[63] . Apesar de a força real que poderia obrigar o capitão inglês

---

[63] Na realidade, embora Hobbes distinga o contrato da relação dá

a transportar Crusoe e Friday gratuitamente ser a mesma para o caso de o vínculo ser contratual ou por gratidão , isto é, nenhuma, uma vez que Crusoe não possui as forças coercivas do Estado que obrigam ao cumprimento das leis, o facto é que o estabelecimento das obrigações através de contrato lhe dá por si só uma plena confiança no seu cumprimento.

Aparentemente, a confiança de Crusoe expressa a sua crença num princípio de compromisso moral que levaria o capitão a cumprir o acordado quando fora das condições objectivas que a tal o obrigariam. Porém, é o próprio Crusoe quem nega a existência de tal princípio, quer pela sua acção, ao ignorar totalmente o compromisso moral que havia assumido para com os espanhóis, pelo qual deveria defendê-los e conduzi-los a um país cristão (o que nunca chega a acontecer), quer pelo modo como pensa a acção dos outros quando, mais tarde, vier a afirmar que a ninguém poderia confiar com segurança a sua fortuna (pp. 286-7). Dentro da coerência da personagem, a confiança de Crusoe no cumprimento pelo capitão inglês do compromisso assumido não poderá, portanto, aparecer como expressão de um compromisso moral que subjaz ao contrato e o abrange, mas antes como uma elevação do carácter contingente do contrato a um plano absoluto, conferindo-lhe a dimensão de categoria estruturadora da vida social. Dir-se-ia que esta confiança de Crusoe na força absoluta do contrato é ainda, em certa medida, a representação de um ideal. Com efeito, na sociedade individualista modelar que a ilha agora figura, o contrato aparece como a única e absoluta força reguladora das relações entre os homens, dotado de um poder tal que os meios concretos para o seu exercício não são sequer matéria para qualquer dúvida. A par da transcendentalização dos interesses individuais através da identificação destes com a vontade divina assiste-se assim a um processo complementar deste: a atribuição de um carácter omnipotente ao contrato, isto é, a sua absolutização.

---

diva-gratidão, esta última não expressa mais do que uma relação contratual implícita (ver *Leviathan*, I, XIV e XV).

O contrato como a definição totalizante das relações entre os indivíduos, com o qual Crusoe havia contactado pela primeira vez através do capitão português, atinge deste modo o valor supremo na relação de poder por ele agora instituída com o capitão inglês. Uma vez o contrato estabelecido Crusoe aparece finalmente como o senhor absoluto do seu mundo, não nos termos em que já aparecera antes, quando o seu domínio se exercera sobre um mundo de onde a sociedade real estava ausente, mas como o detentor de um poder social e político efectivo, o qual se depreende desde logo do modo como ele apresenta a sua propriedade ao capitão: "I told him, this was my Castle, and my Residence; but that I had a Seat in the Country, as most Princes have, whither I could retreat upon Occasion" (p. 258). Mas é todavia durante os acontecimentos que envolvem a captura dos amotinados que o poder de Crusoe se afirma na sua forma mais completa. Como comenta John Richetti, sente-se nesta sequência "a serena omnicompetência de Crusoe, a sua capacidade para estar acima das circunstâncias enquanto imerso nelas"[64].

Dentro da ilha, Crusoe sente-se com poder para decidir da vida ou da morte dos outros, conforme declara ao capitão:"for depend upon it, every Man of them that comes a-shore are our own, and shall die, or live, as they behave to us" (p. 261). Mais uma vez, aquilo que fora outrora um sonho fantasista, quando Crusoe se vangloriara do seu poder discricionário sobre a vida e a morte dos animais domésticos que eram então os seus "súbditos" (p. 148), torna-se agora na realidade das suas relações com os outros. O que então tivera contornos cómicos assume agora tonalidades trágicas: dentro das fronteiras da ilha subordinada ao poder de Estado absoluto de Crusoe, a sobrevivência dos outros depende em exclusivo da vontade dele.

Este carácter de Estado do poder assumido por Crusoe,

---

64 "What we enjoy most as readers and what is truest in all this sequence against the mutineers is our sense of Crusoe's serene omnicompetence, his ability to be above circumstances while immersed in them". John Richetti, *Defoe's Narratives*, p. 60.

formulado já aquando do estabelecimento das suas relações com Friday, o pai deste, e o espanhol, aparece agora desdobrado e especificado através das diferentes funções públicas de comando supremo que ele desempenha. Assim, durante a luta contra os amotinados, Crusoe apresenta as suas forças como as de um autêntico exército, do qual ele é o chefe absoluto: "At the Noise of the Fire, I immediately advanc'd with my whole Army, which was now 8 Men, *viz.* my self *Generalissimo*, *Friday* my Lieutenant-General,the Captain and his two Men, and the three Prisoners of War, who we had trusted with Arms" (p. 267). Por outro lado, uma vez o combate terminado com a rendição dos amotinados, Crusoe é unanimemente designado como o detentor do poder civil supremo:"the Captain told him he must lay down his Arms at Discretion, and trustto the Governour's Mercy, by which he meant me; for they all call'd me Governour" (p. 268). Significativamente, o reconhecimento final do poder de Crusoe através da designação de Governador é estabelecido por todos os restantes habitantes da ilha: a sociedade civil dominada pelo poder individualista harmonicamente reconhecido por todos os seus membros realizou-se.

*
* *

Ao mesmo tempo que culmina o percurso de Crusoe para o poder, conferindo-lhe a dimensão de uma soberania de Estado, este episódio coroa também uma linha de desenvolvimento paralela daquela, e que expressa o crescimento gradual da confiança de Crusoe em si próprio, ou seja, nos seus valores e na sua acção: a identificação da sua vontade com os desígnios da Providência.

O desenvolvimento deste processo de identificação, que pôde ser assinalado a partir da conclusão das primeiras reflexões de Crusoe sobre se deveria ou não atacar os selvagens, apresentou como contrapartida lógica o progressivo esbatimento do conflito que, desde a descoberta da pegada, se instituíra entre a autonomia individual utópica anteriormente estabelecida e a reali-

dade social do Outro. Vimos que, tal como sucedera com o conflito inicialmente representado pela oposição entre a vontade do pai e o impulso interior de Crusoe, este novo conflito surgia à consciência da personagem sob a forma de um desacordo fundamental entre a sua acção e a vontade de Deus, enquanto que a sua superação se traduzia por uma harmonia dos interesses individuais de Crusoe com os desígnios divinos. Chegado agora o momento da afirmação suprema da autonomia e do poder individuais no plano da realidade social, tal afirmação deverá necessariamente expressar-se também através da harmonização final entre Crusoe e Deus.

Aparecendo aos prisioneiros dos amotinados de tal modo vestido e armado que ele próprio se compara a uma aparição ("a *Spectre-like* Figure" - p. 254), Crusoe evoca a figura armada que lhe aparecera no primeiro sonho, e que ele próprio tomara por um enviado de Deus, assim assumindo desde o primeiro momento do seu contacto com os ingleses um papel superior e sobrenatural que é intensificado pela reacção dos outros à sua oferta de ajuda e pela resposta que ele dá: "He must be sent directly from Heaven then, *said one of them very gravely to me, and pulling off his Hat at the same time to me*, for our Condition is past the Help of Man. All Help is from Heaven, *Sir, said I*" (p. 254). Profundamente abalados pelo aparecimento, em tão estranhas condições, de alguém que se apresenta como amigo, os ingleses realizam a identificação de Crusoe com a ordem divina dos acontecimentos, chegando mesmo um deles a aventar a hipótese extrema de se encontrar perante o próprio Deus em pessoa: "*Am I talking to God, or Man! Is it a real Man, or an Angel!*" (p. 254). Evidentemente que Crusoe não poderia deixar de recusar tal blasfémia ("I am a Man, an *English-man*", responde), que ultrapassa já os limites daquilo que ele se concebe: um instrumento da Providência. Como os seus antepassados históricos, os puritanos do séc. XVII, ele não se pensa Deus na Terra, mas o instrumento da sua vontade. Mas não terá talvez sido sem uma ponta de vaidade inconfessável que Crusoe ouviu a observação do inglês.

A par do reconhecimento social da autoridade de Crusoe que os ingleses representam, a função destes aparece assim simul

taneamente como a de meio de validação objectiva do papel providencial por ele assumido. Concebendo-se a si próprio como o detentor de um poder absoluto, e fundamentando essa concepção no acordo espiritual dos seus interesses e da sua acção com a vontade de Deus, Crusoe encontra finalmente nos ingleses o reconhecimento social deste seu estatuto.

Durante a acção que se segue ao reconhecimento pelos ingleses da função providencial de Crusoe, a sua capacidade para "estar acima dos acontecimentos", de que fala Richetti, vem demonstrar na prática esse seu estatuto superior. Com efeito, se por um lado é ele quem determina o rumo dos acontecimentos, decidindo sobre os passos a dar para atacar, matar, ou capturar os amotinados, a realização das acções é, por outro lado, entregue à responsabilidade dos outros. Quando, por exemplo, o capitão se mostra relutante em matar os menos responsáveis de entre os amotinados, e dois deles acordam e se separam do grupo em que se encontram os cabecilhas, os desígnios da Providência e as instruções de Crusoe confluem na criação das condições propícias para o ataque: "Well then, said I, you may let them escape, and Providence seems to have wakned them on Purpose to save themselves. Now, says I, if the rest escape you, *it is your Fault*" (p. 256). As aventuras posteriores que envolvem a morte ou a captura e submissão dos amotinados limitam-se a reiterar as funções demiúrgicas de que agora Crusoe aparece investido.

Deste modo a ilha se torna num mundo onde os acontecimentos se verificam, e os homens agem, em função de uma vontade individual que tudo coordena e a tudo superintende. Por outras palavras: a vocação totalitária do individualismo, que aos olhos de Crusoe aparece como identificação dos seus interesses e da sua acção com a vontade de Deus, cumpriu-se.

*

* *

Finalmente, o episódio dos ingleses vem ensinar a Crusoe uma outra dimensão importante da realidade do poder, a qual,

de certo modo, se manifestara já nas suas relações com Friday: a dissimulação.

Ao certificar-se que o barco que avista ao largo da ilha é inglês Crusoe é levado a concluir que os tripulantes são seus compatriotas, e portanto amigos. E, contudo, um impulso providencial leva-o a não se mostrar:

> I cannot express the Confusion I was in, tho' the Joy of seeing a Ship, and one who I had Reason to believe was Mann'd by my own Country-men, and consequently Friends, was such as I cannot describe; but yet I had some secret Doubts hung about me, I cannot tell from whence they came, bidding me keep upon my Guard (p. 250).

Como os acontecimentos vêm depois a provar, não fora a sua obediência a este impulso e a caminhada de Crusoe para o poder ficaria seriamente comprometida. Ocultar-se, dissimular-se, aguardar o momento em que a presa se encontra indefesa para a atacar, eis o que Crusoe aprende como meio necessário para obter e garantir o domínio sobre os outros.

E não se pode dizer que a aprendizagem de Crusoe não seja rápida. Quando, pouco depois, aparece aos prisioneiros ingleses, tem o cuidado de apresentar uma imagem de si próprio destinada a impressionar pelas marcas de estranheza e de poder que comporta: "my Figure indeed was very fierce; I had my formidable Goat-Skin Coat on, with the great Cap I have mention'd, a naked Sword by my Side, two Pistols in my Belt, and a Gun upon each Shoulder" (p. 253). Se é certo que o aparato bélico se justificava perante a situação, já a insistência de Crusoe em assinalar o aspecto assustador da sua figura, reafirmando-o ainda pouco depois como "a *Spectre-like* Figure" (p. 254), denota a sua preocupação com o efeito que através da aparência pretende produzir.

Evocando o momento anterior em que, só na ilha, ele admirava o aspecto exótico, ao mesmo tempo ridículo e temeroso, da sua aparência, este passo permite mais uma vez estabelecer o contraste entre a situação que ele vivera então e aquela que agora se verifica. Se no primeiro destes momentos o ar ao mesmo tempo

ridículo e feroz de Crusoe é apreciado apenas por ele próprio, numa admiração narcisista de um poder que, no seu mundo solitário e fechado, não tem objecto social, desta vez a importância que ele atribui à sua aparência tem já um significado diferente. Agora Crusoe sabe, como César, que para a afirmação pública do poder não basta possuí-lo: também é necessário aparentá-lo.

Esta utilização das aparências como meio de assegurar o poder mantém-se ao longo dos acontecimentos que culminam com a submissão final de todos os amotinados que sobrevivem, e acentua-se particularmente durante as acções que levam à recuperação do navio, em que Crusoe procura nunca ser visto pelos prisioneiros, e em que, na única vez que lhes aparece, o faz na qualidade de enviado do Governador (p. 271). Embora dirigindo o desenrolar dos acontecimentos, Crusoe fá-lo como que a partir dos bastidores, assim utilizando a ignorância dos outros para cimentar a sua auréola de poder, ao mesmo tempo que, aparecendo não como o Governador mas como um subordinado deste, entra ele próprio em cena como personagem do jogo de aparências destinado a assegurar o seu poder real. Esta cena surge, de resto, como um *play within the play* no qual, apresentando-se como agente do poder que domina superiormente os acontecimentos, Crusoe reproduz, ao invés, a operação real pela qual ele desdobra a sua acção em desígnio da Providência. Ao adquirir as feições de um mundo social a ilha tornou-se num vasto palco, onde cada um desempenha o papel que lhe é atribuído pela estratégia de um poder oculto que está por trás, e acima, das aparências que comanda.

O estratagema delineado por Crusoe para atrair alguns dos amotinados para o interior da ilha, fazendo-os perseguir vozes de origem invisível para, ao regressarem, não encontrarem os seus companheiros, o que os leva a concluir que se encontram numa ilha encantada (p. 266), ou o desentendimento fingido entre ele e o Capitão sobre o destino a dar aos prisioneiros, com o fim de os fazer reconhecer como benesse de Crusoe o facto de serem deixados na ilha (p. 276), são outros dos momentos que contribuem para caracterizar este episódio como uma representação do jogo entre a realidade e a aparência em que o mundo de Crusoe se encontra agora transformado.

No tempo da utopia, quando a realização de si no mundo aparecia a Crusoe à transparência das suas acções e das coisas que elas produziam, não havia lugar para a distinção entre a aparência e a realidade. Ou melhor: não havia lugar para a aparência. Com efeito, o aparente só pode existir quando a transparência desaparece, quando a opacidade se instala nas relações entre os homens e destes com o mundo que os rodeia. Então, a realidade, isto é, a relação de poder, oculta-se sob a multiplicidade das formas que ela própria institui: a dominação discricionária aparece como governação justa e universalmente aceite, a submissão passiva aparece como gratidão, e a exploração aparece, enfim, como organização natural da sociedade.

Que a afirmação e a perpetuação do poder exigem o domínio deste jogo das aparências, eis o último grande ensinamento que Crusoe obtém na ilha. A razão fundamental que se pode encontrar para o facto de Crusoe não aparecer aos prisioneiros como o Governador reside na circunstância de ele não possuir então roupas que lhe dêem a aparência de Governador. Se ele se mostrasse com as suas vestes correria o risco de não conseguir que os outros acreditassem na existência de um exército de cinquenta homens ao seu serviço, o que os poderia levar a que não colaborassem na captura do navio. Só quando o navio se encontra recuperado e toda a resistência eliminada ele pode aparecer pessoalmente aos prisioneiros, e, embora nesse momento não houvesse já uma necessidade objectiva de salvaguardar as aparências, Crusoe não deixa de assinalar o facto de se apresentar vestido de modo condizente com as suas funções, mercê das roupas que o Capitão entretanto lhe dera: "After some time, I came thither dress'd in my new Habit,and now I was call'd Governour again" (p. 275). A manipulação, do exterior, do jogo das aparências, completa-se assim com a entrada de Crusoe no próprio jogo, no qual desempenha agora, em triunfo, o seu próprio papel.

*

* *

Uma vez transformada definitivamente numa sociedade civil instituída e pacificada pelo poder individual e soberano de Crusoe, a ilha esgotou a sua função.

Desde o primeiro momento do sonho da autonomia individual, ou, ainda antes, desde o tempo em que fora o único refúgio do impulso para essa autonomia, até ao último momento da construção do poder individualista real, a ilha foi o mundo necessário a Crusoe, isto é, à sua acção e aos valores que através dela descobriu, porque, pelo seu isolamento físico e humano, pôde funcionar, quer no plano literal quer no plano simbólico, como o espaço adequado à gestação, desenvolvimento, e afirmação, do individualismo radical que Crusoe representava. Com a instituição do poder social de Crusoe na sua forma acabada de soberania sobre a sociedade civil este processo chega ao fim. A partir deste momento a ilha não é já um lugar isolado do resto do mundo, apenas se podendo diferenciar, quando muito, pelo carácter modelar, na perspectiva do individualismo, das relações de poder que nela vigoram. Tendo-se tornado no centro para o qual o mundo exterior convergiu, submetendo-se às categorias mentais do individualismo que nela nasceram e imperam, a ilha deixou de ser um lugar isolado.O oceano imenso que em tempos fizera dela uma prisão pode agora ser facilmente transposto por Crusoe.

Quanto a Crusoe, também já nada o prende à sua ilha. O cordão umbilical que a ela o ligara no tempo da sua utopia contraditória em que sonhara um humanismo individualista foi definitivamente cortado pela instituição do seu poder sobre os outros e pela sua integração plena no mundo das aparências, aliás as duas faces de uma mesma moeda. O que não quer dizer que, para ele, a ingenuidade infantil do individualismo tivesse sido substituída pela sua hipocrisia adulta: os tempos históricos da substituição da falsa consciência burguesa pela má-fé não tinham ainda chegado, e Crusoe pôde continuar a acreditar na genuinidade inocente do seu impulso e dos seus valores. Mas nós sabemos que, depois de definitivamente instituir o seu poder absoluto no lar, Ulisses não mais pôde voltar a ouvir o canto harmonioso das sereias.

*

* *

4 — DEPOIS DA ILHA

Quando abandona a ilha Crusoe leva consigo , além de duas ou três recordações, o dinheiro que retirara dos navios naufragados. Mas as vantagens que ele retirou da ilha não se consubstanciam nesses fundos económicos, os quais seriam, de resto, um rendimento bem parco para mais de vinte e oito anos de trabalho incansável. As verdadeiras vantagens que a ilha lhe forneceu vêm dentro dele, nas categorias mentais que adquiriu, e que lhe permitem agora pensar o mundo não já como um espaço contrário à realização dos seus impulsos, mas antes como o *seu* mundo, onde ele pode, a cada momento e em qualquer lugar, afirmar o seu saber e a sua acção tal como o fizera no último período da sua estada na ilha.

Porque se tornou assim num prolongamento da ilha, o mundo não pode agora fornecer a Crusoe qualquer tipo de experiência substancialmente diferente daquela que ele viveu na ilha aquando da afirmação final do seu poder. Para o individualismo acabado que Crusoe agora representa qualquer lugar é o lugar possível para o exercício do seu poder sobre a natureza e sobre os outros . Depurado de todos os valores de ordem transindividual, o individualismo não tem família, não tem amigos, não tem pátria. Por isso, e como diz Ian Watt, "todo o mundo é o território de Crusoe"[65]. Os acontecimentos que se seguem ao abandono da ilha, tomados na sua generalidade, não farão mais do que comprovar esta asserção.

Mas, uma vez que não poderão trazer à narrativa outro significado que não seja, no essencial, a repetição do já representado, os episódios seguintes deverão necessariamente apresentar um evidente empobrecimento em termos de valor significante , quando comparados com a parte anterior da narrativa. Não havendo

---

[65] "profit is Crusoe's only vocation, and the whole world is his territory". I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 74.

já mais nada de importante a dizer, Defoe poderia, eventualmente, ter acabado aqui a sua obra. Mas, fosse por razões de simetria formal, ou porque, como insinua James Sutherland, o editor precisou de mais algumas páginas para completar o volume[66], ou ainda por quaisquer outras razões, o certo é que Defoe decidiu continuar a narrativa por mais algumas páginas. Cabe-nos a nós, leitores, avaliar em que medida essa continuação é ou não gratuita.

Não há dúvidas que, para qualquer leitor com o mínimo de sensibilidade perante o fenómeno artístico, o interesse da obra decresce à medida que a estada na ilha, emocionalmente central, se vai aproximando do fim. Mesmo um leitor cujos gostos artísticos eram bem diferentes dos de Defoe, como é o caso de Alexander Pope, não pôde deixar de isolar e valorizar "a primeira parte de *Robinson Crusoe*": ora o que fundamentalmente distingue a primeira parte de *Robinson Crusoe* da segunda é precisamente o tempo da ilha, e era com certeza nele que Pope pensava quando fez esta observação[67]. Desde esta primeira apreciação abalizada, a obra tem sido sistematicamente valorizada com base no período da ilha, apenas mudando as razões que para tal vão sendo apresentadas, enquanto que o resto da narrativa, e particularmente a sua parte final, é de um modo geral ignorada, ou então considerada mesmo como desprovida de valor artístico.

Jean-Jacques Rousseau, ao indicar *Robinson Crusoe* como o único livro que Émile leria durante uma determinada fase da sua formação, foi talvez quem primeiro isolou o período da ilha como o único segmento da narrativa com valor, eliminando ainda

---

66 James Sutherland, *Daniel Defoe: A Critical Study*, p. 139.

67 "The first part of *Robinson Crusoe*, good". Esta afirmação de Pope foi anotada por Joseph Spence em *Observations, Anecdotes, and Characters of Books and Men*, e é transcrita em *Defoe: The Critical Heritage*, ed. Pat Rogers, London, 1972, p. 40. Naturalmente que, por primeira parte, Pope entende *The Life and Adventures of Robinson Crusoe*, por oposição à segunda parte (*The Farther Adventures . . . .*) e, eventualmente, à terceira (*Serious Reflections . . . .*).

dele, curiosamente, a parte relativa às aventuras com os ingleses[68]. Vários críticos têm, desde então, optado por considerar como mais ou menos gratuita a parte da narrativa posterior à saída de Crusoe da ilha, desde William Minto, ao afirmar, em 1879, que "a história, como obra de arte, acaba com a partida de Crusoe da ilha", até, mais recentemente, John Richetti, para quem Crusoe, "tendo perdido a ilha e o seu espaço livre, perde o nosso interesse"[69].

Penso, porém, que o estabelecimento de um corte absoluto neste momento da narrativa, e a consequente atribuição de um carácter totalmente gratuito à parte que se segue, é incompatível com a organização formal da obra. Com efeito, se nos ativermos aos resultados da análise que tem vindo a ser elaborada, verificamos que a saída de Crusoe da ilha é um mero acidente da história que não marca, por si, um momento estrutural significativo. Importante sem dúvida no plano biográfico da personagem, uma vez que é um acontecimento relevante na sua vida, a saída da ilha não implica contudo qualquer transformação do carácter de Crusoe ou do seu mundo, os quais, como vimos, atingem a sua configuração final com o episódio dos ingleses. A partir daí a ilha já não se define por oposição, ou por diferença, relativamente ao mundo exterior, tendo-se tornado numa parte, e mesmo no centro, deste, no mesmo movimento pelo qual, afirmando o seu poder sobre a ilha, Crusoe afirma o seu poder no mundo. Por isso, no plano formal das relações do sujeito consigo próprio, com os outros, e com as coi

---

68 "Ce roman, débarassé de tout son fatras, commençant au naufrage de Robinson près de son île, et finissant à l'arrivée du vaisseau qui vient l'en tirer, sera tout à la fois l'amusement et l'instruction d'Émile durant l'époque dont il est ici question". Jean-Jacques Rousseau, *Émile ou de l'Education* (1762), Livre troisième, transcrito em *Le XVIII^e en 10/18*, Paris, 1976, p. 291.

69 "The story, as a work of art, ends with Crusoe's departure from the island" (William Minto, *Daniel Defoe*, p. 146); "But having lost the island and its free space, [Crusoe] loses our interest" (John Richetti, *Defoe's Narratives*, p. 62). Sri C. Sen vai ainda mais longe, ao considerar mesmo sem sentido as aventuras que se seguem ao abandono da ilha: "after Crusoe leaves

sas, a saída da ilha não é nem um retorno nem um fim, mas simplesmente uma continuidade.

A constatação da continuidade formal representada neste momento da narrativa não é contudo contraditória com a referida diminuição do apelo emocional que nele se assinala, implicando apenas que não é neste acontecimento que se deve procurar as razões para tal diminuição do interesse. Na verdade, o interesse do leitor não diminui especialmente a partir do fim do período da ilha, mas, como acima referi, à medida que este período se vai aproximando do fim, ou, mais precisamente, à medida que o fulcro emocional da narrativa constituído pelo isolamento absoluto de Crusoe se vai esbatendo. São a limpidez e a harmonia da relação de Crusoe com o mundo durante o tempo que aqui se designou por utópico que, representando por um momento o ideal de autonomia, liberdade, e sentido vivido da existência humana, apelam ao interesse e à catarse emocional do leitor. Para chegar a esta conclusão não são necessárias, de resto, grandes análises. Basta interrogar alguém que tenha lido a obra na sua infância ou juventude, ou mesmo, tal é o lugar de Robinson Crusoe no nosso imaginário colectivo, alguém que nunca tenha lido a obra mas para quem o nome da personagem signifique alguma coisa, para se constatar qual a imagem universalmente retida: Crusoe só numa ilha deserta , ou quando muito acompanhado por Friday, mas nunca na companhia do pai de Friday, do espanhol, ou dos ingleses.

O momento a partir do qual deve ser procurado o início do decréscimo no interesse que a obra evoca deverá portanto ser localizado não na saída de Crusoe da ilha, mas aquando da quebra da harmonia utópica que ele por algum tempo viveu. Mas porque essa quebra, como vimos, não se localiza em absoluto num passo específico, sendo antes o resultado de um processo que, iniciando-se com a tentativa frustrada de circum-navegação da ilha, e

---

the Island, the enchantment falls from him and his land adventures appear entirely pointless" (Sri C. Sen, *Daniel Defoe -- His Mind and Art*, p. 242).

continuando com a descoberta da pegada, o naufrágio do navio espanhol, o segundo sonho, a captura de Friday, etc., apenas se completa em absoluto com o episódio dos ingleses, não é possível assinalar com rigor um momento estrutural que, por si só, implique a perda de interesse na narrativa por parte do leitor. Talvez uma aproximação possível seja a estabelecida por Benjamin Boyce, quando afirma que "a captura de Friday é o princípio do fim do poder emocional de *Robinson Crusoe*"[70]. Mas embora a formulação de Boyce tenha a "vantagem" de ser vaga, não deixa apesar de tudo de relevar um tanto da predisposição psicológica do leitor a localização do início do processo aquando da captura de Friday e não noutro momento, como, por exemplo, o da descoberta do dinheiro no navio naufragado ou o segundo sonho.

Com efeito, se por um lado nos é possível determinar a emergência e as diversas fases de desenvolvimento do processo de dissolução da utopia e construção da realidade que culmina no episódio dos ingleses, na medida em que tal processo se desenrola num plano formal, já por outro lado a selecção de um momento desse processo a partir do qual se verifique "uma perda de interesse", ou "o fim do poder emocional", comporta necessariamente uma certa arbitrariedade, uma vez que implica uma resposta da parte do leitor dependente em última instância da configuração psicológica, e mesmo ideológica, deste. Com rigor, a única coisa que, a este respeito, se pode afirmar, é que Crusoe se transforma, por razão da própria visão do mundo que lhe dá corpo, de um símbolo da libertação do homem num modelo do domínio sobre os homens: quanto à substituição da grandiosidade do primeiro pela vulgaridade do segundo, compete ao leitor senti-la.

*

* *

---

[70] "But the capture of Friday is the beginning of the end of the emotional power of *Robinson Crusoe*". Benjamin Boyce, "The Question of Emotion in Defoe", *Studies in Philology*, 50 (1953), p. 51.

Depois de muito rapidamente nos falar da sua gratidão para com a fidelidade da viúva a cuja guarda tinha deixado algum dinheiro trinta e cinco anos antes, e de, também sucintamente, nos informar que os seus pais tinham entretanto morrido , Crusoe passa à narração do primeiro dos dois episódios a que, nesta parte final, é dada maior relevância. Trata-se do encontro, em Lisboa, com o capitão português, através de quem toma conhecimento da fortuna que lhe havia entretanto rendido a sua plantação no Brasil.

A integração na orgânica da narrativa deste brusco enriquecimento de Crusoe levanta, à primeira vista, algumas dificuldades. Se é certo que ele pode ser entendido nos termos da interpretação de Ian Watt, isto é, como resultado, em última instância, da desobediência filial de Crusoe, assim sendo demonstrado que o seu "pecado original" lhe rende, afinal, vantagens económicas, não é menos verdade que, como argumenta Maximillian Novak , tal enriquecimento não tem nada a ver com a principal consequência do impulso de Crusoe, ou seja, a sua estada na ilha, o que demonstraria que, pelo contrário, essa estada lhe trouxera, em termos económicos, não lucro mas prejuízo[71].

Penso que, mais uma vez, Ian Watt peca por reduzir os valores e os interesses de Crusoe a meros factores de ordem económica, enquanto que M. Novak, ao organizar a sua argumentação com vista a rebater a tese de Ian Watt, cai também numa interpretação análoga. Será escusado repetir aqui os argumentos anteriormente aduzidos neste trabalho contra o teor economicista da interpretação de Ian Watt, a qual, neste caso, acaba também por ser perfilhada por Novak. Na verdade, o enriquecimento que a estada na ilha traz a Crusoe, não sendo significativo em termos estritamente económicos, não deixa por isso, como atrás foi referido, de ser efectivo, sendo portanto supérfluo demonstrar esse enriquecimento através da transformação de Crusoe num abastado proprietário.

---

[71] I. Watt, *The Rise of the Novel*, p. 72; M. Novak, *Economics and the Fiction of Daniel Defoe* pp. 46 e 163, n. 29.

As duas interpretações divergentes são porém parcialmente conciliáveis desde que se considere que a fortuna de que Crusoe se vê agora proprietário, não resultando da sua actividade durante a estada na ilha, representa contudo o rendimento da sua anterior actividade no Brasil, acumulado ao longo do tempo que durou essa estada . Esta interpretação, que de resto não é mais do que a leitura rigorosamente literal da história tal como é narrada, permite mostrar agora numa escala universal algo que já havia sido revelado anteriormente à escala da ilha: o acordo fundamental existente entre a ordem do mundo e os interesses de Crusoe[72] .

Contrariamente ao que acontecia antes da estada na ilha, quando o impulso de Crusoe se encontrava sempre em conflito, de um modo ou de outro, com a ordem natural dos homens e das coisas, o seu presente enriquecimento, fruto de um conjunto de circunstâncias em que a honestidade dos vários intervenientes (o capitão, o sócio do Brasil, os procuradores e seus descendentes, o prior do Mosteiro de Sto. Agostinho) é avaliada pelo seu escrupuloso respeito pela propriedade dos outros, vem provar que a ordem do mundo se encontra agora plenamente do lado dos interesses de Crusoe. Tal como a aquisição de poder fora acompanhada, e suportada, pela identificação dos interesses de Crusoe com os desígnios da Providência, também a sua actual aquisição de riqueza, que é a medida do poder no mundo mais vasto em que ele agora se encontra, aparece em resultado de uma concatenação providencial de acontecimentos e vontades, como, de resto, ele próprio afirma depois de tomar conhecimento das posses de que dispõe: "I was now to consider which Way to steer my Course next, and what to do with the Estate that Providence had thus put into my Hands" (pp. 285-86).

O mundo que Crusoe deixara e aquele em que agora se encontra é substancialmente o mesmo, o que é comprovado pelo facto

---

[72] Para além de, adicionalmente, apontar para a ilustração das vantagens, repetidamente acentuadas por Defoe nos seus escritos, do investimento nas colónias.

de o respeito pela propriedade como padrão aferidor do valor de cada indivíduo nas suas relações com os outros, que tinha outrora sido ensinado a Crusoe pelo capitão português, ser agora o fundamento da sua aquisição de riqueza através do mesmo capitão . O que , no essencial , mudou, foi o posicionamento de Crusoe nesse mundo. Incapaz, no início, de articular os seus interesses e a sua acção com o curso dos acontecimentos e a ordem das coisas e dos homens, Crusoe adquiriu entretanto as estruturas mentais que o capacitaram depois para assumir o domínio desses acontecimentos, dessas coisas, e desses homens. É certo que, durante a sua ausência, alguma coisa mudou também no mundo: o pai de Crusoe morreu, e o discurso da ordem estratificada e dos valores comunitários que ele opusera aos impulsos do filho não mais se voltará a ouvir. Mas o discurso do velho pai retido no leito pela doença era mesmo então um discurso caduco, e na periferia do seu mundo era já a voz do individualismo, a voz do activo capitão português, que se fazia ouvir. A mesma voz, afinal, que dá agora a Crusoe a notícia da sua fortuna, assim o recompensando por ele ter aprendido os seus ensinamentos. Na harmonia de um mundo do qual os valores individuais constituem o cerne axiológico, o súbito enriquecimento de Crusoe assume a dimensão de um acto de justiça poética.

Por outro lado, este episódio vem ainda mostrar como no mundo em que agora Crusoe se move as relações entre as pessoas se estabelecem fundamentalmente através do dinheiro . Como o nota Thomas Schrock, quando Crusoe visita o capitão português, e apesar de se tratar de um reencontro com um amigo de há longos anos, a narrativa não menciona qualquer conversa com carácter afectivo em qualquer outro assunto que não seja o dinheiro[73] . Ao mesmo tempo, as dívidas de gratidão que Crusoe sente para com a viúva que lhe guardara o seu dinheiro e para com o próprio capitão são pagas em dinheiro, do mesmo modo que a ligação por ele estabelecida com as irmãs que sobrevivem se cifra no envio de cem libras a cada uma delas (p. 286).

---

[73] Thomas S. Schrock, "Considering Crusoe", Part II, p. 205.

Mas esta redução dos valores humanos a termos meramente quantitativos não é uma novidade para o leitor, que a vira já estabelecida no momento em que Crusoe, ao descobrir o dinheiro no navio espanhol naufragado,considerara os seus interesses, e a sua própria existência, em função de valores monetários. Também por isso não é de estranhar que ele, apesar de se encontrar rodeado de indivíduos cuja fidelidade e honestidade aparecem exemplares, seja incapaz de encontrar alguém a quem confiar as suas posses: "But among all my Relations, or Acquaintances, I could not yet pitch upon one, to whom I durst commit the Gross of my Stock,that I might go away to the *Brasils*, and leave things safe behind me" (pp. 286-7).

Definitivamente regulado pelos valores do mercado,o mundo de Crusoe, embora revele que a honestidade é possível na estrita base desses valores, não comporta contudo qualquer margem para a confiança nos outros. Isto é, o facto de ele ter podido receber a sua fortuna mediante o respeito dos outros pela sua propriedade não lhe dá qualquer garantia de que esse respeito se verificará no futuro. Porque tal garantia pressupõe uma fé , ainda que seja apenas a fé na boa-vontade ou na palavra dos outros , e no mundo de Crusoe não há lugar para tal fé. Quem o confirma é mais uma vez Hobbes: "the bonds of words are too weak to bridle mens ambition, avarice, anger, and other Passions , without the feare of some coerceive Power"[74] . Quando se encontrou em posição de impor a sua vontade pela força, como aconteceu com Friday,com o espanhol, ou com os ingleses,Crusoe pôde esperar o cumprimento dos contratos por parte dos outros, ainda que isso implicasse,como sucedeu com a segunda cláusula do contrato com o capitão inglês, uma absolutização idealizada do vínculo contratual então estabelecido. Mas quando a submissão ao poder coercivo é substituída pela livre aceitação de princípios morais, então Crusoe não pode confiar em ninguém. Quando os princípios se contrapõem aos interesses individuais num mundo de onde os valores comunitários de

---

[74] Thomas Hobbes, *Leviathan*, p. 71 (I, XIV).

sapareceram,não é de esperar que alguém opte de livre vontade pelos primeiros em desfavor dos segundos. E, para quem disso duvide, Crusoe fornece uma prova final quando assevera que a necessidade de aceitar a religião "papista", assim renegando a sua fé protestante, não seria impedimento para o seu regresso ao Brasil (p. 287)[75]. Se Crusoe não pode confiar em ninguém, é porque se toma como modelo do mundo em que vive.

Mas o isolamento a que deste modo Crusoe se destina não deve ser lamentado apressadamente. No elogio da solidão que faz no início de *Serious Reflections during the Life . . .of Robinson Crusoe*, Defoe atribui à sua personagem a seguinte afirmação: "I can affirm, that I enjoy much more solitude in the middle of the greatest collection of mankind in the world, I mean, at London, while I am writing this, than ever I could say I enjoyed in eight and twenty years confinement to a desolate island"[76]. É curiosa a inversão aqui operada, pela qual Defoe atribui a Crusoe uma maior felicidade em Londres do que na ilha deserta precisamente porque em Londres ele se sente mais só. Formado pelas categorias mentais do individualismo triunfante, Crusoe aspira a uma sociedade onde cada indivíduo seja uma célula absolutamente autónoma, e onde a coordenação dos interesses de todos seja feita não em função de valores colectivos, transindividuais, mas através de uma ordem que providencialmente harmonize os valores de cada um com os dos outros. Na sociedade assim projectada, que não é outra coisa senão o paraíso liberal, a solidão fundamental a que o indivíduo se destina não é portanto uma condenação, mas sim uma vocação.

---

[75] Mais tarde, já no fim da narrativa (p. 303), Crusoe afirmará que não regressa ao Brasil por escrúpulos de ordem religiosa. Esta contradição, apresentada "à última hora", soa mais a um rebate de consciência de Defoe do que a uma mudança de opinião de Crusoe para a qual não há qualquer razão aparente.

[76] D. Defoe, *The Serious Reflections during the Life and Surprising Adventures of Robinson Crusoe . . . .*, p. 4.

*

* *

Se o episódio antes referido, embora sendo em grande parte organicamente redundante, se insere pelo menos numa continuidade temática óbvia, já o episódio seguinte, que engloba as aventuras de Crusoe durante a sua travessia dos Pirinéus, e que antecede imediatamente o fecho da narrativa, coloca questões de interpretação para as quais é bastante mais problemático encontrar uma resposta. Com efeito, chegado a este momento da narrativa, o leitor pode-se interrogar sobre qual a importância, e mesmo o significado, que, no contexto da obra, assumem a viagem de Crusoe através de Espanha e dos Pirinéus, as suas aventuras com os lobos, e o *intermezzo*, aparentemente com pretensões cómicas, em que Friday brinca com o urso.

A resposta dada a esta interrogação pela maioria dos críticos tem consistido em ignorar pura e simplesmente este episódio, ou, quando muito, em referi-lo como um anticlimax, o que neste caso me parece não ser mais do que uma forma erudita de o considerar desnecessário ou mesmo absurdo[77]. Aludirei brevemente às opiniões daqueles, poucos, que têm tentado encontrar nesta sequência algum significado que a permita integrar no conjunto da obra, e que para tal se repartem entre a atribuição de duas ordens de razões: estruturais e funcionais.

Quem primeiro apontou uma justificação de carácter estrutural para o episódio foi E. M. W. Tillyard, considerando que o ataque pelos lobos de que Crusoe é alvo durante a travessia dos Pirinéus, ao ecoar os ruídos dos animais selvagens que ele ouvira na costa de África, possibilita o enquadramento da estada na ilha, durante a qual, na ausência de animais selvagens que representassem um perigo exterior, Crusoe se pôde entregar à luta con

---

[77] Veja-se, como exemplo recente, Pat Rogers: "Despite the efforts of recent commentators to justify the Pyrenean journey, I doubt if many readers have ever been able to look on this as other than anticlimax" (*Robinson Crusoe*, p. 118).

sigo próprio. Esta interpretação do episódio em termos de elemento típico da estrutura "encaixilhante" de uma narrativa enquadrada é desenvolvida por Frank Ellis, que, pondo-o em paralelo com outros elementos da narrativa em que o medo de ser devorado é referido por Crusoe, por Xury, e por Friday, divisa uma estrutura quiástica que enquadraria o confronto de Crusoe com os canibais, que o autor considera como a acção central da intriga[78].

Quanto à justificação funcional deste segmento da narrativa, é em J. Paul Hunter que se encontra uma tentativa mais elaborada. Aproximando a obra das formas tradicionais da narrativa puritana em que as diversas situações são construídas a partir de modelos bíblicos, Hunter vê na perspectiva dos vales florescentes do Languedoque e da Gasconha que Crusoe vislumbra do alto da montanha (p. 291) uma réplica do passo bíblico em que a Moisés é dado contemplar a terra prometida. Do mesmo modo que os Hebreus têm que lutar para atingir o seu fim, também aqui o peregrino-Crusoe tem de vencer o obstáculo representado pelos lobos, símbolos do mal por oposição ao cordeiro de Deus, e a sua vitória final culmina um esquema que se teria iniciado nos encontros com os animais da costa de África[79].

Menos ambiciosas do que a de Hunter são as interpretações propostas por Patricia Meyer Spacks e por David Blewett. Para a primeira, este episódio final, apesar de irrelevante para a intriga central do romance, mostra como o domínio do real é conseguido através do domínio das emoções revelado por Crusoe na organização da luta contra os lobos e através do espírito de jogo de que Friday dá provas no modo como trata o urso. Diga-se, de passagem, que a análise de Patricia Meyer Spacks é uma das raríssimas que conseguem vislumbrar algum significado neste último incidente. David Blewett, por sua vez, e tendo muito provavelmente na ideia a tese de Tillyard, embora não a cite, considera que "o en

---

[78] E. M. W. Tillyard, *The Epic Strain in the English Novel*, p. 32; Frank Ellis, *Twentieth Century Interpretations of* Robinson Crusoe, Introduction, pp. 12-13.

[79] J. Paul Hunter, *The Reluctant Pilgrim*, pp. 191-201.

contro de Crusoe com os lobos, assim como o seu anterior encontro com leões e tigres na costa de África, confere uma ênfase dramática aos perigos que espreitam o homem no mundo". Note-se que,na interpretação de Blewett, o "mundo" é alternativo à "ilha"[80].

Embora todas estas interpretações sejam, a partir dos pontos de vista em que respectivamente se baseiam, aceitáveis,não me parece contudo que elas dêem conta de um episódio que se estende por cerca de quinze páginas plenas de incidentes. Assim,verifica-se que dos cinco autores referidos, três deles (Tillyard, Ellis, e Blewett) apenas acentuam nesta sequência dois ou três passos em que o perigo representado pelos lobos e os ruídos por eles produzidos são referidos, o que, se pode ser considerado suficiente para apontar o episódio como lugar de um ponto de articulação estrutural, é contudo manifestamente pouco para o explicar na sua totalidade. Quanto a Meyer Spacks, embora encontre um traço significativo global que possibilita a unificação do episódio, não acrescenta nada à compreensão da obra, uma vez que a obtenção do domínio do real através quer do domínio das emoções,quer do que a autora designa por "espírito de jogo" ("spirit of play"), e que não é mais do que um aspecto daquilo que aqui se considerou como mecanismos da dissimulação, fora já plenamente revelada pelo episódio dos ingleses. Sobre esta interpretação poder-se-á por isso quando muito dizer que ela confirma o que já foi aqui afirmado, isto é, que a parte da narrativa posterior à saída de Crusoe da ilha se caracteriza, no essencial, pela redundância.

Finalmente, é a análise de Hunter aquela que, para além de apontar um significado global para o episódio, se mostra capaz de dar conta de um maior número dos incidentes que o integram. Suspeito, todavia, que as analogias encontradas pelo autor, quer neste episódio quer no resto da narrativa, entre os vários

---

[80] Patricia Meyer Spacks, "The Soul's Imaginings", p.424; "Crusoe's encounter with the wolves, like his much earlier encounter with the lions and tigers along the African coast, dramatically emphasizes the dangers that beset man in the world" (David Blewett, *Defoe's Art of Fiction*, p. 37).

acontecimentos que se sucedem e diversas situações bíblicas, não tem tanto a ver com o significado, ou significados, específicos da obra, como com os conteúdos do imaginário colectivo partilhado por Defoe.

Na verdade, este episódio não parece ter qualquer significado no contexto da obra, para além da referida redundância. O impulso providencial que leva Crusoe a não fazer a viagem para Inglaterra por mar, a concorrência de circunstâncias pela qual é designado por capitão pelos restantes viajantes, a naturalidade com que assume o comando no combate contra os lobos e inventa o estratagema que leva à dizimação destes, ou ainda o facto de Friday salvar o guia no cumprimento das suas ordens e brincar com o urso sob a sua condescendência, tudo isto não é mais do que a mera reafirmação, formalmente pleonástica, e psicologicamente um tanto narcisista, do poder de Crusoe sobre os outros e sobre a natureza, e da sua identificação com os desígnios da Providência.

É muito provável que, chegado ao fim da composição da sequência da ilha, Defoe tivesse já em mente a continuação da história de Robinson Crusoe num outro volume, e pretendesse, com o episódio da travessia dos Pirinéus, dar ao leitor uma amostra do tipo de aventuras que se lhe seguiriam. De qualquer modo, e qualquer que tenha sido a intenção de Defoe, o facto é que este episódio final, caracterizado por uma intriga fechada em si mesma e sem ligação com a dos episódios que a antecedem, no que faz recordar o modelo picaresco tradicional para o que nem sequer falta o tom pretensamente cómico dado por Friday, é em muito análogo aos que caracterizarão *The Farther Adventures* (em particular a sua segunda metade).

A responsabilização pelo relativo fracasso que este episódio, comparado com o resto da obra, representa, não deve porém ser tanto atribuída a Defoe quanto à natureza do próprio tema. A representação do poder individualista pôde adquirir contornos épicos apenas quando referente ao momento histórico em que a acção da burguesia possuiu um carácter revolucionário. Só então, quando se tratava da luta pela emancipação do indivíduo relativamente às estruturas económicas, sociais, e mentais que impediam o seu de-

senvolvimento e autonomia, essa luta pôde ser pensada como uma autêntica libertação do homem e ser por isso representada como um empreendimento grandioso. Foi essa luta, o que ela podia significar, e em parte significou, enquanto descoberta das capacidades do indivíduo para afirmar a sua acção como saber e como poder sobre o mundo, e como meio de se harmonizar com ele, que Crusoe representou até ao fim da primeira parte da sua estada na ilha. Depois, à medida que o poder sobre o mundo se foi realizando como poder sobre os outros, Crusoe foi perdendo aquela auréola épica que a aparente universalidade da sua acção anteriormente lhe conferia. Quando o domínio do sujeito deixa de se exercer exclusivamente sobre a natureza, e começa a abranger outros sujeitos que para tal são representados como objectos, a sua acção não pode mais simbolizar a libertação do homem. Deste movimento, em que a autenticidade se perde, o último acto consiste no aparecimento do falso, da dissimulação, do jogo da verdade e da aparência como meio de poder: o episódio dos ingleses. A partir daí, aquilo que fora luta pela autonomia do homem torna-se em força de subjugação dos homens, aquilo que fora acto de libertação converte-se em mecanismo de opressão.

Do ponto de vista formal, isto significa que as funções se invertem. Crusoe, que pôde representar a acção contra as forças que impediam o livre desenvolvimento do homem, representa no fim da narrativa, historicamente noutro estádio, forças análogas às que combatera. O que quer dizer que, sendo o romance uma representação, sob a forma de conflito, de fracturas essenciais na tecedura do mundo,Crusoe passa a representar o papel do polo que nessas fracturas se opõe à unificação e à harmonia. Mas o novo conflito que a nova função de Crusoe necessariamente gera, e que ocupará o lugar central do romance a partir do séc. XVIII, ainda não será representado nesta obra. Com Crusoe transformado no dono e senhor do mundo e do romance, o seu destino concretiza-se num ritual de poder que se repete, e que não significa mais nada além de si mesmo. Há uma curiosa ironia em Robinson Crusoe:tradicionalmente considerado como o herói do primeiro romance moderno,a sua acção consiste afinal em construir pedra a pedra o mundo contra

o qual lutarão, de um modo ou de outro, a generalidade dos heróis dos romances que se lhe seguem.

*

* *

Para nós, que cá do fundo do século XX podemos observar, ao longe e ao perto, os resultados produzidos pelas andanças da burguesia através do mundo durante os dois séculos e meio que nos separam do tempo de Defoe, é um tanto difícil equacionar esse percurso com as aventuras inocentes e em geral sensaboronas que Crusoe anuncia no fecho da narrativa e que serão contadas em *The Farther Adventures*. Mas, para Defoe e seus contemporâneos, esse percurso encontrava-se ainda no início, e o futuro prometia-se pleno de "incidentes surpreendentes" e de "novas aventuras": por isso Crusoe não poderia parar. A ilha fora, para ele, apenas o início.

Tal como os projectos da burguesia nos inícios do séc. XVIII, a vida de Crusoe consistirá numa incessante e repetida afirmação do seu poder pelos quatro cantos do mundo, a começar pela própria ilha, agora transformada em colónia ("my new Collony in the Island" - p. 305), onde ele distribui o usufruto da terra pelos colonos ao mesmo tempo que atesta o seu direito de propriedade: "I shar'd the Island into Parts with 'em, reserv'd to my self the Property of the whole . . . " (p. 305). A ligeireza com que ele dá conta da sua vida familiar e afectiva, resumida à educação de dois sobrinhos, ao seu casamento, e à relação do número de filhos que dele resultam, tudo isto apresentado em dois parágrafos, apenas denota que tais incidentes são meros acidentes de percurso, naturais e vulgares,e por isso sem importância. O importante para Crusoe é correr o mundo, não pelo simples gosto de viajar e conhecer (Crusoe não tem os interesses "turísticos" de, por exemplo, Gulliver), mas por uma necessidade de *estar* em todos os lugares. Crusoe precisa de *estar* , tal como os portugueses *estiveram* em África ou os ingleses *estiveram* na América ou na Ásia. Com os seus interesses identificados com a vontade de Deus e a sua acção concebida como poder, Crusoe necessita "apenas" de es-

tar em todo o mundo para que a afirmação de si próprio seja plena e universal[81] . Nas suas aventuras prometidas no fecho da narrativa cabe a promessa e a esperança do domínio do mundo pela burguesia chegada ao poder.

O fim da obra é assim adequado à representação . Para que a constituição e as esperanças do individualismo fossem plenamente representadas por Crusoe, o seu percurso não poderia acabar com o fim da narrativa, mas era necessário que fosse projectado, prometido, para um futuro que não é contado, e que então não era ainda contável. Quando Defoe, em *The Farther Adventures*, tentar representar a antevisão desse futuro, será o fracasso. Talvez porque a realidade é sempre mais rica e complexa do que as suas antevisões. E com certeza porque esse futuro, imaginado ou real, ia ser demasiado prosaico para poder ser objecto de enaltecimento artístico.

*

* *

Originado no limiar do mundo moderno, Robinson Crusoe é, no que de positivo e no que de negativo representa, um antepassado do qual todos nós, por uma via ou por outra, somos descendentes: é daí que resulta, fundamentalmente, a dimensão mítica que ele adquiriu na cultura ocidental.

Se é certo que Crusoe consubstancia os valores à luz dos quais os entraves à libertação do homem por ele recusados foram substituídos por novas formas de domínio e subjugação de uns homens pelos outros, não é menos certo que ele pôde criar, por um momento, um sonho de harmonia e liberdade que, não sendo seu destino realizá-lo, ainda hoje se mantém como uma esperança no horizonte histórico. De certo modo o mundo utópico que Crusoe criou

---

[81] A necessidade de fazer com que as suas personagens corram o mundo parece ser uma obsessão de Defoe. Como afirma Peter Earle: "Defoe's heroes . . . quarter the globe between them" (*The World of Defoe*, p. 57).

na ilha foi um mundo de formas puras, às quais não era possível que o conteúdo da realidade se adequasse. Talvez tenha sido este o grande drama histórico-cultural da burguesia, e até ainda o seja: nascida da afirmação da liberdade formal dos indivíduos e destinada a afirmar-se pela negação do conteúdo dessa liberdade.

Esta ambiguidade do significado de Robinson Crusoe tem levado a que a opinião sobre ele formada acompanhe os ânimos da história. O vitoriano século XIX, apesar do menosprezo com que de um modo geral tratou os dotes artísticos de Defoe, viu em Crusoe o símbolo das capacidades colonizadoras do homem inglês graças às quais a língua por ele falada se tornaria "na língua-mãe de habitantes de todas as regiões existentes sob o sol"[82]. O sonho britânico do império não iria porém durar tanto quanto Leslie Stephen e os seus contemporâneos pensavam, e no rescaldo da sua decadência abriu-se o processo de Crusoe, com Ian Watt como principal acusador: o antigo herói que cumulava as virtudes do império aparecia agora como o modelo mítico da *auri sacra fames* capitalista. Desde então, num tempo em que o mundo aparece cada vez mais à evidência como determinado pelos factores económicos, Crusoe não mais deixou de ser associado com as características, mais ou menos abstractas, do chamado *homo oeconomicus*, pese embora a contra-corrente de alguma crítica norte-americana, iniciada nos anos sessenta com George Starr e J. Paul Hunter, que tentou isolá-lo dos padrões modernos remetendo-o para o mundo das representações tipológicas e analógicas puritanas.

Mas, passados os radicalismos, apesar de tudo de boa memória, de meados do nosso século, talvez seja altura de se compreender que Crusoe, não sendo o poço de virtudes que nele viu o século passado, também não é a abjecta e hipócrita máquina de po

---

82 [*Robinson Crusoe*] shows us . . . what were the men who were . . . making it probable that, in long ages to come, the English of *Robinson Crusoe* will be the native language of inhabitants of every region under the sun" (Leslie Stephen, *Hours in a Library*, pp. 45-6). O interesse do século XIX por *Robinson Crusoe* é bem documentado pelo facto de, durante o período vitoriano, a obra ter tido uma média de duas edições por ano (dados apontados por Pat Rogers, *Robinson Crusoe*, p. 11).

der e exploração com que, nos casos extremos, foi mais tarde identificado[83]. Não o é ele, como, naturalmente, não o foi aquilo que ele representou e representa: dar-me-ei por satisfeito se a análise que acaba de ser feita puder de algum modo contribuir para demonstrar isto.

À história da apreciação de Crusoe pelos seus descendentes poder-se-á então aplicar uma frase que uma vez escreveu Oscar Wilde:

> Children begin by loving their parents ; as they grow older they judge them; sometimes they forgive them.[84]

---

[83] Penso, a este propósito, em exemplos de interpretações como as de William Stein ou Thomas Schrock, já referidas.

[84] Oscar Wilde, *The Picture of Dorian Gray* (1891), Harmondsworth, 1949, p. 77.

CONCLUSÃO

Iniciando-se na recusa de um mundo ainda estruturado em função de valores transindividuais, o percurso de Crusoe desenvolve-se como génese e afirmação de uma visão do mundo radicalmente individualista que, por um momento, idealiza a sua utopia de realização plena do homem. Ao longo da análise desse percurso pudemos ver como gradualmente se foram instituindo os grandes pilares da afirmação última e suprema da autonomia individual. Por um lado, tratou-se da configuração do sujeito individual como centro do saber, dos valores, e da acção, o que implicou a destruição de todos os laços que de algum modo asseguravam a integração do indivíduo na comunidade, fosse esta de natureza afectiva, familiar, económica, ou religiosa. Por outro lado, foi necessário encontrar na categoria do contrato um novo modelo para a relação com o Outro, o qual tornou possível conceber e construir a sociedade em função dessa mesma centralidade epistemológica, axiológica, e praxeológica do sujeito individual. Finalmente, teve lugar uma reformulação do relacionamento do sujeito com a natureza e com Deus, pela qual aquela se manifestou como espaço aberto à apropriação e à transformação privadas, e este último se tornou numa projecção transcendente dos interesses e dos objectivos do indivíduo.

Tomada genericamente, a representação da luta pela autonomia individual num mundo onde, de um modo ou de outro, ainda se manifestam forças que contrariam a afirmação dessa autonomia constitui uma dimensão característica do romance do séc. XVIII . Trate-se da defesa intransigente de um padrão moral fundamentado na integridade do indivíduo como encontramos em Pamela, da espon

taneidade do comportamento de Tom Jones, ou da simples luta pela vida de Roderick Random, a generalidade das personagens mais marcantes da ficção narrativa inglesa de setecentos revelam-se num conflito que as opõem a valores que coarctam a afirmação da autonomia individual, manifestem-se estes como obediência à hierarquia social pré-estabelecida (*Pamela*), como um sentido de conveniências imposto por regras de sociabilidade (*Tom Jones*), ou até como ausência de valores que expressa o marasmo e o colapso da ordem que sustentava o velho mundo (*Roderick Random*). Esta fundamentação do mundo, e do romance, no sujeito individual , levará mesmo, num caso extremo, à decomposição irónica do próprio indivíduo que se verifica em *Tristram Shandy*.

Porém, é provavelmente na ficção de Daniel Defoe que encontramos a mais persistente e mais completa representação desta luta do indivíduo pela afirmação da sua identidade, da sua autonomia, e da sua centralidade no mundo. Com efeito, se é certo que *Robinson Crusoe* aparece como o mais conseguido quadro do mundo individualista que Defoe alguma vez elaborou, tal não significa que este romance tenha sido um caso único, mais ou menos acidental, no percurso literário do autor. Pelo contrário, mesmo uma apreciação sumária da ficção de Defoe permite verificar que Crusoe não está só na galeria de personagens criada pelo autor, antes sendo delas como que uma figura emblemática: é com essa apreciação que tratarei de concluir o presente trabalho.

*

* *

Na ordem cronológica da obra de Defoe *Robinson Crusoe* é antecedido de uma longa carreira no domínio da escrita panfletária, jornalística, ensaística e poética, abrangendo os mais diversificados temas económicos, sociais, políticos e religiosos. Contudo, dificilmente se encontrará algum texto entre todo o manancial produzido pelo autor que permita antever a configuração que a sua escrita viria a assumir a partir de 1719, ano da publicação de *Robinson Crusoe*. Poder-se-ão, é certo, apontar relativas excepções a esta asserção, como algumas memórias que são atri

buídas a Defoe, mas onde a preocupação em relatar factos é maior do que a de construir qualquer personagem, ou alguns textos onde se evidencia o apuramento de um estilo adequado à representação da verosimilhança, do que é principal exemplo *A True Relation of the Apparition of one Mrs. Veal* (1706), ou ainda a tentativa de construir personagens simples e uma intriga elementar como suporte de ilustrações morais, manifestada nas duas partes de *The Family Instructor* (1715 e 1718). Porém, nenhum destes textos pressupõe a capacidade de criação de universos fictícios de que Defoe vai dar provas a partir de *Robinson Crusoe*.

É possível que Defoe, que sempre tinha gostado de se considerar como poeta, tenha afinal descoberto no romance, para cuja constituição formal ele contribuía nesse acto mesmo de descoberta, o veículo adequado à representação do que sentia serem as forças fundamentais que então moldavam a construção de um mundo novo. Fosse por esta, ou pela mais prosaica descoberta de que *Robinson Crusoe* tinha uma aceitação pública muito superior à da generalidade dos seus anteriores escritos, o facto é que Defoe se dedicou a partir de então ao novo tipo de escrita com um afã que, contudo, viria estranhamente a esmorecer cerca de cinco anos mais tarde — *The Fortunate Mistress*, mais conhecido por *Roxana*, é o seu último romance, e data de 1724, oito anos antes da morte do autor[1].

Ainda em 1719 é publicado *The Farther Adventures of Robinson Crusoe*, uma obra onde, como já atrás foi referido, Defoe adopta o modelo da narrativa picaresca naquilo em que esta se caracteriza por uma estrutura solta onde só a permanência de uma mesma personagem assegura a ligação do todo. Há muitas probabilidades de que esta obra tenha apenas resultado de uma tentativa de explorar de modo fácil a receptividade do público que se tinha verificado para *Robinson Crusoe*, e, não fosse a ligação estabelecida

---

[1] *Madagascar: or, Robert Drury's Journal* (1729), por vezes apontado como o último romance de Defoe, insere-se antes no tipo das histórias de pirataria onde a atenção se fixa mais na aventura do que nas personagens que a vivem. Defoe contou muitas histórias de piratas — de resto, ele parece ter gostado de contar tudo o que fosse de contar.

por Defoe entre as duas obras através do nome do protagonista, é quase certo que hoje *The Farther Adventures* seria um livro tão pouco conhecido como o é *Robert Drury's Journal*, ou outras histórias de aventuras escritas por Defoe.

Depois de Crusoe, é ainda dentro de temas por que tinha uma notória predilecção, como a história político-militar e a pirataria, que Defoe vai construir personagens onde de novo se esboça a afirmação de uma identidade individual. Está-se então em 1720, e as obras onde tais personagens surgem são *Memoirs of a Cavalier* e *Captain Singleton*.

Naprimeira delas essa identidade é ainda bastante atenuada, servindo o "Cavalier" em grande parte da narrativa apenas para testemunhar acontecimentos ligados à campanha de Gustavo Adolfo e à Guerra Civil inglesa. Não tendo, nem de longe, a complexidade de Crusoe, o "Cavalier" é contudo uma personagem que procura ordenar a realidade em função de valores próprios. Se não existisse já *Robinson Crusoe* poderia dizer-se que em *Memoirs of a Cavalier* Defoe começa a dominar as técnicas de construção de uma identidade individual; mas considerada depois da primeira, a segunda obra é, enquanto romance, um retrocesso.

Já em *Captain Singleton*, onde a acção decorre,em geral, no mundo das histórias de piratas, Defoe constrói uma personagem que aparece como o centro da acção, e em função da qual a realidade se vai, de algum modo, moldando. Aplicando a Singleton o modelo religioso da acção, já experimentado em Crusoe, em que o percurso da personagem é ordenado numa sequência de falta - punição - arrependimento - salvação, Defoe procede também agora à subordinação dos desígnios de Deus aos interesses da personagem, fazendo com que a punição se limite a uma simples crise de consciência e com que o arrependimento abra caminho a uma felicidade que Singleton constrói afinal à custa dos lucros que a pirataria lhe proporcionara. Pode-se dizer que com Singleton, mais claramente, para não dizer mais descaradamente, do que com Crusoe, o pecado compensa, sendo a punição uma mera formalidade e o arrependimento a obtenção de uma paz de espírito em que a instrumentalização dos outros pelos interesses próprios recebe o adequado beneplácito divino.

Mas, na construção de Singleton, Defoe integra um factor que nunca lhe permitirá dar à autonomia individual que a personagem representa aquele sentido de recusa e de escolha que fundamenta muita da grandiosidade de Crusoe. Contrariamente a este, que se começa a afirmar na rejeição de um mundo que se lhe oferece, e que lhe oferece um lugar nele, Singleton é uma personagem que não escolhe o seu destino, sendo antes vítima de uma sociedade que o segrega e o impele à marginalidade. O individualismo de Singleton aparece assim como a resposta da personagem a um mundo que o não aceita, o que, se dá à sua acção um sentido emocional que Crusoe não tem, o impede por outro lado de ascender àquele plano da representação épica onde o acto necessário é simultaneamente uma manifestação de liberdade.

Dir-se-ia que esta forma de representar a afirmação da autonomia individual como resultante da necessidade de sobrevivência (em termos hobbesianos, da necessidade de auto-preservação) apela fortemente à imaginação de Defoe a partir da sua primeira expressão em *Captain Singleton*. Com efeito, é sobre este modelo que o autor vai construir as personagens centrais de duas das suas três obras mais importantes publicadas dois anos depois, isto é, em 1722: *Moll Flanders* e *Colonel Jack*.

"Give me not poverty, lest I steal": estas palavras de Salomão[2], citadas e glosadas por Defoe num número de *The Review* de 1711, são significativamente repetidas em *Colonel Jack*[3]. Nesse número de *The Review* Defoe escreve:

> "Give me not poverty, lest I steal", says the wise man, that is, if I am poor I shall be a thief. I tell you all, gentlemen, in your poverty the best of you all will rob your neighbour; nay, to go farther, as I said once in the like occasion, you will not only rob your neighbour, but if in distress you will EAT your neighbour, and say grace to your meat too[4].

---

[2] Provérbios, 30, 9.

[3] Daniel Defoe, *Colonel Jack*, ed. Samuel Holt Monk, London, 1970, p. 163.

[4] Daniel Defoe, *The Review*, Vol. VIII, No 75, Sept. 15, 1711, in William L. Payne, ed., *The Best of Defoe's Review*, pp. 269-70.

É esta concepção hobbesiana de uma natureza humana para a qual não existem quaisquer impedimentos morais quando se trata de garantir a auto-preservação que Defoe começa a tentar dramatizar em *Captain Singleton* e que continua em *Moll Flanders* e em *Colonel Jack*. Nestes dois romances a afirmação do sujeito individual vai de novo decorrer de circunstâncias sobre as quais as personagens não têm qualquer domínio, e perante as quais se vêem na necessidade de recorrer aos meios materialmente disponíveis para assegurarem a sua sobrevivência. O mais significativo, porém, é que esta noção de sobrevivência é alargada até à inclusão nela da completa autonomia económica e da supremacia social: as grandes aspirações de Moll e de Jack são, respectivamente, ser "a gentlewoman" e "a gentleman", e as suas carreiras acabam na obtenção de uma felicidade na qual, especialmente no caso de Moll Flanders , os votos piedosos de arrependimento moral não são em nada incompatíveis com o facto de tal felicidade ser a consequência de uma vida de crime e de pecado[5].

Nestes dois romances Defoe apresenta também um lugar que neles funciona como o espaço de realização da autonomia económica do indivíduo: trata-se da América. Tanto Moll como Jack encontram nas colónias da América a possibilidade de desenvolverem, com uma liberdade que a Inglaterra não lhes proporcionava, a sua apetência pelo poder económico, embora seja em Inglaterra que ambos presumivelmente acabam os seus dias, só aí encontrando o estatuto social a que a riqueza obtida na América lhes permite ascender. Dir-se-ia que as condições em que estas personagens são moldadas as torna menos ambiciosas do que Crusoe, que também teve a sua oportunidade de enriquecer nas plantações do Brasil mas que a recusou em nome de um impulso que o fazia sempre querer ir mais longe, e que o conduziu à utopia, e também à realidade, de

---

[5] Ian Watt sintetiza bem este carácter de Moll Flanders quando afirma: "Moll's penitent prosperity, then, is based on her criminal career, and the sincerity of her reformation is never put to the acid test of sacrificing material for moral good". *The Rise of the Novel*, p. 129.

um poder individual absoluto que nenhum dos seus companheiros da galeria de Defoe alguma vez conseguiu atingir. Frutos de condições diversas, estas outras personagens de Defoe são menos ambiciosas do que Crusoe, e são também menos idealistas: Moll e Jack, contrariamente ao seu antepassado temático, sabem sempre o que querem, têm consciência da racionalidade da sua acção, e nunca se alimentam de utopias. Para eles as oportunidades oferecidas pela colonização da América são suficientes, não necessitando de qualquer ilha deserta para realizarem plenamente a sua autonomia individual — o que os torna mais verosímeis, mas menos imponentes do que Crusoe.

Referi-me acima a três obras importantes publicadas por Defoe em 1722, embora em seguida só tenha abordado duas delas - acontece que a terceira, *A Journal of the Plague Year*, apresenta algumas características que a diferenciam bastante das restantes. Com efeito, trata-se nesta obra, em grande parte, de apresentar ao leitor um quadro, que se pretende fiel, de um acontecimento que vale por si, independentemente dos sentidos das personagens que o vivem, e perante o qual o narrador aparece como simples relator: este é o domínio da reportagem, que Defoe experimentara já várias vezes, e do que é exemplo *The Storm* (1704). Mas, por outro lado, estamos perante um narrador fictício (ainda que eventualmente inspirado na figura do tio de Defoe, Henry Foe), com uma identidade e uma história próprias, em função das quais se devem considerar a selecção, a apresentação e os significados das cenas narradas, nisto se aproximando a obra do modelo autobiográfico a que em geral obedecem os romances de Defoe.

A primeira destas características da obra — a sua pretensão de reportagem — faz de H.F. uma personagem menos interveniente do que qualquer uma das restantes personagens principais de Defoe, o que se traduz no facto de o individualismo , no que significa como centralização da acção no sujeito individual, não poder encontrar nesta obra a representação plena que tem em *Robinson Crusoe*, ou mesmo na generalidade dos outros romances do autor. Contudo, dir-se-ia que o próprio método de construção da personagem por Defoe é indissociável da configuração individua-

lista que ela assume, e a atestá-lo está fundamentalmente, em H. F., a identificação da vontade de Deus com os seus interesses individuais. Os sinais de Deus em função dos quais ele se decide a ficar em Londres contra a opinião do irmão não fazem mais do que confirmar a relutância inicial de H.F. em separar-se do seu negócio e dos seus haveres, conduzindo assim a que uma atitude que poderia parecer de desafio à ira de Deus manifestada na peste resulte numa salvação que, como a própria personagem afirma, é quase miraculosa. Como Crusoe na fase final da sua estada na ilha, H.F. é eleito por Deus para um destino no qual interesses individuais e desígnios divinos se confundem.

Também neste caso a fundamentação do comportamento da personagem exclusivamente nos seus interesses económicos seria um erro. Para além de salvaguardar a defesa desses interesses, a permanência de H.F. em Londres permite-lhe satisfazer uma tendência que ele, aparentemente, compartilha com o seu criador: uma grande, uma imensa, curiosidade. E se bem que essa curiosidade do narrador seja necessária à própria possibilidade do relato, ela acaba também por representar uma dimensão da centralidade individual ao traduzir uma espécie de fome de conhecimento, de necessidade de apreensão directa do mundo, que permite ao sujeito penetrar na realidade, avaliá-la, dominá-la — ao traduzir, afinal, a centralidade epistemológica do sujeito individual que determina a direcção assumida pelo saber moderno.

*

* *

Todas as obras de Defoe referidas dão assim conta , de um modo ou de outro, dessa deslocação do sujeito individual para o centro do mundo que tem a sua grande representação em *Robinson Crusoe*. Vimos ao longo do presente trabalho como esta deslocação, manifestando o movimento histórico da ascensão da burguesia, assume um carácter global que integra os vários planos da existência humana. Elegendo a filosofia como termo de comparação privilegiado para a literatura, devido à contiguidade destes dois sec

tores no conjunto da criação cultural, foi possível assinalar como a representação do individualismo em *Robinson Crusoe* encontra a sua correspondência na conceptualização do homem e do mundo levada a cabo, em particular, pelo séc. XVII.

Bertrand Russel apontou uma vez o facto de a dúvida de Descartes cessar no momento em que ele estabelece a asserção "eu penso" como premissa última. Afirmou então o filósofo inglês:

> Aqui o termo "Eu" é ilegítimo. Importaria estabelecer a premissa última na forma "há pensamentos" . . . Em parte nenhuma [Descartes] prova que pensamentos necessitem pensador, nem há razão para crê-lo, excepto no sentido gramatical.[6]

Russell não apresenta nenhuma razão específica para que a dúvida de Descartes tivesse cessado neste ponto, limitando-se a justificar o facto pela consideração geral de que, para que haja resultados positivos, o cepticismo tem de parar algures. Esta justificação geral, clarificando o problema, permite a formulação de duas perguntas às quais não responde:

1 - por que haviam os resultados de Descartes de ser positivos?

2 - se tinha de parar algures, por que parou o cepticismo de Descartes no "eu", e não noutro ponto qualquer?

O presente trabalho não é lugar, nem tem um autor, adequados ao fornecimento de uma resposta rigorosa a estas questões no plano da análise da filosofia de Descartes. No entanto , será talvez interessante emparelhar estas perguntas com duas outras que, dizendo respeito à obra de Defoe que aqui foi estudada, formulam afinal um dos problemas a que neste trabalho se procurou responder: o da necessidade histórica da representação. Essas perguntas são as seguintes:

---

[6] Bertrand Russell, *História da Filosofia Ocidental* , trad . do Prof. Doutor Vieira de Almeida, Lisboa, s.d., p. 528.

1 - por que havia Defoe de representar em Crusoe um herói positivo?

2 - por que deixou Crusoe de representar um movimento de recusa no momento em que tomou consciência de si como sujeito individual autónomo?

Na verdade, não é só Descartes — toda a grande filosofia crítica do séc. XVII pára no sujeito individual, para sobre ele construir uma nova concepção do homem, da sociedade, do mundo. Embora tal não correspondesse aos objectivos fundamentais deste trabalho, nele procurei também mostrar como, no caso particular da filosofia inglesa do período, esse era o movimento que,no essencial, a animava. Afinal, é esse o movimento que caracteriza o percurso de Crusoe.

Mas se ao tempo da sua ascensão revolucionária a burguesia pôde construir, e teve mesmo de construir, a imagem de um sujeito individual aonde a crítica do passado chegava e de onde a confiança no futuro partia, não tardou contudo muito para que os primeiros sinais de ruptura surgissem. À medida que se instalava no poder, a burguesia instituía novos conflitos, novos antagonismos, novas desconfianças, ao mesmo tempo que se começava a manifestar uma nova consciência de que a harmonia e a felicidade universais assentes na centralidade do indivíduo não eram uma coisa tão simples, e inocente, como parecia. É então o momento em que os percursos de Descartes, ou de Locke, ou aquele que Defoe representara em Crusoe, começam a levar mais longe.

Seria excessivo continuar esta generalização. Esses percursos, que começam a tornar-se evidentes no séc . XVIII , serão muito diversificados. Representá-los-ão Hume, e Voltaire, e depois Rousseau, mas também Robespierre, ou Goethe, ou Sade : mais do que excessiva, a generalização seria agora abusiva.

Mas para ficar em Inglaterra, e no romance, e mesmo em Defoe: um dos primeiros sinais da ruptura terá por lugar precisamente aquela confiança inocente na fundamentação ética do sujeito individual que Crusoe representara melhor que ninguém. Começa-se a descobrir que o indivíduo não é tão simples, e transparente, e inocente, quanto se pensara. Por trás dos seus actos pare-

ce haver mais do que a mera, e lícita, necessidade de auto-preservação da qual Hobbes deduzira todo o comportamento humano, ou mais do que as simples leis da razão que Locke via no estado de natureza. Suspeitam-se motivações estranhas, muito profundas, inexplicáveis, e mesmo, às vezes, inconfessáveis. Os padrões éticos que se julgavam bem ancorados num sujeito individual em harmonia com a natureza e com Deus, e à luz dos quais se podiam julgar os desvios de comportamento motivados por paixões condenáveis, começam a ficar à deriva.

Em *Robinson Crusoe*, em *Tom Jones*, ou em *Pamela*, os maus são-no por motivos determináveis e, por isso, corrigíveis: as paixões que os animam, como a inveja, a hipocrisia, ou o orgulho, são analisáveis como orientações, ou então como desvios, de tendências que afinal radicam numa natureza humana a todos comum. Mas o sinal da ruptura surgirá quando a simplicidade do indivíduo der lugar à complexidade, quando a igualdade de todos começar a ser substituída pela concepção da diferença de cada um, e pior do que isso, quando o comportamento individual começar a aparecer motivado não por paixões, na acepção que o séc. XVII dá ao termo, mas por perversões. Por estranho que pareça, esta passagem da inocência à perversão faz-se rapidamente, toda ela cabendo no séc. XVIII, digamos que, no caso inglês, entre *Robinson Crusoe* e o romance gótico.

A rapidez da mudança, que prova talvez a fragilidade do individualismo revolucionário, ou pelo menos a fragilidade da sua representação, leva a que os seus sinais apareçam por vezes dentro do tempo de vida, e da obra, de um mesmo autor. É como se as exigências da representação artística levassem os autores a ir mais longe, a aprofundar os indivíduos que criam, e consequentemente a descobrir que a aparente racionalidade do comportamento encobre um mundo onde o irracional campeia. Parece ser este o caso de Samuel Richardson, que se em Mr. B. nos dá o exemplo do mau corrígivel pela superação do orgulho que o motivava, já em Lovelace constrói uma personagem que alguns críticos consideram como antepassado das personagens de Sade. Penso ser também este o caso de Defoe, o que explicaria a estranheza que parcialmente caracteriza o seu último romance, *Roxana*.

Inicialmente, *Roxana* apresenta-se como um romance dentro dos modelos já antes experimentados por Defoe : tal como Singleton, Jack, ou Moll Flanders, é em resultado das condições de pobreza a que é conduzida que Roxana inicia uma carreira susceptível de condenação moral. Cedo, porém, se começam a notar algumas diferenças. Escolhendo como protagonista uma personagem feminina, a exemplo também do que já antes tinha feito com Moll Flanders, Defoe pode centrar-se na apresentação de um comportamento infractor de códigos de honra que não têm contrapartida no plano da legalidade civil. Assim, se Singleton , Jack , e Moll (Crusoe continua a ser excepção) são levados ao roubo em consequência das necessidades económicas, Roxana ultrapassa essas necessidades prostituindo-se. É certo que este tinha sido já um dos recursos de Moll, mas ao torná-lo em Roxana no meio único de subsistência Defoe centraliza-se com mais clareza na análise de uma infracção cujo julgamento se efectua fundamentalmente no foro íntimo da personagem.

Esta centralização da culpa e do eventual castigo na esfera da interioridade da personagem é ainda aprofundada em *Roxana* através da análise de paixões motivadoras de um comportamento condenável que, a partir de determinado momento, nada tem já a ver com as necessidades de sobrevivência. Como a própria Roxana confessa, se a pobreza tinha sido a razão inicial do seu comportamento, a avareza e a vaidade tinham-se-lhe depois substituído como motivos[7]. Sendo estas ainda motivações tradicionais para o comportamento condenável, isto é, paixões localizáveis e racionalizáveis, Defoe procede ao seu tratamento de um modo que, esse, já não é tradicional, ao apresentar-nos tal comportamento do ponto de vista do seu próprio sujeito, e em termos que tendem a provocar a simpatia do leitor para com a personagem.

Esta funcionalização ética do ponto de vista conduzirá, na história do romance, a uma problematização das motivações do comportamento individual incompatível com o mundo de valores uni

---

[7] Daniel Defoe, *Roxana*, ed. Jane Jack, London, 1969, p. 202.

versais onde a acção condenável aparece como simples desvio objectivável e corrigível, e que nos é dado ainda por parte da ficção do séc. XVIII. A figura do vilão, que tradicionalmente objectiva esse desvio, e que nos aparece de forma acabada no Blifil de *Tom Jones*, deixa de fazer sentido num mundo onde os comportamentos individuais encontram a sua fundamentação em razões cada vez mais interiores, alheias a quaisquer escalas de valores de sentido colectivo, e que possuem em si próprias uma coerência e uma necessidade radicalmente a-sociais. O romance virá então a dar-nos conta de uma incompatibilidade profunda entre as motivações individuais e quaisquer escalas de valores estabelecidas pela sociedade.

Mas Roxana está ainda, obviamente, muito longe de Raskolnikov, embora esteja mais perto deste do que de Blifil. Como atrás referi, o comportamento de Roxana aparece genericamente motivado por paixões identificáveis como desvios, ou então como fraquezas, de uma natureza humana comum a todos, regida por princípios universais e racionais. Porém, num mundo harmonioso onde os padrões éticos são deduzidos da racionalidade da natureza humana, esta deslocação do ponto de vista para o interior do comportamento condenável pode ser arriscada, e mesmo perigosa.

Na verdade, já em Moll Flanders tinha sido possível detectar um quase agrado no modo como a linguagem pormenorizava algumas das suas acções criminosas. No entanto, essas acções eram em si justificáveis pelas situações de necessidade objectiva em que ocorriam. Mas em Roxana há algo de mais estranho que acontece. Quando ela se compraz em meter a sua criada Amy na cama do seu próprio amante, e assiste ao relacionamento sexual de ambos, não há já razões objectivas para tais actos e para a linguagem que os apresenta. Ainda que para tal fosse suficiente, e não parece que o seja, a justificação de que Roxana queria ver a criada descer ao mesmo nível de degradação moral em que ela se encontrava, o facto é que estamos perante um comportamento dificilmente analisável à luz das motivações clássicas. E quando, no fim do romance, Roxana aceita tacitamente o assassínio da filha para que a sua reputação, e o seu bem-estar, se possam salvar, Defoe leva

a coerência do individualismo para além dos limites de toda a razoabilidade do mundo clássico.

Por isso Roxana é a única personagem de Defoe que ele não consegue salvar. Se todas as outras acabam por encontrar, no fim das suas carreiras narradas, um lugar no mundo onde a sua felicidade, alicerçada nos interesses individuais, é compatível com a ordem de Deus e dos homens, Roxana, por sua vez, acaba os dias da sua vida debatendo-se com o castigo dos Céus. Dir-se-ia, porém, que esse castigo, referido apressadamente nas últimas cinco ou seis linhas do romance, não é tanto uma necessidade orgânica da representação quanto é um tributo que Defoe se vê obrigado a pagar à sua própria consciência. Daí que não cheguemos a saber sequer em que consiste concretamente esse castigo: o fecho de *Roxana* aparece como uma mera artificialidade imposta pela censura moral, e por isso insusceptível de encontrar uma representação artística adequada.

Com *Roxana* Defoe terá talvez sentido que a sua penetração no mundo das motivações do comportamento individual o estava a conduzir longe de mais. Teria sido esta a razão que o levou a não mais escrever qualquer obra de ficção centrada nas temáticas que ele vinha a tratar desde *Robinson Crusoe*? Nunca poderemos responder com certeza a esta pergunta. Mas não é talvez muito arriscado imaginar que Defoe tenha, perante este romance, vislumbrado o perigo de que esta via o aproximasse da narrativa libertina, e mesmo pornográfica, que irrompia no séc. XVIII num imaginário povoado pelos tabus que a cultura puritana, de que o próprio Defoe era herdeiro, tinha reprimido desde o século anterior. Independentemente, porém, do que Defoe tenha visto em *Roxana*, o certo é que nesta obra a representação do individualismo radical, cuja mais grandiosa imagem tinha sido conseguida com Robinson Crusoe, se aproxima perigosamente da ruptura, e do abismo.

Entre a venda de Xury por Crusoe e a aceitação do assassínio da filha por Roxana não há, na verdade, uma grande diferença no que respeita às motivações. De um comportamento ao outro Defoe só teve de ir mais longe no conhecimento e na representação de um sujeito individual para quem não há outros valores

que não os determinados pelas suas volições mais profundas. E então, por trás de motivações que puderam ser racionalizadas, e sobre as quais ainda tinha sido possível construir um ideal de homem, de sociedade, e de mundo, começaram a aparecer outras, irracionais, e irredutíveis a quaisquer padrões de sociabilidade: aquelas que se podem já suspeitar em *Roxana*.

Roxana está, como de algum modo o estão Singleton, Moll, Jack, ou H.F., no interior do mito do individualismo inocente que por um momento foi possível figurar em toda a sua plenitude: a via percorrida pelas personagens da galeria de Defoe é em grande parte um percurso para o interior. E olhando ao longo dela é possível vislumbrar no fundo, lá muito no fundo de Crusoe, aquela imagem de espanto que Kurtz viu de si — "The horror! The horror!"[8].

---

[8] Joseph Conrad, *Heart of Darkness* (1902), London, 1965, p. 164.

BIBLIOGRAFIA

A Bibliografia que se segue encontra-se ordenada do seguinte modo:

— Bibliografia primária. Nela são localizados todos os textos de Daniel Defoe referidos na presente dissertação. Está subdividida em dois grupos:

A - Colecções e Antologias onde se encontram incluídos textos de Daniel Defoe dos quais não existe edição recente em separado.

B - Obras das quais existem edições recentes em separado.

— Bibliografia secundária. Está subdividida em quatro grupos:

A - Antologias de textos críticos sobre Daniel Defoe e/ou *Robinson Crusoe*.

B - Textos que se ocupam exclusiva ou destacadamente de Daniel Defoe e/ou *Robinson Crusoe*.

C - Textos que, em termos significativos, tomam Daniel Defoe e/ou *Robinson Crusoe* por objecto, embora não privilegiado.

D - Textos teóricos citados, bem como textos críticos citados e não incluídos nos grupos anteriores.

Na apresentação das referências bibliográficas foram seguidas, com algumas adaptações consideradas adequadas, as normas constantes do *MLA Handbook for Writers of Research Papers, Theses, and Dissertations* (New York, 1977).

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

A

The Works of Daniel De Foe. Ed. William Hazlitt. 3 vols. London, 1840-43.

Romances and Narratives by Daniel Defoe. Ed. George A. Aitken. 16 vols. London, 1895.

The Review (fac simile). Ed. A. W. Secord. 22 vols. New York, 1938.

The Best of Defoe's Review. Ed. William L. Payne. New York, 1951.

Daniel Defoe. Ed. J. T. Boulton. New York, 1965.

Selected Poetry and Prose of Daniel Defoe. Ed. Michael F. Shugrue. New York, 1968.

The Versatile Defoe. Ed. Laura A. Curtis. London, 1979.

B

The Life and Strange Surprizing Adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner (1719). Ed. J. Donald Crowley. London, 1972.

The Farther Adventures of Robinson Crusoe (1719). Introd. Guy N. Pocock. London, 1945 (Everyman's Library).

Memoirs of a Cavalier (1720). Ed. James T. Boulton. Oxford, 1978.

The Life, Adventures and Piracies of the Famous Captain Singleton (1720). Introd. James Sutherland. London, 1963 (Everyman's Library).

The Fortunes and Misfortunes of the Famous Moll Flanders (1722). Introd. David J. Johnson. London, 1972 (Everyman's Library).

A Journal of the Plague Year (1722). Introd. David J. Johnson. London, 1966 (Everyman's Library).

The History and Remarkable Life of the Truly Honourable Col. Jacque, Commonly Call'd Col. Jack (1722). Ed. Samuel Holt Monk. London, 1970.

The Fortunate Mistress (Roxana) (1724). Ed. Jane Jack. Oxford, 1969.

A General History of the Pyrates (1724). Ed. Manuel Schonhorn. London, 1972.

The Political History of the Devil (1726). Wakefield, 1972 (reprodução fotográfica da edição de 1819 publicada por T. Kelly, London).

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

A

Byrd, Max, ed. *Daniel Defoe*. Englewood Cliffs, New Jersey, 1976.

Ellis, Frank H., ed. *Twentieth Century Interpretations of Robinson Crusoe*. Englewood Cliffs, New Jersey, 1969.

Rogers, Pat, ed. *Defoe: The Critical Heritage*. London, 1972.

NOTA: Estas antologias serão doravante designadas por Byrd, Ellis, e C. H., respectivamente, para mencionar a inclusão nelas, no todo ou através de excertos cuje extensão justifique a referência, de textos que integram esta bibliografia.

B

Alkon, Paul K. *Defoe and Fictional Time*. Athens, Georgia, 1979.

----------. "The Odds Against Friday: Defoe, Bayes, and Inverse Probability". In *Probability, Time and Space in Eighteenth-Century Literature*. Ed. Paula R. Backscheider. New York, 1979, pp. 29-61.

Amakawa, Junjiro. "Defoe as an economist". *Kwansei Gakuin University Annual Studies*, 15 (1966), pp. 101-26.

Andersen, Hans H. "The Paradox of Trade and Morality in Defoe". *Modern Philology*, 39 (1941), pp. 23-46.

Arnold, Heinz Ludwig. "Robinson Crusoe - Notizen zu einer Illusion". *Antaios*, 6 (1965), pp. 611-20.

Ayers, Robert W. "*Robinson Crusoe*: 'Allusive Allegorick History'". *PMLA*, 82 (1967), pp. 399-407.

Backscheider, Paula R. "Defoe's Prodigal Sons". *Studies in the Literary Imagination*, 15, No 2 (Fall 1982), pp. 3-18.

Baine, Rodney M. *Daniel Defoe and the Supernatural*. Athens, Georgia, 1968.

----------. "The Evidence from Defoe's Title Pages". *Studies in Bibliography*, 25 (1972), pp. 185-91.

Baker, Ernest A. "Defoe as a Sociological Novelist". *The Academy*, 70 (1906), pp. 502-3.

Bastian, F. *Defoe's Early Life*. London, 1981.

Bell, Ian A. *Defoe's Fiction*. London, 1985.

Benjamin, Edwin B. "Simbolic Elements in *Robinson Crusoe*". *Philological Quarterly*, 30 (1951), 206-11. Incluído em Ellis, pp. 34-8.

Béranger, Jean. "Defoe Panphlétaire 1716-1720". *Études Anglaises*, 14 (1961), pp. 97-106.

----------. "Du nouveau sur Defoe". *Études Anglaises*, 18(1965), pp. 44-52.

Berne, Eric. "The Psychological Structure of Space with Some Remarks on *Robinson Crusoe*". *Psychoanalytic Quarterly*, 25 (1956), pp. 549-57. Excerto em Ellis, pp. 94-7.

Bishop, Jonathan . "Knowledge , Action and Interpretation in Defoe's Novels". *Journal of the History of Ideas*, 13 (1952), pp. 3-16.

Blackburn, Timothy C. "Friday's Religion: Its Nature and Importance in *Robinson Crusoe*". *Eighteenth-Century Studies*, 18 (1985), pp. 360-82.

Blewett, David. *Defoe's Art of Fiction*. Toronto, 1979.

----------. "The Retirement Myth in *Robinson Crusoe*: A Reconsideration". *Studies in the Literary Imagination*, 15, No 2 (Fall 1982), pp. 37-50.

Boardman , Michael M. *Defoe and the Uses of Narrative*. New Brunswick, New Jersey, 1983.

Boreham, F. W. *The Gospel of Robinson Crusoe*. London, 1955.

Boulton, J. T. "Daniel Defoe: His Language and Rhetoric". In J. T. Boulton, *Daniel Defoe*, introd. (pp. 1-22).

Boyce, Benjamin. "The Question of Emotion in Defoe". *Studies in Philology*, 50 (1953), pp. 45-58. Incluído em Byrd, pp. 40-50.

Braudy, Leo. "Daniel Defoe and the Anxieties of Autobiography". *Genre*, 6 (1973), pp. 76-97.

Brown, Homer O. "The Displaced Self in the Novels of Daniel Defoe". *ELH*, 38 (1971), pp. 562-90.

Burch, Charles Eaton. "British Criticism of Defoe as a Novelist 1719-1860". *Englische Studien*, 67 (1932-33), pp. 178--98.

----------. "Defoe's British Reputation 1869-1894". *Englische Studien*, 68 (1933-34), pp. 410-23.

Butler, Mary E. "The Effect of the Narrator's Rhetorical Uncertainty on the Fiction of *Robinson Crusoe*". *Studies in the Novel*, 15 (1983), pp. 77-90.

Chalmers, George. *Life of Daniel De Foe*. London, 1785.

Colaiacomo, Paola. *Biografia del personaggio nei romanzi di Daniel Defoe*. Roma, 1975.

Curtis, Laura A. *The Elusive Daniel Defoe*. London, 1984.

Damrosh, Jr., Leopold. "Defoe as Ambiguous Impersonator". *Modern Philology*, 71 (1973), pp. 153-9.

"Daniel Defoe". *Biographia Britannica*. 2nd ed. London, 1793. Vol. V, pp. 45-75.

"De Foe as Novelist". *National Review*, 3 (1856), pp. 380-410. Ex certo em *C.H.*, pp. 125-50.

Degering, Klaus. *Defoes Gesellschaftskonzeption*. Amsterdam, 1977.

Dobrée, Bonamy. "Daniel Defoe". *Neophilologus*, 30 (1946) pp. 97-106.

----------. "Some Aspects of Defoe's Prose". In *Pope and his Contemporaries*. Ed. James L. Clifford and Louis A. Landa. Oxford, 1949, pp. 171-84.

----------. "The Writings of Daniel Defoe". *Journal of the Royal Society of Arts*, 108 (1960), pp. 729-42.

Dottin, Paul. *Daniel de Foe et ses romans*. 3 vols. Paris, 1924.

Earle, Peter. *The World of Defoe*. London, 1976.

Egan, James. "Crusoe's Monarchy and the Puritan Concept of the Self". *Studies in English Literature*, 13 (1973), pp. 451-60.

Erickson, Robert A. "Starting Over with *Robinson Crusoe*". *Studies in the Literary Imagination*, 15, No 2 (1982), pp. 51-73.

Fitzgerald, Brian. *Daniel Defoe: A Study in Conflict*. London, 1954.

Forster, John. *De Foe and [Charles] Churchill*. London, 1855.

Freeman, William. *The Incredible Defoe*. London, 1950.

Ganzel, Dewey. "Chronology in *Robinson Crusoe*". *Philological Quarterly*, 40 (1961), pp. 495-512.

Geissler, P. *Is Robinson Crusoe an Allegory?*. Pirna, 1893.

Gildon, Charles. *The Life and Strange Surprizing Adventures of Mr D—— De F—, of London, Hosier* (1719). Editado por Paul Dottin com o título: *Robinson Crusoe Examin'd and Criticis'd*. London, 1923.

Girdler, Lew. "Defoe's Education at Newington Green Academy". *Studies in Philology*, 50 (1953), pp. 573-91.

Greif, Martin J. "The Conversion of Robinson Crusoe". *Studies in English Literature*, 6 (1966), pp. 551-74.

Gückel, W. und E. Günther. "D. Defoes und J. Swifts Belesenheit und literarische Kritik". *Palaestra*, 149 (1925).

Hahn, H. G. "An Approach to Character Development in Defoe's Narrative Prose". *Philological Quarterly*, 51 (1972), pp. 845-58.

Halewood, William H. "Religion and Invention in *Robinson Crusoe*". *Essays in Criticism*, 14 (1964), pp. 339-51. Incluído em Ellis, pp. 79-89.

Harlan, Virginia. "Defoe's Narrative Style". *The Journal of English and Germanic Philology*, 30 (1931), pp. 57-73.

Hartog, Curt. "Authority and Autonomy in *Robinson Crusoe*". *Enlightenment Essays*, 5, No 2 (1974), pp. 33-43.

Hastings, William T. "Errors and Inconsistencies in Defoe's *Robinson Crusoe*". *Modern Language Notes*, 27 (1912), pp. 161-66.

Häusermann, Hans W. "Aspects of Life and Thought in *Robinson Crusoe*". *Review of English Studies*, 11 (1935), pp. 299-312 e 439-56.

Heidenreich, H. *The Libraries of Daniel Defoe and Phillips Farewell*. Berlin, 1970.

Heims, Neil. "*Robinson Crusoe* and the Fear of Being Eaten". *Colby Library Quarterly*, 19 (1983) pp. 190-3.

Hill, Christopher. "*Robinson Crusoe*". *History Workshop*, 10 (1980), pp. 6-24.

Horten, Franz. *Studien über die Sprache Defoe's*. Bonn, 1914.

Howard, William J. "Truth Preserves Her Shape: An Unexplored Influence on Defoe's Prose Style". *Philological Quarterly*, 47 (1968), pp. 193-205.

Howe, Irving. "*Robinson Crusoe*: Epic of the Middle Class". *Tomorrow*, 8 (June 1949), pp. 51-4.

Howes, Raymond F. "*Robinson Crusoe*: A Literary Accident". *The English Journal*, 16 (1927), pp. 31-5.

Hübener, Gustav. "Der Kaufmann Robinson Crusoe". *Englische Studien*, 54 (1920), pp, 367-98.

Hunter, J. Paul. "Friday as a Convert: Defoe and the Accounts of Indian Missionaries". *Review of English Studies*, 14 (1963), pp. 243-8.

----------. *The Reluctant Pilgrim - Defoe's Emblematic Method and Quest for Form in* Robinson Crusoe. Baltimore, 1966.

Hutchins, Henry Clinton. Robinson Crusoe *and its Printing, 1719-31*. New York, 1925.

Hymer, Stephen. "Robinson Crusoe and the Secret of Primitive Accumulation". *Monthly Review*, 23 (September 1971), pp. 11-36.

"In Praise of Robinson Crusoe". *The Athenaeum*, April 25, 1919, pp. 229-30.

James, E. Anthony. *Daniel Defoe's Many Voices*. Amsterdam, 1972.

----------. "Defoe's Narrative Artistry: Naming and Describing in *Robinson Crusoe*". *Costerus*, 5 (1972), pp. 51-73.

Johnson, Abby A. "Old Bones Uncovered: A Reconsideration of *Robinson Crusoe*". *College Language Association Journal*, 17 (1973), pp. 271-8.

Joyce, James. "Daniel Defoe" (1912). Editado e traduzido a partir de manuscritos italianos por Joseph Prescott. *Buffalo Studies*, 1, No 1 (1964), pp. 3-25.

Kinkead-Weekes, Mark. "Defoe and Richardson — Novelists of the City". In *History of the Literature in the English Language*. Ed. Roger Lonsdale. Vol.IV ("Dryden to Johnson"). London, 1971, pp. 226-56.

Kraft, Quentin G. "*Robinson Crusoe* and the Story of the Novel". *College English*, 41 (1980), pp. 535-48.

Kronenberger, Louis. "Defoe — An Island and a Plague". *The Saturday Review of Literature*, 32, Nº 3 (January 15, 1949), pp. 9-10 e 35.

Lannert, Gustaf. *An Investigation into the Language of* Robinson Crusoe. Uppsala, 1910.

Lee, William. *Daniel Defoe: His Life and Recently Discovered Writings*. 3 vols. London, 1869 (os volumes II e III são preenchidos com textos atribuídos pelo autor a Defoe).

Leinster-Mackey, D. P. *The Educational World of Daniel Defoe*. Victoria, B.C., 1981.

Levett, A. E. "Daniel Defoe". In *The Social and Political Ideas of Some English Thinkers of the Augustan Age (1650 — — 1750)*. Ed. F. J. C. Hearnshaw. London, 1928, pp. 157-88.

Liljegren, S. B. "Defoes Robinson". *Englische Studien*,56 (1922), pp. 281-6.

Macaree, David. *Daniel Defoe and the Jacobite Movement*, Salzburg, 1980.

Macherey, Pierre. "*O Antepassado Temático: Robinson Crusoé*"(1963). In *Para uma Teoria da Produção Literária* (1966). Trad. Ana Maria Alves. Lisboa, 1971, pp. 230-9.

MacLaine, Allan H., "Robinson Crusoe and the Cyclops". *Studies in Philology*, 52, (1955), pp. 599-604.

Merrett, Robert James. *Daniel Defoe's Moral and Rhetorical Ideas*. Victoria, B.C., 1980.

Michel-Michot, Paulette. "The Myth of Innocence". *Revue des Langues Vivantes*, 28 (1962), pp. 510-20.

Minto, William. *Daniel Defoe* (1879). London, 1909.

Moffat, James. "The Religion of Robinson Crusoe". *The Contemporary Review*, 115 (1919), pp. 664-9.

Moore, Catherine E. "Robinson and Xury and Inkle and Yarico". *English Language Notes*, 19 (1981), pp. 24-9.

Moore, John Robert. *A Checklist of the Writings of Daniel Defoe*. Bloomington, Indiana, 1960.

----------. *Daniel Defoe, Citizen of the Modern World*. Chicago, 1958.

----------. *Daniel Defoe and Modern Economic Theory*. Indiana University Studies, No 104 (1935).

----------. "Daniel Defoe: Precursor of Samuel Richardson". In *Restoration and Eighteenth-Century Literature*. Ed.Carrol Camden. Chicago, 1963, pp. 351-69.

----------. "A Defoe Allusion in *Gulliver's Travels*". *Notes and Queries*, 178 (February 1940), pp. 79-80.

----------. *Defoe in the Pillory and Other Studies*. Bloomington, Indiana, 1939.

----------. "Defoe's Religious Sect". *Review of English Studies*, 17 (1941), pp. 461-7.

----------. *Defoe's Sources for* Robert Drury's Journal. Bloomington, Indiana, 1943.

----------. "*The Tempest* and *Robinson Crusoe*". *Review of English Studies*, 21 (1945), pp. 52-6.

Nordon, Pierre. Robinson Crusoe: *unité et contradictions*. Archives des Lettres Modernes, nº 80. Paris, 1967.

Novak, Maximillian E. "Crusoe the King and the Political Evolution of his Island". *Studies in English Literature*, 2 (1962), pp. 337-50.

----------. "Daniel Defoe". In *The New Cambridge Bibliography of English Literature*. Ed. G. Watson. Cambridge, 1971. Vol. II, cols 880-917.

----------. "Defoe". In *The English Novel — Select Bibliographical Guides*. Ed. A. E. Dyson. Oxford, 1974, pp.16--35.

----------. *Defoe and the Nature of Man*. Oxford, 1963.

----------. "Defoe's Theory of Fiction". *Studies in Philology*, 61 (1964), pp. 650-68.

----------. "Defoe's Use of Irony". In Maximillian E.Novak and Herbert J. Davis, *Irony in Defoe and Swift*. Los Angeles, 1966, pp. 5-38.

----------. *Economics and the Fiction of Daniel Defoe*. English Studies No 24. Berkeley and Los Angeles, 1962.

----------. "The Extended Moment: Time, Dream, History and Perspective in Eighteenth-Century Fiction". In *Probability, Time and Space in Eighteenth-Century Literature*. Ed. Paula R. Backscheider. New York, 1979, pp. 141-66.

----------. *Realism, Myth and History in Defoe's Fiction*. Lincoln, Nebrasca, 1983.

----------. "Robinson Crusoe and Economic Utopia". *The Kenyon Review*, 25 (1963), pp. 474-90.

----------. "Robinson Crusoe's 'Original Sin'". *Studies in English Literature*, 1, No 3 (1961), pp. 19-29. Incluído em Boyce, pp. 60-77.

----------. "*Simon Forecastle's Weekly Journal* - Some Notes on Defoe's Conscious Artistry". *Texas Studies in Literature and Language*, 6 (1965), pp. 433-40.

----------. "Some Notes Toward a History of Fictional Forms: From Aphra Behn to Daniel Defoe". *Novel*, 6 (1973), pp. 120-33.

----------. "The Unmentionable and the Ineffable in Defoe's Fiction". *Studies in the Literary Imagination*, 15, No 2 (1982), pp. 85-102.

----------. "A Whiff of Scandal in the Life of Daniel Defoe". *Huntington Library Quarterly*, 34 (1970-71), pp. 35-42.

Pache, Walter. *Profit and Delight. Didaktic und Fiktion als Problem des Erzählens. Dargestellt am Beispiel des Romanwerks von Daniel Defoe*. Heidelberg, 1980.

Parker, George. "The Allegory of Robinson Crusoe". *History*, 10 (1925), pp. 11-25.

Pearlman, E. "Robinson Crusoe and the Cannibals". *MOSAIC*, 10 (1976), pp. 39-55.

Peck, H. Daniel. "*Robinson Crusoe*: The Moral Geography of Limitation". *The Journal of Narrative Technique*, 3 (1973), pp. 20-31.

Pire, G. "Jean Jacques Rousseau et Robinson Crusoé". *Revue de Littérature Comparée*, 30 (1956), pp. 479-96.

Praz, Mario. "De Foe and Cellini". *Englische Studien*, 13(1931), pp. 75-87.

Pritchett, V. S. "Daniel Defoe". In *The English Novelists*. Ed. Derek Verschoyle. London, 1936.

Rader, Ralph W. "Defoe, Richardson, Joyce and :the Concept of Form in the Novel". In *Autobiography, Biography and the Novel*. Ed. W. Matthews and R. W. Rader. Los Angeles, 1973, pp. 31-72.

Richetti, John J. *Defoe's Narratives - Situations and Structures*. Oxford, 1975.

----------. *Popular Fiction Before Richardson - Narrative Patterns 1700-1739*. Oxford, 1969.

Robert, Marthe. *Roman des origines et origines du roman*,(1972). N.p.: Gallimard, 1976.

Robins, Harry F. "How Smart was Robinson Crusoe". *PMLA*, 67(1952), pp. 782-9.

Rogers, Pat. "Crusoe's Home". *Essays in Criticism*, 24 (1974), pp. 375-90.

----------. *Robinson Crusoe*. London, 1979.

Roorda, Gerridina. *Realism in Daniel De Foe's Narratives of Adventure*. Wageningen, 1929.

Ross, John F. *Swift and Defoe - A Study in Relationship*. Berkeley, Calif., 1941.

Schonhorn, Manuel. "Defoe, the Language of Politics , and the Past". *Studies in the Literary Imagination*, 15, No 2 (1982), pp. 75-83.

----------. "Defoe: The Literature of Politics and the Politics of Some Fictions". In *English Literature in the Age of Disguise*. Ed. Maximillian Novak. Berkeley and Los Angeles, 1977, pp. 15-56.

Schrock, Thomas S. "Considering Crusoe". *Interpretation: A Journal of Political Philosophy*, No 1 (Summer 1970), pp. 76-106 (Part I), e No 2 (Winter 1970), pp. 169 - 232 (Part II).

Scott, Walter. "Memoir of Daniel Defoe". In *The Miscellaneous Prose Works*. Edinborough, 1834-71. Vol. IV, pp. 248-81. Excerto em C.H., pp. 67-79.

Secord, Arthur W. "Defoe in Stoke Newington" *PMLA*, 66 (1951), pp. 211-25.

----------. Robert Drury's Journal *and Other Studies*. Urbana, Illinois, 1961.

----------. *Studies in the Narrative Method of Defoe*. Urbana, Illinois, 1924.

Seeber, Edward D. "Oroonoko and Crusoe's Man Friday". *Modern Language Quarterly*, 12 (1951), pp. 286-91.

Seidel, Michael. "Crusoe in Exile". *PMLA*, 96 (1981), pp. 363--74.

----------. "Poor Robinson Crusoe: Defoe". In *Epic Geography*. Princeton, 1976, pp. 97-104.

Sen, Sri C. *Daniel Defoe - His Mind and Art*. Calcutta, 1948.

Shinagel, Michael. *Daniel Defoe and Middle-Class Gentility*. Cambridge, Mass., 1968.

Spacks, Patricia Meyer. "The Soul's Imaginings: Daniel Defoe, William Cowper". *PMLA*, 91 (1976), pp. 420-35. Integrado posteriormente como cap. II de: *Imagining a Self - Autobiography and Novel in Eighteenth-Century England*. Cambridge, Mass., 1976.

Spearman, Diana. "Defoe". In *The Novel and Society*. London, 1966, pp. 154-72.

Stamm, Rudolf G. *Der Aufgeklärte Puritanismus Daniel Defoes*. Zürich und Leipzig, 1936.

----------. "Daniel Defoe: An Artist in the Puritan Tradition". *Philological Quarterly*, 15 (1936), pp. 225-46.

Starr, George A. *Defoe and Casuistry*. Princeton, New Jersey, 1971.

----------. "Defoe's Prose Style: 1 — The Language of Interpretation". *Modern Philology*, 71 (1974), pp. 277-94.

----------. *Defoe and Spiritual Autobiography*. Princeton, New Jersey, 1965.

----------. "Escape from Barbary: A Seventeenth-Century Genre". *Huntington Library Quarterly*, 29 (1965), pp. 35-52.

Stein, William B. "Robinson Crusoe: The Trickster Tricked". *The Centennial Review*, 9 (1965), pp. 271-88.

Stephen, Leslie. "De Foe's Novels". In *Hours in a Library* (1875). London, 1892. Vol. I, pp. 1-46.

Sutherland, James. *Daniel Defoe - A Critical Study*. Cambridge, Mass., 1971.

----------. *Defoe*. London, 1937.

----------. "The Relation of Defoe's Fiction to his Non - fictional Writings". In *Imagined Worlds*. Ed. Maynard Mack and Ian Gregor. London, 1968, pp. 37-50.

Swados, Harvey. "Robinson Crusoe — The Man Alone". *The Antioch Review*, 18 (1958), pp. 25-40.

Swallow, Alan. "Defoe and the Art of Fiction". *Western Humanities Review*, 4 (1950), pp. 129-36.

Trent, William. *Daniel Defoe, How to Know Him*. Indianapolis, 1916.

Ushida, Takeshi. "*Robinson Crusoe*: A Reconsideration". *Studies in English Literature* (Tokio), 41 (1964), pp. 19-33. Sinopse em inglês, pp. 114-5.

Ullrich, Hermann. *Robinson und Robinsonaden*. Weimar, 1898.

Vaid, Indesh. *The Divided Mind: Studies in Defoe and Richardson*. New Delhi, 1979.

Walton, James. "The Romance of Gentility: Defoe's Heroes and Heroines". *Literary Monographs*, Vol. IV. Ed. Eric Rothstein. Madison, Winsconsin, 1971, pp. 89-135.

Watson, Francis. *Daniel Defoe*. London, 1952.

----------. "Robinson Crusoe: Fact and Fiction". *The Listener*, 62 (1959), pp. 617-9.

Watt, Ian. "Defoe as Novelist". In *The Pelican Guide to English Literature*. Ed. Boris Ford. Vol. IV (*From Dryden to Johnson*). Harmondsworth, 1968, pp. 203-16.

----------. "Defoe and Richardson on Homer: A Study of the Relation of Novel and Epic in the Early Eighteenth Century". *The Review of English Studies*, N.S. 3 (1952), pp. 325-40.

----------. "The Naming of Characters in Defoe, Richardson, and Fielding". *Review of English Studies*, 25 (1949), pp. 322-38.

----------. *The Rise of the Novel - Studies in Defoe, Richardson and Fielding* (1957). Harmondsworth, 1972.

----------. "*Robinson Crusoe* as a Myth". *Essays in Criticism*, 1 (1951), pp. 95-119. In *Eighteenth - Century English Literature - Modern Essays in Criticism*. Ed. J.Clifford. London, 1959, pp. 158-79.

Weimann, Robert. "*Robinson Crusoe*". In *Phantasie und Nachahmung*. Halle, Saale, s.d., pp. 13-62.

West, Alick. "Daniel Defoe" (1958). In *Crisis and Criticism and Literary Essays*. London, 1975, pp. 178-228.

Wilson, Walter. *Memoirs of the Life and Times of Daniel De Foe*. 3 Vols. London, 1830.

Woolf, Virginia. "Defoe". In *The Common Reader*. Vol. I. London, 1925, pp.121-31. Incluído em Byrd, pp. 15-22.

----------. "*Robinson Crusoe*". In *The Common Reader*. Vol.II. London, 1932, pp. 51-8. Incluído em Ellis, pp. 19-24.

Zimmerman, Everett. *Defoe and the Novel*. Berkeley and Los Angeles, 1975.

C

Adams, Percy G. *Travelers and Travel Liars, 1660-1800*. Berkeley and Los Angeles, 1962.

Allen, Walter. *The English Novel* (1954). Harmondsworth, 1958.

----------. *Six Great Novelists*. London, 1955.

Baker, Ernst A. *The History of the English Novel*. London, 1929, Vol. III.

Brooks, Douglas. *Number and Pattern in the Eighteenth - Century Novel*. London, 1973.

Carnochan, W. B. *Confinement and Flight - An Essay on English Literature of the Eighteenth Century*. Berkeley and Los Angeles, 1977.

Church, Richard. *The Growth of the English Novel* (1951). London, 1961.

Coleridge, Samuel Taylor. *Coleridge's Miscellaneous Criticism*. Ed. T. M. Raysor. London, 1936. Excertos em C. H., pp. 80-5.

De La Mare, Walter. *Desert Islands*. London, 1930.

Dobrée, Bonamy. *English Literature in the Early Eighteenth Century, 1700-1740* (1959). Oxford, 1968.

Donovan, Robert Alan. *The Shaping Vision - Imagination in the English Novel from Defoe to Dickens*. New York, 1966.

Ducrocq, Jean, e outros. *Roman et société en Angleterre au XVIII^e siècle*. N.p.: Presses Universitaires de France, 1978.

Hardy, Barbara. *The Appropriate Form . An Essay on the Novel*. London, 1964.

Karl, Frederick. *A Reader's Guide to the Development of the English Novel in the 18th Century*. London, 1975.

Kettle, Arnold. *An Introduction to the English Novel* (1951). London, 1967. Vol. I.

Knowles, Jr., A. S. "Defoe, Swift, and Fielding — Notes on the Retirement Theme". In *Quick Springs of Sense -Studies in the Eighteenth Century*. Ed. Larry S. Champion. Athens, Georgia, 1974, pp. 121-36.

Kramnick, Isaac. *Bolingbroke and his Circle*. Cambridge, Mass. 1968.

Laird, John. *Philosophical Incursions into English Literature*. Cambridge, 1946.

Leavis, Q. D. *Fiction and the Reading Public* (1932). London, 1968.

McKillop, Alan Dugald. *The Early Masters of English Fiction* (1956). Lawrence, Kansas, 1962.

New, Melvin. "'The Grease of God': The Form of Eighteenth - Century English Fiction". *PMLA*, 91 (1976), pp. 235-44.

Price, Martin. *To the Palace of Wisdom - Studies in Order and Energy from Dryden to Blake*. New York, 1964. Excerto em Byrd, pp. 23-39.

Rathburn, Robert C. "The Makers of the British Novel". In *From Jane Austen to Joseph Conrad*. Ed. R. C. Rathburn and Martin Steinman, Jr.. Minneapolis, 1958, pp. 3-22.

Rogers, Pat. *The Augustan Vision*. London, 1974.

----------. *Grub Street - Studies in a Subculture*. London,1972.

Rubinstein, Annette T. *The Great Tradition in English Literature from Shakespeare to Shaw*. New York, 1953.

Skilton, David. *The English Novel - Defoe to the Victorians*. Newton Abbot, Devon, 1977.

Smith, Arthur L. "English Political Philosophy in the 17th and 18th Centuries". In *Cambridge Modern History*. Vol.VI. Cambridge, 1909, pp.785-821.

Steeves, Harrison R. *Before Jane Austen - The Shaping of the English Novel in the Eighteenth Century*. London, 1966.

Tillyard, E. M. W. *The Epic Strain in the English Novel*. London, 1958. Excerto em Ellis, pp. 62-78.

----------. *Some Mythical Elements in English Literature*. London, 1961.

Uphaus, Robert W. *The Impossible Observer - Reason and the Reader in 18th Century Prose*. Lexington, Kentucky, 1979.

Williams, Ioan. *The Idea of the Novel in Europe, 1600-1800*. London, 1978.

D

Ashton, T. S. *An Economic History of England - The 18th Century*. London, 1955.

Auerbach, Erich. *Mimesis* (1946). Trad. Willard R. Trask. Princeton, 1953.

Bakhtine, M. *Esthétique et théorie du roman* (1975). Trad.Daria Olivier. N.p.: Gallimard, 1978.

Barthes, Roland. "Introduction à l'analyse structurale des récits". *Communications*, 8 (1966), pp. 1-27.

----------. *Mitologias* (1957). Trad. José Augusto Seabra. Lisboa, 1978.

Battestin, Martin C. *The Providence of Wit - Aspects of Form in Augustan Literature and the Arts*. Oxford, 1974.

Berlin, Isaiah, "Note on Alleged Relativism in Eighteenth-Century European Thought". *The British Journal for Eighteenth-Century Studies*, 3 (1980), pp. 89-106.

Booth, Wayne C. *The Rhetoric of Fiction*. Chicago, 1961.

Cragg, Gerald R. *The Church and the Age of Reason 1648-1789* (1960). Harmondsworth, 1977.

De Coster, Michel. *L'Analogie en sciences humaines*. Paris,1978.

Foucault, Michel. *As Palavras e as Coisas* (1966). Trad. António Ramos Rosa. Lisboa, 1968.

Goldmann, Lucien. *Le Dieu caché*. N.p.: Gallimard, 1959.

----------. *Introduction à la philosophie de Kant* (1945). Trad. do autor. N.p.: Presses Universitaires de France, 1948.

----------. *Pour une sociologie du roman*. N.p.: Gallimard, 1964.

----------. *Recherches dialectiques*. N.p.: Gallimard, 1959.

----------. *Sciences humaines et philosophie* (1966). Paris, 1973.

----------. "Structuralisme génétique en sociologie de la littérature" (1964). In *Le Structuralisme génétique — L'oeuvre et l'influence de Lucien Goldmann*. Vários autores. Paris, 1977, pp. 17-38.

----------. *Structures mentales et création culturelle*. Paris, 1970.

Grócio, Hugo. *De Jure Belli ac Pacis Libri Tres* (1625). Trad. Francis W. Kelsey. 2 vols. Oxford, 1925.

Hazard, Paul. *A Crise da Consciência Europeia* (1934). Trad. Óscar Lopes. Lisboa, 1948.

Hegel, G. W. F. *Estética*. Trad. Orlando Vitorino. 7 vols. Lisboa, 1959.

----------. *La Phénoménologie de l'esprit* (1807). Trad. Jean Hyppolite. 2 vols. Paris, 1941.

Hill, Christopher. "Forerunners of Socialism in the 17th Century English Revolution". *Marxism Today*, 21, No 9 (1977), pp. 270-6.

Hobbes, Thomas. *The Elements of Law Natural and Politic* (1650). Ed. F. Tönnies. Cambridge, 1928.

----------. *Leviathan* (1651). Introd. K. R. Minogue. London, 1914 (Everyman's Library).

Horkheimer, Max. *Les Débuts de la philosophie bourgeoise de l'histoire* (1930). Trad. Denis Authier. Paris, 1974.

----------. e Theodor W. Adorno. *La Dialectique de la Raison* (1947). Trad. Eliane Kaufholz. N.p.: Gallimard, 1974.

Hirsch, David H. "The Reality of Ian Watt". *The Critical Quarterly*, 11 (1969), pp. 164-79.

Ingarden, Roman. *A Obra de Arte Literária* (3ª edição, 1965). Trad. Albin E. Beau, Maria da Conceição Puga e João F. Barrento. Lisboa, 1973.

Jakubowsky, Franz. *Les Superstructures idéologiques dans la conception matérialiste de l'histoire* (1935). Trad. J. M. Brohm. Paris, 1971.

Kosik, Karel. *La dialectique du concret* (1963). Trad. Roger Dangeville. Paris, 1978.

Lefebvre, Henri. *La Vie quotidienne dans le monde moderne*. N.p.: Gallimard, 1968.

Locke, John. *An Essay Concerning Human Understanding* (1690). Ed. A. C. Fraser. 2 vols. New York, 1959.

----------. *Two Treatises of Government* (1690). Introd. Professor W. S. Carpenter. London, 1924 (Everyman's Library).

Lovejoy, Arthur O. *The Great Chain of Being* (1936). Cambridge, Mass., 1964.

Lukács, Georg. *Écrits de Moscou*. Trad. Claude Prévost. Paris, 1974.

----------. *Histoire et conscience de classe* (1923). Trad. K. Axelos. Paris, 1960.

----------. *A Teoria do Romance* (1920). Trad. Alfredo Margarido. Lisboa, s.d.

Lukes, Steven. *Individualism*. Oxford, 1973.

Macpherson, C. B. *The Political Theory of Possessive Individualism — Hobbes to Locke* (1962). Oxford, 1964.

Marshall, Dorothy. *Eighteenth-Century England*. London, 1962.

Marx, Karl. *Le Capital* (1867-1895). Trad. Joseph Roy e outros. 8 vols. Paris, 1970-75.

----------. *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*. Moscow, 1977.

---------- e Friedrich Engels. *Oeuvres Choisies*. Préparées par l'Institut du marxisme-léninisme près le C.C. du P.C.U.S. Moscou, 1970.

Morton, A. L. *"Pilgrim's Progress"*. *History Workshop*, 5 (1978), pp. 3-8.

Pocock, J. G. A. "Machiavelli, Harrington and English Political Ideologies in the Eighteenth Century". *The William and Mary Quarterly*, 22 (1965), pp. 549-83.

Plumb, J. H. *England in the Eighteenth Century*. Harmondsworth, 1950.

Russel, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental* (1946). Trad. Prof. Doutor Vieira de Almeida. Lisboa, s.d.

Stephen, Leslie. *English Literature and Society in the Eighteenth Century*. London, 1904.

Tawney, R. H. *Religion and the Rise of Capitalism* (1926). Harmondsworth, 1938.

Weber, Max. *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme* (1901). Trad. Jacques Chavy. Paris, 1967.

Wolff, Cynthia Griffin. "Literary Reflections of the Puritan Character". *Journal of the History of Ideas*, 29 (1968), pp. 13-32.

Wolff, Philippe. *O Despertar da Europa* (1968). Trad. Antônio G. Mattoso. Lisboa, 1973.

ÍNDICE

	Pág.
PREFÁCIO	II
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - O CONFLITO	30
PARTE II - DA UTOPIA À REALIDADE	108
PARTE III - O PODER	216
CONCLUSÃO	329
BIBLIOGRAFIA	344

ERRATA

(Indicam-se apenas as emendas indispensáveis para a correcta compreensão do texto)

Página	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
15	25	sobre	sob
34	27 n.	da cultura	na cultura
61	3	Defoe	Crusoe
65	33	á	é
70	33 n.	no sector secundário	do sector terciário
253	12-13	através dos príncipes	através da união dos príncipes

Dr. Gualter